REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
e da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIRETOR RESPONSÁVEL: M. A. TEIXEIRA DE FREITAS
REDATOR-SECRETÁRIO: WALDEMAR LOPES

Redação: PRAÇA MAUÁ, 7, 11º ANDAR — TELEFONES 43-2153 e 43-7339
Oficinas: AVENIDA PASTEUR, 404 — TELEFONE 26-6906

ASSINATURA ANUAL: Cr$ 40,00

RIO DE JANEIRO — BRASIL

◈ ◈ ◈

SUMÁRIO

João de Lourenço

INDICAÇÕES SÔBRE A POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA EM SITUAÇÃO DE CONJUNTURA 613

O Alexander de Morais

"NÚMEROS ÍNDICES", SUAS APLICAÇÕES NA ESTATÍSTICA BRASILEIRA E SUGESTÕES ATINENTES À SUA PADRONIZAÇÃO CONTINENTAL 641

Giorgio Mortara

ESTATÍSTICAS NECESSÁRIAS AO ESTUDO E ORIENTAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA . . 653

Jessé Montello

RESOLUÇÃO DAS EQUAÇÕES INTEGRAIS DE VOLTERRA PELO MÉTODO DAS APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS 661

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA

MANUEL FRANCISCO CORREIA 679

NOÇÕES DE METODOLOGIA

INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — REPRESENTAÇÃO TABULAR E GRÁFICA (O Alexander de Morais) 683

A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA

ESTUDOS DE DEMOGRAFIA INTERAMERICANA (Giorgio Mortara) . 687

INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA 696

ESTUDOS E SUGESTÕES

O PROBLEMA DO MUNICÍPIO NO BRASIL ATUAL (M A Teixeira de Freitas) 699

INFORMAÇÕES GERAIS . 715

BIBLIOGRAFIA . . 731

LEGISLAÇÃO 743

RESENHA . 751

ÍNDICE GERAL DE 1943 .. 779

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE

Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de Julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tècnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de tôdas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretivas, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de govêrno e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATISTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de Julho de 1934, consta de:

1 Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho e do Instituto.

2 **"Órgãos Deliberativos"**, que são: *Assembléia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinàriamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera *ad referendum* da Assembléia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J E C (reúnem-se ordinàriamente no primeiro dia útil de cada quinzena)

3 **"Órgãos Opinativos"**, subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, compostos de 32 membros eleitos pela Assembléia Geral

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 **"Organização Federal"**, isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Secções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos

2. **"Organização Regional"**, isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, — no Distrito Federal e no Território do Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, — e os órgãos cooperadores: Serviços e Secções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3 **"Organização Local"**, isto é, os Departamentos ou Serviços Municipais de Estatística, existentes nas capitais dos Estados, e as Agências nos demais municípios

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto nº 1 527, de 24 de Março de 1937, consta de:

1 Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho

2. **"Órgãos Deliberativos"**, ou sejam a *Assembléia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário Geral do C N G, de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Govêrno Municipal da Capital da República e de um representante do C N E (reúne-se ordinàriamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D C (reúnem-se ordinàriamente uma vez por mês)

3. **"Órgãos Opinativos"**, isto é *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D C, e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D R

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. **"Organização Federal"**, com um órgão executivo central — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do Ministério da Viação — e órgãos cooperadores — serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada)

2 **"Organização Regional"**, isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados

3. **"Organização Local"**, — os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

III — SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O Sistema dos Serviços Censitários compõe-se de órgãos deliberativos — as Comissões Censitárias — e de órgãos executivos-cujo conjunto é denominado *Serviço Nacional de Recenseamento*.

A — COMISSÕES CENSITÁRIAS:

1. A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do Secretário do Conselho Nacional de Geografia, do Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, de um representante do Conselho Atuarial e de três outros membros — um dos quais como seu Presidente e Diretor dos trabalhos censitários — eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, verificando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo

2 As 22 Comissões Censitárias Regionais, órgãos orientadores, cada uma das quais se compõe do Delegado Regional do Recenseamento, como seu Presidente, do Diretor em exercício da repartição central regional de estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística.

3 As Comissões Censitárias Municipais, órgãos cooperadores, cada uma das quais constituída por três membros efetivos — o Prefeito Municipal, como seu Presidente, o Delegado Municipal do Recenseamento e a mais graduada autoridade judiciária local, além de membros colaboradores

B — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO:

1 A **"Direção Central"**, composta de uma Secretaria, da Divisão Administrativa, da Divisão de Publicidade e da Divisão Técnica.

2 As **"Delegacias Regionais"**, uma em cada Unidade da Federação

3 As **"Delegacias Seccionais"**, em número de 117, abrangendo grupos de Municípios

4 As **"Delegacias Municipais"**

5 O **"Corpo de Recenseadores"**.

Sede do INSTITUTO: Praça Mauá, 7 - 11.º andar
RIO DE JANEIRO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do I B G.E. e de seus dois Conselhos; *Heitor Bracet*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Luiz Camilo de Oliveira Neto*; representante do Ministério das Relações Exteriores; *Irací Ferreira de Castro*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espindola*, representante do Ministério da Marinha; *João de Lourenço*, representante do Ministério da Fazenda; *A. R de Cerqueira Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Joaquim Licínio de Sousa Almeida*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Osvaldo Gomes da Costa Miranda*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Lísias Augusto Rodrigues*, representante do Ministério da Aeronáutica; *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do I B G E. e do Conselho, representante do Ministério da Educação e Saúde

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS — ACRE: *Raimundo Nobre Passos*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAZONAS: *Júlio Benevides Uchoa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *Adelino de Vasconcelos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: *Djalma Fortuna*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *João Bastos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: *Alvaro Weyne*, Secretário da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: *Anfilóquio Câmara*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARAÍBA: *Sisenando Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: *Manuel Rodrigues*, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *Manuel Diégues Júnior*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: *João Carlos de Almeida*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAÍA: *Afrânio de Carvalho*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Hildebrando Clark*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *Mário Serrano*, secretário do Govêrno; RIO DE JANEIRO: *Demerval de Moraes*, secretário do Govêrno; DISTRITO FEDERAL: *Sérgio Nunes Magalhães Júnior*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: *Djalma Forjaz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: *Lauro Schleder*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Virgílio Gualberto*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL *Mem de Sá*, diretor do Departamento Estadual de Estatística GOIAZ: *Antônio Juruena Di Guimarães*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO: *J Ponce de Arruda* Secretário Geral do Estado

CONSULTORES TÉCNICOS — A) Secções: I — **Estatística metodológica:** *Milton da Silva Rodrigues;* II — **Estatística matemática:** *Jorge Kafuri;* III — **Estatística cosmográfica:** *Lélio Gama;* IV — **Estatística geológica:** *Anibal Alves Bastos;* V — **Estatística climatológica:** *Sampaio Ferraz;* VI — **Estatística territorial:** *Everardo Backheuser;* VII — **Estatística biológica:** *Almeida Júnior;* VIII — **Estatística antropológica:** *Roquete Pinto;* IX — **Estatística demográfica:** *Sérgio Milliet;* X — **Estatística agrícola:** *Artur Tôrres Filho;* XI — **Estatística industrial:** *Roberto Simonsen;* XII — **Estatística dos transportes:** *Aimoré Drumond;* XIII — **Estatística das comunicações:** *Eugênio Gudin;* XIV — **Estatística comercial:** *Valentim Bouças;* XV — **Estatística do consumo:** *L Nogueira de Paula;* XVI — **Estatística dos serviços urbanos:** *José Otacilio de Sabóia Medeiros;* XVII — **Estatística do serviço social:** *Fernando Magalhães;* XVIII — **Estatística do trabalho:** *Plínio Cantanhede;* XIX — **Estatística atuarial:** *Lino de Sá Pereira;* XX — **Estatística educacional:** *Lourenço Filho;* XXI — **Estatística cultural:** *Fernando Azevedo;* XXII — **Estatística moral:** *Alceu de Amoroso Lima;* XXIII — **Estatística dos cultos:** *Padre Helder Câmara;* XXIV — **Estatística policial:** *José Gabriel Lemos Brito;* XXV — **Estatística judiciária:** *Filadelfo Azevedo;* XXVI — **Estatística da defesa nacional:** *General Sousa Docca;* XXVII — **Estatística da organização administrativa:** *Francisco Sales de Oliveira;* XXVIII — **Estatística financeira:** *Romero Estelita;* XXIX — **Estatística política:** *Azevedo Amaral* B) Representações: I — **Agricultura:** *Fernando Costa;* II — **Indústria:** *A J Rener;* III — **Comércio:** *Lafaiete Belfort Garcia;* IV — **Trabalho:** *João Carlos Vital;* V — **Imprensa:** *Paulo Filho;* VI — **Ensino:** *Raul Leitão da Cunha;* VII — **Religião:** *Padre Leonel Franca*

COMISSÕES TÉCNICAS — **I Comissão de Estatísticas Fisiográficas:** organização federal — *Pedro Grande* e *Mário Celso Suarez;* organização regional — *Francisco Lôbo* (Pará), *Mardônio de Andrade Lima Coelho* (Pernambuco) e *Aroldo Caldeira* (Santa Catarina) **II Comissão de Estatísticas Demográficas:** organização federal — *Maria de Castro Fernandes* e *Artur Batista;* organização regional — *Benedito Bezerra* (Amazonas), *Raul de Figueiredo Rocha* (Ceará) e *Emílio Sounis* (Paraná) **III Comissão de Estatísticas da Produção:** organização federal — *Eduardo Gonçalves* e *Alberto Augusto Cavalcanti de Gusmão;* organização regional — *José Cruz* (Sergipe), *Tulo Hostílio Montenegro* (Baía) e *Lourival Ferreira Carneiro* (Minas Gerais) **IV Comissão de Estatísticas da Circulação, Distribuição e Consumo:** organização federal — *João Jochmann* e *Gláucia Weinberger;* organização regional — *Said Farhat* (Acre), *J M Lamenha Lins* (Alagoas) e *Jací Figueiredo* (Mato Grosso) **V Comissão de Estatística do Bem-Estar Social:** organização federal — *Valdemar Cavalcanti* e *Alice Liliana de Araújo Lima;* organização regional — *Joaquim Ribeiro Costa* (Minas Gerais), *Fábio Crisciúma* (Distrito Federal) e *Helena Rocha Penteado* (São Paulo) **VI Comissão de Estatística da Assistência Social:** organização federal — *Manuel Diégues Júnior* e *Mário Ritter Nunes;* organização regional — *Adolfo Ramires* (Rio G do Norte), *Olga de Freitas* (Baía) e *Antenor Schmidt* (Rio Grande do Sul) **VII Comissão de Estatísticas Educacionais:** organização federal — *Antônio Teixeira de Freitas* e *Ariosto Pacheco de Assis;* organização regional — *João da Cunha Vinagre* (Paraíba), *Amancita Matos* (Maranhão) e *Heitor Rosa Belache* (Espírito Santo) **VIII Comissão de Estatísticas Culturais:** organização federal — *Wilson Soares* e *Rubem Gueiros;* organização regional — *Isnar Bento Gonçalves* (Piauí), *Césio Rigueira Costa* (Pernambuco) e *Mário Lago* (Rio de Janeiro) **IX Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas:** organização federal — *Sílvio Vieira Braga* e *Valdir de Abreu;* organização regional — *Carlos Alberto Vanzolini* (São Paulo), *Albano Gaspar de Oliveira* (Rio G do Sul) e *José de Campos Meireles* (Goiaz.

REVISTA BRASILEIRA
DE ESTATÍSTICA

Ano IV | OUTUBRO - DEZEMBRO, 1943 | N.º 16

JOÃO DE LOURENÇO
(Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira)

INDICAÇÕES SÔBRE A POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA EM SITUAÇÃO DE CONJUNTURA

A POLÍTICA econômica e financeira de guerra abrange os seguintes pontos fundamentais: *a*) contrôle dos preços; *b*) tributação dos lucros excessivos, de modo a abranger todos os setores dêsses lucros, visando sobretudo à nacionalização parcial da dívida externa; *c*) maior vigilância na política monetária, para neutralizar a inflação, decorrente das grandes despesas, absorvendo-se apreciáveis parcelas do poder de compra, principalmente mediante subscrição de títulos públicos por parte das instituições de coleta da economia, das emprêsas industriais, de seguros e organizações similares, simultâneamente ao aumento do imposto de renda a partir de certos níveis; *d*) rigorosa supervisão das atividades bancárias; *e*) direção do mercado de capital e de investimentos; *f*) exame da tendência da conjuntura; *g*) ação direta no salário e mais ou menos direta na indústria.

São referidos a seguir os instrumentos básicos de análise da conjuntura: *a*) índices dos preços em grosso; *b*) índices dos preços a retalho; *c*) índices do custo da vida; *d*) renda nacional.

I — Preços

1. O contrôle dos preços, funcionando como peça básica, oferece corretivo aos lucros excessivos. Desde que os lucros se mostram demasiados e o Estado não os absorve, visando a fins gerais, processa-se exageradamente a criação de capitais fixos, o que leva forçosamente a economia a uma crise séria.

2. Os produtos destinados ao consumo direto são menos influenciados pela situação econômica porque a sua procura obedece a ritmo uniforme e constante. Quando os seus preços variam demasiado e generalizadamente, isso constitui sintoma de atuação de fatores monetários anormais.

3. É necessário estabelecer uma relação de paridade entre os preços internos e os preços externos.

4. Há uma espécie de coesão interna na formação dos preços. O seu contrôle, por necessidades anormais, deve abranger os produtos de exportação sob a forma especial de absorção pelo Estado de uma parte sensível da margem excessiva. Os recursos assim obtidos devem ser aplicados na nivelação de outros preços que não podem baixar, sem sacrifício da produção, e na constituição de um fundo de nacionalização da dívida externa, a ser imediatamente aplicado. Como a dívida interna cresce muito, devido às despesas de guerra, acumulando-se ao mesmo tempo os *superavits* do balanço de comércio, em conseqüência da alta dos preços e das dificuldades de importação, o resgate da dívida externa evita que o conjunto da dívida consolidada sobrecarregue demasiadamente o orçamento público.

5. A alta dos preços é determinada pelos estímulos do crédito adicional, concedido sem prévio aumento da produção. Dá-se automàticamente a redução do poder de compra das classes representativas do consumo geral. À medida que os lucros assim aumentam, com o deslocamento da renda nacional operam-se maiores investimentos, tornando inevitável a crise.

6. A alta dos preços é agravada por excesso de meio circulante ou por enormes compras do poder público. Impulsionada a atividade comercial mais favorecida, seguem-se os investimentos que visam à exploração do campo lucrativo. Uma antecipação de futuros aumentos dos preços amplia o ciclo de alta até que os bancos sejam forçados a limitar a sua capacidade de conceder empréstimos.

7. O equilíbrio do orçamento e o aumento da tributação reduzem o nível dos preços. A tributação tende à deflação; os empréstimos conduzem à inflação.

8. Os índices dos preços por atacado nem sempre fornecem indicação segura da tendência dos negócios e da situação do mercado. Convém conjugar êsse índice com o preço dos títulos ou com um índice geral que abranja tôdas as categorias dos preços, ou sejam· preços das ações, dos títulos públicos, preços por atacado, preços dos gêneros alimentícios a retalho, dos aluguéis e dos salários.

9. O entesouramento constitui um fator de grande alcance, podendo persistir com ou sem super-endividamento. O entesouramento abaixa o nível dos preços.

10. A redução do volume dos negócios, causada pela baixa dos preços, tende a deter essa queda. Assim, através da liquidação real, ou das falências, ou de ambas, e da diminuição do ritmo dos negócios, o ponto extremo da espiral descendente é por fim atingido.

11. A depressão dura três ou quatro vêzes mais, quando os preços estão caindo; torna-se mais transitória, se intervém a melhoria dos preços.

12. O aumento real da dívida decorre do movimento de alta do nível dos preços. O ponto decisivo consiste em dominar a inflação, logo que o nível dos preços seja por ela ligeiramente afetado.

13. Nos casos em que o nível dos preços das mercadorias deixa de constituir sintoma da inflação, serve o mercado de títulos como indicador da tendência inflacionista.

14. O nível dos preços determina o juro real; o juro nominal pode determinar o nível de preços, se o fizer em tempo oportuno.

15. Se maior volume de dinheiro é emprestado aos investidores, sendo por êles usado para investimento real em maior proporção do que o dinheiro economizado, aumenta o poder aquisitivo total e sobem os preços.

16. Os preços persistem em subir sempre que o crédito continua fácil.

17. As vantagens resultantes de um súbito aumento na renda individual de certas classes, por motivo da alta de preços, não são jamais tão significativas quanto os prejuízos de um decréscimo dessa renda, em igual magnitude, causado pela baixa geral dos preços. Daí os malefícios da deflação, que é a conseqüência da inflação.

18. O excesso de procura, determinado pelas facilidades de crédito, quer em relação às matérias primas, mão de obra, terras e mercadorias de consumo, constitui fator decisivo de impulsão dos preços para a alta.

19. Enquanto os preços permanecem estáveis, não deve ser alterada a taxa de juros. Essa taxa deve ser majorada, se os preços sobem; reduzida, se os preços baixam. Da oportunidade com que se pratiquem tais medidas, depende a sua eficácia. A principal causa da instabilidade dos preços consiste na inaptidão dos bancos para agir com a oportunidade imprescindível, por motivo de interêsse profissional.

20. A escassez de mercadorias produz, no máximo, uma alta proporcional dos preços. Se a quantidade de dinheiro é reduzida proporcionalmente à escassez de mercadorias, a alta não ocorre. Se a quantidade de dinheiro permanece estacionária, dá-se uma alta moderada. Se os preços alteiam demasiadamente, a causa principal reside numa ultraliberal política de crédito, simultânea a grandes despesas públicas.

21. Uma fase de permanentes investimentos provoca ou agrava a alta dos preços.

22. Como conseqüência da alta, cresce o volume dos lucros excessivos, provocando investimentos anormais. O seu vulto se expande à medida que diminuem realmente, embora não nominalmente, os recursos que formam a base do poder aquisitivo da população.

23. Um movimento de alta dos preços impulsiona o ritmo dos investimentos; dá-se o contrário, quando os preços baixam.

24. O exagerado aumento dos preços corresponde, nos seus efeitos, a uma tributação arbitrária, em proveito privado.

25. O preço é tanto mais arbitrário quanto mais se distancia do custo do produto.

26. Uma constante ação estimuladora dos preços pode resultar não só da progressiva escassez de mercadorias, como do surto da quantidade e da velocidade dos meios de pagamento.

27. Se os preços alteiam em conseqüência de inflação, podem ser regulados por meio de medidas monetárias e fiscais. Quando sobem, porém, como resultado de escassez dos produtos, impõem providências tendentes à fixação do seu limite máximo, ao contrôle da distribuição, assegurada por meio de sanções rigorosas.

28. Alteiam os níveis dos preços devido à ação de fatores monetários; altera-se a estrutura dos preços por causa da escassez de mercadorias.

29. A alta geral dos preços resulta, em parte, de uma política fiscal insadia e, em parte, do funcionamento irrestrito do mecanismo de concorrência.

30. O fenômeno da alta dos preços provém de duas fontes essencialmente diversas. Ocorrem aumentos específicos nos casos de alteração na procura e no suprimento de determinadas mercadorias. Regista-se alta geral, extensiva às mercadorias, aos salários, à renda dos imóveis e às cotações dos títulos, quando atúa a inflação.

31. Os preços permanecem estáveis, se os custos ficam estáveis.

32. A alta dos preços conduz a maiores empréstimos; consequentemente, a maiores depósitos, o que, por sua vez, provoca novas altas.

33. A escassez de mercadorias afeta a estrutura dos preços; as causas monetárias agravam o seu nível.

34. A extensão e o caráter do contrôle dos preços são parcialmente determinados pela política tributária. A limitação e a nivelação das rendas tornam menos premente a necessidade de contrôle; mas, a ausência de tributação adequada conduz a severo contrôle dos preços da produção e da distribuição.

35. A tributação de emergência e o contrôle dos preços devem operar conjuntamente. Aplicados de maneira coordenada, os seus efeitos serão recíprocos.

36. Sobem os preços, quando o poder executivo adicional deixa de determinar aumento correspondente na produção.

37. A alta dos preços dos fatores de produção representa apenas uma das causas da alta dos custos.

38. O mecanismo dos preços opera no sentido de dirigir a utilização dos materiais e da mão de obra para as atividades econômicas mais remuneradoras, na conformidade das flutuações da procura.

39. A alta especulativa dos preços, forçada pela inflação e lucros excessivos, agrava o problema da má distribuição da renda nacional. Conduz ao surto dos investimentos, devido à expansão dos grandes rendimentos. Isso prejudica o poder aquisitivo geral em virtude da redução dos pequenos rendimentos.

40. Na medida em que os preços ficam muito além do custo das mercadorias, opera-se a transferência de uma parcela dos pequenos rendimentos, para tornar ainda mais alto o nível dos grandes rendimentos. A contradição se torna flagrante: o surto dos investimentos dilata a capacidade produtiva das emprêsas; a alta dos preços reduz o poder de compra geral. Torna-se inevitável a depressão, desde que não sejam adotadas medidas oportunas que atenúem o ritmo dos investimentos mediante ação vigorosa sôbre o crédito bancário e os preços.

II — Lucros Excessivos

41. Uma investigação dos lucros, nas indústrias e no comércio, feita por peritos rigorosamente escolhidos, mostrará onde é possível intervir o Estado com segurança, sem sacrifício do capital.

42. A absorção, pelo Estado, do produto do excesso dos lucros, resultante da alta dos preços, sobretudo nos produtos exportáveis, poderá servir como fundo de subsídio à produção não estimulada pela guerra, ou como fundo de nacionalização da dívida externa.

43. Sendo os lucros demasiados, um dos meios capazes de neutralizar as suas péssimas conseqüências econômicas e sociais consiste em melhorar razoàvelmente os salários. Quanto maiores os lucros, quer dizer, a inflação dos benefícios, mais forte a tendência para a capitalização, foco gerador de crises da maior gravidade.

44. O contrôle dos preços cria restrições ao surto das despesas governamentais, atuando, por conseguinte, a expansão do crédito e a tendência de aumento do meio circulante.

45. Logo que se manifesta uma atenuação no ritmo de crescimento dos lucros das emprêsas ou um retrocesso nesses lucros, aproxima-se a fase de mudança da conjuntura, transformando-se em baixa. No começo da fase de alta, os rendimentos das emprêsas representa uma parcela muito maior da renda nacional, o que prejudica o poder aquisitivo geral.

46. Alguns ramos de atividade se vêem beneficiados por sensíveis aumentos nos lucros, como resultado da alta dos preços, enquanto outros, particularmente as atividades sujeitas à regulamentação do Estado, emprêsas ferroviárias e serviços de utilidade pública, por exemplo, sofrem redução nos lucros ou mesmo perdas efetivas.

47. Persistindo a alta dos preços dos bens de consumo, mantém-se a margem excessiva dos lucros, com uma constante incitação ao aumento do capital fixo.

48. O mercado dos bens de consumo constitui o centro do sistema econômico. Tudo quanto o perturbe, afeta a substância do sistema.

49. O capital real necessário, para que se realizem novos investimentos, é retirado do poder aquisitivo dos consumidores sob a forma de alta dos preços.

50. O movimento de confiança dos negócios provoca os lucros anormais, embora já sob a impulsão de outros fatores; as flutuações rítmicas nas atividades industriais, por exemplo.

51. A influência calamitosa do ritmo excessivo na acumulação de economias, por fôrça dos lucros anormais, age no sentido da destruição das classes médias.

52. Os lucros líquidos das emprêsas constituem o melhor indicador das condições dos negócios.

53. A possibilidade de realização dos lucros previstos fica na dependência da situação geral dos negócios.

54. A taxa do lucro é o lucro expresso em percentagens do capital.

55. Os lucros atuam decisivamente sôbre o movimento dos investimentos.

56. Nas fases de prosperidade, as classes abastadas tratam de inverter os excessos dos lucros em emprêsas produtivas, incrementando a renda com que farão novos investimentos. É evidente que ao excesso de proventos dessas classes correspondem as deficiências de poder de compra do consumidor, devido à alta dos preços, fenômeno que pode conduzir até a um baixo nível de nutrição da população. É evidente ainda que semelhante processo de confisco do poder de compra do consumidor não pode persistir indefinidamente. O desequilíbrio chega a um extremo que, com o declínio dos preços, provoca a depressão, de maneira crítica.

57. A limitação legal dos lucros, em épocas anormais, constitui o meio para evitar que, em fases de prosperidade, o valor dos bens de consumo aumente ràpidamente sem que o salário real corresponda ao salário em dinheiro.

58. É incontestável a influência que os lucros e a taxa de juros exercem sôbre o volume dos investimentos.

59. As variações nos lucros ou os lucros esperados alteram o ritmo das atividades das emprêsas.

60. Os lucros excessivos constituem um perigo Repercutem na inflação do crédito e determinam excesso de capitalização, com prejuízo das disponibilidades que formam a base do poder de compra dos consumidores.

61. A limitação dos lucros influi em sentido favorável ao reajustamento dos preços.

62. As deficiências do consumo resultam da tendência das emprêsas em inverterem os lucros, aumentando o equipamento com o fim de alargar a produção. Assim, os lucros anormais provocam ou aceleram as fases de alta, prenunciadores da depressão.

63. Os lucros excessivos, acumulados sem que a política de descontos se aperceba da necessidade de elevação da taxa de juros, causam violenta expansão dos negócios, estimulando a tendência à especulação, prólogo de depressão não menos violenta.

64. Os lucros excessivos estimulam desmesuradamente a expansão do capital, representada em novos equipamentos, dando origem à especulação sob tôdas as formas.

III — Política Monetária

65. O aumento dos meios de pagamento provoca a elevação dos preços, suscitando, por sua vez, nova procura de meios de pagamento proporcional à referida alta. É mais fácil preservar do que restaurar a estabilidade monetária.

66. Os piores casos de inflacionismo são aqueles em que o Estado força os bancos a colocarem à sua disposição meios de pagamento destinados a atender as necessidades do Tesouro público.

67. Em fase inflacionária, os aumentos registados nos preços, nos lucros e nas taxas dos salários são altamente irregulares, afetando a estabilidade da economia.

68. Quando há inflação, parcelas do poder aquisitivo real são subtraídas dos indivíduos para torná-las disponíveis ao govêrno e enriquecer outros indivíduos.

69. A inflação não só provoca lucros desnecessários para determinadas classes. Faz ainda com que os lucros pareçam maiores do que são, minando a resistência moral das classes não beneficiadas pela alta. Absorve as rendas fixas, desgasta a acumulação das economias e afeta a posição das emprêsas de serviços públicos, elevando os seus custos sem proporção com as taxas sob as quais êsses serviços devem operar.

70. Os índices do custo de vida se revelam mais expressivos do que os índices dos preços em grosso como critério de avaliação do poder aquisitivo da renda. A alta do custo de vida reflete a inflação; não a escassez de mercadorias.

71. Em fase de depressão, o *deficit* orçamentário é considerado de efeitos benéficos porque previne ou detém a deflação, estimulando a inflação moderada em proveito da recuperação. Em períodos de alta, o *deficit* se torna prejudicial porque dá mais fôrça à tendência dominante no sentido da inflação da renda. Assim, nas fases de depressão, uma política sadia trata de evitar o declínio geral dos preços, na alta, cuida de prevenir o seu aumento geral.

72. A atenuação da velocidade da circulação do dinheiro neutraliza a alta do nível dos preços.

73. A inflação não pode ser detida sòmente mediante providências relativas ao contrôle individual dos preços e dos custos da produção, sem considerar a renda total em dinheiro disponível para despesas nos mercados de consumo. Também não é possível prevenir aumentos gerais nos preços sòmente através de providências de caráter fiscal ou bancário. A alta pode ser detida pela restrição drástica do crédito bancário. Essa política é perigosa porque pode afetar a produção das mercadorias básicas. Assim, a inflação deve ser direta e indiretamente atacada, sob a forma de inflação fiscal e da expansão da renda em dinheiro, bem como através do contrôle dos preços.

74. Critérios individuais no contrôle dos preços não detêm a inflação. Tampouco o consegue o contrôle geral dos preços, se persistem o aumento do meio circulante e a inflação do crédito.

75. A ação anti-inflacionista deve apoiar-se na alta da taxa de juros, visto como a sua baixa conduz à expansão do crédito e acelera as correntes do poder aquisitivo.

76. A inflação provoca uma grande atividade comercial, conduz a investimentos audaciosos e a especulações atrevidas. Como os salários não crescem na mesma proporção, falta ao mercado nacional, em determinado momento, amplitude correspondente ao surto das atividades produtoras, suscitado pelo excesso de investimentos, mesmo que sensível parcela dêsses investimentos vise melhorar o equipamento das indústrias.

77. Desde que se permite a especulação demasiada, em busca de maiores lucros, à custa da expansão do crédito, sobrevém o desequilíbrio. Representa a deflação a inevitável punição da imprudência.

78. A capacidade inflacionista das emprêsas comerciais e industriais, operada com sacrifício do consumo, indica o apogeu da expansão e prepara o caminho à depressão violenta.

79. A inflação tem sempre conduzido ao super-endividamento.

80. Durante a inflação, os que pedem dinheiro emprestado sentem melhor os seus efeitos do que os que o emprestam abaixo da taxa real de juros. Daí se verem tentados a obter dinheiro livremente, o que leva ao super-endividamento.

81. O retardamento da velocidade da circulação, seja por motivo psicológico ou pela contração do volume, através das liquidações, mantém o nível dos preços no sentido da baixa.

82. A doença da moeda envolve a doença dos lucros.

83. A inflação e o excesso de empréstimos engorgitam os lucros das emprêsas.

84. A quantia em dinheiro, formando por assim dizer, a caixa de cada indivíduo, é limitada pelo volume do numerário em circulação.

85. O resultado do aumento da quantidade de dinheiro consiste na alta da procura de mercadorias, paralelamente ao declínio de sua oferta, com a conseqüente elevação de preços.

36. A expansão do meio circulante produz o mesmo efeito que uma redução dos recursos líquidos dos particulares.

IV — Política Bancária

87. Regula-se a procura e a oferta de capital pelo preço. O preço do capital é a taxa de juros. Se a sua procura ultrapassa o ritmo do aumento dos recursos normalmente disponíveis no mercado de dinheiro, a taxa de juros deve subir. Assim, a tendência dos investimentos se atenua.

88. O mercado de capital se assemelha a qualquer outro mercado. Numa fase de excessivos investimentos, estimulados por lucros anormais, se a taxa de juros permanece inalterada, provoca drenagem inconveniente na renda nacional, afetando a sua distribuição normal, segundo os grupos de rendimentos. Semelhante desequilíbrio fatalmente conduz à depressão.

89. Quando a política bancária age retardatàriamente, ou permanece passiva ao domínio dos interesses dos grupos e conveniências políticas, as atividades econômicas se tornam instáveis, flutuando entre níveis extremos.

90. Para amainar a tendência à especulação, urge que a taxa de juros do mercado monetário fique acima da taxa natural. Só assim é possível controlar a desordenada expansão dos negócios.

91. De um modo imediato, a política bancária é responsável pelas variações do nível geral dos preços. A taxa de juros constitui o fator representativo dessa política.

92. O financiamento da guerra, por meio da expansão do crédito bancário, dilata o poder aquisitivo do govêrno, sem diminuir correspondentemente o volume do dinheiro que circula. Acelera os preços, aumenta o custo dos serviços do Estado, dilata os lucros, reduzindo paralelamente o poder aquisitivo dos salários, dos depósitos das Caixas Econômicas e das rendas fixas.

93. A expansão dos empréstimos bancários à indústria, depois que o equipamento existente se acha plenamente utilizado, agrava a tendência inflacionista.

94. Se os salários e as outras rendas fixas aumentassem automàticamente, ao mesmo tempo e em igual proporção que os preços, tôdas as vêzes que postos em circulação novos meios de pagamento, deixaria de ocorrer a capitalização exagerada, resultante dos lucros excessivos.

95. Uma previdente e lúcida política bancária assegura, em condições normais, a estabilidade do nível dos preços e do poder de compra do dinheiro.

96. A conduta dos bancos agrava o desequilíbrio da produção do capital fixo porque os bancos não se decidem a elevar a taxa de juros em tempo oportuno. Dá-se, assim, um deslocamento do poder aquisitivo da sociedade em favor dos bens de capital, cuja produção se torna mais remuneradora devido à relativa modicidade da taxa de juros em confronto com outros índices gerais.

97. Os bancos adotam semelhante procedimento por motivo de lucro imediato ou conjuração de interêsses com as classes afortunadas, causando profundos malefícios aos consumidores. É como se a sociedade, no conjunto, capitalizasse demasiado, simultàneamente às restrições compulsórias criadas às necessidades mais prementes da subsistência individual, nas classes que vivem do seu trabalho.

98. O poder aquisitivo fàcilmente concedido pelos bancos à indústria e ao comércio provoca, pouco a pouco, a elevação dos preços, até tornar-se geral. Crescem, simultâneamente, tanto os meios de pagamento como o nível geral dos preços.

99 O valor do capital fixo é tanto mais alto quanto mais baixa a taxa de juros. Se os bancos, movidos pelo propósito de defesa dos interêsses gerais, sintetizados na manutenção da estabilidade do nível de preços, em vez de influenciados por interêsses particularistas, agissem logo no sentido da alta da taxa de juros, evitar-se-ia o deslocamento que a especulação opera entre o volume do capital fixo e do capital líquido.

100. Só quando o mercado começa a ficar tenso, sobrevém a justa ação bancária, mas já sem tempo de evitar a depressão. Sofrem inicialmente as emprêsas que podem encerrar as suas atividades de maneira relativamente rápida.

101. A taxa de juros constitui fator decisivo no que se refere ao estímulo das possibilidades econômicas para a produção de bens de capital permanente. Não atua, porém, da mesma forma na produção dos bens de consumo.

102. São os bancos responsáveis pelas bruscas flutuações da economia, pois mantêm tipos de taxas de juros que animam a produção de capital fixo e conduzem as flutuações dos negócios ao ponto crítico de onde se precipitam as atividades econômicas.

103 Os movimentos conjunturais decorrem de variações sintomáticas registadas na produção de capital fixo. São essas variações mantidas e agravadas pela política dos bancos.

104. A política bancária deve procurar estabelecer o nível dos preços dos fatores da produção. Ela age em sentido contrário, quando propicia crédito fácil à expansão dos investimentos, em detrimento do surto da produção dos bens de consumo.

105. Há uma relação de estrutura entre a taxa de juros, as variações do volume do meio circulante e o nível dos preços.

106. A alta dos preços equivale a um prêmio para os que obtêm dinheiro mediante empréstimo. De modo que a facilitação dos empréstimos estimula a alta dos preços.

107. Nos casos de expansão de crédito, os bancos põem em mãos dos homens de negócio ainda maior capacidade aquisitiva. Transferem-lhes, por êsse meio, valores reais sob a forma de mercadorias, de salários, valores que pertenciam a outras classes sociais. Resulta daí que os bancos agem como se tomassem da população meios de pagamento, para dá-los aos homens de negócios.

108. Êsse processo de expansão monetária e de investimentos macissos termina sempre em crise de extrema gravidade. Quanto mais tardia a reação, mais penosas as conseqüências, sendo fatal o sacrifício de grande parte dos capitais imobilizados imprudentemente sob o estímulo da alta especulativa dos preços. Isso ocorre a partir do momento em que os bancos não querem ou não podem manter o regime das facilidades de crédito.

109. A emissão de crédito bancário fácil opera a redistribuição do poder aquisitivo de maneira nociva à coletividade, visto como deprime a capacidade de compra da população e fortalece ainda mais a posição das classes favorecidas pela alta dos preços.

110. Não é possível a acumulação especulativa dos estoques, quando os bancos praticam uma política de crédito qualitativo e quantitativo inspirada pelos interêsses gerais.

111. A política de juros dos bancos equivale, em última análise, a uma regulação do nível geral dos preços. Daí o alcance coletivo que reveste uma adequada orientação das condições do crédito.

112. Liquidar uma conta no banco corresponde a contrair o meio circulante.

113. O depositante típico não deposita nem ouro nem outra qualquer espécie monetária, mas sòmente sua nota promissória. Em resumo, êle converte o seu crédito não circulante em crédito bancário circulante.

114. As flutuações ocorridas nos depósitos em dinheiro perturbam mais o nível dos preços do que as perturbações decorrentes do suprimento de ouro.

115. A distinção entre a taxa de juros em dinheiro e a taxa real de juros é semelhante à distinção entre o salário em dinheiro e o salário real, entre a dívida em dinheiro e a dívida real.

116. A mudança da taxa de desconto repercute no valor das garantias das dívidas, afetando a solvabilidade.

117. A margem entre os saldos dos depositantes e as reservas dos bancos levam à instabilidade.

118. A maior parte dos depósitos à vista é baseada em empréstimos comerciais bancários, flutuando paralelamente.

119. Quanto mais lento fôr o movimento dos depósitos, menor a reserva necessária, estimulando-se assim o poder de emprestar. Quanto mais rápido o movimento dos depósitos, maior a reserva necessária, reduzindo-se, assim, o poder de emprestar.

120. A situação dos negócios não pode inspirar confiança enquanto não se restabelece a base normal dos pedidos de empréstimos.

121. A atividade da especulação se reflete no aumento dos empréstimos e no engorgitamento do volume dos depósitos sujeitos a cheque.

122. As taxas de juros devem ser enèrgicamente reduzidas nos ciclos de baixa e suficientemente elevadas nos períodos de alta.

123. As facilidades em obter dinheiro ou crédito propiciam maior retenção nos estoques.

124. Se o crédito fácil suscita uma tendência para o aumento da produção e do comércio, isso não corresponde a dizer que o aumento da produção se verifica, de fato. Pode não ocorrer aumento ou registrar-se apenas um leve aumento, se os meios disponíveis de produção e os recursos de mão de obra já se acham plenamente utilizados, ou se interferem outros fatores no mesmo sentido.

125. A limitação do crédito, cedo ou tarde, conduz à estabilidade dos preços.

126. O primeiro dever dos bancos consiste em fornecer uma adequada medida de troca, visando à estabilidade dos preços; não, em ganhar demasiadamente. Os seus encargos para com a sociedade são maiores do que as suas obrigações privadas. Se falham a essa missão, abrem ensejo à interferência e à atividade do Estado no domínio bancário.

127. Quando a escassez de mercadorias ocorre concomitantemente à expansão do crédito ou à inflação, cabe aos fatores monetários a responsabilidade da alta dos preços.

128. À medida que o govêrno obtém fundos ou empréstimos mediante a expansão do crédito bancário, desenvolve o seu próprio poder aquisitivo, sem diminuir o poder aquisitivo do público.

129. O movimento do nível dos preços constitui o melhor critério orientador do crédito bancário.

130. As medidas adotadas pelos bancos, no sentido de restringir a quantidade dos meios de pagamento, exercem influência restritiva da procura de crédito, por parte dos produtores, estimulando o espírito de economia. Isso atua de maneira favorável à queda proporcional dos preços. É preciso, porém, agir logo que se manifesta a alta febricitante dos preços.

131. O otimismo e o pessimismo dependem exclusivamente da política bancária à medida que aumentam ou diminuem as possibilidades do crédito.

132. O encaixe dos bancos acompanha com certo atraso o movimento de expansão do crédito. As saídas de dinheiro das caixas dos bancos persistem depois que a expansão do crédito chega a seu têrmo.

133. Há uma relação recíproca de causa e efeito entre o aumento dos meios de pagamento e o surto das atividades industriais.

V — Capital e Investimentos

134. A excessiva prosperidade resulta do desequilíbrio entre os investimentos e a economização, com preponderância dos primeiros. É preciso evitar em tempo a tendência oposta, pois ocorre a depressão, quando a economização ultrapassa o ritmo dos investimentos.

135. Se a economização não precede os investimentos, derivando do surto do crédito o seu ritmo crescente, tem origem o desajustamento da procura e da oferta, provocando a alta dos preços.

136. O nível da taxa de juros deve guardar proporção com os outros índices das atividades econômicas afim de que seja possível evitar investimentos excessivos.

137. Há uma relação de equilíbrio entre a taxa de economização e o volume dos novos investimentos. Se os investimentos, favorecidos pelo surto do crédito bancário, ultrapassam, na sua expansão, o ritmo da economização, rompe-se o equilíbrio sob os influxos inflacionistas. A flutuação do nível geral dos preços reflete essa ruptura.

138. Os excessivos investimentos das rendas e dos lucros ampliam a capacidade produtora em ritmo desproporcional às possibilidades do consumo, pois o poder geral de compra se torna deficiente à medida que sobem os lucros anormais.

139. Há uma relação entre as parcelas da renda nacional utilizadas em bens de consumo e em meios de produção. Uma vez alterada essa relação no sentido de uma elevação anômala do volume dos investimentos, ou da aplicação especulativa de capitais no mercado de títulos, dá-se a ruptura da proporção necessária ao equilíbrio. Sobrevém a depressão.

140. Qualquer que seja a aplicação excessiva dos recursos em investimentos, desde que uma percentagem muito alta da renda nacional tenha êsse destino, em detrimento do nível da percentagem relativa aos bens de consumo, opera-se a crise. Tudo depende do descortino da política bancária e da capacidade de previsão dos chefes de emprêsa, de modo que percebam, em tempo, os desajustamentos resultantes da má distribuição da renda nacional.

141. Um período de alta é um período de aumento especial da produção de capital fixo.

142. A penúria de materiais põe um freio à contínua elevação da produção de capital fixo.

143. Tôda expansão desmesurada do crédito conduz à super-capitalização e à crise.

144. A técnica da produção capitalista, por fôrça da qual decorre um período bastante longo, antes que aumente a produção dos bens de consumo, estimula excessivamente a criação de capital fixo, determinando, por fim, a ruptura do equilíbrio econômico.

145. A economia nacional deve sofrer as conseqüências de uma imobilização exagerada, não havendo, portanto, remédio para deter a crise, após essa imobilização.

146. Em tempos de prosperidade, as inversões se mostram de tal modo consideráveis que ultrapassam as possibilidades dos recursos disponíveis. Chega uma fase em que o desequilíbrio ocorre, seja porque faltaram recursos para completar o financiamento das novas iniciativas, seja porque principiam a se fazer sentir os próprios efeitos depressivos dos empreendimentos exagerados, devido à incapacidade da procura para corresponder ao vulto da produção improvisada.

147. É indispensável que os investimentos estejam mais ou menos em proporção com as economias normalmente acumuladas. De modo contrário, quando cessa a corrente dos lucros anormais e dos empréstimos febricitantes, o capital disponível se torna tão escasso que os planos pendentes, para a realização dos negócios, não podem ser financiados.

148. O excesso dos investimentos resulta do excesso dos lucros.

149. O aumento da renda em dinheiro decorre principalmente do surto dos desembolsos, sob a forma de salário, de dividendos e de lucros.

150. Quando as rendas em dinheiro permanecem à disposição dos mercados de consumo, para depósitos, é inevitável a alta dos preços, seja sob o seu aspecto de preços finais para os consumidores ou de custo da indústria.

151. O excesso de compromissos tendentes à ampliação dos negócios e a novos riscos se estende à maioria das atividades industriais. Cada um dêsses compromissos conduz a criação, por ampliação de créditos, de novo poder aquisitivo das classes industriais.

152. Os investimentos excessivos, em fases de maior atividade dos negócios, impossibilitam a perdurabilidade da situação próspera. Nessas fases se torna maior a necessidade de aumento do capital líquido, ao passo que o surto dos investimentos reduz o volume dêsse capital.

153. A prosperidade econômica sadia assegura o crescimento da renda real de maneira mais ou menos uniforme: isto é, desenvolve o consumo e a formação do capital. Quando o capital, favorecido por

lucros anormais, se expande com sacrifícios do consumo, devido à alta dos preços, a economia marcha para uma crise séria. O acúmulo do capital leva a uma produção maior para que seja possível obter um rendimento proporcional aos investimentos. Se falta à população poder aquisitivo, a produção aumentada deixa de encontrar consumo paralelo.

154. O ponto crítico da economia pode sobrevir quando as dívidas ficam positivamente sem proporção com a renda e as disponibilidades. Nesse caso, a liberdade de ajustamento não se torna mais possível.

155. A perspectiva de aumento da renda pode conduzir a dívidas extraordinárias para investimentos.

156. Lucros inesperados conduzem à criação de novas emprêsas, determinando, por via de conseqüência, maiores dívidas.

157. O super-endividamento é o maior fator de perturbação, resultante do excesso de confiança.

158. O super-investimento, mesmo sem dinheiro emprestado, determina sensíveis oscilações na economia.

159. Depois do colapso do mercado de títulos, sobrevém a fase de grandes liquidações da dívida. O certo é que o colapso do mercado de títulos precipita a liquidação das dívidas. Tanto maior seja a carga da dívida, mais difícil o reajustamento da economia. A redução das compras deprime o conjunto do negócio e a velocidade da circulação.

160. O pêso real da dívida, apesar de todos os esforços para a sua liquidação, constitui o fator dominante da depressão

161. Ocorre certamente diminuição nos suprimentos de mercadorias, quando, em proporção inconveniente, o capital líquido é convertido em capital fixo.

162. O número das emprêsas, individuais ou não, que projetam investimentos, depende da perspectiva do lucro estimado ou descontado, bem como da capacidade de produção ainda não utilizada e das possibilidades da técnica industrial. Por lucro descontado se entende lucro global.

163. São fatores mais influentes na tendência dos investimentos: a ordem de grandeza dos lucros correntes, o preço dos bens de produção, a taxa de juros.

164. Os investimentos feitos em cada época são regidos pela taxa de juros e pelo preço dos bens de produção vigentes à época dos investimentos.

165. O mercado dos capitais é alimentado pelos que auferem grandes rendimentos; não pelas classes que percebem salários e remunerações fixas. Aumentam, portanto, os investimentos em detrimento dos consumidores, sempre que se registam lucros excessivos.

166. A transformação do capital circulante em capital fixo constitui um dos sinais característicos do ciclo de alta.

167. O desenvolvimento das indústrias que fabricam meios de produção, é financiado não só pelos créditos inflacionistas e pelas economias voluntárias comuns, mas ainda pelo surto das economias voluntárias provenientes dos lucros excessivos.

168. Em períodos de atividade industrial, a renda disponível, para a compra de bens de consumo, é escassa em relação ao valor dos bens que chegam ao mercado.

169. A acumulação de equipamento industrial, não amortizado, feita sob o estímulo de uma expectativa otimista dos lucros, conduz sem dúvida a perdas futuras forçadas pela urgência de liquidação.

170. Os investimentos exagerados geram a deficiência do poder de compra dos consumidores. Determinam uma anômala distribuição da renda nacional. Conduzem a uma situação caracterizada pelo excesso de meios de produção e insuficiência dos rendimentos nominais dos consumidores. O colapso se torna catastrófico porque ao consumo deprimido se contrapõe o excesso de produção. Fatores de ordem psicológica intervêm para completar a ação das causas de ordem monetária e econômica.

171. Tanto mais longos os processos de mobilização dos capitais e o período dentro do qual se podem utilizar os novos equipamentos da indústria, maiores os elementos de incerteza e as proporções dos riscos.

172. Convém que o govêrno não agrave o ritmo da imobilização de capitais. Cumpre-lhe evitar obras de investimentos onde isso seja aconselhável.

VI — Conjuntura

173. A fase de prosperidade da conjuntura se caracteriza pela escassez dos bens de consumo, ativa procura dêsses bens e preços de mercado acima do custo marginal de produção, originando lucros amplos.

174. A segunda fase da conjuntura se caracteriza pelo aumento do equipamento das emprêsas, determinando uma expansão de atividades que se manifesta no surto, sem precedentes, da produção dos bens de consumo.

175. As maiores flutuações na economia são determinadas pelo super-estoque e pelo sub-estoque do equipamento ou dos bens de produção. Quando há previdência no sentido de evitar, em tempo, excessivo aumento dos investimentos industriais ou de propiciar oportuno aumento nos equipamentos, muito menos acentuadas se mostram as oscilações da economia.

176. A experiência comprova as seguintes gradações nas fases de conjuntura: *a*) aumenta o volume do meio circulante, determinando a alta dos preços; *b*) os lucros e a taxa de juros se elevam, a última. porém, em menores proporções que os primeiros; *c*) o aumento dos lucros provoca o surto dos empréstimos e a expansão do crédito bancário; *d*) o surto do crédito acelera ainda mais o volume do meio circulante e a alta dos preços; *e*) essa alta provoca novo aumento do meio circulante, acelerando a sua velocidade, o que, por sua vez, reatua no sentido da agravação contínua dos preços. A continuidade do ciclo persiste, se a taxa de juros não é sensivelmente alterada, para deter o fluxo do crédito. Quando mais tardiamente se opera essa mudança, mais graves os efeitos da depressão, tornada assim inevitável.

177. A conjuntura significa não só um deslocamento relativo dos preços das mercadorias, mas uma elevação efetiva do nível geral dos preços, como resultado da concessão, de modo extenso, de meios de pagamento por parte dos bancos.

178. Os movimentos da conjuntura consistem especialmente em flutuações na produção do capital fixo, cujos materiais sobem de preço.

179. No comêço da conjuntura produz-se uma formação de capitais relativamente forte. À medida que os salários e os preços aumentam, atenua-se a formação de capitais em proporção com a renda nacional.

180. O fim da conjuntura se caracteriza por uma relativa escassez da oferta de capital.

181. A ação da conjuntura se exerce especialmente sôbre a produção de capital fixo. Não se faz sentir no domínio da produção dos bens de consumo, ou aí repercute muito atenuadamente.

182. As indústrias têxteis são particularmente sensíveis às grandes flutuações da conjuntura.

183. Uma crise comercial resulta do excesso de operações de especulação.

184. Nenhum grande colapso ocorre sem que se tenham registado transações duvidosas. As crises sobrevêm após um período, mais ou menos prolongado, de violenta expansão, de especulação e de alta de preços.

185. As flutuações da renda real e a redistribuição dessa renda revestem suprema importância.

186. Nas crises lucram apenas as classes afortunadas, embora algumas delas percam mais na baixa do que lucraram na alta. Na alta, caracterizada por preços elevados, sofrem as classes consumidoras, devido aos desníveis operados entre o salário em dinheiro e o salário real. Essas classes ainda sofrem na baixa porque a depressão econômica as afeta mais profundamente.

187. O segrêdo das crises pode ser encontrado no mecanismo da distribuição dos bens, convindo não esquecer que o dinheiro constitui também um mecanismo de distribuição.

188. Tributação elevada, economia nas despesas e redução das dívidas caracterizam a política a adotar nos períodos de alta. Redução da tributação, aumento das despesas públicas e maior recurso ao crédito definem essa política, nos períodos de depressão.

189. Os males da liquidação afetam mais a agricultura do que os grupos industriais.

190 É muito mais difícil deter a depressão do que neutralizar, mediante a prática de oportuno contrôle, o ritmo das fases de prosperidade, provocadas pelo excesso de especulação. A depressão escapa a todos os meios de contrôle.

191. A depressão pode ser descrita como uma queda geral dos preços, nos pontos flexíveis da escala dos preços, e o declínio da produção nos pontos rígidos dessa escala, com efeitos intermediários no campo dos dois extremos, efeitos variáveis segundo a estrutura da economia nacional.

VII — Salário e Indústria

192. O problema do salário é um problema de preço. Na maioria dos casos, o aumento dos preços ultrapassa o nível atingido pelos salários aumentados.

193. Os salários reais constituem o orçamento das mercadorias, quer dizer, o composto das mercadorias, ou seja o nível de vida que o salário em dinheiro compra. Só exprimindo os salários em dinheiro em salários reais podemos refletir o verdadeiro estado econômico da nação.

194. A elevação do salário significa, sobretudo, um acréscimo de poder aquisitivo que influi na utilização dos bens de consumo por parte das classes trabalhadoras. Daí converter-se em fator importante do processo de produção e de formação dos preços dos bens de consumo. Acontece, porém, que os rendimentos das emprêsas são fundamentalmente muito mais estimulados, nas conjunturas de alta, do que a renda proveniente dos salários.

195. A renda real das classes que percebem salários ou vencimentos não cresce na mesma proporção que a renda monetária.

196 É preciso evitar que o salário fique muito baixo, para retificar também por êsse meio o excesso dos lucros ou a exagerada imobilização de capitais.

197. Se os salários e as outras rendas fixas não aumentam, crescem os lucros, o que impulsiona ainda mais a expansão do crédito e o investimento dos capitais.

198. Não basta proporcionar aos trabalhadores uma renda mínima, exigida por um padrão de vida também mínimo. Do sistema econômico atual mais do que isso deve ser exigido: o direito de poder cada classe contribuir em melhores condições para a formação da renda nacional, deixando a maioria da população de ficar limitada apenas a procurar subsistir ou a evitar de perecer por insuficiência de nutrição.

199. Se o motivo do lucro não deve servir de norma ao ordenamento econômico da sociedade, faz-se preciso basear êsse ordenamento na idéia de assegurar a cada indivíduo condições de subsistência, aí compreendida a satisfação de outras necessidades além do mínimo de alimentação.

200. Uma fase de transição da vida humana, nas suas relações com o Estado, não é momento para ação inspirada em intuitos contemporizadores mas para ação revolucionária. Pode a ação ser definida nesse propósito: uma ofensiva contra a miséria individual em meio de um sistema econômico opulento.

201. A solução humana dos problemas econômicos e sociais marca a superioridade da forma de govêrno.

202. Os monopólios e os privilégios representam os únicos perigos que ameaçam gravemente a liberdade, problemática num Estado que, sob a aparência de liberdade, disfarça a sujeição ou a escravidão econômica, permitindo a exploração do homem pelo homem. O grande problema do Estado consiste em pôr têrmo a semelhante ignomínia.

203. Pode subsistir a liberdade individual, contanto que a mesma se ajuste a certas prescrições do Estado, inspiradas na defesa do bem coletivo.

204 Os interêsses unilaterais da economia de produção se vêem chamados a ceder a primazia aos interêsses da economia de consumo. O principal objetivo de um sistema econômico deve consistir na satisfação das necessidades coletivas e da subsistência dos indivíduos.

205 A liberdade só pode ser mantida se o Estado se dispuser a usar tôda a sua autoridade no sentido de suprimir os regimes e os processos de monopólio, assegurando a indispensável mobilidade a todos os fatores de produção.

206 A indústria deve constituir o instrumento por meio do qual se construa uma sociedade melhor, de modo que os benefícios da produção mecanizada se estendam a tôdas as classes, deixando de significar uma fôrça ao serviço da opressão e da exploração dos menos afortunados.

207. A produção é uma atividade de caráter social. Assistem-lhe, portanto, responsabilidades sociais. Assim, quando a iniciativa privada não fica à altura dessas responsabilidades, cumpre ao Estado adotar as medidas imprescindíveis para assegurar as finalidades sociais da produção.

208 A indústria cessou de significar apenas uma simples atividade privada, visando aos interêsses dos acionistas. Reveste agora o alcance de uma função social, a ser preenchida em benefício da comunidade.

209. Se os interêsses seccionais predominam no funcionamento do sistema econômico, esquivando-se ao desempenho das novas responsabilidades atribuídas à indústria, o Estado enfrenta êsse dilema: ou falhará à sua missão de centro de equilíbrio dos interêsses gerais, ficando títere dos interêsses seccionais, ou, para cumprir aquela missão, sacrifica o princípio da liberdade individual.

210. Não é mais possível o retôrno ao sistema econômico orientado por preocupações individuais.

211. Como instrumento físico de trocas, o dinheiro torna possível uma civilização diversa em cada país. Mais pelos seus efeitos mecânicos do que pelos seus efeitos espirituais, pode o dinheiro efetivamente destruir a sociedade.

VIII — Índices dos Preços em Grosso

212. Não é possível decidir com acêrto e precisão, em face da conjuntura, sem um índice geral dos preços. Êsse índice geral abrange os preços por atacado, o custo da vida, os salários industriais, os preços dos títulos, ações e obrigações, os preços da propriedade imobiliária ou a massa de bens imóveis.

213. Quanto aos números-índices dos preços, êles têm por fim proporcionar uma sintética e aproximativa medida do valor das mercadorias destinadas ao consumo direto e a serem transformadas pela indústria. Traduzem a variação do nível geral dos preços sôbre o poder aquisitivo (físico) da moeda relativamente às mercadorias.

214. Na fase preparatória de sua elaboração procura-se fixar: *a*) quantas e quais as mercadorias que devem ser escolhidas; *b*) que valores e preços se devem tomar para base; *c*) como fazer os inquéritos para obtenção dos preços.

215. O número de mercadorias não deve ser muito limitado. Uma centena satisfaz. A escolha deve recair nos artigos mais característicos e mais representativos, capazes de refletir o andamento do grupo a que pertencem. Escolhido certo número de produtos, êsse número deve ficar invariável.

216. O mais importante é a comparabilidade, paralelamente à imutabilidade das mercadorias, de um período a outro. Como as matérias primas oferecem maior abundância e maior garantia de cotação, escolhem-se de preferência as matérias primas. As matérias primas representam altas mais rápidas.

217. De par com os preços dos produtos semi-elaborados e manufaturados, incluem-se os salários, os impostos, as despesas para iluminação e publicidade, elementos que podem variar em sentido inverso dos preços das matérias primas, os quais variam mais lentamente.

218. Assim, para obtenção de índices realmente representativos do andamento geral dos preços, devem ser também abrangidos os preços das semi-manufaturas e manufaturas.

219. Devem ainda ser escolhidas mercadorias destinadas à indústria (algodão, carvão, ferro), como as destinadas ao consumo, segundo as características do país. Êsses grupos apresentam movimento diverso.

220. Os gêneros destinados ao consumo são menos influenciados pela situação econômica porque a sua procura é mais uniforme e mais constante.

221. Desde que se tenha escolhido um determinado número de mercadorias, impõe-se mantê-lo uniforme, evitando-se a inclusão de novas mercadorias.

222. Do mesmo modo a substituição de tipos de mercadorias deve ser feita com rigoroso critério.

223. Devem ser tomados os preços cotados em bôlsa. Referem-se a tipos definidos e têm a vantagem do contrôle público.

224. Os inquéritos para levantamento de preços podem ser feitos de duas maneiras: mediante coleta direta de informações dos comerciantes, industriais e agricultores, ou por meio de uma comissão. O último critério oferece a vantagem do debate.

225. Devem ser escolhidos informantes seguros, competentes e que compreendam bem a finalidade do inquérito.

226. Para se ter a certeza de que os informantes mencionam sempre o preço da mercadoria fixada na lista, será bom indicar os tipos e as cotações anteriores.

227. Dado um preço sensìvelmente diferente, deve ser o mesmo objeto de estudo.

228. É preciso que se recolham os preços dos vendedores, compradores e intermediários.

229. Devem ser considerados um preço máximo e um mínimo, determinativos do limite dentro do qual se processam as transações feitas com a mercadoria.

230. O que interessa é o preço de mercado, o preço mais freqüente, em tôrno do qual se concentra maior número de operações de comércio. Assim, não interessa o preço máximo possível nem o mínimo absoluto; sim o máximo e o mínimo onde se concentra o maior número de negócios.

231. Faz-se preciso evitar mercadorias que freqüentemente apresentem apenas cotações nominais, isto é, produtos que só aparecem em determinados meses do ano, sujeitos por isso a alterações de preço muito sensíveis.

232. Tratando-se de números índices de caráter particular, com escopo de previsão ou barométrico, ou que indique o futuro andamento de todos os preços, deve ser feita escolha diferente. Levam-se em conta mercadorias mais sensíveis às variações do mercado e o valor semiológico que pode representar uma variação de preço, relativamente a determinada mercadoria.

IX — Índices dos Preços a Retalho

233. Os informantes para os preços a retalho devem ser numerosos, ao contrário do que acontece nos inquéritos relativos aos preços em grosso.

234. As variações dos preços em grosso são ràpidamente transmitidas de mercado a mercado, formando assim um preço único de mercado, correspondente à situação da oferta e da procura do gênero, em determinado momento. É como um sistema de vasos comunicantes.

235. Relativamente ao mercado dos preços em grosso, ocorre o mesmo que se verifica no mercado de títulos. A cotação das bôlsas se mantém num só nível devido à intervenção dos operadores que adquirem títulos nos mercados onde são mais baixos os preços, vendendo-os onde as cotações se mostram mais altas.

236. No tocante aos preços a retalho não há um só mercado. Diferem os preços de bairro a bairro, de um tipo de negócio a outro, de freguesia a freguesia.

237. Os consumidores são informados imperfeitamente e com atraso da situação do mercado, não sabendo onde possam encontrar preços mais favoráveis.

238. Por outro lado, servem-se de fornecedores habituais, ficando indiferentes à oscilação de preços que não lhes vai afetar sèriamente a economia.

239. Os preços a retalho devem ser colhidos nos comerciantes fixos e ambulantes, nos que vendem a vista e a prazo, nos freqüentados pela freguesia de maiores recursos e pela freguesia operária, nas cooperativas, feiras, etc.

240. Tais inquéritos devem ser estendidos aos vários bairros da cidade.

241. Referem-se os mercados em grosso sobretudo às matérias primas e, no caso das manufaturas, trata-se de produtos cujas marcas e tipos revestem características precisas.

242. Nas vendas ao consumidor a seleção das mercadorias é mais difícil. Deve assim abranger um número reduzido de produtos, destacando-se os gêneros alimentícios, com especificação do tipo e qualidade do gênero.

243. Os informantes devem ser sempre os mesmos, pois o fato de uma casa de negócio ser mais ou menos central já constitui motivo para variação de preços. Deve ser fixado também o dia da semana para a coleta dos dados.

244. O levantamento de preços das manufaturas constitui tarefa árdua, especialmente no que se refere aos artigos de vestuário.

245. A confecção mais ou menos acurada, a moda e a qualidade da matéria prima empregada provocam diferenças enormes nos preços.

246. Os tipos devem ser bem definidos. É preferível a escolha do preço dos tecidos à do preço das confecções.

247. Os índices dos preços a retalho distinguem-se dos índices relativos ao custo da vida. Referem-se os primeiros à média dos preços das mercadorias vendidas a retalho, sem preocupação do modo pelo qual se efetua o respectivo consumo pelas diversas classes da população. Quanto aos índices do custo da vida, a variação dos preços é estudada em relação a esquemas preestabelecidos ou balanços do consumo, referentes a determinados tipos de família. Assim, nos índices do custo da vida, consideram-se a variação das despesas de uma família nos vários itens em que são utilizados os salários, bem como o ordenado ou renda dos membros da família.

X — Índices do Custo da Vida

248. Os índices do custo da vida compreendem os gêneros alimentícios, as despesas para o vestuário, para moradia, iluminação e outros encargos, tais como transporte, diversões, higiene.

249. Baseia-se o cálculo no consumo de uma família tipo.

250. Pondera-se a média segundo a importância dos vários gêneros e itens que formam o balanço familiar completo.

251. A dificuldade dêsses índices consiste no levantamento do inquérito que visa determinar os elementos do balanço familiar.

252. Os inquéritos sôbre os balanços familiares colimam dois fins principais. O primeiro consiste em proporcionar uma visão do nível de vida das classes da população estudada; o segundo trata de fixar o meio mais eficiente de ponderação dos números índices do custo da vida, para atribuir a cada artigo um pêso correspondente à sua importância na cifra total dos gastos.

253. Os inquéritos, cuidadosamente elaborados, devem abranger o maior número de famílias, assegurando-se de todo modo a cooperação do público, mediante questionários bem minuciosos quanto ao número de pessoas, idade, sexo e à discriminação dos gastos.

254. Deve-se recorrer à cooperação da imprensa e do rádio, solicitando-se também das organizações sindicais e das organizações femininas listas de famílias dispostas a prestar informes fidedignos.

255. Convém que a classificação das famílias seja objeto de acurado estudo, procedendo-se da mesma maneira quanto ao cálculo das unidades de consumo.

256. A forma de ponderar os índices do custo da vida, além do sistema acima citado, pode basear-se ainda no consumo global e no orçamento teórico. Êsse orçamento estabelece as quantidades necessárias à subsistência de uma família normal de determinada classe.

257. Relativamente aos índices do custo da vida, é recomendável alterar o menos possível a lista dos gêneros que entram no cálculo, tanto na qualidade como no coeficiente de ponderação dos diversos artigos. Êsse coeficiente é representado pela quantidade de cada gênero.

258. Os índices são tanto mais significativos e úteis quanto mais o esquema do balanço corresponda à real situação do consumo. Daí a necessidade de uma periódica revisão da lista e das quantidades dos gêneros considerados.

259. Pode ser feito um inquérito periódico, decenal, por exemplo.

260. As modificações que se tornem necessárias, ou porque um gênero desapareceu ou se tornou escasso, ou porque o consumo se oriente para outros gêneros, diferentes dos escolhidos, devem ser feitas com método, tendo sempre como base inquéritos particulares.

261. Essa recomendação se estende ao levantamento de todos os índices de preços.

262. No intuito de proporcionar íntegra visão do nível de vida das diversas classes sociais, é preciso elaborar diferentes índices relativos a família de funcionários, de operários e a outras famílias-tipos que estruturam o meio social do país.

XI — Renda Nacional

263. A renda nacional pode ser definida como o valor líquido das mercadorias e serviços produzidos durante o ano; ou como o valor das mercadorias e serviços consumidos durante o ano, acrescido das economias acumuladas; ou como a soma das porções dos rendimentos recebidos pelo beneficiário final, mais a economização líquida das atividades econômicas.

264. Definindo-se a renda nacional como o valor líquido das mercadorias e serviços produzidos, deve-se fixar quais as mercadorias e serviços a serem incluídos para a formação do cômputo do rendimento nacional. Adotando-se o critério do cômputo das mercadorias e serviços consumidos, mais o que foi economizado, deve-se definir o que se considera como riqueza, pois a economização é mensurada pelo confronto da riqueza existente no comêço e no fim do ano.

265. As estimativas da renda nacional assentam em dois critérios fundamentais de avaliação: *a*) a noção corrente de produtividade social, visto como, sendo a renda nacional utilizada para fins sociais, se deve basear no que a sociedade entende por noção social de produtividade; *b*) a noção de avaliação de mercado, como a medida da produtividade social.

266. A seleção das parcelas destinadas a formar o cômputo da renda nacional deve ser rigorosamente feita para evitar o vício das superestimativas ou o êrro das subestimativas.

267. A renda nacional produzida corresponde a um cômputo mais completo da renda nacional. Permite medir o produto líquido do sistema econômico, constituindo, assim, o conceito básico do ponto de vista da análise econômica.

268. A avaliação da renda nacional, baseada no valor final dos produtos, mostra mais claramente do que qualquer outro método as características essenciais das flutuações dos negócios, bem como as mudanças registadas na estrutura da economia.

269. Um dos objetivos do levantamento da renda nacional consiste em determinar o valor dos vários tipos de produtos finais, bem como a proporção da renda nacional atribuída a cada ramo de produção. Visa a êsse fim o método que soma os valores dos produtos finais.

270. A estimativa da renda nacional possibilita não só comparar, anualmente, o valor do produto líquido da economia mas registar as alterações ocorridas no fluxo dos fundos disponíveis para aquisição do produto final.

271. Como um conceito estatístico, a renda nacional representa a parte mensurável do produto social. O conceito — produto social — abrange os resultados de tôdas as várias espécies de trabalho feito e posto à disposição do grupo social. Assim, a renda nacional assenta sôbre a noção de uma pura economia de troca, governada pela atuação dos preços e custos. Sendo impossível computar todo o produto social, o estatístico deve contentar-se em incluir a parte do produto suscetível de mensuração.

272. A renda individual corresponde à aquisição do direito de dispor de uma parte do resultado da produção.

273. A renda nacional exprime: *a*) a soma de todos os rendimentos individuais; *b*) a soma de todos os lucros e pagamentos aos agentes individuais de produção; *c*) a soma dos valores das mercadorias de consumo, dos serviços e dos bens que formam os investimentos adicionais produzidos em determinado período. Daí os métodos de avaliação que procuram fixar: *a*) a soma de todos os rendimentos individuais; *b*) a soma dos pagamentos e dos lucros; *c*) o valor total das vendas de tôdas as mercadorias e serviços, em fase final.

274. A soma dos pagamentos e lucros pode ser calculada deduzindo-se do valor bruto de tôdas as vendas, inclusive serviços, os custos pagos às outras unidades de comércio, abrangendo os custos decorrentes da substituição dos equipamentos. A parte residual equivale à soma de salários, de juros e de rendas, desde que os dois últimos itens representem pagamentos aos indivíduos e não a outras unidades comerciais. A soma do valor das vendas de tôdas as mercadorias e serviços compreende os bens de investimentos relativos ao acréscimo do equipamento.

275. Qualquer dos três métodos supra-referidos conduz ao mesmo resultado. Todavia, cada um possui o seu mérito próprio, conforme se deseje fixar: o total da renda por grupos de rendimentos ou de acôrdo com a distribuição geográfica dos que a recebem; as fontes de que a renda promana, se da agricultura, indústria e comércio; a divisão da renda nacional em renda consumida e renda investida. Na prática de qualquer dêsses três métodos, o estatístico encontra dificuldades de ordem técnica; na falta de dados precisos deverá recorrer ao processo das estimativas e das conjeturas.

276. A soma de todos os rendimentos individuais só equivale à renda nacional se cada recebedor da renda utilizar a parte de que dispõe, consumindo ou investindo.

277. Uma das diferenças essenciais entre a renda nacional e a renda disponível decorre da inclusão, nessa última, dos abatimentos relativos à depreciação e exaustão do material, nas emprêsas comerciais.

278. A renda nacional constitui um aspecto especial da renda social. A renda social equivale ao valor dos produtos e serviços utilizados pelos consumidores finais, acrescido das economias acumuladas, ou seja mais o aumento ocorrido na riqueza social.

279. A renda social pode ser resumidamente definida como o valor total das mercadorias e serviços que formam o consumo, mais o aumento da riqueza social.

280. Os métodos vigentes de estimativa da renda social consistem em agrupar a posição financeira de tôdas as atividades que formam o sistema econômico, ou a posição financeira de tôdas as famílias ou indivíduos considerados como consumidores, economizadores, investidores e trabalhadores.

281. A renda social pode ser estimada mediante a soma dos rendimentos recebidos pelas famílias e indivíduos, principalmente como retribuição dos serviços oriundos do trabalho e da propriedade.

282. As estimativas da renda podem ser apresentadas, dentre outras formas, nos tipos seguintes de avaliação: na base dos preços correntes, na base dos preços estabilizados, ou segundo avaliações que visam a correções dos dados em conseqüência de alterações ocorridas.

283. A renda social provém de três origens de rendimento: renda do trabalho, renda da propriedade e renda proveniente dos lucros das emprêsas. Constituem êsses itens as principais porções distributivas do dividendo nacional.

284. Os três principais tipos de despesas decorrem da recomposição da riqueza, das economias investidas em nova riqueza, das mercadorias e serviços utilizados pelos consumidores finais.

285. O conceito do valor bruto do produto abrange: o valor das mercadorias e serviços utilizados durante o ano pelos consumidores

finais; o decréscimo líquido do valor do patrimônio, o valor dos novos bens duráveis produzidos, inclusive a substituição e acréscimo do estoque dos bens duráveis.

286. Entendem-se por valor líquido do produto de uma indústria: as receitas brutas que não compreendam os juros e dividendos recebidos, menos o custo daquelas mercadorias e serviços usados ou vendidos durante o ano; menos ainda a utilização e depreciação do material.

287. O valor representa o resultado da situação do mercado.

288. A riqueza constitui uma grandeza referida num período instantâneo de tempo. A renda representa uma grandeza referida num determinado período de tempo.

289. O têrmo — produto nacional — tem sentido mais descritivo, na maioria das definições da renda nacional, do que o próprio têrmo — renda nacional. Daí dizer-se que essa renda exprime o produto total do esfôrço dos cidadãos. Pode-se, portanto, considerar a renda nacional como o produto líquido da economia nacional. Assim, a renda nacional corresponde ao valor global de tôdas as mercadorias e serviços produzidos, menos o valor das matérias primas e do equipamento de capital consumido no processo de produção, durante um ano.

290. A estimativa do valor dos vários tipos de produção final ressalta os aspectos do sistema econômico, proporcionando uma visão de conjunto da economia nacional.

291. O rendimento coletivo constitui uma parte básica da renda nacional. O rendimento coletivo provém da taxação de emprêsas comerciais, dos lucros obtidos do poder público na gestão dos serviços industriais do Estado. Êsse rendimento é utilizado para fins gerais ou para despesa de capital.

292. Há dois métodos de avaliação do rendimento coletivo. Pode-se deduzir do custo dos serviços prestados às emprêsas comerciais do Estado o total dos resultados líquidos dessas emprêsas e das rendas obtidas. A diferença é considerada o lucro ou o rendimento coletivo. Segundo o outro método de estimativa, deduz-se o produto correspondente às taxas coletadas diretamente dos indivíduos do total relativo ao custo dos melhoramentos de capital e dos serviços prestados aos indivíduos.

293. A incidência da taxação pode ser utilizada como um critério metodológico de considerar os rendimentos e os serviços do Estado, quando se estima a renda nacional.

294. Do total das taxas coletadas das emprêsas industriais, utilizadas para cobrir o custo dos serviços prestados ao consumo público, sòmente uma parte pode ser teòricamente considerada como duplicação do preço pago. A outra parte é absorvida do rendimento dos investidores, dos proprietários e dos empregados.

295. Considera-se renda disponível a quantia total efetivamente recebida ou tornada disponível para os indivíduos, durante certo período,

para o fim de aquisição dos produtos finais. Assim, o têrmo — renda disponível — inclui recursos que não são considerados renda, na moderna técnica da contabilidade.

296. A renda disponível não deve ser confundida com a renda corrente dos indivíduos, com a renda nacional definida como valor do produto líquido da economia, ou com o poder de compra. Os dois primeiros conceitos são menos inclusivos do que a renda disponível. O terceiro conceito — poder de compra — constitui um potencial imensurável, ao passo que se pode medir a renda disponível.

297. O poder de compra, ou a capacidade de gastar, significa tanto riqueza como renda e recursos em dinheiro. Todavia, de um modo geral, chama-se poder aquisitivo a renda disponível.

298. É impossível estimar o poder de compra de uma nação, quando se considera o potencial da capacidade aquisitiva em qualquer período.

299. A efetiva expansão ou contração do crédito — não o limite de expansão do crédito — constitui um dos fatores da renda disponível.

300. Os lucros de capital, se realizados ou meramente acrescidos em conseqüência de mudança nos valores de mercado, são geralmente excluídos do conceito de renda nacional. Todavia, incluem-se os lucros de capital, se a renda nacional é avaliada segundo o processo de consolidação da renda e das despesas de estabelecimento, relativos às famílias, aos indivíduos e aos grupos sociais. É que as estatísticas levantadas, para o fim de pagamento do imposto de renda, se tornam sem valia, na seriação dos levantamentos anuais, desde que os lucros ou benefícios de capital não sejam computados no rendimento recebido.

301. A freqüência da distribuição da renda entre os indivíduos denota a sua capacidade para dispor dos produtos do sistema econômico.

302. A especulação do mercado de títulos constitui decisivamente um dos métodos de distribuição ou redistribuição da renda nacional.

303. Para avaliar a soma total gasta pelas famílias e pelos indivíduos, visando a fins de consumo, segundo os vários tipos de mercadorias e de serviços, faz-se necessário adotar modelos e aplicar médias derivadas de semelhantes modelos no levantamento da estimativa do número de famílias e de indivíduos em cada grupo de rendimento.

304. A estimativa da renda nacional e a renda *per capita* indicam os totais disponíveis para as despesas de consumo.

305. Os lucros de capital representam uma espécie de ganho profissional ou de ganhos afins aos que derivam do jôgo.

306. Com a reserva dos reajustamentos aconselháveis, é preciso incluir os lucros de capital sempre que se mede a renda nacional pelo método da soma dos rendimentos recebidos, ou segundo o método de soma das compras de consumo e das economias.

O. ALEXANDER DE MORAIS
(Do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento)

"NÚMEROS ÍNDICES", SUAS APLICAÇÕES NA ESTATÍSTICA BRASILEIRA E SUGESTÕES ATINENTES À SUA PADRONIZAÇÃO CONTINENTAL

(Notas para a contribuição do Brasil ao trabalho da Comissão de Projetos do I.A.S.I.)

I — Fixação de conceitos e delimitação de aplicações

1. *Distinções prévias* — Consoante usada na estatística oficial brasileira, como na de outros países, a designação "números índices" compreende duas modalidades de aplicações, cujo estudo leva a estabelecer uma natural distinção entre o caso das *séries isoladas,* ou *simples,* e o caso dos grupos de *séries coordenadas,* segundo circunstâncias comuns de *tempo* ou de *espaço.*

Sob o primeiro aspecto, constituindo o que se tornou corrente denominar "números índices simples", são êles apenas os "relativos" da terminologia norte-americana, não passando, assim, de meras expressões percentuais de cada têrmo de uma *série, isolada* ou *simples,* em relação a um valor adotado como *base.*

Sob o segundo aspecto, em que se costumam, também, denominar abreviadamente "índices", apresentam-se-nos como meios adequados a sumariar os têrmos correspondentes de duas ou mais *séries coordenadas,* assegurando-lhes, ao mesmo tempo, as respectivas influências individuais nos resultados de conjunto. O modo mais espontâneo de calculá-los, neste caso, em que a seguir os distinguiremos dos precedentes pela designação genérica de "números índices combinados", consiste em somar *têrmo a têrmo,* segundo as discriminações comuns de *tempo* ou *espaço,* duas ou mais *séries coordenadas,* de dados absolutos "somáveis lógica e numèricamente", e exprimir os resultados sob a forma percentual peculiar aos "relativos" da técnica norte-americana. Outro recurso, bastante natural também, em relação à finalidade do caso, é a determinação de uma "média" adequada, simples ou ponderada, dos "números índices elementares" prèviamente calculados para os grupos de têrmos entre si correspondentes nas *séries coordenadas.* Para facilitar referências ulteriores, chamaremos, respectivamente, "números índices agregativos" e "números índices médios" aos resultados obtidos segundo cada uma das duas marchas, ora mencionadas, sem esquecer, entretanto, que elas não passam, sob determinadas condições, de um mesmo e único processo de combinação.

Os "números índices" obtidos por qualquer dessas duas marchas atendem plenamente ao objetivo de "representar a situação global de vários *fenômenos* de *mesma natureza*" e pertencem à categoria denominada pelo Professor MILTON RODRIGUES,[1] "números índices sintéticos", dos quais êle distingue os "números índices compostos", reservando esta designação para a hipótese da "situação global de *vários fenômenos de natureza diversa*", em que as séries deixam de ser somáveis lògicamente.

---

[1] Projeto do *Vocabulário Brasileiro de Estatística,* em impressão, para ulteriores sugestões, no Serviço Gráfico do I.B.G.E.

O esquema a seguir resume as distinções que vimos esboçando, com o intuito apenas de facilitar a exposição do que a estatística oficial brasileira apresenta, em suas divulgações, sob o nome genérico de "números índices":

Números índices
- *simples ou elementares* (relativos)
- *combinados*
  - *sintéticos*
    - *agregativos*
    - *médios*
  - *compostos*

2 *Características e técnica geral de cálculo* — Deixando de atribuir à designação o sentido extensivo a seu respeito admitido por alguns, como "números índices" consideraremos, em particular, na presente nota, sòmente *dados relativos percentuais,* que provenham de uma *série isolada, ou de uma série simples* obtida pela totalização de um grupo de *séries coordenadas primitivas,* ou que representem "médias", ponderadas ou não, seja de "números índices elementares", prèviamente calculados para os grupos de têrmos correspondentes destas últimas séries, seja de grupos de "números índices combinados", delas deduzidos mediante processos diversos, como no caso do índice chamado "ideal", de FISHER.

Para caracterizar, formalmente, tais "números índices", distinguindo-os, ao mesmo tempo, dos valores relativos de distribuição percentual peculiares às séries de localização e de constituição, parece bastante ter presente que a *base* de seu cálculo é sempre um "têrmo efetivo" da série, ou um "dado médio" representativo de um grupo de têrmos a ela pertencentes, ou ainda, um dado isolado, com êles homogêneo, mas nunca uma "soma de têrmos" da própria série, como ocorre com as taxas de contribuição percentual das classificações territoriais e estruturais.

No que concerne à *técnica de cálculo,* a fixação do valor da base das expressões percentuais deduzidas dos têrmos das *séries simples* e o estabelecimento da forma de combinar as *séries coordenadas,* em sua representação de conjunto, devem constituir as preocupações dominantes.

Encarando os "números índices elementares" e os "números índices agregativos" como o fundamento da técnica geral dos "números índices sintéticos" e deixando para ulterior exame a fixação do valor B, representativo da base, bastará ter presente, no decorrer da presente exposição, as duas expressões simbólicas a seguir:

Números índices elementares:

$$I_t = \frac{100}{B} \times V_t, \text{ sendo}$$

V_t = valor do têrmo de característica t, na *série simples considerada;*

Números índices agregativos:

$$I_t = \frac{100}{B} \times \sum_{i}^{n} V_t, \text{ sendo}$$

$\sum_{i}^{n} V_t$ = soma dos n têrmos de característica t, em cada uma das n *séries coordenadas consideradas.*

3. *Aplicações específicas* — Conquanto os "números índices" possam ser utilizados em qualquer ordem de ocorrências para "comparação entre as situações de um ou mais fenômenos, tomadas em épocas ou localidades diversas",[2] é no âmbito dos fatos econômico-financeiros que êles teem constituído meio de pesquisa estatística particularmente útil e sobretudo adequado ao exame da respectiva evolução no tempo.

Fora daí, efetivamente, só os "números índices elementares", mais como forma cômoda de exposição do que como processo especial de investigação, aparecem correntemente nas divulgações da estatística administrativa em geral, como na brasileira em especial.

Além disso, é, particularmente, o estudo das *variações dos preços* que, havendo dado origem à técnica dos "números índices", constitui ainda hoje o domínio de aplicações específicas em que ela vem revelando maior aperfeiçoamento e mais efetiva utilidade à orientação de iniciativas no mundo dos negócios particulares como no da administração pública.

II — Escolha e determinação da base

1. *Interêsse retrospectivo (histórico) e interêsse prospectivo (semiológico)* — Na elaboração de séries de números índices, tornou-se recomendação clássica escolher-lhes sempre a base em um *período normal* na evolução do fenômeno ou dos fenômenos, cujas flutuações no tempo se pretendem medir.

Merecem, sem dúvida, pleno acatamento as razões que levam a assim proceder nos casos em que, predominando interêsse retrospectivo ou histórico, o sentido geral do movimento de longa duração constitue o principal objetivo da pesquisa.

Quando, entretanto, a preocupação das tendências próximas, nos momentos de perturbações mais ou menos rápidas, passa a fomentar o interêsse prospectivo ou semiológico, já parece lícito examinar a conveniência de manter, ou não, rígida obediência ao preceito clássico atinente à escolha da base. De outra forma, seria desde logo proscrever o emprêgo dos "números índices", como instrumento precioso para orientação de providências imediatas, nos meios de organização estatística incipiente, onde não se dispusesse de dados levantados em épocas normais. Nestes casos, os recursos existentes devem, antes de tudo, ser tomados em consideração na escolha da base, cuja coincidência com o próprio período inicial dos registros pode perfeitamente satisfazer aos interêsses de ordem prospectiva ou semiológica, suscitadores da elaboração das séries.

2. *Determinação correta da base* — Não menos justa que a preocupação da normalidade da época da base, afigura-se-nos a da sua determinação em correspondência com a duração efetiva dos períodos a que deve atender, aquela como condição substancial de "sensibilidade", e esta como condição formal de "correção", ambas igualmente indispensáveis aos números índices para poderem desempenhar, com o máximo de eficiência, o papel que lhes atribuem os homens de negócios e os estudiosos das tendências dos fatos econômicos Sem tal cuidado, é impossível isolar, nos índices, as variações dependentes pròpriamente do fenômeno das perturbações provocadas apenas pela amplitude diversa dos períodos de grupamento, as quais se tornam sobretudo sensíveis nos intervalos de pequena duração efetiva.

3. *Ilustrações elucidativas* — Seja, por exemplo, o caso freqüente de "números índices simples", calculados para "dados mensais" (ou "anuais") e tendo por base a "média mensal " (ou "anual") corespondente a um período de cinco anos, com dois deles bissextos, como seria o de 1924-1928

[2] Plano do Vocabulário Técnico Nacional.

A média diária em tal qüinqüênio,

$$D = \frac{Valor\ total\ do\ qüinqüênio}{2 \times 366 + 3 \times 365} = \frac{N}{1917},$$

proporcionaria as seguintes determinações corretas da base:

28 D, para o mês de Fevereiro de anos comuns,
29 D, para o mês de Fevereiro de anos bissextos,
30 D, para os meses de 30 dias,
31 D, para os meses de 31 dias,
365 D, para anos de 365 dias,
366 D, para anos de 366 dias.

A preocupação da determinação correta da base poderia ser ampliada ao extremo de levar em conta o *número exato de dias úteis*, do ponto de vista da ocorrência do fato considerado, isto é, exclusivamente o daqueles em que ela houvesse sido possível.

Sob outro aspecto, poder-se-ia, até certo ponto, admitir, também, como recursos orientados no sentido da conveniente determinação da base, para conformá-la não mais à duração diversa dos períodos, mas já agora à alteração da importância relativa de cada uma das mercadorias no decorrer dos tempos, os critérios de ponderação dos "números índices sintéticos" de preços, que, como o de PAASCHE, consideram "pesos variáveis" nos sucessivos períodos de combinação e aplicam os pesos admitidos em cada um dêstes à composição da base que lhes deva, de per-si, corresponder.

III — Regularização dos números índices elementares

1 *Eliminação das variações estacionais* — As oscilações periódicas estacionais provenientes do comportamento variável dos fenômenos nas sucessivas fases de um ciclo justificam iniciativas no sentido de afastar perturbações que velam a tendência do fenômeno

Para eliminar, na formação de "números índices" mensais, por exemplo, a influência de variações peculiares aos diferentes meses, podem-se calcular os "números índices" de cada um dêstes em referência ao valor registrado no *mesmo mês* (ou à média de valores registrados nos *mesmos meses*) do período tomado como base.

E' com análogo propósito que se calculam, por vêzes, os "números índices" não mais para cada fase isolada dos sucessivos ciclos, mas para cada ciclo completo, somando, por exemplo, os dados mensais afetados de variações estacionais e operando sôbre o respectivo *total anual* ou sôbre a *média mensal* a êle correspondente

Os números índices apresentam, então, no primeiro caso, o caráter de dados restritos a cada uma das fases de qualquer ciclo e, no segundo, o de dados extensivos a cada ciclo completo.

2 *Regularização das variações secundárias ou acidentais* — As irregularidades que, nos períodos de curta duração, geralmente afetam dados de vulto reduzido, ou resultantes de grupamentos heterogêneos, em virtude de eventual predomínio de classificações imperfeitas, introduzem, freqüentemente, nos "números índices" perturbações que se consegue, também, atenuar, calculando-os não mais para cada período isolado do ciclo, mas para a soma dos períodos integrantes do ciclo completo em cada um deles.

Assim, pois, a simples acumulação de fases dentro dos respectivos ciclos pode satisfazer a um duplo desígnio na regularização das séries de "números índices elementares", possibilitando eliminar variações periódicas estacionais e, ao mesmo tempo, atenuar perturbações secundárias ou acidentais.

3 *Regularização de preços médios* — Recurso similar ao resumido no número anterior é o correntemente utilizado na regularização de *preços médios,* resultantes da divisão dos valores registrados em determinados períodos pelas respectivas quantidades, como sói acontecer nas estatísticas do comércio internacional.

Aí, as inexatidões de classificação, ao lado do vulto reduzido dos dados num ou noutro período, podem determinar, em quocientes sucessivos, oscilações de amplitude que, de modo algum, exprimem a marcha real das cotações. O cálculo prévio dos preços médios pela acumulação dos valores e quantidades correspondentes durante períodos trimestrais, semestrais ou anuais, findos no mês de que se pretende o "número índice", concorre, então, para promover uma natural ponderação, regularizadora não só de variações acidentais, como de outras de importância secundária.

IV — Ponderação dos números índices combinados

1. *Diversidade de influência das diferentes "séries coordenadas"* — Os fatos registrados em cada uma das diversas "séries coordenadas" a combinar não exercem, todos, igual influência na formação dos aspectos de conjunto, tornando-se indispensável, por isso, recorrer a processos que assegurem a importância relativa a atribuir, de per-si, a cada um dos elementos componentes. Daí a completa inexpressão a que podem chegar os "números índices sintéticos", quer agregativos, quer médios, quando se deixa de levar na devida conta a diversidade de influência própria dos diferentes fatos combinados.

2. *Recurso adequado a levar em conta a diversidade de influência das "séries coordenadas" a combinar* — Êste recurso é, como se sabe, a *ponderação dos dados,* pela aplicação de multiplicadores apropriados a exprimir o grau de influência relativa dos diferentes fatos. Tais multiplicadores, chamados *pesos* ou *coeficientes de ponderação,* podem ser estabelecidos com caráter uniforme, constante, para os sucessivos períodos, ou variar de um para o outro, acompanhando, assim, as alterações de importância relativa que venham a afetar os fatos componentes no correr dos tempos Sua fixação numérica é questão delicada e pode fundar-se numa apreciação direta (volumes ou valores efetivamente registrados), numa conjetura (quantidades teòricamente necessárias à subsistência orgânica) ou, apenas, numa relação de todo convencional, destinada ùnicamente a concretizar uma gradação mais ou menos arbitrária de efeitos.

3. *Processos especiais de ponderação de números índices de preços* — O estudo do nível dos preços constitui a aplicação mais importante, e quase, por assim dizer, específica, dos "números índices sintéticos". Por isso mesmo os processos de ponderação atinentes aos preços teem sido objeto de particular atenção e giram hoje em tôrno de três fórmulas clássicas, a seguir relembradas:

— *A fórmula de Laspeyres,* que fornece "números índices agregativos", ponderados *segundo pesos constantes,* de acôrdo com a seguinte expressão simbólica:

$$I_t = \frac{100}{\Sigma\, p_0\, q_0}\, \Sigma\, p_t\, q_0\,, \text{ na qual}$$

p_t = o preço num período t considerado,
P_o = o preço no período base,
q_o = a quantidade em qualquer dos períodos.

— A *fórmula de Paasche,* que fornece "números índices agregativos" ponderados segundo *pesos variáveis,* de acôrdo com a seguinte expressão simbólica:

$$I_t = \frac{100}{\Sigma\, p_o\, q_t} \Sigma\, p_t\, q_t\,, \text{ na qual}$$

p_o e p_t teem o mesmo significado da fórmula precedente e
q_t = a quantidade num período t considerado, a qual é aplicada, também, ao período base.

— A chamada *fórmula "ideal"* de *Fisher,* que corresponde à média geométrica das duas precedentes, tendo a seguinte expressão simbólica:

$$I_t = 100 \sqrt{\frac{\Sigma\, p_t\, q_o}{\Sigma\, p_o\, q_o} \times \frac{\Sigma\, p_o\, q_t}{\Sigma\, p_o\, q_t}}$$

V — Aplicações oferecidas pela Estatística Brasileira

1. *Aplicações gerais* — Os "números índices simples" teem sido usados correntemente por todos os órgãos elaboradores de estatísticas no Brasil, como recurso expositivo destinado a facilitar a apreciação das séries cronológicas, consideradas em qualquer ordem de fatos.

Até recentemente, entretanto, não houvera maiores preocupações no sentido de lhes adaptar as bases à duração efetiva dos períodos de acumulação, cuidado cuja importância, do ponto de vista da correção dos "números índices" elementares, já ficou assinalada. Só em 1941 foram executadas as primeiras aplicações no gênero pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, em conseqüência de orientação sugerida pelo Professor GIORGIO MORTARA,[3] a propósito de elaborações então iniciadas naquele órgão estatístico

Fora dêste caso, que será a seguir focalizado, nenhum outro emprêgo de "números índices elementares" apresenta, como matéria de interêsse para as presentes notas, a estatística oficial brasileira, onde as aplicações especiais se teem verificado, como fôra, aliás, de esperar, no campo dos levantamentos econômicos e financeiros

Cumpre, todavia, antes de examinar-se as aplicações de natureza especial observadas na estatística brasileira, fazer uma referência à contribuição dos órgãos superiores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para a progressiva adoção, por tôdas as repartições de estatística do país, das séries de números-índices na representação dos dados estatísticos resultantes dos levantamentos que efetuarem Tem a Secretaria Geral da aludida entidade, por exemplo, dado ampla divulgação às séries de números índices — elaboradas quer pelas diversas repartições, quer por ela própria — através do *Anuário Estatístico do Brasil* e de suas várias separatas, e de outras publicações, periódicas ou não. A Comissão Censitária Nacional, órgão superior da ala censitária do Instituto, deliberou, outrossim, recentemente, constituir uma comissão especial com o fim de estudar o problema dos números-índices, tendo em vista a aplicação dessa modalidade de apresentação aos resultados dos levantamentos estatísticos nacionais. Essa Comissão, integrada pelo Consultor Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, pelo representante do Conselho Atuarial na C C N e pelos Diretores de Estatística dos Ministérios da Agricultura, Fazenda e Trabalho, já deu início às suas atividades

---

[3] Técnico de renome mundial, o Professor GIORGIO MORTARA é hoje Consultor Técnico da Comissão Censitária Nacional, e sem se ater ao exclusivo exercício das suas atribuições funcionais, vem proporcionando, ao aperfeiçoamento da Estatística Brasileira em geral, os mais relevantes serviços, com a segurança de sua profunda competência e o estímulo de seu devotamento ao trabalho

2. *Aplicações especiais do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda* — Além das séries de "números índices" elementares, incluídas como forma expositiva complementar nas diversas divulgações que realiza, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira oferece os seguintes tipos especiais de aplicações:

1.º — Custo da vida na cidade do Rio de Janeiro;
2.º — Índices de preços por atacado e a varejo, na mesma cidade;
3.º — Alguns dados e índices econômicos e financeiros relativos ao Distrito Federal e à cidade de São Paulo.

O custo da vida na cidade do Rio de Janeiro, além dos dados absolutos representativos das parcelas componentes, — habitação, alimentação, combustível e luz, criadagem, vestuário e outras — fornece séries de "números índices elementares", atinentes a cada uma dessas parcelas, ao lado de séries de "números índices sintéticos agregativos", correspondentes à respectiva combinação. A sua elaboração remonta ao ano de 1912, originando-se de um levantamento expedito promovido pela antiga Repartição de Estatística Comercial, sob a direção do Dr. LÉO DE AFFONSECA. Tomou por base uma família de recursos médios, composta de sete pessoas, representadas pelo casal e cinco filhos entre as idades de 5 e 12 anos.

A parcela referente à alimentação, que constitui na espécie o cômputo principal, encerra gêneros alimentícios usuais na época, considerados em qualidades e quantidades de consumo invariáveis desde o início até o presente.

Dadas as condições expeditas em que se processou o seu levantamento originário, a deficiência dos informes de que foi possível a seguir dispor e a composição anacrônica do orçamento, em que ainda se baseia, o *Custo da Vida na Cidade do Rio de Janeiro*, divulgado pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, pode ser hoje encarado como mera "estimativa", valiosa, entretanto, pela continuidade que assegurou às séries dos respectivos "números índices", e, sobretudo, útil, na ausência de outras referências apropriadas ao estudo da marcha de fenômeno econômico-social, cujo registro homogêneo vem mantendo através de mais de três decênios.

Em matéria de "Séries de Preços", as divulgações do Serviço de Estatística Econômica e Financeira não passam dos "números índices elementares" deduzidos das cotações verificadas em centros oficiais de transações como as Bôlsas de Mercadorias, ou fornecidos por levantamentos antigos de outros órgãos, aos quais, por vêzes, se juntam os calculados sôbre os valores unitários obtidos nas estatísticas do comércio internacional ou de cabotagem.

Em certas divulgações, essas séries de "números índices" aparecem combinadas em "números índices sintéticos, médios", não ponderados, o que se vem deixando de verificar nas últimas publicações editadas.

No terreno dos "números índices elementares com determinação correta da base", o boletim mensal, impresso em mimeógrafo sob o título *Alguns dados e índices econômicos e financeiros relativos ao Distrito Federal e à cidade de São Paulo*, constitui realização do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, de largo alcance como primeira tentativa no sentido da organização de um "barômetro econômico nacional". Iniciada em 1941, já sob a direção do Dr JOÃO DE LOURENÇO, sucessor do Dr LÉO DE AFFONSECA, que se aposentara depois de longa e destacada atuação técnico-funcional, e organizada originàriamente dentro dos moldes clássicos adotados na espécie, passou, logo, a nova publicação por sucessivas transformações, através das quais se foi aperfeiçoando quanto à forma de cálculo, à natureza da matéria e à extensão do conteúdo. Em suas linhas atuais, abrange o movimento verificado no Distrito Federal e na cidade de São Paulo, relativamente aos seguintes fatos: construções civis, compensação de cheques, concordatas, falências, arrecadação de rendas federais (com a discriminação dos impostos de consumo e de importação, separada dos demais tributos ou rendas), títulos negociados em bôlsa e cotações de títulos públicos federais e estaduais. Os dados absolutos, como

os números-índices simples a êles referentes, são considerados no ano em curso e no seu precedente, e acham-se discriminados separadamente por períodos mensais isolados e por períodos anuais, correspondentes a grupos de doze meses findos nas sucessivas fases de cada ciclo completo, obtendo-se, por êste modo, uma prévia regularização de dados julgada conveniente. O período base adotado é o biênio 1939-1940, em relação ao qual foi possível obterem-se todos os elementos necessários. Nas discriminações por períodos mensais, as bases são médias mensais, determinadas nas condições do n.º 3, do título II desta exposição, levando em conta a duração efetiva do mês a que dizem respeito. O mesmo se verifica quanto às médias anuais, adotadas como bases na elaboração dos "números índices" referentes às discriminações por períodos de doze meses. Encerra, pois, a divulgação do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, ora focalizada, a primeira aplicação especial de "números índices elementares, com correta determinação da base", realizada na estatística oficial brasileira. O cálculo de índices das cotações de títulos públicos, federais e estaduais, incluídas na mesma publicação, oferece particularidades que parece interessante descrever. Em vez de simples "médias" de cotações máximas e mínimas registradas nos pregões bolsistas, como é usual, fornece, por grupo de títulos de igual taxa de renda, escolhidos no mesmo plano administrativo, a "cotação por Cr$ 100,00 de valor nominal", a qual é obtida dividindo o montante efetivo das transações fechadas, no período mensal, ou anual, a que se refere, pelo valor nominal correspondente. No cálculo dos "números índices" atinentes às cotações assim estabelecidas não se tornou necessário levar em conta a duração diferente dos períodos.

3 *Aplicações especiais do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho* — Duas grandes ordens de iniciativas, uma de caráter permanente, outra puramente eventual, resumem as aplicações especiais oferecidas pelo órgão estatístico do Ministério do Trabalho, em matéria de "números índices":

1.º — índices de preços de dezenove espécies de gêneros alimentícios correntes nos 1 574 municípios da atual divisão administrativa do país.

2.º — índices de conjuntura econômica estabelecidos para servir de base à fixação do salário mínimo.

As séries de "índices de preços", de caráter permanente, consubstanciam "números índices *sintéticos*", ponderados, no âmbito municipal, de acôrdo com um consumo padrão deduzido de estudos procedidos sôbre a alimentação brasileira, e nos âmbitos estadual e nacional, de acôrdo com as populações O período de referência é a primeira quinzena de Janeiro de 1935, fase, dentre as disponíveis, em que os preços registrados apresentavam maior estabilidade. Os dados elaborados são "números índices sintéticos médios", do tipo geométrico, os municipais, e também dêsse tipo, a princípio, os estaduais e o nacional, hoje do tipo aritmético. Os motivos de adoção do "tipo geométrico" foram justamente os que o tornaram corrente na maioria dos países: menor sensibilidade às variações extremas e facilidade de comparações no tempo, independentemente do ano base.

Iniciadas as séries, com periodicidade mensal, em 1935, sendo diretor do Serviço o Dr. Osvaldo Gomes da Costa Miranda, restringiram-se os índices, nesse ano, ao Distrito Federal. Em 1937, passaram a abranger as capitais estaduais e, em 1938, estenderam-se às cidades mais importantes. Ampliando-se, em 1939 e 1940, atingiram pràticamente, em 1941, todo o Brasil. A técnica de cálculo só variou nesse lapso de tempo pelas seguintes circunstâncias: substituição das populações estimadas pelas resultantes de apuração provisória do Recenseamento Geral de 1940 e emprêgo da média aritmética, em lugar da geométrica, no cálculo dos índices estaduais e do índice nacional, a partir de 1942 Os índices de preços do Ministério do Trabalho fundam-se em levantamentos permanentes, promovidos diretamente pelo órgão estatístico divulgador, nisso distinguindo-se, portanto, dos constantes das publicações do Ministério da Fazenda.

Os "índices de conjuntura econômica", como foram chamados os índices comparativos de situações econômicas, organizados para servirem de base à fixação do salário mínimo, são "números índices" de variação territorial segundo as unidades da federação brasileira. Pertencem ao tipo denominado, no nosso esquema prévio, "composto", com ponderação arbitrária, representando os pesos 3, 2 e 1, admitidos para as diversas séries, fatores puramente convencionais de gradação de influências. Essas são de quatro ordens: séries financeiras, séries econômicas, séries demográficas e séries especiais, correspondendo as últimas aos salários apurados em inquérito promovido pelo órgão estatístico Foram sôbre elas calculadas cinco variantes de índices, sendo dois do tipo aritmético, dois do tipo geométrico e um de tipo especial, resultante da redução de um dos precedentes ao efetivo populacional.

4. *Aplicações especiais do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura* — Duas tentativas assinalam, neste Ministério, uma preocupação antiga de elaborar números índices sôbre variações de preços e custos da vida no Brasil, uma, promovida pelo seu Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola e, outra, pela sua Diretoria Geral de Estatística, entre os anos de 1920 e 1925. De ambas dá elucidativas notícias BULHÕES CARVALHO, em comunicação apresentada à XVI Sessão do Instituto Internacional de Estatística, sob o título *Números índices dos preços a varejo dos principais artigos de alimentação no Brasil*. A não serem, entretanto, alguns "números índices simples" de preços, contidos no trabalho citado, acompanhados de "números índices sintéticos", resultantes de "médias aritméticas" simples daqueles, não conseguiram as tentativas ora relembradas deixar mais do que registros ainda hoje suscetíveis de aproveitamento.

Sistematizadas se acham, entretanto, atualmente no Serviço de Estatística da Produção, sob a direção do Dr. CERQUEIRA LIMA, as elaborações de "números índices de preços" a varejo, referentes a vinte produtos considerados no Distrito Federal e em tôdas as capitais das Unidades Federadas. Tais como hoje divulgados, com periodicidade mensal, procuram exprimir, simultâneamente, variações no tempo e variações no espaço, isto é, de período para período, e de cidade para cidade, adotando como valor geral da base, em cada uma destas, a média aritmética correspondente ao conjunto dos preços verificados em tôdas as vinte e uma capitais no ano inicial, que é o de 1936.

5. *Aplicações especiais da Prefeitura do Distrito Federal* — Com o fim especial de orientar investigações sôbre a conjuntura econômica, e partindo do material acumulado, ampliado e atualizado, de que conseguiu dispor, o órgão estatístico municipal da capital do país, sob a direção do Dr. SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, chegou às seguintes séries de "números índices" referentes a fatos considerados significativos no caso: para o Distrito Federal, preços nas feiras-livres, custo da vida (segundo o levantamento do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda), cotação de apólices municipais, área construída, casamentos realizados, arrecadação geral da Prefeitura, arrecadação dos principais impostos (predial, territorial e de transmissão de propriedades) e crescimento da cidade; para todo o país, meio circulante, volume dos negócios e depósitos bancários A consideração simultânea de dados regionais e gerais é justificada pelas relações entre os fenômenos econômicos nos dois âmbitos territoriais.

Os "índices dos preços nas feiras-livres", são do tipo combinado, sob a forma de "números índices sintéticos médios, não ponderados", deduzidos das cotações de 23 produtos escolhidos: a média adotada é a aritmética, calculada para os "números índices simples" de preços por mês, com base em Janeiro de 1937, sendo de notar que as cotações, a partir já de 1938, são as teóricas do tabelamento oficial dos gêneros alimentícios iniciado nesse ano. São também "sintéticos", mas do tipo "agregativo", os "números índices" referentes à cotação de apólices municipais e à arrecadação dos principais impostos pela Prefeitura.

O volume dos negócios no país é expresso em "números índices compostos", mediante a combinação das seguintes séries: volume físico da produção de determinados artigos agrícolas, extrativos e industriais, mercadorias transportadas em estradas de ferro, tonelagem de embarcações entradas nos portos do Rio de Janeiro e Santos e licenças para construções de prédios na capital do país. Do mesmo tipo são, finalmente, os "índices de crescimento da cidade", com as séries componentes aquí mencionadas: arrecadação tributária da Prefeitura, automóveis em circulação, passageiros transportados em carrís, ônibus e barcas, movimento de veículos nas barreiras de saída, área construída, consumos de energia elétrica, de gás, de carnes e de carburantes, nascimentos, casamentos, óbitos, matrículas no ensino público e movimento bancário.

O ano base não é, entretanto, o mesmo para tôdas as séries, não só isoladas, como coordenadas.

6 *Aplicações especiais do Departamento Estadual de Estatística do Rio de Janeiro* — Sistematizando, através de períodos mais ou menos amplos, vasto acervo de dados atinentes à produção, circulação, distribuição e consumo, êste Departamento, sob a direção do Dr. FRANCISCO STEELE, divulgou no ano de 1940, em publicação intitulada *Estatísticas Econômicas* — N.º 1 — Ano I — Dezembro — 1939, além de variadas séries de "números índices elementares", de efeitos meramente expositivos, outras especialmente elaboradas com o intuíto de exprimir as variações do custo de vida, na cidade de Niterói, capital do Estado. Êste considerou, separadamente, uma família da classe média, composta de cinco pessoas, e uma família da classe operária Para elaboração dos "índices" referentes à primeira, são promovidas, a partir de 1937, investigações que atingem 440 famílias informantes eventuais, controladas por 46 famílias informantes permanentes, preliminarmente estudadas do ponto de vista da sua correspondência à família padrão adotada

As investigações foram completadas, por pesquisas indiretas procedidas sôbre documentos particulares pertinentes ao período 1912-1936 Tornou-se possível, assim, reconstituir as despesas de 38 famílias, através dos itens componentes adotados. Êstes são os mesmos do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, não correspondendo, entretanto, a consumos qualitativos e quantitativos prefixados, mas a despesas globais, declaradas em cada um e expressas, nos resultados finais, pelas cifras de ocorrência mais freqüente entre as obtidas.

Os índices acham-se divulgados, por períodos anuais, com base em 1912, desde êste ano até 1939 e, por períodos mensais, com base em Janeiro de 1938, no biênio 1938-1939

Ainda da publicação, a que nos vimos referindo, constam os resultados de uma tentativa de estudo das oscilações do custo da vida, na classe operária. Foram nesse sentido elaborados, com base em 1893, "números índices elementares" e "combinados", referentes a despesas de alimentação em 1928 e 1938, calculadas com fundamento no consumo de gêneros de primeira necessidade estabelecido como ração-tipo essencial, mínima, por um decreto federal baixado em 1938.

7 *Aplicações especiais na Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo* — Em trabalho divulgado pela Diretoria de Publicidade Agrícola desta Secretaria, sob o título *Ensaio de análise de fatos econômicos e financeiros do Estado de São Paulo e do Brasil no período 1913-34 pelo método de números índices,* o Dr. MÁRIO CARDIM reuniu séries de "números índices" simples que elaborou, com o fim de conhecer as variações do poder aquisitivo interno e externo da moeda brasileira, através do custo de serviços e utilidades, no lapso de tempo em aprêço.

8. *Aplicações na Prefeitura da Cidade de São Paulo* — A Sub-divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, em continuadas pesquisas iniciadas pelo Dr. SAMUEL H. LOWRIE para estudos do padrão de vida na capital do Estado, vem elaborando, sistemàticamente, desde 1935, estatísticas de preços no comércio atacadista, e desde 1938, no comércio varejista e cooperativas de consumo e produção. Enquanto que as primeiras aproveitam registros da Bôlsa de Mercadorias, as segundas assentam sôbre dados diretamente levantados pelo órgão em foco, sob a orientação dos Drs. BRUNO RUDOLFER (falecido em 1942) e ÒSCAR EGÍDIO DE ARAÚJO, adimitindo-se nelas o preço *modal* como valor representativo de cada conjunto apurado. Não obstante a extensão e precisão dos elementos já reunidos, teem os resultados permanecido em séries de "números índices simples", não havendo sido estabelecido ainda qualquer critério definitivo para a formação dos "números índices" combinados a que naturalmente se destinam.

9. *Aplicações na Bôlsa de Mercadorias de São Paulo* — Realizando extensas e bem orientadas pesquisas no domínio das cotações referentes aos produtos básicos da economia paulista e desenvolvendo cuidadosos registros destinados a estudos de conjuntura econômica, a Bôlsa de Mercadorias de São Paulo, sob a presidência do Dr. CARLOS DE SOUZA NAZARETH e tendo à frente da sua Secção de Estatística o Sr J. POKROVSKY, já dispõe de precioso acervo de "números índices simples", capazes de permitirem, em futuro bem próximo, elaborações de tipos combinados de índices retrospectivos e semiológicos

VI — Sugestões concernentes à padronização continental

1. *Comparabilidade das séries* — E', evidentemente, a primeira exigência da padronização Neste particular, o inquérito a que ora procede a Comissão de Projetos do Instituto Interamericano de Estatística fornecerá, por certo, as necessárias indicações quanto às séries que possam ser fàcilmente elaboradas, desde logo, em todos os países do hemisfério Entre elas, poderão figurar talvez as estatísticas do comércio internacional, das receitas e despesas públicas, da circulação monetária e do movimento bancário, tôdas em geral de registro automático corrente e levantamento mais ou menos homogêneo em suas linhas mestras. As do comércio exterior, de seu turno, talvez possam fornecer elementos para elaborações de índices de preços, mediante a adoção de uma técnica adequada, e a das receitas públicas, servir de registro indireto para índices conjeturais da produção industrial Recomendações instantes devem ser formuladas no sentido de se organizarem estatísticas de "preços, em grosso e a varejo", sôbre esquemas comparáveis, em todo o hemisfério, assim como de se efetuarem as pesquisas complementares destinadas à elaboração de "índices do custo de vida" nas suas variadas regiões.

2. *Concordância das bases* — A concordância das bases, representando, igualmente, preocupação de todo justificada no sentido da padronização dos números índices nos continentes americanos, deve ser entendida sob um duplo aspecto: o da época comum, para tôdas as séries e países, e o da correta determinação, em face da duração diversa dos períodos convencionais de acumulação

Quanto à época da base, verificado ser possível conseguir a comparabilidade de séries desde um dos qüinqüênios 1924-1928, ou 1925-1929, recomenda-se qualquer deles naturalmente, em face do *interêsse histórico,* pelas condições especiais em que se inserem na evolução da economia mundial. Parece, também, perfeitamente aceitável o biênio 1939-1940, se mais acessível em outros casos, como o foi nas séries brasileiras de índices econômicos e financeiros relativos à capital do país e à do Estado de São Paulo. Envolvendo o ano em que se ultimou a preparação da guerra atual e o primeiro de plena duração da luta, nenhuma contra-indicação apresenta no atinente à satisfação do *interêsse semiológico,* no decorrer dos períodos perturbados que se lhe seguiram.

Não haveria, mesmo, excesso de pormenorização se ao lado dos "números índices" com base no qüinqüênio 1924-1928, ou 1925-1929, figurassem "números índices" com base no biênio 1939-1940, atendendo-se, assim, simultâneamente ao interêsse histórico e ao semiológico. A êsse duplo interêsse, poderia talvez satisfazer, como referência única, de menor alcance cronológico, entretanto, o qüinqüênio 1934-1938 ou 1935-1939, se os registros disponíveis permitirem sua adoção generalizada em todo o hemisfério. Convém, entretanto, ponderar que os qüinqüênios de 1924-1928 e 1925-1929, ao contrário dos dois anteriores, não se acham influenciados por movimentos preparatórios de uma guerra, com o vulto da atual, parecendo melhor preencher, assim, os requisitos de normalidade a desejar nas bases de referência das séries de interêsse retrospectivo ou histórico

Quanto à determinação da base, em qualquer caso, será preciso ter presente que os respectivos períodos compreendem anos bissextos, de modo a estabelecer a sua correta correspondência à duração efetiva dos períodos a que se deva aplicar.

3. *Uniformidade de técnica* — Deve a uniformidade dizer respeito, especialmente, à técnica de elaboração a ser seguida em todos os países.

Com relação aos "números índices elementares" parece conveniente recomendar a aplicação generalizada do critério de regularização prévia, que, em cada caso, comportarem os dados disponíveis.

Tratando-se, por exemplo, de preços correspondentes aos valores, por unidade de medida, deduzidos das estatísticas do comércio exterior, seria injustificado submeter a idênticos critérios de regularização valores de *tarifa* ou valores comerciais de *mercado* e valores comerciais de *fatura*. O mesmo se poderia dizer acêrca da regularização de preços resultantes de cotações efetivamente registradas e de preços fixados por ato governamental para prevenir especulações altistas ou defender produtos básicos da economia geral.

No atinente aos "números índices combinados", só em circunstâncias especialíssimas poderia ser dispensada uma ponderação explícita, cujos coeficientes, tendo, embora, caráter regional e sendo, pois, suscetíveis de variar, em sua expressão numérica, de país para país, devem, entretanto, fundar-se num critério comum de fixação: o do consumo efetivo, o do movimento comercial, o da subsistência individual, o da gradação convencional de efeitos, etc

Não cabe aquí examinar qual a fórmula ou quais as fórmulas de "cálculo de números índices combinados" a preferir, no estudo do nível de preços, dentre as variadas que examinou IRVING FISHER, ou mesmo dentrê as três que se tornaram correntes, LASPEYRES, PAASCHE e "ideal" de FISHER. Permita-se, entretanto, salientar a simplicidade prática e o natural significado do processo, que, na formação de tais "números índices", calcula diretamente uma média adequada dos "números índices elementares" deduzidos das séries coordenadas a combinar, ou, recorrendo à terminologia norte-americana, do método das "médias de relativos". Os pesos devendo ser, então, consoante sabido, valores monetários, apresentam maior facilidade de fixação, por dependerem de dados mais correntes nos registros disponíveis. Ao demais, além de, na hipótese da média aritmética, coincidir, no fundo, com as fórmulas de LASPEYRES ou PAASCHE, o método é ainda aplicável não só à elaboração de "números índices sintéticos" de "quantidades", destinados a medir variações concernentes a atividades econômicas, tais como produção industrial, consumo e estoques de mercadorias, etc., mas ainda à elaboração de "números índices compostos" em todos os casos de séries de dados absolutos não somáveis lògicamente pela natureza diversa dos fenômenos a que de per-si se referem e cuja influência quase sempre se traduz, apenas, por coeficientes de ponderação abstratos e de gradação puramente convencional.

GIORGIO MORTARA
(Consultor Técnico da Comissão Censitária Nacional)

ESTATÍSTICAS NECESSÁRIAS AO ESTUDO E ORIENTAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA *

A VIDA econômica de um país constitui um fenômeno extremamente complexo, de que a descrição estatística pode apenas dar uma visão incompleta, sumária, aproximada, e limitada aos aspectos quantitativos, suscetíveis de expressão numérica. Para o intelecto do conhecedor dessa vida — homem de Estado, de negócios ou de estudos —, as estatísticas econômicas, entretanto, representam um instrumento indispensável em todo trabalho de análise ou de síntese de situações e tendências. Não são concebíveis, no mundo de hoje, uma administração ou orientação da economia nacional, um estudo concreto de seus característicos, que precindam dêsse subsídio, pois não há mente humana capaz de dominar, registrar e apreciar em recíproca coordenação os inúmeros aspectos desta economia, sem o auxílio de estatísticas.

As estatísticas econômicas, porém, no Brasil como na grande maioria dos demais países, não foram organizadas com o objetivo de servir como instrumentos da política econômica geral ou da ciência econômica aplicada. Surgiram isoladamente, em correspondência a exigências particulares, a que principalmente, se não totalmente, foi subordinada a sua organização. Não sendo coordenadas num plano de conjunto, deixam descobertos vastos domínios, ao passo que em outros domínios mùtuamente interferem, duplicando-se e às vêzes triplicando-se. Não sendo uniformizadas nos esquemas e nos métodos por um único órgão, aplicam critérios, nomenclaturas, processos diversos, à observação de objetos análogos, e até do mesmo objeto. Não sendo homogêneas na construção, só raramente podem ser reunidas para formar de tantos quadros parciais um único quadro geral.

Mesmo em setores particulares encontra-se essa dificuldade, com a notável exceção dos poucos casos em que a ação de entidades destinadas a controlar determinados mercados trouxe uniformidade onde havia variedade, tornou completos levantamentos que estavam incompletos, preencheu — mediante novas pesquisas — as lacunas da informação, coordenou recìprocamente as estatísticas do setor particular e as elaborou, pondo-as em relação com outras estatísticas, como a da população.

O trabalho realizado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, sob a orientação de GILENO DE CARLI, para a descrição estatística do ciclo econômico do açúcar, desde a fase da cultura da cana até a do consumo

* Comunicação ao I Congresso Brasileiro de Economia

do produto final, pode servir como exemplo e, em parte, como padrão, do que se deve fazer em cada setor particular do mercado afim de que a estatística não seja apenas a fotografia descorada de alguns aspectos, já distantes no tempo, de um setor da economia nacional, e sim a viva, integral e palpitante visão cinematográfica dos últimos desenvolvimentos dêsse setor em direta conexão com os menos recentes.

A indústria açucareira é relativamente simples, pela homogeneidade da matéria prima, pela técnica dos processos de transformação, pelo moderado número de tipos do produto final, destinados, aliás, a usos similares. Já muito mais difícil se manifesta a tarefa da organização de um sistema de estatísticas no setor algodoeiro, onde o próprio produto inicial, algodão em pluma, apresenta considerável variedade de tipos; os processos de transformação são numerosos, variados e visam objetivos diferentes; os produtos acabados abrangem uma vasta gama de gêneros e de espécies; as matérias primas accessórias teem funções importantes; os subprodutos teem notável relêvo. Outra complicação decorre da circunstância de que a matéria prima, algodão bruto, os seus resíduos e subprodutos e os produtos intermediários alimentam importantes correntes de comércio interior e internacional. Ulteriores dificuldades na coordenação das estatísticas algodoeiras resultam do uso de unidades diversas, nas sucessivas fases do ciclo de produção, circulação e distribuição. de pêso, para a matéria prima bruta; de comprimento, para os fiados; de superfície ou de número de peças para o tecido, etc. Entretanto, o exemplo de outros países e os primeiros passos já dados no Brasil mostram que a organização de um sistema completo e eficaz de estatísticas é também possível no setor algodoeiro.

A multiplicação dos setores esclarecidos no grande quadro da vida econômica nacional é sem dúvida útil para o conhecimento dêste, mas deixa ainda na sombra inúmeras e amplas zonas, cuja visão é também indispensável para permitir uma apreciação de conjunto. Onde o mercado se mantém, absolutamente ou relativamente, livre, não intervindo o Estado para discipliná-lo de modo orgânico, mas apenas agindo, eventualmente, em períodos excepcionais, mediante a limitação dos preços e o contrôle dos estabelecimentos, faltam as condições propícias para a organização estatística sistemática e duradoura.

Considerem-se, por exemplo, três setores de importância vital para o povo brasileiro: os da economia do arroz, do feijão e da mandioca. Apenas se conhecem, — com aproximação decerto muito lata, e de que talvez nem o Serviço competente poderia especificar o grau, indicando os limites percentuais do êrro por falta ou por excesso —, as quantidades produzidas anualmente nas diversas Unidades da Federação. A apuração do Censo Agrícola de 1940 vai permitir, agora, uma emenda dessas estimativas da produção, que, embora limitada ao ano de 1939, poderá facilitar a retificação das estimativas posteriores. Mas, mesmo na hipótese otimista de que esta retificação forneça dados da produção próximos

da realidade, quanto ficará ainda ignorado das sucessivas fases do ciclo dêsses produtos: circulação, distribuição e consumo! A organização, definitiva e completa, da estatística do comércio interestadual; o aperfeiçoamento das estatísticas ferroviárias e rodoviárias; a criação de estatísticas das indústrias beneficiadoras; a generalização dos levantamentos das vendas e dos estoques e suas variações, que estão sendo efetuados nas capitais; a reforma e a extensão das estatísticas dos preços por atacado e de varêjo; o estudo da distribuição dos consumos e das respectivas despesas por classes sociais e zonas de habitação, mediante monografias de família e indagações representativas: eis apenas algumas exigências principais a serem satisfeitas afim de que também essas partes do quadro fiquem esclarecidas. Resta, de outro lado, a exigência essencial (só, e com muitas reservas, dispensável neste período ainda próximo da data do Censo Agrícola) da organização de uma estatística da produção agrícola, baseada não em grosseiras estimativas e sim em verdadeiros cadastros (realizados com processos sumários e rápidos e depois postos em dia, anualmente) e em estimativas anuais dos rendimentos (compiladas com a colaboração de um exército de peritos, espalhados em todo o território nacional).

Basta um exemplo como o precedente para mostrar a complexidade da tarefa da organização da estatística econômica nos próprios setores particulares que comportem apenas simples beneficiamentos dos produtos. Quanto mais árdua é essa tarefa num setor como o da indústria mecânica, em que um limitado número de matérias primas é transformado numa ilimitada multiplicidade de produtos finais, através de produtos intermediários já bastante variados.

Em cada domínio particular torna-se indispensável a colaboração dos peritos especializados, para estabelecer os objetos e os objetivos, as definições e as classificações, e, em geral, os critérios peculiares que devem orientar a pesquisa estatística naquele domínio, em subordinação aos objetivos gerais da organização. Neste sentido, pode-se falar em necessária descentralização da organização estatística, visto que nem um hipotético gênio da técnica estatística e da ciência econômica poderia personificá-la sòzinho, sem recorrer a modestos e distantes colaboradores (*distantes* porque num país tão vasto e multiforme como o Brasil nem sempre vale a mesma receita para as mesmas circunstâncias, antes é indispensável adaptar os meios e os objetivos às diversas situações locais).

Mas o próprio exemplo acima põe em evidência a necessidade e a função de um órgão central, orientador e coordenador das pesquisas estatísticas. A determinação da produção do feijão enquadra-se na tarefa geral da organização de uma estatística periódica das superfícies cultivadas e das produções agrícolas; a apuração das quantidades de mandioca transformadas em farinha, e das quantidades obtidas desta farinha é apenas um objetivo particular da estatística do beneficiamento de produtos agrícolas; as trocas de arroz entre as diversas Unidades da

Federação e entre os diversos municípios constituem *uma* entre as centenas de correntes comerciais que a estatística do comércio interior abrange e descreve; e os consumos dêsses produtos representam apenas alguns capítulos no balanço que as estatísticas do padrão de vida se esforçam por apresentar o mais completo possível.

Êsse órgão central, orientador e coordenador das pesquisas estatísticas sôbre a economia nacional, já existe, e não sòmente muito realizou, como preparou os alicerces para maiores realizações.

É a própria imensa extensão do território nacional, ainda raramente povoado e insuficientemente dotado de comunicações, o fator principal das dificuldades que se opõem à sua obra, mesmo em tempos normais, — dificuldades agravadas agora pela guerra. É fácil proclamar, como fizemos acima, a necessidade de um cadastro agrícola; quase impossível realizá-lo em localidades — como há muitas no interior — em que o levantamento cadastral importaria um custo desproporcionado ao valor dos estabelecimentos agro-pecuários, e talvez, em certos casos, até superior a êsse valor. Êste é apenas um exemplo de dificuldades que não se encontram, e nem se imaginam, nos países de população muito densa e de terras altamente valorizadas, onde a estatística agrícola atingiu a maior perfeição.

Mas, se fôr prosseguindo com firmeza o esfôrço felizmente iniciado, nenhum obstáculo poderá impedir definitivamente o desenvolvimento da organização estatístico-econômica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que, saindo das bases seguras de levantamentos já tradicionais, como em primeiro lugar o — muito mais que centenário — do comércio exterior, visa ampliar em extensão e em profundidade as suas pesquisas, assegurar-lhes maior precisão de resultados e valorizá-las pela adequada elaboração e pela própria coordenação recíproca. O que não se pode realizar duma só vez será realizado por graus; obstáculos aparentemente insuperáveis serão flanqueados.

Para que isso aconteça, entretanto, não bastam a existência, a competência e a vontade dêsse órgão superior e das suas ramificações centrais e periféricas. No Estado moderno o povo não é apenas o "paciente" em matéria de estatísticas nacionais; antes, é, ao mesmo tempo, o colaborador, interessado no êxito da pesquisa. Assim como num censo demográfico a mais perfeita preparação de questionários seria frustrada nos seus objetivos pela voluntária alteração da verdade por parte dos recenseados, da mesma maneira no levantamento das estatísticas econômicas nacionais a melhor técnica de organização das pesquisas seria inútil, se os informantes não fornecessem os dados exigidos, ou, pior, os fornecessem adulterados. Como cidadãos, estamos todos interessados no êxito do Censo Demográfico que vai dar à administração pública elementos necessários para o esclarecido exercício das suas funções; na mesma qualidade de cidadãos e pela mesma razão, estamos também interessados

no êxito das investigações estatístico-econômicas. Mas, neste segundo caso, cumpre acrescentar que estamos interessados também como *homines œconomici,* pois não há pessoa que, direta ou indiretamente, não possa ser beneficiada pelo conhecimento dos dados característicos da situação e evolução econômica, ao passo que para muitos homens de negócios êsses dados representam um elemento indispensável para o trabalho diário.

*

É possível que as precedentes considerações, ou divagações, pareçam apenas vagamente relacionadas com o tema que foi proposto à atenção do Congresso: "Estatísticas necessárias ao estudo e orientação da economia brasileira. Índices do padrão de vida. Estimativa das necessidades das populações quanto à alimentação, e elementos de trabalho e de bem estar."

Mas a última parte dêste tema não cai no domínio do estatístico ou do economista e sim no do fisiólogo. O estatístico só pode visar a apuração do que *é,* deixando à sabedoria dos cientistas e à humanidade dos moralistas a determinação do que *deveria ser.*

Entretanto, justamente a apuração da situação efetiva da alimentação nacional e de outros elementos das condições de vida poderá permitir a comparação do padrão real, ou antes dos padrões reais, diferentes segundo as regiões, as localidades, as classes sociais, com o padrão ideal, que também deverá sofrer modificações segundo essas circunstâncias.

Agora, as estatísticas do padrão de vida, e os respectivos índices que delas constituem apenas uma elaboração particular, representam uma parte das "estatísticas necessárias ao estudo da economia brasileira", referidas no primeiro item do tema. Concentra-se, logo, neste item todo o assunto, nos seus aspectos estatísticos.

Seria extremamente fácil responder ao quesito implícito no tema mediante uma relação de estatísticas necessárias para o estudo da economia brasileira. Bastaria, para êsse fim, copiar os admiráveis esquemas em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística resumiu o programa da sua atividade no domínio da economia nacional.

Preferí outro sistema, procurando indicar por via de exemplos as necessidades mais urgentes, que, todavia, quero explìcitamente enumerar em seguida, para traduzir em sugestões concretas as conclusões alcançadas em cinco anos de apaixonado estudo das estatísticas econômicas brasileiras.

1) No que diz respeito à *produção,* as exigências mais urgentes parecem ser as seguintes:

a) Organização racional de uma estatística da produção agro-pecuária. O custo inicial dessa organização será relativamente elevado, mas a respectiva despesa constituirá uma ótima inversão para a economia nacional, como um bom par de óculos para uma pessoa de vista muito deficiente.

b) Organização de uma estatística completa das instalações industriais, e especialmente dos elementos que caracterizam a sua potencialidade de produção, e da produção efetiva.

c) Reorganização e extensão da estatística da produção extrativa mineral, cuja importância na economia do Brasil cresce cada vez mais com o desenvolvimento, em curso, das indústrias metalúrgicas, mecânicas e químicas.

d) Reorganização e extensão da estatística da produção extrativa vegetal, alguns ramos da qual são característicos da economia de determinadas regiões.

e) Organização de uma estatística contínua das horas de trabalho individual e dos salários nas indústrias de transformação e nas extrativas minerais.

2) No que diz respeito à *circulação:*

a) Prosseguimento das estatísticas do comércio exterior conforme a honrosa e antiga tradição.

b) Coordenação entre as estatísticas do comércio de cabotagem e as do comércio por via terrestre, de maneira a evitar duplicações ou omissões; uniformização da nomenclatura dos produtos nas duas estatísticas, e ligação entre esta nomenclatura e a do comércio internacional.

c) Coordenação entre as estatísticas particulares das mercadorias transportadas pelas estradas de ferro e as gerais do comércio internacional e interior, com notável ampliação da limitada relação dos produtos atualmente discriminados nas primeiras.

d) Levantamento contínuo dos preços das principais mercadorias, por atacado e de varejo, visando não tanto a quantidade das informações como a sua representatividade, a sua correspondência à verdade e a constância dos tipos de produtos considerados.

e) Levantamento dos preços de varejo, conforme as mesmas diretrizes (é preferível dispor de dados certos por 20 municípios do que de dados incertos por 1 000, pois na massa das muitas informações erradas ficam muitas vêzes submersas e indiscerníveis as poucas informações exatas).

f) Continuação, e aperfeiçoamento de detalhes, das atuais estatísticas monetárias e bancárias.

3) No que diz respeito à *distribuição:*

a) Extensão sistemática do aproveitamento combinado das estatísticas da produção e da circulação, oportunamente coordenadas entre si nos esquemas, nas unidades e, em geral, nos critérios de compilação, para dar o quadro estatístico da distribuição dos diversos produtos.

b) Extensão, aos demais centros econômicos importantes, das estatísticas das vendas e dos estoques que estão sendo realizadas nas capitais como "inquéritos econômicos para a defesa nacional", uniformizando-se nos limites do possível os respectivos critérios de levantamento com os das estatísticas da produção e do comércio.

c) Experiência de estatísticas do comércio de varejo, limitadas a poucos produtos principais, destinada a fornecer elementos acêrca da distribuição territorial e local das vendas dêsses produtos ao consumidor.

4) No que diz respeito ao *consumo,* muitos elementos poderão ser deduzidos do conhecimento dos dados de produção, comércio e estoques. Entretanto, será benvinda tôda pesquisa direta que se torne possível e conveniente.

Em espécie deverá ser encorajada a compilação de monografias de família para as classes sociais com rendas baixas e médias, que poderão fornecer o material básico para o estudo do padrão de vida. Também neste domínio não se deve visar o maior número e sim o maior cuidado na compilação dos balanços de família e o seu caráter representativo.

*

Duas sugestões de caráter geral:

A primeira, várias vêzes repetida nas precedentes páginas, é a de que deverá sempre ser procurada a melhor coordenação possível entre as diferentes estatísticas, não se esquecendo que estas representam apenas diversos fragmentos do mesmo quadro de conjunto.

A segunda, lògicamente conexa com a primeira, é a de que, para facilitar a colaboração das emprêsas com as repartições estatísticas, e para tornar mais leve a carga daquelas, deverá ser evitada tôda duplicação, ou repetição ainda maior, de pedidos de informação. O conhecimento da maquinaria instalada numa fábrica, das horas de trabalho efetuadas pelos operários e outros empregados, das quantidades fabricadas dos vários produtos, etc., pode ser necessário para diferentes ramos da administração pública: os que cuidam da disciplina da produção, os que promovem a mobilização industrial, os que visam a tutela do trabalho, os institutos de previdência e assistência, os serviços de estatística econômica, o de estatística geral, etc. Mas é irracional, nesta época em que tanto se fala em organização racional, e antieconômico,

justamente no domínio próprio da economia, que o mesmo Estado exija duas, três e mais vêzes a mesma informação do mesmo informador para satisfazer às exigências de outros tantos seus diversos órgãos. Parece necessário concentrar num único órgão a coleta dos dados, que poderiam ser fornecidos aos demais, conforme as suas necessidades. Êsse órgão de coleta, esta *clearing-house* de estatísticas econômicas, deveria ser lògicamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A unificação dos levantamentos determinaria em muitos casos a sua simplificação, porque um único dado, o mais adequado, poderia satisfazer a exigências agora satisfeitas por dois ou mais dados diferentes apenas em característicos de secundária importância.

E justamente essas unificação e simplificação facilitariam as desejadas extensões das pesquisas estatísticas, sem novo onus para as emprêsas, abrindo o caminho ao aperfeiçoamento e à valorização das estatísticas econômicas do Brasil.

JESSÉ MONTELLO

(Licenciado em Matemática pela Faculdade Nacional de Filosofia e Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro)

RESOLUÇÃO DAS EQUAÇÕES INTEGRAIS DE VOLTERRA PELO MÉTODO DAS APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS

1 — *Generalidades sôbre equações integrais*:

PODEMOS dizer que uma *equação integral* é uma equação na qual a função incógnita está sob o sinal de integração. Estão muito bem estudadas, entre as equações integrais, as equações lineares. O tipo geral destas equações com uma só incógnita é:

$$(1) \qquad h(x)\,\varphi(x) = f(x) + \int_{g_1(x)}^{g_2(x)} K(x,t)\,\varphi(t)\,dt$$

onde $h(x)$, $f(x)$, $g_1(x)$, $g_2(x)$ e $K(x,y)$ são funções conhecidas e $\varphi(x)$ é a função incógnita.

Grande número de questões de Análise, de Mecânica e de Física foram conduzidas à resolução de equações integrais, que são casos particulares da equação (1). Estes tipos, que receberam denominações particulares, são os seguintes:

1.º) Equação de VOLTERRA de 1.ª espécie:

$$\int_a^x K(x,t)\,\varphi(t)\,dt = f(x)$$

2.º) Equação de VOLTERRA de 2.ª espécie:

$$\varphi(x) = f(x) + \int_a^x K(x,t)\,\varphi(t)\,dt$$

3.º) Equação de FREDHOLM de 1.ª espécie:

$$\int_a^b K(x,t)\,\varphi(t)\,dt = f(x)$$

4.º) Equação de FREDHOLM de 2.ª espécie:

$$\varphi(x) = f(x) + \int_a^b K(x,t)\,\varphi(t)\,dt$$

A função $K(x,y)$ que aparece nestes tipos de equações integrais chama-se: *núcleo da equação*.

A equação (1) diz-se homogênea quando:

$$f(x) \equiv 0$$

Começaremos o estudo das equações integrais pela equação de VOLTERRA de 2.ª espécie:

2 — *Equação de Volterra de 2.ª espécie não homogênea:*

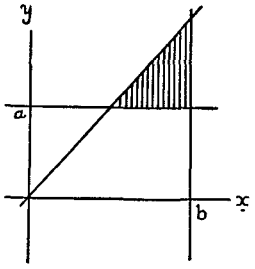
Introduzindo um parâmetro λ na equação de VOLTERRA, temos a seguinte equação:

$$(2) \qquad \varphi(x) = f(x) + \lambda \int_a^x K(x,t)\, \varphi(t)\, dt$$

onde supomos as funções conhecidas satisfazendo as seguintes condições:

a) *A função $K(x,y)$ é contínua no interior e sôbre os lados do triângulo retângulo definido pelas retas:*

$$T \begin{cases} y = a \\ x = b \qquad b > a \\ y = x \end{cases}$$



b) *A função $f(x)$ é definida e limitada no intervalo (a,b) e tem no máximo nesse intervalo um número finito de pontos de descontinuidade.*

A função incógnita $\varphi(x)$ deve ser determinada para todo $x \in (a,b)$. Tentemos, agora, resolver a equação (2) mediante uma série de potências de λ, tendo para coeficientes funções de x

$$(3) \qquad \varphi(x) = \sum_{i=0}^{\infty} \lambda^i \varphi_i(x)$$

que, considerada como função de x, seja uniformemente convergente no intervalo (a,b) Teremos, então, para $x \in (a,b)$

$$\sum_{i=0}^{\infty} \lambda^i \varphi_i(x) = f(x) + \lambda \int_a^x K(x,t) \sum_{i=0}^{\infty} \lambda^i \varphi_i(t)\, dt = f(x) + \sum_{i=0}^{\infty} \lambda^{i+1} \int_a^x K(x,t)\, \varphi_i(t)\, dt$$

ou

$$\varphi_0(x) + \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^i \varphi_i(x) = f(x) + \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^i \int_a^x K(x,t)\, \varphi_{i-1}(t)\, dt$$

Igualando os coeficientes da mesma potência de λ teremos:

$$(4) \begin{cases} \varphi_0(x) = f(x) \\ \varphi_i(x) = \displaystyle\int_a^x K(x,t)\, \varphi_{i-1}(t)\, dt \qquad (i = 1,2 \quad) \end{cases}$$

Reconhece-se imediatamente que todos os coeficientes $\varphi_i(x)$ a partir de $\varphi_1(x)$ são funções contínuas de x no intervalo (a,b)

Examinemos, em primeiro lugar, $\varphi_1(x)$ Fixando um ponto x_0 do intervalo (a,b), temos:

$$\varphi_1(x) - \varphi_1(x_0) = \int_a^x K(x,t) f(t)\, dt - \int_a^{x_0} K(x_0,t) f(t)\, dt = \int_a^{x_0} K(x,t) f(t)\, dt + \int_{x_0}^x K(x,t) f(t)\, dt -$$

$$- \int_a^{x_0} K(x_0,t) f(t)\, dt = \int_a^{x_0} [K(x,t) - K(x_0,t)] f(t)\, dt + \int_{x_0}^x K(x,t) f(t)\, dt$$

Quando $x \longrightarrow x_0$ a 2.ª integral do último membro tende a zero porque $K(x,y)f(y)$ é limitada. A 1.ª integral do 2.º membro tende também a zero.

De fato:

$$\left| \int_a^{x_0} [K(x,t) - K(x_0,t)]\, f(t)\, dt \right| \leq K \int_a^{x_0} \left| K(x,t) - K(x_0,t) \right| dt$$

onde K é um número positivo não inferior a $|f(x)|$.

E se $x \longrightarrow x_0$ então $\int_a^{x_0} \left| K(x,t) - K(x_0,t) \right| dt$ tende a zero.

Realmente; demonstremos que

$$\lim_{x \longrightarrow x_0} \int_a^{x_0} \left| K(x,t) - K(x_0,) \right| dt = 0$$

Ora, a função $K(x,t)$ é contínua em um conjunto fechado, logo, é uniformemente contínua. Então, fixado o número $\eta > 0$ podemos determinar um número δ tal que quando $|x - x_0| < \delta$ resulte:

$$\left| K(x,t) - K(x_0,t) \right| < \eta$$

Podemos agora escrever:

$$\int_a^{x_0} \left| K(x,t) - K(x_0,t) \right| dt \leq \eta\,(x_0 - a)$$

Façamos $\epsilon = \eta(x_0 - a)$. Logo, dado $\epsilon > 0$, podemos determinar δ de modo que para:

$$\left| x - x_0 \right| < \delta \text{ , então} \int_a^{x_0} \left| K(x,t) - K(x_0,t) \right| dt < \epsilon$$

e portanto:

$$\lim_{x \longrightarrow x_0} \int_a^{x_0} \left| K(x,t) - K(x_0,t) \right| dt = 0$$

De modo análogo, demonstra-se que tôdas as funções $\varphi_i(x)$ são contínuas.

Obtidas formalmente as funções $\varphi_i(x)$ demonstremos que a série (3) é uniformemente convergente, qualquer que seja λ.

Com efeito, como a função $K(x,y)$ é contínua em conjunto fechado, é limitada. Podemos então determinar dois números K e K_1 positivos, tais que:

$$\left| f(x) \right| \leq K \text{ para } x \in (a,b)$$

$$\left| K(x,y) \right| \leq K_1 \text{ " } (xy) \in T$$

Das expressões (4) tiramos:

$$\left| \varphi_i(x) \right| = \left| \int_a^x K(x,t)\, \varphi_{i-1}(t)\, dt \right| \leq \int_a^x \left| K(x,t) \right| \left| \varphi_{i-1}(t) \right| dt \leq K_1 \int_a^x \left| \varphi_{i-1}(t) \right| dt$$

ou seja:

$$\left| \varphi_i (x) \right| \leq K_1 \int_a^x \left| \varphi_{i-1} (t) \right| dt$$

Fazendo sucessivamente nesta desigualdade $i = 1, 2, \ldots\ldots$, teremos:

$$\left| \varphi_1 (x) \right| \leq K_1 \int_a^x \left| \varphi_0 (t) \right| dt \leq K K_1 (x - a)$$

$$\left| \varphi_2 (x) \right| \leq K_1 \int_a^x \left| \varphi_1 (t) \right| dt \leq K K_1^2 \int_a^x (t - a)\, dt = K K_1^2 \frac{(x-a)^2}{2!}$$

$$\left| \varphi_3 (x) \right| \leq K_1 \int_a^x \left| \varphi_2 (t) \right| dt \leq K K_1^3 \int_a^x \frac{(t-a)^2}{2!} dt = K K_1^3 \frac{(x-a)^3}{3!}$$

e, um raciocínio por indução nos mostra que:

$$\left| \varphi_i (x) \right| \leq K \frac{K_1^i (x-a)^i}{i!}$$

De fato, se tivermos:

$$\left| \varphi_{i-1} (x) \right| \leq K \frac{K_1^{i-1} (x-a)^{i-1}}{(i-1)!}$$

$$\text{então, } \left| \varphi_i (x) \right| \leq K K_1^i \int_a^x \frac{(t-a)^{i-1}}{(i-1)!} dt = K \frac{K_1^i (x-a)^i}{i!}$$

Da (3) segue-se:

$$\left| \varphi (x) \right| \leq \sum_{i=0}^{\infty} K K^i \left| \lambda \right|^i \frac{(x-a)^i}{i!} \leq \sum_{i=0}^{\infty} K K_1^i \left| \lambda \right|^i \frac{(b-a)^i}{i!} = K e^{K_1 (b-a) |\lambda|}$$

e os têrmos da (3) são então, menores ou iguais, em valor absoluto, aos têrmos correspondentes da série de têrmos positivos:

$$\sum_{i=0}^{\infty} K \frac{K_1^i |\lambda|^i (b-a)^i}{i!}$$

donde resulta a convergência uniforme da (3) no intervalo (a,b) qualquer que seja λ. Portanto:

A solução obtida da equação de VOLTERRA é uma função definida no intervalo (a,b), tendo no máximo um número finito de pontos de descontinuidade, como resulta da constituição da série (3).

3 — *Equação de Volterra de 2.ª espécie homogênea:*

Introduzindo o parâmetro λ, temos:

$$(6) \qquad \varphi (x) = \lambda \int_a^x K (x,t)\, \varphi (t)\, dt$$

Vamos demonstrar que esta equação só admite a solução $\varphi(x) = 0$.
De fato, seja N um número positivo não menor que $|\varphi(x)|$

Segue-se da (6) que:

$$\left| \varphi (x) \right| \leq \left| \lambda \right| K_1 N (x - a)$$

Ainda da (6) vem:

$$\left| \varphi(x) \right| \leq \left| \lambda \right|^2 K_1^2 N \frac{(x-a)^2}{2!}$$

e de um modo geral:

$$\left| \varphi(x) \right| \leq N \frac{|\lambda|^i K_1^i (x-a)^i}{i!}$$

Ora, o 2.º membro tende a zero quando i é divergente, então: $\varphi(x) = 0$.

Chegaríamos mais depressa a êste resultado tomando $K = 0$, para limitação da função $f(x) = 0$. Neste caso, como $|\varphi(x)| \leq K$ e $K_1 = |\lambda|(b-a)$, temos

$$\left| \varphi(x) \right| \leq 0 \qquad \text{logo:} \qquad \varphi(x) = 0$$

4 — *Unicidade da solução da equação de Volterra:*

Suponhamos que a equação (2) tenha duas soluções $\overline{\varphi}(x)$ e $\overline{\overline{\varphi}}(x)$ contínuas no intervalo (a,b). Então:

$$\overline{\varphi}(x) = f(x) + \lambda \int_a^x K(x,t)\, \overline{\varphi}(t)\, dt$$

$$\overline{\overline{\varphi}}(x) = f(x) + \lambda \int_a^x K(x,t)\, \overline{\overline{\varphi}}(t)\, dt$$

Donde, pondo:

$$\overline{\varphi}(x) - \overline{\overline{\varphi}}(x) = \varphi(x):$$

$$\varphi(x) = \lambda \int_a^x K(x,t)\, \varphi(x)\, dt.$$

Como a única solução finita é $\varphi(x) = 0$ concluimos que:

$$\overline{\varphi}(x) = \overline{\overline{\varphi}}(x)$$

5 — *Núcleos iterados* — Resulta das relações (4) que:

$$(9) \qquad \varphi_1(x) = \int_a^x K(x,t)\, f(t)\, dt = \int_a^x K(x,s)\, f(s)\, ds$$

e

$$(10) \qquad \varphi_2(x) = \int_a^x K(x,t)\, \varphi_1(t)\, dt$$

Substituindo $\varphi_1(x)$ pela sua expressão (9) na (10) vem:

$$\varphi_2(x) = \int_a^x K(x,t)\, dt \int_a^t K(t,s)\, f(s)\, ds = \int_a^x dt \int_a^t K(x,t)\, K(t,s)\, f(s)\, ds$$

Aplicando a fórmula de DIRICHLET,[1] vem:

$$\varphi_2(x) = \int_a^x ds \int_s^x K(x,t)\, K(t,s)\, f(s)\, dt = \int_a^x f(s)\, ds \int_s^x K(x,t)\, K(t,s)\, dt$$

Fazendo:

$$(11) \qquad K_2(x,y) = \int_y^x K(x,t)\, K(t,y)\, dt, \text{ teremos:}$$

$$(11') \qquad \varphi_2(x) = \int_a^x K_2(x,s)\, f(s)\, ds$$

De modo análogo, temos:

$$\varphi_3(t) = \int_a^x K(x,t)\, \varphi_2(t)\, dt = \int_a^x K(x,t)\, dt \int_a^t K_2(t,s)\, f(s)\, ds = \int_a^x dt \int_a^t K(x,t)\, K_2(t\,s)\, f(s)\, ds =$$

$$= \int_a^x ds \int_s^x K(x,t)\, K_2(t,s)\, f(s)\, dt = \int_a^x f(s)\, ds \int_s^x K(x,t)\, K_2(t,s)\, dt$$

Fazendo:

$$K_3(xy) = \int_y^x K(x,t)\, K_2(ty)\, dt, \text{ vem:}$$

$$\varphi_2(x) = \int_a^x K_3(x,s)\, f(s)\, ds$$

E, em geral:

$$(12) \qquad \varphi_i(x) = \int_a^x K_i(x\,s)\, f(s)\, ds$$

onde:

$$(12') \qquad K_i(x,y) = \int_y^x K(x,t)\, K_{i-1}(ty)\, dt$$

As funções $K_i(x\,y)$ são denominadas *núcleos iterados*. Usa-se, por convenção:

$$K_1(x,y) = K(x,y)$$

6 — *Propriedades dos núcleos iterados* — Os núcleos iterados gozam das seguintes propriedades:

a) Os núcleos iterados são funções contínuas em T.

Com efeito, examinemos o núcleo $K_2(x,y)$:

$$K_2(x,y) = \int_y^x K(x,t)\, K(t,y)\, dt$$

[1] A fórmula de DIRICHLET aqui empregada é a seguinte:

$$\int_a^b dx \int_a^x f(x,y)\, dy = \int_a^b dy \int_y^b f(x,y)\, dx$$

Consideremos o ponto (x_0,y_0); temos:

$$K_2(x_0,y_0)=\int_{y_0}^{x_0} K(x_0,t)\ K(t,y_0)\ dt$$

Donde:

$$K_2(x,y)-K_2(x_0,y_0)=\int_{y}^{x} K(x,t)\ K(t,y)\ dt-\int_{y_0}^{x_0} K(x_0,t)\ K(t,y_0)\ dt=\int_{y}^{y_0} K(x,t)\,K(t,y)\,dt+$$

$$+\int_{x_0}^{x} K(x,t)\ K(t,y)\,dt+\int_{y_0}^{x_0} K(x,t)\ K(t,y)\ dt-\int_{y_0}^{x_0} K(x_0,t)\ K(t,y_0)\ dt=\int_{x_0}^{x} K(x\,t)\,K(t,y)\,dt+$$

$$+\int_{y}^{y_0} K(x,t)\ K(t,y)\,dt+\int_{y_0}^{x_0} K(t,y)\left[\ K(x,t)-K(x_0,t)\ \right]dt+\int_{y_0}^{x_0} K(x_0,t)\left[\ K(t,y)-K(t,y_0)\ \right]dt$$

Quando o ponto (x,y) tende para o ponto (x_0,y_0), x tende a x_0 e também y tende a y_0, logo, as duas primeiras integrais tendem a zero, porque $K(x,y)$ é uma função limitada As duas últimas integrais também tendem a zero. De fato, considerando, por exemplo, a terceira, temos:

$$\left|\int_{y_0}^{x_0} K(t,y)\left[K(x,t)-K(x_0,t)\right]dt\right|\leq K_1\int_{y_0}^{x_0}\left|K(x,t)-K(x_0,t)\right|dt$$

Ora, a função $K(x,y)$ sendo uniformemente convergente, fixado o número $\eta>0$ podemos determinar um número $\delta>0$, tal que quando:

$$|x-x_0|<\delta$$

então:

$$\left|K(x,t)-K(x_0,t)\right|<\frac{\eta}{K_1|x_0-y_0|}$$

Daquí concluimos que para: $|x-x_0|<\delta$,

$$\left|\int_{y_0}^{x_0} K(t,y)\left[\ K(x,t)-K(x_0,t)\ \right]dt\right|\leq K_1\eta\left|x_0-y_0\right|\frac{1}{K_1|x_0-y_0|}=\eta$$

o que nos mostra ser convergente para zero a terceira integral.

De modo análogo, demonstramos que a quarta integral tende também a zero quando $(x,y)\to(x_0,y_0)$. Logo, a função $K_2(x,y)$ é contínua. Prova-se de modo semelhante que $K_3(x,y)$, $K_4(x,y)$, ... $K_i(x,y)$, ... são funções contínuas.

b) Qualquer que seja o inteiro $h<i$, tem-se:

$$(13)\qquad K_i(x,y)=\int_{y}^{x} K_h(x,t)\ K_{i-h}(t,y)\ dt$$

Com efeito, esta fórmula é verdadeira para $h=1$, visto que neste caso se reduz a relação (12'); demonstremos agora por indução que se é verdadeira para $h=j$, é também verdadeira para $h=j+1$.

Supondo

$$(14)\qquad K_i(x,y)=\int_{y}^{x} K_j(x,t)\ K_{i-j}(t,y)\ dt$$

Ora, da relação (12') tiramos:

$$K_{i-j}(x,y) = \int_y^x K(x,t)\, K_{i-j-1}(t,y)\, ds = \int_y^x K(x,s)\, K_{i-j-1}(s,y)\, ds$$

Substituindo na (14) temos:

$$K_i(x,y) = \int_y^x K_j(x,t)\, dt \int_y^t K(t,s)\, K_{i-j-1}(s,y)\, dt = \int_y^x dt \int_y^t K_j(x,t)\, K(t,s)\, K_{i-j1}(s,y)\, ds =$$

$$= \int_y^x ds \int_s^x K_j(x,t)\, K(t,s)\, K_{i-j-1}(s,y)\, dt = \int_y^x K_{i-j-1}(s,y)\, ds \int_s^x K(t,s)\, K_j(x,t)\, dt$$

Fazendo na (14): $i = j + 1$ temos:

$$K_{j+1}(x,y) = \int_y^x K_j(x,t)\, K(t,y)\, dt$$

logo:

$$K_i(x,y) = \int_y^x K_{j+1}(x,s)\, K_{i-j-1}(s,y)\, ds$$

que é a (14) onde se substituiu "j" por "$j + 1$".

c) *Os núcleos iterados satisfazem a limitação*:

$$\left|K_i(x,y)\right| \leq K_1^i \, \frac{|b-a|^{i-1}}{(i-1)!}$$

De fato, da relação:

$$K_i(x,y) = \int_y^x K(x,t)\, K_{i-1}(t,y)\, dt, \quad \text{tiramos:}$$

$$(15) \qquad \left|K_i(x,y)\right| \leq \int_{y,x} \left|K(x,t)\right| \left|K_{i-1}(t,y)\right| dt \leq K_1 \int_{y,x} \left|K_{i-1}(t,y)\right| dt$$

Fazendo sucessivamente $i = 2, 3, 4, \ldots\ldots$, teremos:

$$\left|K_2(x,y)\right| \leq K_1 \int_{y,x} \left|K(t,y)\right| dt \leq K_1^2 \int_{y,x} dt = K_1^2 \left|x - y\right|$$

$$\left|K_3(x,y)\right| \leq K_1 \int_{y,x} \left|K_2(t,y)\right| dt \leq K_1^3 \int_{y,x} \left|t - y\right| dt = K_1^3 \, \frac{|x-y|^2}{2!}$$

.....

e um raciocínio por indução nos mostra que:

$$\left|K_1(x,y)\right| \leq K_1^i \, \frac{|x-y|^{i-1}}{(i-1)!}$$

Com efeito, se tivermos:

$$\left| K_{i-1}(x,y) \right| \leq K_1^{i-1} \frac{|x-y|^{i-1}}{(i-1)!}$$, a relação (15) nos mostra que:

$$\left| K_i(x,y) \right| \leq K_1^i \int_{y,x} \frac{|t-y|^{i-2}}{(i-2)!}\, dt = K_1^i \frac{|x-y|^{i-2}}{(i-1)!}$$; como $\left| x-y \right| \leq \left| b-a \right|$, então:

$$\left| K_i(x,y) \right| \leq K_1^i \frac{|b-a|^{i-1}}{(i-1)!}$$

7 — *Núcleo resolvente* — Consideremos a seguinte série:

$$(16) \qquad \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^{i-1} K_i(x,y)$$

Resulta das propriedades "*a*" e "*c*" dos núcleos iterados, que esta é uma série uniformemente convergente de funções contínuas; a sua soma, que chamaremos de $\Gamma(x,y,\lambda)$ representa então uma função contínua em T.

Multiplicando os têrmos da série (16) por uma função limitada, resulta ainda uma série uniformemente convergente. Então a série uniformemente convergente:

$\sum_{i=1}^{\infty} \lambda^{i-1} K_i(x,y) f(x)$ tem por soma: $\Gamma(x,y,\lambda) f(x)$, isto é:

$$(17) \qquad \Gamma(x,y,\lambda) f(x) = \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^{i-1} K_i(x,y) f(x)$$

Resulta da série (3) do § 2 que:

$$\varphi(x) = \varphi_0(x) + \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^i \varphi_i(x) = f(x) + \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^i \int_a^x K_i(x,s) f(s)\, ds = f(x) + \lambda \int_a^x \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^{i-1} K_i(x,s) f(s)\, ds$$

ou, seja em virtude da (17):

$$(18) \qquad \varphi(x) = f(x) + \lambda \int_a^x \Gamma(x,s,\lambda) f(s)\, ds$$

A função $\Gamma(x,y,\lambda)$ que é uma função inteira do parâmetro λ e que só depende do núcleo da equação $K(x,y)$, chama-se *núcleo resolvente* ou *resolvente relativa ao núcleo* $K(x,y)$. Vemos assim que a resolução da equação de VOLTERRA é conduzida à formação do núcleo resolvente.

8 — *Propriedades do núcleo resolvente* — O núcleo resolvente goza das seguintes propriedades:

a) *O núcleo resolvente* $\Gamma(x,y,\lambda)$ *satisfaz as duas seguintes equações funcionais:*

$$(19) \qquad \Gamma(x,y,\lambda) = K(x,y) + \lambda \int_y^x K(x,t)\, \Gamma(t,y,\lambda)\, dt$$

$$(20) \qquad \Gamma(x,y,\lambda) = K(x,y) + \lambda \int_y^x K(t,y)\, \Gamma(x,t,\lambda)\, dt$$

Demonstremos, em primeiro lugar, que $\Gamma(x,y,\lambda)$ satisfaz a (19). Com efeito, resulta do § anterior que:

$$(21) \quad \Gamma(x,y,\lambda) = \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^{i-1} K_i(x,y) = K(x,y) + \sum_{i=2}^{\infty} \lambda^{i-1} K_i(x,y) = K(x,y) + \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^i K_{i+1}(x,y)$$

Como, em virtude da (12'):

$$K_{i+1}(x,y) = \int_y^x K(x,t)\, K_i(t,y)\, dt$$

Então:

$$\Gamma(x,y,\lambda) = K(x,y) + \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^i \int_y^x K(x,t)\, K_i(t,y)\, dt = K(x,y) + \lambda \int_y^x K(x,t) \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^{i-1} K_i(t,y)\, dt$$

ou, pela definição de núcleo resolvente:

$$\Gamma(x,y\lambda) = K(x,y) + \lambda \int_y^x K_i(x,t)\, \Gamma(t,y,\lambda)\, dt \text{ que é a equação (19).}$$

Demonstremos agora que $\Gamma(x,y,\lambda)$ satisfaz também a (20). Ora, da propriedade *"b"* dos núcleos iterados, resulta:

$$K_{i+1}(x,y) = \int_y^x K_i(x,t)\, K(t,y)\, dt, \text{ logo}$$

$$\Gamma(x,y,\lambda) = K(x,y) + \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^i K_{i+1}(x,y) = K(x,y) + \sum_{i=1}^{\infty} \int_y^x K_i(x,t)\, K(t,y)\, dt =$$

$$= K(x,y) + \lambda \int_y^x K(t,y,) \sum_{i=1}^{\infty} \lambda^{i-1} K_i(x,t)\, dt = K(x,y) + \lambda \int_y^x K(t,y)\, \Gamma(x,t,\lambda)\, dt$$

logo:

$$\Gamma(x,y,\lambda) = K(x,y) + \lambda \int_y^x K(t,y)\, \Gamma(x,t,\lambda)\, dt, \text{ que é a equação (20).}$$

As equações (19) e (20) são características para o núcleo resolvente. De fato, se houvesse uma outra função $\mathrm{L}(x,y,\lambda)$ que satisfizesse, por exemplo, a (19), teríamos:

$$(22) \qquad \Gamma(x,y,\lambda) = K(x,y) + \lambda \int_y^x K(x,t)\, L(t,y,\lambda)\, dt$$

Pondo:

$J(x,y,\lambda) = \Gamma(x,y,\lambda) - \mathbf{L}(x,y,\lambda)$ e, subtraindo ordenadamente as equações (19) e (22) vem:

$$J(x,y;\lambda) = \lambda \int_y^x K(x,t)\, J(x,y,\lambda)\, dt$$

e donde para qualquer valoı de y.

$J(x,y,\lambda,) = o$, o que nos mostra ser:

$$\Gamma(x,y,\lambda) = \mathbf{L}(x,y,\lambda)$$

b) *Lei de reciprocidade* — Consideremos a equação (2) onde supomos, para fixar idéias $\lambda = 1$. Então:

$$\varphi(x) = f(x) + \int_a^x K(x,t)\,\varphi(t) \quad ; \tag{23}$$

a sua solução será dada pela fórmula (18) para $\lambda = 1$, isto é:

$$\varphi(x) = f(x) + \int_a^x \Gamma(x\,t\,1)\,f(t)\,dt$$

Suponhamos que nesta relação $f(x)$ seja incógnita e $\varphi(x)$ função dada e pondo sob a forma:

$$(x) = \varphi(x) - \int_a^x \Gamma(x\,t\,1)\,f(t)\,dt \quad ; \tag{24}$$

que é uma equação integral cujo núcleo é $-\Gamma(x\,y\,1)$. A solução desta equação será:

$$f(x) = \varphi(x) - \int_n^x K(x\,t)\,\varphi(t)\,dt \quad ,$$

conforme mostra a (23).

Esta expressão nos mostra que a resolvente de $-\Gamma(x\,y\,1)$ é $-K(x\,y)$. Nisto consiste a lei de reciprocidade.

9 — *Apliquemos as considerações anteriores à resolução da seguinte equação*:

$$\varphi(x) = f(x) + \int_o^x (x-t)\,\varphi(t)\,dt \qquad \text{(VIVANTI)}$$

Comecemos por calcular os núcleos iterados. Teremos:

$$K_2(xy) = \int_y^x K(x\,t)\,K(t\,y)\,dt = \int_y^x (x-t)\,(t-y)\,dt = \int_y^x (x-t)\left[(x-y) - (x-t)\right]dt =$$

$$= \left[-(x-y)\,\frac{(x-t)^2}{2} + \frac{(x-t)^3}{2}\right]_y^x = \frac{(x-y)^3}{2} - \frac{(x-y)^3}{3} = \frac{(x-y)^3}{6}$$

De modo análogo:

$$K_3(x\,y) = \int_y^x K_2(x\,t)\,K(t\,y)\,dt = \int_y^x \frac{(x-t)^3}{6}\,(t-y)\,dt = \frac{1}{6}\int_y^x (x-t)^3\left[(x-y) - (x-t)\right]dt =$$

$$= \frac{1}{6}\left[-(x-y)\,\frac{(x-t)^4}{4} + \frac{(x-t)^5}{5}\right]_y^x = \frac{1}{6}\left[\frac{(x-y)^5}{4} - \frac{(x-y)^5}{6}\right] = \frac{(x-y)^5}{120}$$

Daquí se induz a lei:

$$K_i(x\,y) = \frac{(x-y)^{2i-1}}{(2i-1)\,!}$$

Demonstremos que, se esta é verdadeira para *"i"*, o é ainda para *"i + 1"*. Temos, com efeito:

$$K_{i+1}(x,y) = \int_y^x \frac{(x-y)^{2i-1}}{(2i-1)!}(t-y)\,dt = \frac{1}{(2i-1)!}\int_y^x (x-t)^{2i-1}\left[(x-y)-(x-t)\right]dt =$$

$$= \frac{1}{(2i-1)}\left[-(x-y)\frac{(x-y)^{2i}}{2i} + \frac{(x-y)^{2i+1}}{2i+1}\right]_y^x = \frac{1}{(2i-1)!}\left[\frac{(x-y)^{2i+1}}{2i} - \frac{(x-y)^{2i+1}}{2t+1}\right] = \frac{(x-y)^{2i+1}}{(2i+1)!}$$

Resulta então:

$$\Gamma(x,y,1) = \sum_{i=1}^{\infty} K_i(xy) = \sum_{i=1}^{\infty} \frac{(x-y)^{2i-1}}{2i-1)!} = s\,h\,(x-y)$$

Logo, a solução da equação é:

$$\varphi(x) = x + \int_0^x y\,s\,h\,(x-t)\,dt = x - \left[y\,c\,h\,(x-y) + s\,h\,(x-y)\right]_0^x$$

isto é:

$$\varphi(x) = s\,h\,x$$

10 — *Aplicação das equações funcionais na determinação de alguns núcleos resolventes*:

Quando o núcleo da equação integral assume formas particulares, podemos obter a resolvente pelas equações diferenciais. Aquí examinaremos dois casos:

a) O núcleo $K(x,y)$ é um polinômio em *"y"* de grau *"n — 1"*, cujos coeficientes são funções contínuas de *"x"* no intervalo (a,b). Podemos imaginar êste polinômio sob a forma seguinte:

$$(25) \qquad K(x,y) = a_0(x) + a_1(x)(x-y) + \frac{a_2(x)}{2}(x-y)^2 + \cdots + \frac{a_{n-1}(x)}{(n-1)!}(x-y)^{n-1}$$

Consideremos agora a seguinte função:

$$U(x,y,\lambda) = \frac{\lambda}{(n-1)!}\int_y^x \Gamma(t,y,\lambda)(x-t)^{n-1}dt + \frac{(x-y)^{n-1}}{(n-1)!}$$

Determinando as derivadas sucessivas desta função, em relação a "x", temos:

$$\frac{dU(x\,y,\lambda)}{dx} = \frac{\lambda}{(n-2)!}\int_y^x \Gamma(t,y,\lambda)(x-t)^{n-2}dt + \frac{(x-y)^{n-2}}{(n-2)!}$$

$$\frac{d^2U(x,y,\lambda)}{dx^2} = \frac{\lambda}{(n-3)!}\int_y^x \Gamma(t,y,\lambda)(x-t)^{n-3}dt + \frac{(x-y)^{n-3}}{(n-3)!}$$

.....

$$\frac{dU^{n-2}(x,y,\lambda)}{dx^{n-2}} = \frac{\lambda}{1!}\int_y^x \Gamma(t,y,\lambda)(x-t)\,dt + \frac{(x-y)}{1!}$$

$$\frac{dU^{n-1}(x,y,\lambda}{dx^{n-1}} = \lambda\int_y^x \Gamma(t\,y,\lambda)\,dt + 1$$

e, finalmente:

$$\frac{d^nU\,(x,y,\lambda)}{dx^n} = \lambda\,\Gamma\,(x\,y,\lambda)\ ,\ \text{donde:}\quad (26)\quad \Gamma\,(x,y,\lambda) = \frac{1}{\lambda}\,\frac{d^nU\,(x,y,\lambda)}{dx^n}$$

A expressão da função $U(x,y,\lambda)$, assim como as expressões das suas derivadas, nos mostram que a função $U(x,y,\lambda)$ e as suas $(n-2)$ primeiras derivadas são nulas para $y = x$ e a de ordem "$n-1$" assume o valor *1*.

Levando o valor de $\Gamma\,(x,y,\lambda)$ dado pela (26) na equação funcional (19), temos:

$$\frac{1}{\lambda}\,\frac{d^nU\,(x,y,\lambda)}{dx^n} = K\,(xy) + \int_y^x K\,(x,t)\,\frac{d^nU\,(t,y,\lambda)}{dt^n}\,dt$$

ou

$$\frac{d^nU\,(x,y,\lambda)}{dx^n} = \lambda\,K\,(x,y) + \lambda\int_y^x K\,(x,y)\,\frac{d^nU\,(t\,y,\lambda)}{dt^n}\,dt$$

Integrando por parte a integral do 2.º membro, temos:

$$(27)\quad \frac{d^nU(x,y,\lambda)}{dx^n} = \lambda\,K\,(x,y) + \lambda\left[K\,(x,y)\,\frac{d^{n-1}U}{dt^{n-1}} - \frac{\partial K\,(x,t)}{\partial t} + \quad + (-1)^n\,\frac{\partial^{n-1}K\,(x,t)}{\partial t^u}\,U\right]_{t=y}^{t=x}$$

Determinemos agora as derivadas sucessivas em relação a "t" de $K(x,t)$; temos:

$$-\frac{\partial K\,(x,t)}{\partial t} = a_1\,(x) + a_2\,(x)\,(x-t) + \ldots\ .+\frac{a_{n-1}(x)}{(n-2)\,!}\,(x-t)^{n-2}$$

$$\frac{\partial^2 K\,(x,t)}{\partial t^2} = a_2\,(x) + a_3\,(x)\,(x-t)\ \ldots\ .+\frac{a_{n-1}(x)}{(n-3)\,!}\,(x-t)^{n-3}$$

$$-\frac{\partial^3 K\,(x,t)}{\partial t^3} = a_3\,(x) + a_4\,(x)\,(x-t) + \ldots\ldots + \frac{a_{n}d_1(x)}{(n-4)\,!}\,(x-t)^{n-4}$$

. . . . . .

. . . . . .

$$(-1)^n\,\frac{\partial^{n-1}K\,(x,t)}{\partial t^{n-1}} = a_{n-1}(x)$$

Para $t = x$, $K(x\,t)$ e as suas "$n-1$" primeiras derivadas assumem os valores:

$$K\,(x,x) = a_0\,(x)$$

$$-\left(\frac{\partial\,K\,(x,t)}{\partial t^3}\right)_{t=x} = a_1\,(x)$$

$$\left(\frac{\partial^2 K(x,t)}{\partial t^3}\right)_{t=x} = a_2\,(x)$$

$$-\left(\frac{\partial^3 K\,(x,t)}{\partial t^3}\right)_{t=x} = a_3\,(x)$$

. . . . . .

$$(-1)^n\left(\frac{\partial^{n-1}K(x,t)}{\partial t^{n-1}}\right)_{t=x} = a_{n-1}(x)$$

Podemos escrever a (27) da seguinte forma:

$$\frac{d^nU(x,y,\lambda)}{dt^n}=\lambda K(x\,y)+\lambda\left[K(x,x)\left(\frac{d^{n-1}U}{dx^{n-1}}\right)-\left(\frac{\partial K}{\partial t}\right)_{t=x}\left(\frac{d^{n-2}U}{dx^{n-2}}\right)+\ldots+(-1)^n\left(\frac{\partial^{n-1}K(x,t)}{\partial t^{n-1}}\right)U_{t=x}\right]-$$

$$-\lambda\left[K(x,y)\left(\frac{d^{n-1}U}{dt^{n-1}}\right)_{t=y}-\left(\frac{\partial K(x,t)}{\partial t}\right)_{t=y}\left(\frac{\partial^{n-2}U}{\partial t^{n-2}}\right)+\ldots+(-1)^n\left(\frac{\partial^{n-1}K(x,t)}{\partial t^{n-1}}\right)U_{t=y}\right]$$

Levando em consideração as condições anteriores, tem-se:

$$\frac{d^nU(x\,y\,\lambda)}{dx^n}=\lambda\left[a_0(x)\frac{d^{n-1}U}{dx^{n-1}}+a_1(x)\frac{d^{n-2}U}{dx^{n-2}}+a_2(x)\frac{d^{n-3}U}{dx^{n-3}}+\ldots+a_{n-1}(x)\,U\right]$$

Portanto, a função $U(x\,y\,\lambda)$ é então a integral da equação diferencial linear:

$$D(u)=\frac{d^nU}{dx^n}-\lambda\left[a_0(x)\frac{d^{n-1}U}{dx^{n-1}}+a_1(x)\frac{d^{n-2}U}{dx^{n-2}}+a_2(x)\frac{d^{n-3}U}{dx^{n-3}}+\ldots+a_{n-1}(x)\,U\right]$$

que satisfaz as condições de CAUCHY; representando por $g(x\,y\,\lambda)$ esta integral, tem-se para expressão do núcleo resolvente:

$$(28)\qquad \Gamma(x,y,\lambda)=\frac{1}{\lambda}\frac{d^nU(x\,y\,\lambda)}{dx^n}$$

b) O núcleo $K(x,y)$ é um polinômio de grau *"n — 1"* em *"y"*, cujos coeficientes são funções contínuas de *"y"* no intervalo (a,b). Podemos supor êste polinômio sob a forma:

$$(29)\qquad K(x\,y)=b_0(y)(y-x)+\ldots+\frac{b_{n-1}(y)}{(n-1)!}(y-x)^{n-1}$$

Consideremos agora a seguinte função:

$$U(x,y,\lambda)=\frac{\lambda}{(n-1)!}\int_y^x\Gamma(x,t,\lambda)(y-t)^{n-1}dt+\frac{(y-x)^{n-1}}{(n-1)!}$$

As derivadas sucessivas desta função em relação a *"y"* são:

$$\frac{dU(xy\lambda)}{dy}=\frac{\lambda}{(n-2)!}\int_y^x\Gamma(x,t,\lambda)(y-t)^{n-2}dt+\frac{(y-x)^{n-2}}{(n-2)!}$$

$$\frac{d^2U(x,y,\lambda)}{dy^2}=\frac{\lambda}{(n-3)!}\int_y^x\Gamma(x,y,\lambda)(y-t)\,dt+\frac{(y-x)^{n-3}}{(n-3)!}$$

.....

$$\frac{d^{n-2}U(x,y,\lambda)}{dy^{n-2}}=\frac{\lambda}{1!}\int_y^x\Gamma(x,y,\lambda)(y-x)\,dt+\frac{(y-x)}{1!}$$

$$\frac{d^{n-1}U(x,y,\lambda)}{dy^{n-1}}=\lambda\int_y^x\Gamma(x\,y,\lambda)\,dt+1$$

e, finalmente:

$$\frac{d^nU(x,y,\lambda)}{dy^n}=-\lambda\,\Gamma(x,y,\lambda)\,dt\quad\text{, donde: }(30)\quad\Gamma(x,y,\lambda)=-\frac{1}{\lambda}\frac{d^nU(x,y,\lambda)}{dy^n}$$

Estas expressões nos mostram que a função $U(x,y,\lambda)$ e as suas $(n-2)$ primeiras derivadas são nulas para $x=y$ e a de ordem $n-1$ assume o valor *1*.

Substituindo o valor de $\Gamma(x,y,\lambda)$ dado pela (30) na equação funcional (20), temos:

$$-\frac{1}{\lambda}\frac{d^nU(x,y,\lambda)}{dy^n} = K(x,y) - \int_y^x K(t,y)\frac{d^nU(x,t,\lambda)}{dy^n}\,dt$$

ou

$$\frac{d^nU(x,y,\lambda)}{dy^n} = \lambda\int_y^x K(t,y)\frac{d^nU(x,t,\lambda)}{dy^n}\,dt - \lambda K(x,y)$$

Como no caso anterior, apliquemos a fórmula de integração por parte e levando em consideração a forma de $K(x,y)$ e as condições a que satisfaz $U(x\,y\,\lambda)$, temos:

$$(31)\qquad D_1(u) = \frac{d^nU}{dy^n} + \lambda\left[b_0(y)\frac{d^{n-1}U}{dy^{n-1}} + \ldots + b_{n-1}(y)\,U\right] = o$$

Esta equação mostra que a função $U(x,y,\lambda)$ é a integral $g_1(x,y,\lambda)$ da equação $D_1(U) = 0$, satisfazendo as condições de CAUCHY

O núcleo resolvente procurado tem por expressão:

$$(32)\qquad \Gamma(x,y,\lambda) = -\frac{1}{\lambda}\frac{d^ng_1(x,y,\lambda)}{dy^n}$$

Concluimos então que a integração de uma equação diferencial linear de ordem *"n"*, dependendo de um parâmetro λ, permite formar o núcleo resolvente para dois tipos de equações de VOLTERRA.

Observação — Na resolução da equação (2) fizemos sôbre a função $f(x)$ a hipótese de ser definida e limitada no intervalo (a,b), tendo no máximo nesse intervalo um número finito de pontos de descontinuidade Suponhamos que no caso de $f(x)$ não ser limitada, $\int_a |f(t)|\,dt$ tenha um valor finito. Nesta hipótese, a resolução da equação de VOLTERRA pode ser conduzida à resolução de uma equação em que a função $f(x)$ satisfaz a condição acima assinalada.

De fato, fazendo na (2) a substituição:

$$\varphi(x) = f(x) + \lambda\Phi(x)\quad, \text{vem:}$$

$$\Phi(x) = \int_y^x K(x,t)\,f(t)\,dt + \lambda\int_y^x K(x,t)\,\Phi(t)\,dt$$

ou, fazendo:

$$F(x) = \int_y^x K(x,t)\,f(t)\,dt, \text{ temos:}$$

$$\Phi(x) = F(x) + \lambda\int_y^x K(x,t)\,\Phi(t)\,dt$$

Ora, a função $F(x)$ é limitada no intervalo (a,b). Com efeito:

$$|F(x)| = \left|\int_a^x K(x,t)\,f(t)\,dt\right| \leq \int_a^x |K(x,t)|\,|f(x)|\,dt \leq K_1\int_a^x |f(t)|\,dt \leq K_1\int_a^b |f(t)|\,dt,$$

o que nos mostra ser $F(x)$ limitada.

A função $F(x)$ é contínua em (a,b). De fato, fixando o ponto x_o, de (a,b), temos:

$$F(x) - F(x_o) = \int_a^x K(x,t)\, f(t)\, dt - \int_a^{x_o} K(x_o,t)\, f(t)\, dt = \int_a^{x_o} \Big[K(x,t) - K(x_o,t) \Big] f(t)\, dt + \int_{x_o}^x K(x_o,t)\, f(t)\, dt$$

Majorando esta relação, temos:

$$\Big| F(x) - F(x_o) \Big| \leq \int_a^{x_o} \Big| K(x,t) - K(x_o t) \Big| \; \Big| f(t) \Big| \, dt + \int_{x_o,x} \Big| K(x_o,t) \Big| \; \Big| f(t) \Big| \, dt$$

Ora, a função $K(x,y)$ é contínua em um conjunto fechado, logo é uniformemente contínua, portanto, fixado um número positivo η, podemos determinar um número $\delta > 0$, tal que para:

$$\Big| x - x_o \Big| < \delta \text{ , temos } \Big| K(xt) - K(x_o t) \Big| < \eta$$

Portanto, para:

$$\Big| x - x_o \Big| < \delta \text{ , podemos escrever:}$$

$$\Big| F(x) - F(x_o) \Big| \leq \eta \int_a^{x_o} |f(t)|\, dt + K_1 \int_{x_o,x} |f(t)|\, dt$$

Quando $x \longrightarrow x_o$, a última integral tende a zero, logo:

$$\lim_{x \to x_o} F(x) = F(x_o) \text{ e a } F(x) \text{ é contínua.}$$

12 — *Vamos agora iniciar o estudo da seguinte equação:*

$$(1) \qquad \int_0^x K(x,t)\; \varphi(t)\, dt = f(x)$$

onde $K(x\,y)$ e $f(x)$ são funções conhecidas definidas respectivamente no triângulo:

$$\mathrm{T} \begin{cases} x = a \text{ e no intervalo } (0,h)\,. \\ y = o \\ y = x \end{cases}$$

Em relação à função incógnita, suponhamos que seja contínua no intervalo onde se quer determiná-la.

Demonstremos inicialmente o seguinte:

Teorema de Le Roux — Si $f(0) = 0$ e se as funções $f(x)$ e $K(x,y)$ admitem derivados $f'(x)$ e $\frac{\partial K(x,y)}{\partial x}$ contínuas em um intervalo fechado $(0,h)$ contido no intervalo $(0,a)$, no qual $K(x,x)$ não se anula, a equação (1) admite uma e uma só solução contínua neste intervalo $(0,h)$.

Com efeito, de início é evidente que a condição $f(0) = 0$ é necessária para que a (1) admita uma solução contínua $\varphi(x)$. Ora, o núcleo $K(x\,y)$, admitindo no intervalo $(0,h)$ uma derivada contínua $\frac{\partial K(xy)}{\partial x}$, o primeiro membro admitirá também uma derivada contínua. Como o segundo membro é derivável, então, igualando as derivadas dos dois membros da (1), vem:

$$(2) \qquad K(x,x)\; \varphi(x) + \int_0^x \frac{\partial K(x,t)}{\partial x}\, \varphi(t)\, dt = f'(x)$$

Vemos assim que tôda solução da (1) é solução da (2). Recìprocamente, tôda solução da (2) é da (1). De fato, os dois membros da (1) são nulos para $x = 0$ e as suas derivadas são iguais

Como $K(x,y) \neq 0$ para $x \epsilon (0,h)$, então podemos escrever:

$$(3) \qquad \varphi(x) + \int_a^x \frac{\frac{\partial K(x,t)}{\partial x}}{K(x,x)} \varphi(t)\, dt = \frac{f,(x)}{K(x,x)}$$

Esta equação sendo uma equação de VOLTERRA de 2ª espécie, vimos que ela admite uma e uma só solução contínua no intervalo $(0,h)$. Logo, a equação (1) admite uma e uma só solução contínua no intervalo $(0,h)$.

Observação — Suponhamos agora que se tenha para $x \epsilon (0,h)$.

$$K(x,x) = 0, \left(\frac{\partial K(x\,y)}{\partial x}\right)_{y=x} = 0, \left(\frac{\partial^2 K(x,y)}{\partial x^2}\right)_{y=x} = 0, \qquad \left(\frac{\partial^{p-2} K(x,y)}{\partial x^{p-2}}\right)_{y=x} = 0 \left(\frac{\partial^{p-1} K(x,y)}{\partial x^{p-1}}\right)_{y=x} \neq 0$$

$$(x) = o \quad , \quad f'(o) = o \quad , \quad f''(o) = o \qquad f^{p-1}(o) = o$$

e que existam as derivadas: $f(p)(x)$ e $\frac{\partial^p K(x,y)}{\partial x^p}$ contínuas no intervalo $(0,h)$. Derivado em relação a *"x"*, sucessivamente a equação (1) até a derivada de ordem *"p"* obteremos:

$$(4) \qquad K^{(p-1)}(x,x)\ \varphi(x) + \int_o^x \frac{\partial^p K(x\,t)}{\partial x^p} \varphi(t)\, dt = f^{(p)}(x)\ ,$$ que é uma

equação de VOLTERRA de 2.ª espécie. Esta equação admite uma e uma só solução contínua e mostra-se, aplicando sucessivamente o teorema de LE ROUX, que ela verifica tôdas as derivadas anteriores, e portanto a (1).

13 — *Exemplo (do Goursat) — Suponhamos que o núcleo $K(x,t)$ seja a função de* CAUCHY *$g(x,t)$ relativa à equação diferencial ordinária:*

$$(5) \qquad D(u) = \frac{d^n U}{dx^n} - \left[a_o(x) \frac{d^{n-1} U}{dx^{n-1}} + \qquad + a_{n-1} U\right] = o\ ,$$ isto é, a integral

desta equação que é nula, assim como as suas *"n — 2"* primeiras derivadas em relação a *"x"* para $x = t$ e cuja derivada de ordem *"n — 1"* é igual a *"1"* para $x = t$.

Consideremos agora a equação integral:

$$(6) \qquad \int_o^x g(x,t)\ \varphi(t)\, dt = f(x)$$

Para que esta equação admita uma solução contínua, é preciso, pelo que vimos anteriormente, que a função $f(x)$ e suas *"n — 1"* primeiras derivadas sejam nulas para $x = 0$ e que $f_n(x)$ seja contínua; a função incógnita $\varphi(x)$ é então dada pela equação de 2.ª espécie obtida derivando *"n"* vêzes a (6):

$$(7) \qquad \varphi(x) + \int_o^x \frac{d^n g(x,t)}{dx^n} \varphi' t)\, dt = f^{(n)}(x)$$

Vimos no § 3 que $\frac{d^n g' x,t)}{dx^n}$ é o núcleo resolvente da equação de 2ª espécie onde o núcleo é:

$$K(xt) = a_o(x) + a_1 \frac{x-t}{1} + \quad . \quad + a_{n-1}(x) \frac{(x-t)^{n-1}}{(n-1)\,!}$$ para o valor $\lambda = 1$

do parâmetro.

Reciprocamente, pela lei de reciprocidade, $-K(x,t)$ é o núcleo resolvente para a equação de 2.ª espécie cujo núcleo é $-\frac{d^n g}{dx^n}$, supondo sempre $\lambda = 1$. A solução da (6) é então dada pela expressão:

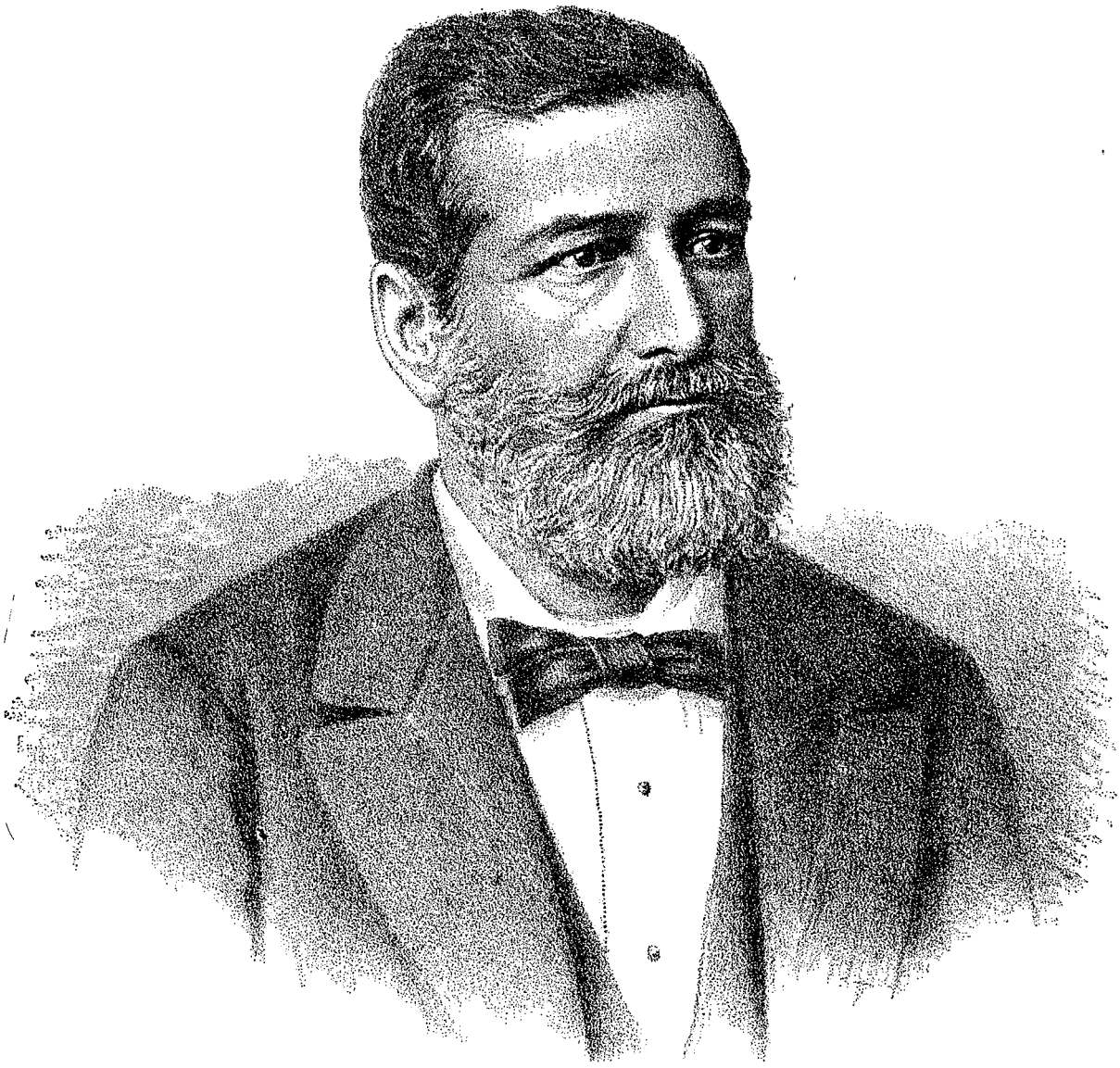
$$\varphi(x) = f^{(n)}(x) - \int_0^x \left[a_0(x) + a_1(x)(x-t) + \ \ldots \ + a_{n-1}(x) \frac{(x-t)^{n-1}}{(n-1)\,!} \right] f^{(n)}(t)\, dt.$$

ou

$$\varphi(x) = D\left[f(x) \right]$$

*

BIBLIOGRAFIA — GOURSAT, E., *Cours d'analyse mathématique,* 2me éd, Ts. 1, 2 e 3; VIVANTI, G , *Elementi della teoria delle equazioni integrali lineari;* LALESCO, T, *Introduction à la theorie des équations intégrales;* VOLTERRA, V., *Leçons sur les équations integrales et les équations intégro-différentielles;* HILBERT, D., *Grundzüge einer allgemeinen Theorie der linearen, Integralgleichungen,* TITCHMARSH, *The theory of functions,* WHITTAKER, E. T, WATSONN G N, *A course of modern analysis,* TONOLO, A., *Lexioni di analisi infinitesimale;* KNOPP, KONRAD, *Teoria de funciones*



Manoel Francisco Correia

MANOEL FRANCISCO CORREIA

MANOEL FRANCISCO CORREIA, *filho primogênito do comendador* MANOEL FRANCISCO CORREIA JÚNIOR *e de D* FRANCISCA CORREIA PEREIRA, *nasceu a 1º de Novembro de 1831, na cidade de Paranaguá, que era, a essa época, sede da quinta comarca da Província de São Paulo Tendo feito os estudos primários na cidade natal, cursou até 1845, com brilhante aproveitamento, as aulas do Instituto Freese, em Nova Friburgo Bacharel em letras pelo Colégio Pedro II, em 1849, cinco anos depois recebia, em São Paulo, a sua graduação em direito Dotado de viva inteligência, as suas qualidades intelectuais já se afirmavam então vigorosamente, justificando as melhores esperanças, que vieram a ser confirmadas, na relevante projeção de sua personalidade na vida nacional*

Nomeado segundo oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, tomou posse do cargo a 13 de Dezembro de 1854, revelando-se, desde logo, um dedicado servidor dos interêsses públicos Promovido a primeiro oficial em 1855, trabalhou assìduamente nessa categoria até 1859, quando foi nomeado, em reconhecimento aos seus altos méritos, chefe de Secção da Secretaria de Estado dos Negócios do Império Por carta imperial do ano seguinte, foi designado para exercer o cargo de secretário da Província do Rio de Janeiro, comissão da qual obteve dispensa em Janeiro de 1860, em virtude de se tornarem necessários os seus serviços na administração geral Até Abril de 1862, ocupou o cargo de oficial de gabinete junto a vários ministros do Império, desempenhando ainda, com brilho, o cargo de Consultor interino do Ministério da Justiça, para o qual fôra nomeado em Maio de 1861, durante o impedimento do Conselheiro JOSÉ DE ALENCAR. *Coube-lhe também dirigir a Secção de Negócios Eclesiásticos, transferida, por lei de 1859, do Ministério da Justiça para o do Império No exercício dêsse cargo, empreendeu e levou a efeito o árduo trabalho de coligir e anotar as consultas referentes ao assunto, cuja legislação se achava desordenada e dispersa, tendo em 1869 publicado três volumes, com os resultados dos seus exaustivos esforços*

A Carta Imperial de 29 de Março de 1862 nomeou-o presidente da Província de Pernambuco, onde logo depois irrompia um surto de cólera-morbus Embora desobrigado pelo Ministro do Império da aceitação do cargo, dado o risco que impunha nessas circunstâncias, o Dr MANOEL FRANCISCO CORREIA *não quís, de nenhuma sorte, furtar-se à honrosa missão: a 30 de Abril assumia o govêrno provincial e a primeira visita que fazia, logo após, era justamente ao hospital dos coléricos A mudança da situação política levou-o a exonerar-se, deixando Pernambuco em Outubro de 1862 Apesar de curta, a sua gestão foi assinalada pelos mais expressivos atestados de probidade e tino administrativo*

De regresso ao Rio de Janeiro, reassumiu o Dr MANOEL FRANCISCO CORREIA *a chefia da Secção dos Negócios Eclesiásticos, cargo que ocupou até Janeiro de 1871, publicando dois anos antes os volumes, já referidos, de compilação e anotação das consultas Eleito deputado pela sua Província, em 1869, teve renovado o mandato legislativo, sem interrupção, até 1877 Nos trabalhos parlamentares, a sua atuação foi das mais fecundas e brilhantes, traduzindo-se em iniciativas do maior alcance para os interêsses nacionais*

Ao cogitar-se em 1871 da execução da lei de 9 de Setembro do ano anterior, que criara a Diretoria Geral de Estatística, foi o Dr MANOEL FRANCISCO CORREIA, *por decreto de 21 de Janeiro, nomeado chefe da nova repartição Mal havia projetado a organização dos serviços, foi escolhido Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros, no gabinete presidido pelo* VISCONDE DE RIO BRANCO *Substituiu-o interinamente na Diretoria Geral de Estatística o Dr.* JOAQUIM JOSÉ DE CAMPOS DA COSTA DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE, *a quem coube, por conseguinte, planejar e dirigir a execução do recenseamento geral de 1871 No pôsto de Ministro, o Conselheiro* MANOEL FRANCISCO CORREIA *teve firme e decidida atuação, patenteando em numerosos episódios uma rara energia, larga visão política e firme patriotismo*

Divergências sôbre o provimento da legação de Londres fizeram-no resignar as funções de ministro em Janeiro de 1873 e reassumir, oito meses depois, o seu alto cargo na Diretoria Geral de Estatística Nessas funções, confirmaram-se inteiramente as qualidades já por êle reveladas nos postos anteriores Sob a sua gestão, tiveram vigoroso desenvolvimento várias iniciativas promovidas pelo ilustre brasileiro que o substituíra interinamente e empreendimentos novos foram tentados, com o objetivo de tornar mais completos e fiéis os diferentes levantamentos estatísticos sôbre as condições de vida do país Coube-lhe igualmente concluir e divulgar o recenseamento de 1871 O seu relatório sôbre as atividades da repartição no ano de 1878, consigna, entre outros, os seguintes trabalhos, então em andamento: divisão das províncias em municípios e paróquias; divisão dos distritos de tribunais de segunda entrância em comarcas, têrmos e julgados de paz; número dos cidadãos votantes e dos elegíveis, em cada província, município, paróquia e distrito de paz; número, natureza, valor e situação dos bens imóveis do domínio do Estado, das províncias e das Municipalidades; número de óbitos, libertação e mudança de domicílio na população escrava; número de inscrições, óbitos, libertações e mudanças de domicílio ocorridos na população livre, nascida de escravas; número dos alistados para o serviço do exército, em cada província.

Ministro demissionário, MANOEL FRANCISCO CORREIA não reforçou a dissidência parlamentar Em Junho de 1874 ocupou a cadeira da presidência da Câmara, logrando merecer, nos mais difíceis momentos, a consideração e o respeito não só dos seus amigos como dos próprios adversários políticos Eleito em lista tríplice pela sua província natal, foi nomeado senador do Império, tomando lugar na câmara vitalícia em 1877 Extinta a Diretoria Geral de Estatística, por fôrça de lei baixada em Outubro de 1879, requereu MANOEL FRANCISCO CORREIA a sua aposentadoria como funcionário público, deixando assim de usar o privilégio legal que permitia ao diretor da repartição extinta continuar inscrito no Tesouro Nacional, como se continuasse em efetivo exercício Limitou-se, a partir de então, exclusivamente às funções legislativas, dando exemplos, no Senado, de extraordinária atividade

Por decreto de 4 de Setembro de 1886, foi nomeado conselheiro de Estado, tendo servido como membro efetivo da Secção dos Negócios da Guerra e Marinha até a supressão do Conselho pelo Govêrno Provisório, nos primeiros dias da República Instituído o novo regime, resolveu afastar-se imediatamente do cenário político. Cedendo, todavia, aos apelos a seu patriotismo, como ocorreu com outras ilustres figuras do Império, consentiu na sua nomeação para a presidência do Tribunal de Contas, instituído em 1893, cargo êsse em que se manteve até Agôsto de 1894

Merecem referências especiais as atividades do Conselheiro MANOEL FRANCISCO CORREIA noutro importante setor: o da instrução e da literatura Em 1873, iniciou êle uma série de conferências públicas de grande repercussão No ano seguinte, criou a primeira Escola Normal que possuiu o Rio de Janeiro e instalou a Associação Promotora da Instrução, para difundir o ensino primário e secundário entre as classes populares Nessa última, teve uma atuação verdadeiramente benemérita, promovendo numerosas iniciativas que recomendaram o seu nome ao aprêço e reconhecimento dos contemporâneos Criador da Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional, presidente da Sociedade Amante da Instrução e da Associação Protetora da Infância Desamparada, fundador da Associação Mantenedora da Escola Barão do Rio Doce e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Conselheiro MANOEL FRANCISCO CORREIA esteve sempre a serviço dos mais puros ideais, batalhando infatigavelmente pelos interêsses da cultura brasileira

Faleceu o eminente patrício em 1905, cercado pelo respeito e pela admiração de quantos nele viam, com justiça, um dos mais ilustres varões da Pátria

ESTUDOS DE DEMOGRAFIA INTERAMERICANA

III

TÁBUA DE MORTALIDADE E DE SOBREVIVÊNCIA PARA O MÉXICO (1929-33)[1]

SUMÁRIO: § 1. Dificuldades que se opõem ao cálculo de uma tábua de mortalidade para o México A tábua de J B. Solórzano. — § 2 Possibilidade de completar essa tábua, que parte da idade de 10 anos, pelo cálculo das probabilidades de morte nos primeiros dez anos de idade Determinação dos expostos a morrer no primeiro ano de idade. — § 3. Retificação da distribuição por anos de idade dos óbitos registrados no primeiro lustro de idade — § 4. Cálculo das probabilidades de morte nos primeiros cinco anos de idade — § 5. Cálculo das probabilidades de morte para os anos de idade do sexto ao vigésimo. — § 6 Cálculo da tábua de sobrevivência sendo adotadas a partir do vigésimo-primeiro ano de idade as probabilidades calculadas e ajustadas por J. B. Solórzano. — § 7. Comparação entre a tábua mexicana e as brasileiras

§ 1. — As lacunas no registro dos óbitos e dos nascimentos tornaram impossível até os últimos anos qualquer tentativa de cálculo de tábuas de mortalidade para o conjunto da população do México.

Só recentemente, contribuindo para os estudos preparatórios das bases técnicas dos seguros sociais, realizados pelo Serviço de Previsão Social do Departamento do Trabalho, J. B. SOLÓRZANO construiu uma tábua de mortalidade e de sobrevivência baseada na experiência dos anos de 1929 a 1933 [2]

Essa tábua, conforme os objetivos que determinaram a sua construção, tem como idade inicial o 10.º aniversário, sendo, por conseguinte, própria só em parte para comparações com outras tábuas completas, que teem como idade inicial o instante do nascimento.

Apesar de reconhecer as dificuldades do cálculo da primeira secção decenal da tábua, dependentes das falhas e faltas dos registros estatísticos, achamos conveniente experimentá-lo, na esperança de poder assim obter uma visão completa, embora aproximativa, da marcha da mortalidade, em função da idade, no México.

§ 2. — Uma parte considerável das lacunas do registro dos nascimentos foi preenchida desde 1929, mercê das providências legislativas do govêrno mexicano.[3] O número médio anual dos nascidos vivos registrados, que fôra de 488 916 no qüinqüênio 1924-28, subiu para 735 656 em 1929-33.[4]

Êste último número pode servir como referência para a determinação da probabilidade de morte no primeiro ano de idade, muito melhor do que serviria o número dos recenseados em 1930 no primeiro ano de idade, isto é, em idades entre o nascimento e o primeiro aniversário Com efeito, estes recenseados foram apenas 512 431, enquanto, levando-se em conta os nascimentos presumìvelmente ocorridos nos doze meses precedentes ao censo e os falecimentos de uma parte dêstes nascidos ocorridos no mesmo período, deviam ficar mais ou menos 630 000 vivos de 0 anos na data do censo.

A própria Diretoria Geral de Estatística do México, nas suas análises do movimento da população, adota como referência para o cálculo da taxa de mortalidade infantil o número dos nascidos vivos (*Anuario* cit , págs. 191 a 193); sòmente num cálculo da mortalidade específica segundo as causas principais, para o ano de 1930 (*ibidem,* págs. 182 e 183), toma como referência o número dos recenseados no primeiro ano de idade no censo de 1930, obtendo um resultado muito diferente do que daria a referência aos nascidos vivos.

§ 3. — A distribuição dos óbitos ocorridos nas idades infantís, que consta das estatísticas mexicanas (reproduzidas no *Aperçu de la Démographie des divers Pays du Monde, 1929-36,* do Institut International de Statistique, págs. 318 e 319), mostra-

---

[1] Os cálculos foram realizados por HELOÍSA VITAL

[2] A série dos sobreviventes foi publicada no *Anuario Estadístico de los Estados Unidos Mexicanos, 1939,* pág 191. Os elementos do cálculo — séries das probabilidades de morte ajustadas e das respectivas probabilidades de sobrevivência —, precedidos pela exposição dos métodos aplicados, nos foram comunicados, em texto dactilografado, pela cortesia do autor e do Dr. EMILIO ALANÍS PATIÑO, então Diretor Geral da Estatística do México, aos quais agradecemos esta valiosa contribuição para nossos estudos de demografia interamericana.

[3] Adverte o citado *Anuario* (pág. 91) que o aumento dos nascimentos registrados desde 1929 não reflete uma alta da taxa de natalidade, sendo conseqüência das disposições legislativas que proibiram aos sacerdotes celebrar casamentos ou batizados sem a prova de que já tenha sido efetuado o registro civil do casamento ou do nascimento.

[4] O número dos nascidos vivos registrados foi de:

639 897	em 1929
819 814	em 1930
738 399	em 1931
743 150	em 1932
737 020	em 1933

(*Anuario* cit., pág. 93)

O número efetivo dos nascidos vivos em 1930 foi sem dúvida inferior ao registrado, que parece incluir registros tardios de nascidos em 1929.

se afetada por erros nas declarações de idade, resultando maior o número dos declarados falecidos nos anos de idade do segundo ao quinto, do que o dos declarados falecidos no primeiro ano, contràriamente ao que se verifica, por via de regra, nos países com registros fidedignos

Parece-nos pràticamente certo que uma parte dos falecidos no primeiro ano de idade são registrados como de 1 ano e, logo, atribuídos ao segundo ano de idade na estatística dos óbitos.

Tentamos conseguir uma distribuição mais verossímil dos óbitos registrados, atribuindo ao primeiro ano de idade não sòmente os 520 805 óbitos que constam da estatística oficial, mas também um terço dos 565 115 óbitos que esta registra nos quatro anos de idade seguintes

Desta maneira a razão entre os totais retificados dos óbitos no primeiro ano de idade (709 177 no qüinqüênio 1929-33 e 141 835 em média anual) e nos quatro anos sucessivos (respectivamente 376 743 e 75 349) fica reconduzida a um nível mais conforme à experiência internacional, sem nenhuma alteração do total dos óbitos registrados

§ 4 — A razão entre os 141 835 óbitos atribuídos ao primeiro ano de idade e os 735 656 nascidos vivos foi adotada como medida da probabilidade de morte nesse ano, 192,80 por 1 000.

Para calcular as probabilidades de morte nos quatro anos de idade seguintes, começamos por reconduzir à data central do qüinqüênio 1929-33 os dados do censo de 1930, aumentando-os de 3%; depois retificamos a distribuição dos vivos nos quatro anos, sem alterar a soma, de maneira a regularizar a sua marcha em função da idade; em terceiro lugar, supondo determinadas proporções entre as taxas de mortalidade dos quatro anos, sugeridas pela experiência internacional, calculamos as probabilidades de morte que, aplicadas àquelas cifras de população, dariam o total de 75 349 óbitos, indicado pela observação, retificada como consta do parágrafo precedente

Eis aquí os elementos e os resultados do cálculo:

IDADE Anos completos	População recenseada × 1,03	População ajustada	Óbitos (média anual)	Probabilidade de morte[5] por 1 000
1	466 603	547 008	39 759	70,14
2	526 403	523 008	19 101	35,87
3	537 878	503 008	10 446	20,55
4	527 148	485 008	6 043	12,38

É evidente que os processos adotados para o cálculo das probabilidades de morte no primeiro lustro de idade são arbitrários e só largamente aproximativos, mas as deficiências do censo e do registro dos óbitos — conseqüência inevitável do baixo nível cultural — tornam inaplicáveis os processos que são empregados em geral para realizar com alto grau de precisão êsse cálculo, onde e quando é possível baseá-lo em dados fidedignos.

§ 5 — Para os anos de idade do sexto ao vigésimo, procedemos da maneira mais simples no cálculo das probabilidades de morte

Cumpre advertir, preliminarmente, que achamos necessário refazer o cálculo dessas probabilidades para os anos do décimo-primeiro ao vigésimo, porque os valores dados pelo ajustamento do estatístico mexicano — que achou importante resumir numa única fórmula a marcha da curva de mortalidade a partir da idade de 10 anos — se afastam demais da realidade [6] Com efeito, a probabilidade média de morte calculada conforme a tábua SOLÓRZANO é de 8,96 por 1 000 no terceiro lustro da existência e de 9,44 por 1 000 no quarto, enquanto o cálculo direto dá respectivamente os valores de 4,82 e 7,50 por 1 000.

Nosso cálculo foi realizado da maneira seguinte Primeiro, com base nos dados da estatística dos óbitos e do censo (sendo estes reconduzidos à data central do qüinqüênio 1929-33), calculamos as probabilidades de morte médias por qüinqüênios de idade

IDADE Anos completos	População recenseada × 1,03	Óbitos (média anual)	Probabilidades de morte[7] por 1 000
5 a 9	2 362 063	16 488	6,96
10 a 14	1 736 646	8 400	4,83
15 a 19	1 735 206	13 073	7,51

Essas probabilidades médias por qüinqüênios de idade serviram, por sua vez, como base para uma interpolação gráfica, subordinada a condições numéricas, destinada a dar as probabilidades de morte por anos de idade. Os resultados são os seguintes

Idade Anos completos	Probabilidade de morte por 1 000
5	9,20
6	7,70
7	6,60
8	5,80
9	5,20
10	4,85
11	4,70
12	4,70
13	4,85
14	5,20
15	5,70
16	6,50
17	7,50
18	8,60
19	9,35

[5] Razões entre os óbitos e a população ajustada aumentada da metade dos óbitos

[6] Êste afastamento não tem importância para os objetivos de aplicação no seguro social, a que pode bem servir a tábua SOLÓRZANO no que diz respeito às idades desde 20 anos O ajustamento foi efetuado pela fórmula de GOMPERTZ-MAKEHAM, que não se adapta bem para representar a mortalidade no segundo decênio da existência

[7] Razões entre os óbitos e a população aumentada da metade dos óbitos.

A interpolação gráfica foi realizada de maneira a evitar tôda irregularidade na junção entre esta secção da curva de mortalidade e a secção precedente constante de nossos cálculos, de um lado, e a secção seguinte constante dos cálculos de SOLÓRZANO, do outro

Tínhamos prèviamente verificado que desde o terceiro decênio de idade o ajustamento do estatístico mexicano representa com boa aproximação os resultados da observação. Nas idades de 20 a 39 anos, a probabilidade média de morte calculada conforme a tábua SOLÓRZANO é de 12,01 por 1 000; a calculada diretamente, de 12,19 por 1 000. Logo, aceitamos com tranqüilidade as probabilidades de morte constantes da referida tábua para as idades desde 20 anos.

§ 6. — Dispondo da tábua de mortalidade completa, passamos ao cálculo da tábua de sobrevivência. Uma e outra estão expostas no quadro anexo, que indica também os números dos óbitos por intervalos anuais de idade e a vida média nos sucessivos aniversários.

tábua de mortalidade e de sobrevivência mexicana de 1929-33 os correspondentes dados deduzidos das tábuas preliminares que calculámos para as grandes cidades brasileiras conforme a experiência de 1939-40.

A curva de mortalidade da população mexicana desenvolve-se em níveis mais elevados do que os das curvas de mortalidade brasileiras. Em tôdas as idades de 0 a 70 anos é considerável o excedente da mortalidade mexicana sôbre a do Distrito Federal, que por sua vez excede fortemente à do município de São Paulo.

A vida média, no nascimento, é apenas de 37 anos no México, em comparação com 43 no Distrito Federal e 50 em São Paulo; na idade de 20 anos, é de 37 anos no México, em comparação com 39 no Distrito Federal e 44 anos em São Paulo.

A vida provável, no nascimento, é de 40 anos no México, em comparação com 49 no Distrito Federal e 59 em São Paulo

No quadro internacional, o México de 1929-33 fica classificado entre os países de alta mortalidade. A situação atual, entre-

COMPARAÇÃO ENTRE AS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE SOBREVIVÊNCIA DO MÉXICO, 1929-33, E DO BRASIL, 1939-40 (DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIO DE SÃO PAULO)

IDADE	PROBABILIDADE DE MORTE POR 1 000			SOBREVIVENTES			VIDA MÉDIA		
	México	Distrito Federal	São Paulo	México	Distrito Federal	São Paulo	México	Distrito Federal	São Paulo
0	192,80	142,43	127,07	100 000	100 000	100 000	37,19	43,04	50,13
1	70,14	65,32	44,72	80 720	85 757	87 293	44,95	49,10	56,36
2	35,87	27,27	16,97	75 058	80 155	83 389	47,30	51,50	57,97
3	20,55	14,77	7,94	72 366	77 970	81 974	48,04	51,93	57,97
4	12,38	8,38	4,81	70 879	76 818	81 323	48,04	51,70	57,43
5	9,20	5,90	3,32	70 001	76 174	80 932	47,64	51,13	56,70
10	4,85	2,62	1,96	67 619	74 685	79 917	44,24	47,11	52,39
15	5,70	3,16	2,70	65 992	73 730	79 114	40,27	42,69	47,90
20	9,83	8,06	4,38	63 544	71 771	77 731	36,71	38,77	43,70
30	11,94	10,16	6,23	57 084	65 639	73 838	30,29	31,92	35,73
40	16,74	14,08	9,58	49 781	58 338	68 436	23,98	25,26	28,13
50	24,45	21,47	15,95	40 916	49 139	60 592	18,06	19,02	21,09
60	40,84	36,01	28,72	29 884	37 302	49 032	12,81	13,40	14,81
70	72,72	66,43	55,99	17 242	22 852	32 847	8,52	8,65	9,53
80	133,20	134,79	118,10	6 216	8 641	14 304	5,29	4,94	5,44

§ 7. — Reservando mais amplas comparações para um próximo estudo em que confrontaremos tábuas de mortalidade de seis países latino-americanos, limitamo-nos a por ao lado de alguns dados característicos da tanto, parece ser sensìvelmente melhor, tendo a taxa de mortalidade geral diminuído de quase 26, nos anos próximos de 1930, para pouco mais de 22 por 1 000 habitantes, nos anos próximos de 1940. — GIORGIO MORTARA.

TÁBUA DE MORTALIDADE E DE SOBREVIVÊNCIA, MÉXICO, 1929-33

IDADE x	Probabilidade de morte por 1 000 na idade $x, x+1$	Sobreviventes na idade x	Mortos na idade $x, x+1$	Vida média na idade x	IDADE x	Probabilidade de morte por 1 000 na idade $x, x+1$	Sobreviventes na idade x	Mortos na idade $x, x+1$	Vida média na idade x
0	192,80	100 000	19 280	37,19	54	29,72	36 776	1 093	15,86
1	70,14	80 720	5 662	44,95	55	31,28	35 683	1 116	15,33
2	35,87	75 058	2 692	47,30	56	32,94	34 567	1 139	15,81
3	20,55	72 366	1 487	48,04	57	34,73	33 428	1 161	14,30
4	12,38	70 879	878	48,04	58	36,62	32 267	1 181	13,79
5	9,20	70 001	644	47,64	59	38,66	31 086	1 202	13,30
6	7,70	69 357	534	47,07	60	40,84	29 884	1 221	12,81
7	6,60	68 823	454	46,44	61	43,17	28 663	1 237	12,34
8	5,80	68 369	396	45,74	62	45,65	27 426	1 252	11,87
9	5,20	67 973	354	45,00	63	48,31	26 174	1 264	11,42
10	4,85	67 619	328	44,24	64	51,15	24 910	1 275	10,97
11	4,70	67 291	316	43,45	65	54,18	23 635	1 280	10,54
12	4,70	66 975	315	42,65	66	57,42	22 355	1 284	10,11
13	4,85	66 660	323	41,85	67	60,89	21 071	1 283	9,70
14	5,20	66 337	345	41,05	68	64,57	19 788	1 277	9,29
15	5,70	65 992	376	40,27	69	68,51	18 511	1 269	8,90
16	6,50	65 616	427	39,49	70	72,72	17 242	1 254	8,52
17	7,50	65 189	489	38,75	71	77,20	15 988	1 234	8,15
18	8,60	64 700	556	38,04	72	81,98	14 754	1 209	7,78
19	9,35	64 144	600	37,36	73	87,07	13 545	1 180	7,44
20	9,83	63 544	625	36,71	74	92,50	12 365	1 143	7,10
21	9,99	62 919	628	36,07	75	98,28	11 222	1 103	6,77
22	10,15	62 291	632	35,43	76	104,43	10 119	1 057	6,45
23	10,32	61 659	637	34,79	77	110,98	9 062	1 006	6,14
24	10,51	61 022	641	34,15	78	117,93	8 056	950	5,85
25	10,71	60 381	647	33,50	79	125,33	7 106	890	5,57
26	10,92	59 734	652	32,86	80	133,20	6 216	828	5,29
27	11,15	59 082	659	32,22	81	141,53	5 388	763	5,03
28	11,40	58 423	666	31,57	82	150,38	4 625	695	4,78
29	11,66	57 757	673	30,93	83	159,76	3 930	628	4,53
30	11,94	57 084	682	30,29	84	169,70	3 302	560	4,30
31	12,24	56 402	690	29,65	85	180,22	2 742	495	4,07
32	12,57	55 712	700	29,01	86	191,34	2 247	430	3,86
33	12,91	55 012	711	28,38	87	203,09	1 817	369	3,66
34	13,29	54 301	721	27,74	88	215,49	1 448	312	3,46
35	13,68	53 580	733	27,11	89	228,57	1 136	259	3,28
36	14,11	52 847	746	26,48	90	242,33	877	213	3,10
37	14,57	52 101	759	25,85	91	256,81	664	170	2,93
38	15,05	51 342	773	25,22	92	272,02	494	135	2,77
39	15,58	50 569	788	25,60	93	287,97	359	103	2,62
40	16,14	49 781	803	23,98	94	304,68	256	78	2,47
41	16,74	48 978	820	23,37	95	322,14	178	57	2,33
42	17,38	48 158	837	22,75	96	340,37	121	41	2,19
43	18,07	47 321	855	22,15	97	359,36	80	29	2,06
44	18,81	46 466	874	21,55	98	379,09	51	19	1,95
45	19,59	45 592	893	20,97	99	399,57	32	13	1,81
46	20,44	44 699	914	20,36	100	420,76	19	8	1,71
47	21,34	43 785	934	19,78	101	442,64	11	5	1,59
48	22,31	42 851	956	19,20	102	465,17	6	3	1,50
49	23,35	41 895	979	18,62	103	488,29	3	1	1,50
50	24,45	40 916	1 000	18,06	104	511,97	2	1	1,00
51	25,64	39 916	1 023	17,50	105	536,12	1	1	0,50
52	26,91	38 893	1 047	16,94	106	560,67	0	—	—
53	28,27	37 846	1 070	16,40					

IV

TÁBUA DE MORTALIDADE E DE SOBREVIVÊNCIA PARA A CIDADE DE LIMA (1933-35)

SUMÁRIO: § 1. Dificuldades que se opõem ao cálculo de tábuas de mortalidade no Perú. A tábua de Schruefer para a cidade de Lima. — § 2. Bases gerais do cálculo. — § 3. Processos adotados no cálculo das probabilidades de morte. — § 4. Observações críticas. — § 5. Comparação entre a mortalidade de Lima e a do Distrito Federal e do Município de São Paulo. — § 6. Retificação da tábua de Schruefer nas idades senís. — § 7. Retificação no primeiro ano de idade. — § 8. Controle da primeira retificação. — § 9. Considerações finais

§ 1. — A falta de um censo que indicasse a composição por idade da população, e de uma estatística completa dos óbitos discriminados por idade, tornou impossível até agora qualquer tentativa de determinação de taxas de mortalidade por idade e de tábuas de sobrevivência para o conjunto da população do Perú.

Entretanto, os dados disponíveis acêrca da população da capital (censo das províncias de Lima e Callao, de 13 de Novembro de 1931), e dos óbitos nesta verificados no triênio 1933-35 (estatísticas periódicas municipais), permitiram a FRANZ SCHRUEFER, atuário da Caixa Nacional de Seguro Social, efetuar, desde 1937, o cálculo de tábuas de mortalidade para a população de Lima, conforme a experiência do referido triênio. Estas tábuas, referentes respectivamente aos homens, às mulheres e aos dois sexos em conjunto, foram publicadas na *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas* da Universidad Mayor de San Marcos (1937, Ns. 9 e 10). Nos "Estudios estadísticos sobre la mortalidad de los habitantes de Lima", em que essas tábuas são inseridas, são expostos os processos aplicados na sua construção

O trabalho do atuário peruano representa uma notável contribuição aos estudos demográficos interamericanos, fornecendo pela primeira vez a possibilidade de estudar a marcha da mortalidade em função da idade no Perú. É óbvio que a situação do interior do país, sob êste ponto de vista, deve ser diferente da situação da capital; entretanto, a construção das tábuas de sobrevivência para a população de Lima representa um primeiro passo para o conhecimento da mortalidade no Perú, a que, sem dúvida, se seguirão outros, estimulados pelo próprio resultado dêsse empreendimento científico e facilitados pelo censo demográfico de 1940.

§ 2. — Lima contava com 275 881 habitantes, conforme o censo de 1931. No triênio 1933-35 a população média, calculada por SCHRUEFER, foi de 280 120. A distribuição por idade indicada pelo censo foi retificada por êsse técnico, proporcionalmente ao referido aumento.

O número médio anual dos óbitos foi de 5 809, correspondendo-lhe uma taxa média anual de mortalidade geral de 20,65 por 1 000 habitantes.

§ 3 — O cálculo das probabilidades de morte foi realizado mediante a divisão do número médio anual dos óbitos ocorridos em cada grupo de idade pelo número dos vivos aumentado da metade do dos óbitos.

Para o primeiro ano de idade a probabilidade de morte foi calculada separadamente; para os quatro seguintes foi calculada em conjunto, sendo o resultado atribuído à idade de 2,5 anos; para as idades de 5 a 64 anos o cálculo foi feito por qüinqüênios, sendo atribuída ao ano central do qüinqüênio a probabilidade determinada. As idades de 65 anos e mais foram reunidas num único grupo, sendo atribuída à idade de 74 anos a probabilidade de morte calculada para êste grupo.

As probabilidades para os anos intermediários foram determinadas por interpolação gráfica; as para os anos de 65 e mais por interpolação analítica, baseada nas probabilidades de morte calculadas para as idades de 62 e 74 anos e na hipótese de uma probabilidade de morte igual à unidade para a idade de 100 anos

A limitada extensão do campo de observação e as deficiências dos dados brutos desaconselharam o emprêgo de processos mais refinados.

§ 4. — Aprovando, em geral, os critérios adotados no cálculo das tábuas de mortalidade de Lima, permitimo-nos expor algumas observações críticas, de caráter particular.

A aplicação ao primeiro ano de idade da fórmula aproximada usual para o cálculo da probabilidade de morte conduz a um valor um pouco errado por excesso Para obter uma aproximação melhor, deve-se dividir o número dos óbitos ocorridos nessa idade pelo número dos vivos aumentado de dois terços e não de metade dos óbitos. No caso, sendo de 7 843 o número dos vivos e de 1 291 o dos óbitos, a probabilidade de morte assim calculada resulta igual a 148,3 por 1 000, em comparação com a de 152,3 calculada pelo atuário peruano.

De outro lado, a hipótese adotada de que a probabilidade de morte suba até se tornar igual à unidade na idade de 100 anos não parece ser autorizada pela experiência internacional nem pela marcha da própria curva de mortalidade de Lima nas idades precedentes à última para que foi determinada diretamente a probabilidade de morte

Adotando a progressão geométrica como representação aproximada da marcha da mortalidade nas idades senís, pela comparação das probabilidades de morte nas idades de 52 anos (24,14 por 1 000) e de 62 anos (49,29 por 1 000) determinamos a razão média anual de 1,074, e pela comparação da probabilidade de morte nas idades de 62 anos e de 74 anos (111,25 por 1 000), a

razão de 1,070 Aplicando a partir de 74 anos à razão de 1,072, média das precedentes, obtém-se para a idade de 100 anos uma probabilidade de morte de 678,0 por 1 000, muito inferior à unidade.

Em conseqüência do critério adotado no cálculo das probabilidades de morte no primeiro ano de idade e nas idades de 74 anos e mais, a mortalidade indicada pela tábua de SCHRUEFER fica um pouco superior à que deveria ser deduzida das observações [1] Entretanto, a diferença não é grande e não diminui sensìvelmente o valor da tábua, que, portanto, referimos integralmente na tabela I.[2]

[1] O atuário peruano não omitiu o contrôle da tábua pelo cálculo dos óbitos correspondentes à aplicação das taxas de mortalidade calculadas, à população observada nos diferentes anos de idade; mas, na execução dêsse contrôle usou as probabilidades de morte em lugar das correspondentes taxas centrais de mortalidade, que deviam ser usadas para tornar rigoroso o contrôle, e que dariam números calculados de óbitos algo maiores

Por exemplo, na idade de 0 anos, sendo de 7 843 o número dos vivos e de 1 291 o número dos óbitos, o número dos expostos a morrer calculado pela adição de metade dos óbitos aos vivos é de 8 489, e a probabilidade de morte de 152,1 Multiplicando, agora, os vivos por esta probabilidade de morte obtém-se um número calculado de 1 193 óbitos, inferior de 98, isto é de 7,6%, ao efetivo Pelo contrário, se da probabilidade de 152,1 for deduzida, mediante divisão por 1 000 — 76,05 (metade de 152,1), a taxa central de mortalidade, 164,7 por 1 000, o produto desta pelo número observado dos vivos reproduz o número efetivo dos óbitos.

Outro exemplo: para o grupo de idade de 65 anos e mais, com 7 003 vivos e 825 falecidos, a aplicação ao número dos vivos da probabilidade média de morte, determinada em 111,25 por 1 000, dá 779 óbitos calculados, em lugar dos 825 que se obteriam aplicando a correspondente taxa central de mortalidade de 117,8 por 1 000.

SCHRUEFER, aplicando as probabilidades de morte da sua tábua, obteve um número total de 5 880 óbitos calculados, em comparação com 5 809 efetivos, com um excedente de apenas 1,2%. Mas efetuando-se o controle, como deve ser realizado, pelas taxas centrais de mortalidade, o excedente dos óbitos calculados sôbre os efetivos ficaria sensìvelmente maior

[2] As probabilidades de morte e as cifras dos sobreviventes são as indicadas na citada *Revista*, n° 9, pág 80 As cifras dos óbitos e as da vida média foram calculadas por HELOÍSA VITAL.

TABELA I

TÁBUA DE MORTALIDADE E DE SOBREVIVÊNCIA PARA A CIDADE DE LIMA (1933-35), CALCULADA POR F SCHRUEFER

IDADE x	Probabilidade de morte por 1 000 na idade $x, x+1$	Sobreviventes na idade x	Mortos na idade $x, x+1$	Vida média na idade x	IDADE x	Probabilidade de morte por 1 000 na idade $x, x+1$	Sobreviventes na idade x	Mortos na idade $x, x+1$	Vida média na idade x
0	152,3	100 000	15 230	38,97	49	21,7	45 828	994	18,23
1	69,0	84 770	5 849	44,88	50	22,3	44 834	1 000	17,62
2	36,0	78 921	2 841	47,17	51	23,3	43 834	1 021	17,01
3	28,0	76 080	2 130	47,91	52	24,1	42 813	1 032	16,41
4	16,9	73 950	1 250	48,27	53	25,4	41 781	1 061	15,80
5	11,4	72 700	829	48,20	54	26,6	40 720	1 083	15,20
6	8,1	71 871	582	47,65	55	27,9	39 637	1 106	14,60
7	7,5	71 289	535	47,03	56	30,5	38 531	1 175	14,00
8	6,9	70 754	488	46,39	57	33,4	37 356	1 248	13,43
9	6,5	70 266	457	45,70	58	35,1	36 108	1 267	12,88
10	6,0	69 809	419	45,00	59	38,2	34 841	1 331	12,33
11	5,7	69 390	396	44,27	60	41,6	33 510	1 394	11,80
12	5,4	68 994	373	43,52	61	45,3	32 116	1 455	11,29
13	6,0	68 621	412	42,74	62	49,3	30 661	1 512	10,80
14	6,7	68 209	457	42,01	63	52,0	29 149	1 516	10,33
15	7,4	67 752	501	41,29	64	55,2	27 633	1 525	9,87
16	8,1	67 251	545	40,59	65	56,7	26 108	1 480	9,42
17	8,5	66 706	567	39,92	66	59,2	24 628	1 458	8,95
18	8,8	66 139	582	39,26	67	63,0	23 170	1 460	8,49
19	9,1	65 557	597	38,60	68	66,5	21 710	1 444	8,02
20	9,3	64 960	604	37,95	69	69,3	20 266	1 404	7,56
21	9,3	64 356	599	37,30	70	72,9	18 862	1 375	7,08
22	9,3	63 757	593	36,65	71	79,6	17 487	1 392	6,60
23	9,3	63 164	587	35,99	72	88,7	16 095	1 428	6,13
24	9,4	62 577	588	35,32	73	99,4	14 667	1 458	5,68
25	9,4	61 989	583	34,65	74	111,9	13 209	1 478	5,25
26	9,4	61 406	577	33,98	75	124,8	11 731	1 464	4,85
27	9,5	60 829	578	33,29	76	140,6	10 267	1 444	4,47
28	9,5	60 251	572	32,61	77	156,7	8 823	1 383	4,12
29	9,5	59 679	567	31,92	78	175,0	7 440	1 302	3,79
30	9,6	59 112	567	31,22	79	194,9	6 138	1 196	3,49
31	9,7	58 545	568	30,52	80	216,6	4 942	1 070	3,21
32	9,7	57 977	562	29,81	81	236,5	3 872	916	2,96
33	9,8	57 415	563	29,10	82	259,6	2 956	767	2,73
34	10,2	56 852	580	28,38	83	284,9	2 189	624	2,50
35	10,8	56 272	608	27,67	84	311,6	1 565	488	2,30
36	11,1	55 664	618	26,96	85	334,8	1 077	361	2,12
37	11,4	55 046	628	26,26	86	372,8	716	267	1,94
38	11,7	54 418	637	25,56	87	400,0	449	180	1,79
39	12,1	53 781	651	24,86	88	427,7	269	115	1,66
40	12,5	53 130	664	24,15	89	459,6	154	71	1,53
41	13,0	52 466	682	23,45	90	507,7	83	42	1,41
42	13,6	51 784	704	22,76	91	534,9	41	22	1,33
43	14,8	51 080	756	22,06	92	570,5	19	11	1,29
44	15,9	50 324	800	21,39	93	610,3	8	4	1,38
45	17,0	49 524	842	20,72	94	665,0	4	2	1,25
46	18,5	48 682	901	20,07	95	705,0	2	1	1,00
47	20,4	47 781	975	19,44	96	740,0	1	1	0,50
48	20,9	46 806	978	18,84					

§ 5 — Querendo tornar mais interessante para os fins dos nossos estudos a análise da mortalidade da capital peruana, compararemos os respectivos dados com os que calculamos para as duas maiores aglomerações urbanas do Brasil: a capital federal e a capital de São Paulo.

A marcha da curva de mortalidade de Lima apresenta o aspecto normal: descendente da idade 0 até um mínimo correspondente aos anos iniciais da adolescência, depois ascendente com relativa rapidez até a idade de cêrca de 20 anos, lentamente de 20 a 30, e com rapidez progressivamente crescente nas idades sucessivas.

Em todo o seu curso a curva de mortalidade de Lima fica acima da de São Paulo; em quase todo o seu curso, fica acima também da do Distrito Federal

Nas idades infantís, a mortalidade na capital peruana excede notàvelmente a das capitais brasileiras; em conseqüência o número dos sobreviventes na idade de 5 anos por 100 000 nascidos é apenas de 72 700, em comparação com 76 174 no Distrito Federal e 80 932 em São Paulo. Mesmo retificando-se a mortalidade do primeiro ano de idade conforme a sugestão exposta no § 4, o número dos sobreviventes aos 5 anos não fica muito alterado sobe para 73 041.

Nas idades de 5 a 17 ou 18 anos, o excedente da mortalidade de Lima sôbre a das capitais brasileiras se torna, relativamente, ainda maior O nível mínimo a que desce a mortalidade na primeira adolescência é de 5,4 por 1 000 em Lima, em comparação com 2,6 no Distrito Federal e 1,9 em São Paulo

Entre 19 e 33 anos, a curva de mortalidade de Lima sobe muito lentamente, aumentando apenas de 9,1 para 9,8 a probabilidade de morte no curso dêste longo intervalo. Pelo contrário, nas capitais brasileiras verifica-se uma subida considerável: de 7,6 para 11,1 por 1 000 no Distrito Federal e de 4,2 para 7,0 por 1 000 em São Paulo. Em conseqüência desta diferença de andamento, a mortalidade do Distrito Federal desde 28 anos excede a de Lima e se mantém acima dela até os 45 anos, verificando-se o maior excedente na idade de 33 anos, com uma probabilidade de morte de 11,1 por 1 000 na capital federal, em comparação com 9,8 na capital peruana.

Desde 33 anos se acelera a subida da curva de mortalidade de Lima, que a partir dos 46 anos fica constantemente acima da do Distrito Federal, distanciando-se ainda mais da de São Paulo Na idade de 50 anos o número dos sobreviventes é de 44 834 em Lima, de 49 139 no Distrito Federal e de 60 592 em São Paulo Na de 70, os sobreviventes são 18 862 em Lima, 22 852 no Distrito Federal e 32 847 em São Paulo

A duração média aritmética da existência ("vida média") é de 39 anos em Lima, em confronto com 43 no Distrito Federal e 50 em São Paulo

A duração mediana da existência ("vida provável") é de 44 anos em Lima, de 49 no Distrito Federal e de 59 em São Paulo.

TABELA II

COMPARAÇÕES ENTRE AS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE SOBREVIVÊNCIA DE LIMA (1933-35) E DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1939-40)

IDADE x	PROBABILIDADE DE MORTE POR 1 000 NA IDADE x, x+1			SOBREVIVENTES NA IDADE x			VIDA MÉDIA NA IDADE x		
	Lima	Distrito Federal	São Paulo	Lima	Distrito Federal	São Paulo	Lima	Distrito Federal	São Paulo
0	152,3	142,4	127,1	100 000	100 000	100 000	38,97	43,04	50,13
1	69,0	65,3	44,7	84 770	85 757	87 293	44,88	49,10	56,36
2	36,0	27,3	17,0	78 921	80 155	83 389	47,17	51,50	57,97
3	28,0	14,8	7,9	76 080	77 970	81 974	47,91	51,93	57,97
4	16,9	8,4	4,8	73 950	76 818	81 323	48,27	51,70	57,43
5	11,4	5,9	3,3	72 700	76 174	80 932	48,20	51,13	56,70
10	6,0	2,6	2,0	69 809	74 685	79 917	45,00	47,11	52,39
15	7,4	3,2	2,7	67 752	73 730	79 114	41,29	42,69	47,90
20	9,3	8,1	4,4	64 960	71 771	77 731	37,95	38,77	43,70
30.	9,6	10,2	6,2	59 112	65 639	73 838	31,22	31,92	35,73
40	12,5	14,1	9,6	53 130	58 338	68 436	24,15	25,26	28,13
50	22,3	21,5	16,0	44 834	49 139	60 592	17,62	19,02	21,09
60	41,6	36,0	28,7	33 510	37 302	49 032	11,80	13,40	14,81
70	72,9	66,4	56,0	18 862	22 852	32 847	7,08	8,65	9,53
80	216,6	134,8	118,1	4 942	8 641	14 304	3,21	4,94	5,44

Cumpre salientar que as tábuas brasileiras são um pouco mais recentes do que a peruana, de modo que a precedente comparação se refere a situações não rigorosamente contemporâneas. É possível que de 1933-35 a 1939-40 a mortalidade de Lima tenha diminuído; neste caso a comparação de dados contemporâneos se tornaria menos desfavorável à capital peruana do que a efetuada acima.

§ 6. — No § 4, expondo algumas observações críticas a propósito dos processos de construção da tábua de SCHRUEFER, acrescentamos que a retificação das partes dêsses processos achadas menos satisfatórias não alteraria muito a marcha geral da tábua

Queremos agora introduzir na tábua essa retificação para verificar melhor as conseqüências

Em primeiro lugar, examinaremos como se modifica a última parte da tábua adotando hipóteses mais moderadas acêrca do crescimento da mortalidade nas idades senís

Aplicando uma taxa geométrica de crescimento de 7,2% por ano de idade,[3] calculamos de novo as probabilidades de morte a partir da idade de 74 anos e computamos os correspondentes números de sobreviventes A tabela III contém os resultados dêsses cálculos.

Tôda a marcha das probabilidades de morte, a partir da idade de 74 anos, fica retardada, em comparação com a que consta da tábua original (tabela I); aos 80 anos essa probabilidade se reduz de 216,6 para 168,8 por 1 000; aos 90, de 507,7 para 338,3 por 1 000; aos 100, de 1 000 para 678,0 por 1 000

TABELA III

RETIFICAÇÃO DO CÁLCULO DA TÁBUA DE MORTALIDADE E SOBREVIVÊNCIA PARA AS IDADES SENÍS

IDADE x	Probabilidade de morte por 1 000 na idade x, x+1	Sobreviventes na idade x
74	111,3	13 209
75	119,3	11 739
76	127,8	10 339
77	137,0	9 018
78	146,9	7 783
79	157,5	6 640
80	168,8	5 594
81	181,0	4 650
82	194,0	3 808
83	208,0	3 069
84	222,9	2 431
85	239,0	1 889
86	256,2	1 438
87	274,6	1 070
88	294,4	776
89	315,6	548
90	338,3	375
91	362,7	248
92	388,8	158
93	416,8	97
94	446,8	57
95	478,9	32
96	513,4	17
97	550,4	8
98	590,0	4
99	632,5	2
100	678,0	1

[3] Veja-se no § 4 a justificação desta taxa

Os números dos sobreviventes ficam aumentados: de 4 942 para 5 594 aos 80 anos; de 83 para 375 aos 90; de 0 para 1 aos 100 (na tábua original a última idade em que se encontram sobreviventes é a de 96 anos).

A vida média fica aumentada de 3,21 para 4,20 anos aos 80 anos e de 1,41 para 2,16 aos 90.

Pela retificação introduzida não sofrem alteração nem as probabilidades de morte nem as cifras de sobreviventes até 74 anos; ficam, entretanto, aumentados os valores da vida média Na idade de 0 anos a vida média sobe de 38,97 para 39,06 anos

§ 7 — Retificando-se em 148,3 a probabilidade de morte que fôra calculada em 152,3 por 1 000, no primeiro ano de idade, conforme a sugestão feita no § 4, fica aumentado de 84 770 para 85 170 o número dos sobreviventes na idade de 1 ano. Ficam aumentados, na mesma proporção de 0,46965%, todos os números de sobreviventes nas idades sucessivas.

A vida média a 0 anos sobe de 39,06 (cálculo do § 6) para 39,24 anos; a vida média nas idades sucessivas não é afetada por esta correção.

A tabela IV mostra como se modificam os números dos sobreviventes e as cifras da vida média em algumas idades escolhidas, pela aplicação simultânea das duas retificações, descritas neste parágrafo e no precedente.

TABELA IV

DADOS DA TÁBUA DE SOBREVIVÊNCIA RETIFICADOS CONFORME AS CORREÇÕES INTRODUZIDAS NOS CÁLCULOS PARA AS IDADES DE 0 ANOS E DE 74 E MAIS

IDADE x	Sobreviventes na idade x	Vida media na idade x
1	85 170	44,99
5	73 041	48,22
10	70 137	45,13
20	65 265	38,09
30	59 390	31,37
40	53 380	24,32
50	45 045	17,82
60	33 667	12,07
70	18 951	7,56
80	5 620	4,20
90	377	2,16

Nas idades até 60 anos as variações não são de grande relêvo Desde 70 anos tornam-se bastante sensíveis as variações da vida média, já nesta idade apresentando-se um aumento de 8% na sua duração

§ 8. — Quisemos controlar a retificação efetuada nas probabilidades de morte das idades mais elevadas, aplicando as correspondentes taxas centrais de mortalidade à população observada O número dos óbitos calculados para as idades de 75 anos e mais é de 879, em comparação com 825 observados na média do triênio 1933-35

Apesar da redução efetuada nas probabilidades de morte, o número dos óbitos calculados ainda excede o efetivo. Deve-se, entretanto, observar que os dados de população estão evidentemente afetados pelos erros de "envelhecimento", tão freqüentes em populações de escassa cultura. A análise dos dados parece autorizar a conclusão de que os erros do mesmo gênero se apresentam em proporção um pouco menor nos dados dos óbitos. Logo, se fôsse possível emendar ambas as séries, provàvelmente as taxas de mortalidade retificadas reproduziriam com boa aproximação o número efetivo dos óbitos, quando fôssem aplicadas aos números efetivos dos vivos

§ 9 — Concluindo, depois de ter mostrado que as retificações propostas representam apenas aperfeiçoamentos particulares de um trabalho digno de aprovação e de reconhecimento, manifestamos a esperança de que os estudiosos peruanos nos possam dar, em virtude do censo realizado em 1940, novas e mais amplas informações e elaborações acêrca da mortalidade na república irmã. — GIORGIO MORTARA.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA

Intercâmbio Técnico e Cultural — Um dos objetivos do Instituto Inter-Americano de Estatística, dentro do seu programa de coordenação e sistematização dos serviços de estatística geral em todo o continente, é a colaboração no domínio técnico, científico e cultural entre os estatísticos americanos A articulação progressiva dos interêsses comuns à estatística de todos os povos da América, favorecerá o alargamento das atividades em curso e criará possibilidades outras, em campos ainda não explorados.

Enquadra-se nessa ordem de objetivos a proposta formulada pelo atual presidente do I A S I , no sentido de promover-se o intercâmbio de funcionários técnicos dos diferentes países. De excepcional alcance para o fortalecimento do espírito de cooperação no continente, essa proposta identifica-se com a "política da boa vizinhança", revestindo-se a sua aceitação de acentuada oportunidade, no plano geral de desenvolvimento das relações culturais interamericanas.

Acatando as sugestões do I A S I. e dando integral apoio à iniciativa, o Govêrno norte-americano, pelo seu Departamento de Estado, promoveu as facilidades necessárias para a ida aos Estados Unidos de candidatos latino-americanos. Nestas condições, já se iniciaram algumas atividades com base nos têrmos da proposta, que, em síntese, obedeceu ao plano exposto em seguida

Na sede do Instituto Inter-Americano de Estatística, em Washington, haverá permanentemente um pequeno grupo de técnicos — de quatro a seis estatísticos, suponha-se — cada qual especializado em determinado campo de ação e responsável perante o Instituto pelos trabalhos que êste lhe confie

Êsses técnicos ficarão incumbidos do estudo prévio dos assuntos que o funcionamento do Instituto fôr suscitando, antes de serem os projetos submetidos à consideração das respectivas Comissões Especiais Serão auxiliados por funcionários designados pelos serviços de estatística dos respectivos países, os quais passarão um ano em Washington

A cada elemento assim escolhido devem ficar assegurados os vencimentos do cargo público efetivo, além de uma suplementação, por conta do Instituto, para as despesas de manutenção, viagens, etc Durante a permanência nos Estados Unidos, trabalharão sempre em assuntos relacionados com o desenvolvimento da estatística inter-americana, adquirindo assim uma experiência útil às suas repartições

No segundo ano, o grupo inicial de estagiários será substituído por outro, composto de elementos dos países ainda não contemplados, devendo ser, nos períodos seguintes, sucessivamente beneficiados os restantes países Pelo rodízio que assim se estabelecerá, os que primeiro enviaram os seus técnicos voltarão a designar novos funcionários, já agora, porém, com o objetivo de especializá-los em outros setores.

Com o decorrer dos anos, teremos, pelo menos para a carreira de estatístico, profissionais latino-americanos treinados nos Estados Unidos, com prática em atividades diversas e capazes de interessarem-se eficientemente pelo desenvolvimento da estatística em seus países Essa iniciativa, como acentuou, em sua proposta, o Presidente do Instituto, "não será útil apenas, no sentido de criar uma mentalidade estatística com fundamentos interamericanos, senão que, também, contribuirá para uma política de intensificação das relações continentais e para maior aproximação do funcionalismo público dos diferentes países"

Os acontecimentos atuais, impondo óbvias restrições a tôda iniciativa que, tendo caráter internacional, também depende dos meios de comunicação e de recursos outros necessários à defesa continental, obstariam, lògicamente, a imediata execução do programa do Instituto, na plenitude dos diferentes objetivos previstos, muitos dos quais não podem ser alcançados antes do retôrno à normalidade. Quando muito, os problemas mais prementes poderiam ser estudados para o encaminhamento de possíveis soluções, no futuro

Cumpre reconhecer, porém, que, apesar de tais dificuldades e dos retardamentos inevitáveis, muitas vêzes advindos de circunstâncias imprevisíveis, são bastante animadores os resultados obtidos Desde a sua instalação em 1940, ou seja com o mundo já em guerra, o Instituto vem procurando, com firmeza e decisão, concretizar objetivos práticos, vencendo obstáculos e adaptando sua organização às contingências do momento, sempre no empenho de integrar a estatística do Continente em novos e aperfeiçoados planos, accessíveis a todos os povos da América

Alguns projetos já não estão em debate, mas em vias de realização, visando satisfazer lacunas desde longe sentidas Assim, os acordos para a tradução e divulgação de manuais de estatística sob os auspícios do Instituto e com a colaboração do coordenador das relações culturais interamericanas do Departamento de Estado; assim a publicação do órgão oficial, a revista *Estadística*, editada no México, e já com o quarto número prestes a circular; assim, ainda, os trabalhos das comissões técnicas, em diversos campos, inclusive no do planejamento do *Anuário Interamericano de Estatística;* e, por último, a execução do programa de treinamento e colaboração de técnicos na Secretaria do Instituto, em Washington, ao qual nos vimos referindo

Quanto a êste último objetivo, coube ao Brasil o privilégio de ser o primeiro país a enviar um funcionário especializado aos Estados Unidos A escolha recaiu em um especialista merecedor por todos os títulos da honrosa distinção, ou seja o Professor OTÁVIO ALEXANDER DE MORAIS, membro do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento e destacado colaborador da REVISTA

BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA Eleito pelo Conselho Nacional de Estatística, em virtude do convite que por via diplomática chegara ao nosso govêrno, encontra-se aquele técnico em Washington desde Setembro último, alí desenvolvendo fecunda atividade, a serviço do I A S.I.

Para completar o mínimo do programa sugerido, já estão sendo dados os passos necessários para a viagem de mais funcionários estatísticos de outros países, segundo o plano estabelecido O Departamento de Estado de Washington, pela sua Divisão Cultural, prestigiará essas iniciativas, dando cunho oficial ao convite aos governos dos diferentes países e assegurando ainda recursos, em auxílio do programa tão auspiciosamente inaugurado com a ida para os Estados Unidos do técnico brasileiro

Recente, ainda, como vemos, o início de algumas atividades, já oferece, entretanto, testemunhos eloqüentes de que o Instituto Interamericano de Estatística, intensificando a sua ação coordenadora e, ao mesmo tempo, estendendo os benefícios e as vantagens do intercâmbio profissional, serve eficientemente à política de unidade pela cultura, que inspira os povos americanos

Atividades das Comissões Especiais — Apresentam evidente interêsse os trabalhos de documentação preliminar e de estabelecimento de planos que estão sendo esboçados para a execução de vários projetos a cargo das Comissões Especiais do Instituto Interamericano de Estatística Constituídas de técnicos, administradores, cientistas e educadores, vêm essas Comissões — de demografia, de ensino estatístico, de publicações, do *Anuário Interamericano de Estatística,* e de projetos diversos — articulando e coordenando esforços, em todos os países do continente, para o melhor desempenho das atribuições que lhe estão confiadas, dentro das possibilidades criadas pela situação atual das relações internacionais

No setor da estatística demográfica, a Comissão presidida pelo Sr. ALBERTO ARCA PARRÓ, do Perú, vem tentando obter colaborações para o estudo dos problemas estatísticos relacionados com os seguintes itens operações censitárias e processos para estimativa das populações; índice alfabético, em espanhol e português, para a Lista Internacional de Causas de Morte; sistema de estatística vital — padrões para coleta, compilação, etc ; sistema uniforme para manter em dia estatísticas sanitárias; uniformização da estatística hospitalar; classificação cultural dos índios no recenseamento da população

São objetivos gerais da Comissão de Ensino de Estatística, presidida pelo Professor LOURENÇO FILHO, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, desenvolver os métodos de ensino da disciplina, no sentido de obter pessoal devidamente preparado para trabalho eficiente Nesse sentido, pôr-se-á à disposição do govêrno e de empreendimentos particulares a que o problema interesse Sob o ponto de vista específico, a Comissão realizará estudos progressivos sôbre a situação atual, coligindo e examinando a documentação já existente, afim de propor a edição, em linguagem simples e concisa, e a baixo preço, de compêndios relativos à teoria e às aplicações da estatística. A Comissão visa, ainda, contribuir para a maior unidade dos programas dos cursos de Estatística nas Universidades dos diversos países americanos, de modo a haver uma possível correspondência de títulos e bem assim instituir centros de treinamento à medida que se fôr desenvolvendo o programa de intercâmbio do Instituto

A elaboração do glossário de têrmos estatísticos, em inglês, espanhol e português, a propaganda e a troca de publicações sôbre a aplicação da estatística no continente, dando a conhecer as realizações já existentes e veiculando de modo abreviado os princípios e as técnicas da organização e trabalhos estatísticos, são também, entre muitos outros, aspectos do programa proposto ao Instituto e ao qual a Comissão consagrará todos os esforços possíveis

À Comissão de Projetos já estão distribuídos os seguintes assuntos: aperfeiçoamento dos padrões para coleta, compilação e publicação das estatísticas do turismo; uniformização das estatísticas da pesca, visando conservar os recursos piscosos de tôda a América; padronização das estatísticas do comércio e das finanças internacionais; padrões para estimativa da renda; uniformização da nomenclatura das alfândegas e do comércio exterior; estatística da produção.

Essa Comissão, cuja presidência coube ao Sr. MANUEL PEREZ GUERRERO, de Venezuela, já está elaborando vários estudos sôbre os projetos que tem a seu cargo e há notícias de preciosas contribuições que lhe foram encaminhadas, à guisa de documentação, como, por exemplo, a que se publica neste número da REVISTA, sôbre números índices, de autoria do Professor O ALEXANDER DE MORAIS.

Cumpre referir, finalmente, no plano de atividades das Comissões Especiais, os estudos relativos ao padrão mínimo para os anuários nacionais nos países do continente e a um dos mais importantes projetos atuais: o *Anuário Inter-Americano de Estatística* A Comissão, sob a presidência do Professor RAUL MIGONE, da Argentina, organizador do conhecido *Anuário Inter-Americano,* editado nos últimos anos em Buenos Aires sob a sua direção, elabora atualmente os seus planos, para cuja execução se aprestam os recursos técnicos da repartição permanente do I.A.S I em Washington, em conexão com as facilidades criadas à iniciativa pelos serviços de estatística dos diversos países.

Colaboração — No terreno das relações com os serviços estatísticos dos diferentes países da América, não perdeu de vista o Instituto Inter-Americano de Estatística as vantagens que adviriam da articulação das atividades, mediante a colaboração profissional de um corpo de correspondentes especiais

Com êsse objetivo, a Secretaria do Instituto solicitou ao diretor da repartição principal de cada país aceitasse a incumbência, que importaria na desinteressada prestação de serviços ao progresso da estatística na América

Em quase todos os países, foram essas responsabilidades confiadas ao diretor geral de estatística, tendo assumido a investidura, nos Estados Unidos, o Sr. J C CAPT, diretor dó Bureau do Censo, e no Brasil, o Sr. HEITOR BRACET, vice-presidente do I.B G E e diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política.

Nas atribuições do correspondente, em colaboração profissional com o Instituto, incluem-se as de: representar pessoalmente a entidade e executar trabalhos quando solicitado, trazendo a Secretaria em Washington informada das idéias e opiniões que surjam no país, com respeito à ação e influência do Instituto; cooperar nos trabalhos das diversas Comissões Técnicas, especialmente com a Comissão do *Anuário Inter-Americano de Estatística,* facilitando-lhes tudo que estiver ao seu alcance para realização dos respectivos planos; enviar notícias sôbre as principais ocorrências nos círculos estatísticos do país; obter colaboração para a revista *Estadística.*

Futuramente, o quadro de colaboradores do I A S.I. comportará a classe de itinerantes, técnicos a serem escolhidos pela sua capacidade e funções para, depois de um estágio de pelo menos três meses na sede do Instituto, percorrer os diversos países, atuando nos setores que lhes forem determinados Contribuirão êles para o esclarecimento das propostas e projetos cometidos ao Instituto e prestarão assistência direta às atividades das comissões no estudo de problemas cuja solução seja de interêsse internacional, e, de modo geral, servirão de elemento de ligação entre a Secretaria do I A S.I. e as principais repartições de estatística de cada país.

ESTUDOS E SUGESTÕES

O PROBLEMA DO MUNICÍPIO NO BRASIL ATUAL

SUMÁRIO: I — Como o problema se apresenta II — Os têrmos do problema. III — A equação do problema IV — A solução do problema V — Conclusão

Como o problema se apresenta A evolução da humanidade, dêsde os mais remotos tempos que a história alcança, tem esta característica essencial — a socialização crescente do homem, cada vez mais e melhor integrando-o no serviço da coletividade e condicionando a vida social à livre e mais perfeita expansão da personalidade humana sob a influência dos sentimentos de justiça, altruismo e cooperação.

No alvorecer da civilização o homem era o inimigo do homem — *homo hominis lupus* Nenhuma cooperação livremente consentida: ou o estado de guerra, de antagonismo radical, ou, de um lado, o domínio absoluto e, do outro, a subordinação servil De qualquer forma, a negação dos sentimentos de altruismo e verdadeira fraternidade Para quase todos, a submissão forçada; para alguns, a prepotência sem freios

Mesmo no sêio da família — um é o chefe, o senhor, o tirano; todos os mais, seus servos, sua propriedade. E desde que a família deixa de ser a única forma de organização da vida social, quando surgem distintos dela os agrupamentos econômico-políticos, que mais tarde, por sua vez, dão lugar a dois planos diferentes de atividades sociais, ainda aí perdura aquela situação Emprêsas e Estados, agrupamentos econômicos e agrupamentos políticos, teem um chefe, um senhor, que tudo delibera, só ouvindo seu arbítrio, seus interêsses, seus apetites, suas paixões, e dispondo soberanamente da liberdade e até da vida dos que se lhe subordinam.

Mas a longa, dolorosa e sublime tragédia humana vai-se desenvolvendo através das eras. O sôpro divino está nela e tôda a história não é mais do que a lenta mas progressiva transformação da convivência social, invertendo-lhe os valores, o significado, os processos e os fins

Os milênios de luta, de experiências, de sacrifícios, não passaram em vão. Na família a vitória do altruismo já se pode considerar quase completa. A sociedade familial não é mais um mero patrimônio do chefe. O mútuo amparo, o bem estar, a harmoniosa convivência dos seus membros em fácil e protegida expansão das personalidades, é o ideal hodierno da vida doméstica, e ao chefe incumbe prover a plena realização dêsse ideal, esquecido de si, todo ao serviço de cada um e de todos no pequeno grupo que dirige Há naturalmente exceções, resultantes das contingentes imperfeições da natureza do homem Mas aquêle alto tipo de solidariedade humana tem hoje existência normal E a imperfeição que lhe é ainda inerente resulta, em regra, da impossibilidade da família bastar-se a si própria na sua vida íntima, mantendo ainda vestígios das velhas injustiças sociais na distinção, muitas vêzes ainda inatenuada pelo espírito cristão, entre os que são servidos e os que servem, sem reciprocidade

No plano econômico, a evolução está ainda a meio caminho Apesar das experiências e dos esforços, mais ou menos construtivos, mais ou menos tranqüilos, que se vão processando no mundo inteiro; apesar das serenas e inspiradas palavras dos últimos chefes da Igreja Católica, — os dirigentes de emprêsas, por si ou pelos seus prepostos, ainda são os donos, os árbitros quase supremos de tôdas as atividades que lhes estão subordinadas Êles são servidos e não servem. Enriquecem-se a si e empobrecem quanto po-

A CIRCUNSTÂNCIA de ser o presente número da REVISTA entregue à circulação às vésperas da celebração, pela segunda vez, do "Dia do Município" — instituído pelo Decreto-lei n° 846, de 9 de Novembro de 1938, para comemoração qüinqüenal — torna oportuno reproduzir aqui a conferência que, sôbre o tema O problema do Município no Brasil atual, *pronunciou o Sr.* M. A. TEIXEIRA DE FREITAS *na cidade de Ponte Nova, Minas Gerais, em Outubro de 1934, por ocasião da Segunda Semana Ruralista Brasileira, promovida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres. Fixando o problema em têrmos os mais objetivos, êsse trabalho focaliza questões que, nove anos decorridos, ainda não perderam integralmente o cunho de atualidade, pelo menos nos aspectos essenciais. O esquema geral de medidas aqui sugerido, como esfôrço renovador da vida comunal brasileira, consubstancia um conjunto de idéias que podem ser resumidas em duas soluções fundamentais: I — o agrupamento dos Municípios, para constituir "Departamentos", como entidades intermediárias entre a organização estadual e a municipal; II — o recurso à cooperação inter-administrativa — que tão bons resultados já vem dando, no campo da estatística e da geografia — de maneira a assegurar-se a necessária unidade de execução àqueles serviços de interêsse comum às três órbitas de govêrno, ou sejam os que entendem com a assistência educativa, econômica e médico-social São essas as grandes diretrizes preconizadas como corretivo aos erros, vícios e falhas que enfraquecem o municipalismo brasileiro, refletindo-se em todo o corpo social do país. Vale recolher nessa análise e, sobretudo, nas conclusões que ela oferece ao exame dos brasileiros de boa vontade, novos estímulos para a obra de valorização do Município, como fundamento de uma política orgânica de elevação do* standard *de vida das populações do interior*

dem aos que se lhes subordinam, não mais pela violência ou pelo direito de propriedade, mas por não menos imperiosas contingências de dependência econômica

Entretanto, a humanização das relações entre patrões e operários, entre o capital e o trabalho, é um problema que já entrou no campo de consciência de quase todos os povos e o seu progressivo solucionamento é um imperativo categórico da época em que vivemos Cada dia se lhe assinala, senão uma conquista definitiva, uma experiência proveitosa E, tão grande é a fôrça dos sentimentos generosos que inspiram essas conquistas, sem embaigo dos erros e das violências com que em regia hesitantemente se processam, que já vemos muitos chefes, dirigentes ou capitalistas, irem espontâneamente além delas, dando às suas atividades o caráter social, tanto em sentido amplo, nos preços e características dos produtos e serviços que exploram, como em sentido restrito, pela aplicação dos benefícios dessa exploração em proveito de quantos com êles colaboiam

Como quer que seja, no entanto, muito longe ainda estamos, embora já tenhamos caminhado bastante, daquele estágio final em que a personalidade humana, usando a propriedade, só sinta atingida a plenitude do seu destino na valorização dessa propriedade pelo coeficiente dos seus predicados individuais ao serviço da comunidade social e como o meio de beneficiar ao grupo maior ou menor de associados que a sua habilidade de chefe consiga co-vincular

Mas, no terreno político, se num certo sentido se pode considerar quase vitoriosa também a concepção social das funções de mando, que não mais exprimem a posse de um patrimônio *sui generis* abrangendo tudo e todos na coletividade dirigida, em outro sentido ensaia a humanidade apenas os primeiros passos Com efeito, está pràticamente desaparecida a figura do soberano que dispõe a seu talante dos bens, da liberdade e da vida dos súditos Os povos não teem mais um senhor O chefe, rei, presidente, ou que outro nome tenha, não é um proprietário da coisa pública, o dono do "seu povo", mas apenas o principal agente, o principal servidor da comunidade política Por outro lado, porém, depara-se-nos, ainda, o predomínio da velha concepção sob uma forma mascarada, é certo, atenuada se quiserem, mas eivada do mesmo êrro das primitivas sociedades e fecunda de malefícios Não temos mais, é fato, um soberano, uma família, uma casta proprietária e dominadora da coletividade, manobrando-a ao sabor exclusivo do seu arbítrio e dos seus interêsses Mas temos em substituição o absolutismo urbanista mancomunado com o absolutismo classista, nas suas variadas cambiantes e gradações, bem paralelas, bem análogas às gradações e cambiantes do absolutismo real

Os centros urbanísticos tendem em todo o mundo a formas tentaculares de vampirismo das coletividades que as contingências sociais, econômicas ou políticas os chamaram a liderar As capitais e as sedes de governos regionais e locais substituem-se às comunidades a que deveriam servir, fazendo-se servir por estas Tôdas as atividades dos corpos sociais ficam sujeitas às imposições dos núcleos centrais, condicionadas por estas sob todos os pontos de vista, não ao sabor dos interêsses gerais, mas para o fim quase exclusivo de interêsses particularistas E mesmo nesses centros, tudo é movimentado e conduzido não ainda para o bem estar da generalidade dos cidadãos que os formam, mas para manter o predomínio, e satisfazer as exigências de confôrto, de uma insignificante minoria formando as elites dirigentes, na política, na administração, na indústria, no comércio, na arte, etc , elites que tudo orientam sob a inspiração de um epicurismo egoista e estreito, como se lhes coubesse a livre disposição das possibilidades e dos destinos da comunidade

Foi assim em todos os tempos E assim ainda é contemporâneamente em todo o mundo. E as exceções, bem poucas infelizmente, que a civilização hodierna nos oferece, servem apenas para dar maior relêvo ao quadro escuro que a êsse aspecto se observa em tôda parte e fazer sentir melhor o trabalho formidável que a verdadeira civilização terá ainda de executar, para inverter êsse jôgo de valores sociais, essa relatividade de situações, de forma que as poderosas metrópoles se transformem em grandes usinas de serviços racionalizados em benefício da coletividade, deixando de ser os centros monstruosos de parasitismo, de compressão, de desigualdades sociais, de revoltante espoliação das massas, como tem sido até agora em virtude da ausência do espírito de fraternidade, de cooperação, de serviço e até de sacrifício, com que tôdas as funções sociais devem ser cristãmente exercidas

Mas se o quadro que a sociedade internacional nos apresenta ainda é neste particular nada auspicioso, que diremos do que acontece no Brasil?

Entre nós êsse aspecto negativo da civilização carrega-se de côres verdadeiramente sombrias

O país é uma vasta feitoria que a sua metrópole explora pelos processos coloniais os mais retrógiados Se a despesa federal já em 1932 era de 2 859 669 contos de réis, empregavam-se na Capital e quase exclusivamente para a Capital, 2 465 728 contos, ou 86,22% E os 393 941 contos restantes, ou 13,22%, gastos fora da Capital, não eram mais a bem dizer que despesas de ocupação e de exploração.

Bem prevejo que me contradigam alegando que estas despesas são as absolutamente indispensáveis despesas da nacionalidade, despesas para manter a integridade da Pátria e fomentar o seu desenvolvimento Mas não é rigorosamente exato

Que faz o Govêrno Federal em benefício da comunhão nacional?

Presta-lhe assistência médico-social? Não. As despesas com essa espécie de assistência orçam por 107 765 contos, ou apenas 3,75% das despesas totais, e dêsse dispêndio nada menos de 92,60% beneficiam exclusivamente a Capital Federal.

Faz alguma coisa o Govêrno Central pelo desenvolvimento da economia nacional? Pràticamente, coisa alguma. A despesa federal com o

fomento da produção — fomento, aliás de eficácia duvidosa, porque de natureza predominantemente burocrática e urbanística — montou em 1932 a 36 535 contos apenas, ou pouco mais de um centésimo, isto é, 1,28% dos gastos totais.

Desenvolve a União uma larga política de educação popular? De maneira nenhuma. Dos seus dispêndios de finalidade cultural, que sobem a 61 079 contos, e são de benefício muito discutìvelmente popular, sòmente a pequena quota de 38,57% encontra emprêgo fora da Capital da República

Todavia, — dir-me-ão — o Govêrno Federal desenvolve a navegação, mantém e alarga uma dispendiosa rede ferroviária, custeia um extenso e oneroso serviço postal-telegráfico Tais serviços, porém, não se fazem com um sentido de justiça social, em razão da necessidade deles para a incorporação, à comunhão nacional, das infelizes populações que lhe vivem quase inteiramente estranhas, no mais doloroso dos abandonos Êles se desenvolvem, primeiro, como recurso necessário para manter o colonialismo do Brasil em relação ao centro do Govêrno, e, depois, em razão tão sòmente do grau de influência econômica e política das regiões beneficiadas, o que quer dizer, em razão dos fatores, precisamente, que podem pesar na conservação do atual estado de coisas Logo, essa obra de política econômica, não tem essencialmente um caráter nacional espontâneo, não é uma obra de assistência social informada por princípios de justiça ou de eqüidade, mas obedece ainda aos imperativos do predomínio e da exploração que a metrópole exerce sôbre o país

E eis aí como as chamadas despesas nacionais, só são nacionais porque se fazem com o fruto do mais ingrato e mais duro labor de 40 milhões de cidadãos, nada ou quase nada representando como auxílio para a sua comunidade social, mas servindo apenas ao desenvolvimento faustoso e parasitário de uma grande metrópole, cujos interêsses e cuja vontade predominam incontrastàvelmente sôbre a vontade e os interêsses dos dezenove restantes vigésimos do corpo social.

Outra réplica talvez se levante: a União não presta tal assistência porque, num Estado Federado como o é o Brasil, não é isso da sua competência, pois que a tarefa cabe aos Estados.

Mas se à União cabe tão pouco dos onus que incumbem ao Estado moderno, se afinal, *na realidade,* ela quase que só dá ao país a segurança militar e a representação internacional, é evidentemente excessivo — e resulta certamente da inversão de valores políticos a que temos aludido — o quinhão leonino que ela retira da economia coletiva. E' a conclusão que se impõe ao considerar-se que os dispêndios públicos brasileiros subiram em 1932 a 4 659 773 contos, dos quais, como já vimos, 2 859 669 contos, ou 61,37%, cabem à União, e apenas ..... 1 235 971 (orçamento), ou 26,52%, aos Estados, e 564 133 contos, ou 12,11 %, aos Municípios.

Mas o grande mal de nossa organização política e de nossa mentalidade social não tem esta única manifestação. Ao lado do polvo gigante, outros menores existem, e em dois planos diferentes. Porque o que se verifica em larga escala no plano federal, vamos encontrar em escala menor mas com igual intensidade no plano estadual e no plano municipal.

Na capital de cada Estado e na cidade ou vila que encabeça cada município não se encontra, em regra, o centro que complete a organização social e política da respectiva circunscrição mas um agrupamento que se substitui pràticamente à coletividade a cujo serviço devera estar, concentrando em si todos os poderes, todos os recursos, todos os valores para os empregar segundo a própria conveniência, na sua quase totalidade em serviços ou simulacros de serviços de caráter local, e, na pequena parte destinada ao corpo social, não objetivando, essencialmente, o benefício dêste, mas o simples estabelecimento das condições indispensáveis a que o tenha na situação de dependência, de vassalagem, que melhor permita a sua exploração sob todos os pontos de vista — o social, o econômico e o político.

E assim o quadro político brasileiro, considerado no seu conjunto, apresenta-nos êste desolador panorama As metrópoles — e aquí compreendidas tôdas as sedes de govêrno — em vez de estarem ao serviço da comunhão social, em vez de integrarem harmônicamente os sistemas de fôrças de propulsão do corpo político, em vez de irradiarem as energias poderosas, que a solidariedade política permite nelas criar, em benefício de tôda a coletividade, assegurando-lhe o bem estar, o progresso e a felicidade sob a inspiração dos mais altos padrões de cultura, de justiça e de razão; as metrópoles, dizia, são, ao inverso, centros de absorção insaciável e cada vez maior, das energias, dos valores, dos recursos espontâneos da comunidade. Êsse centripetismo, resultante fatal do grande êrro medular da estrutura política do país, perturba assim e vicia fundamentalmente todo o metabolismo, tôdas as condições funcionais do organismo nacional O corpo social, em vez da composição orgânica que devera ter, em vez das equilibradas correntes de fôrças vitais que lhe deviam assegurar a normalidade, a euforia e as condições de florescimento e ascenção na escala dos verdadeiros valores de civilização, é, ao contrário, um conglomerado anômalo — social, econômica e politicamente falando.

Não se desenvolvendo as metrópoles como conseqüência natural e harmoniosa de uma plena-vida da coletividade, e não lhe constituindo as grandes usinas das energias sociais, econômicas e políticas que o estado de saúde do corpo social exige, mas formações artificiais, teratológicas e parasitárias, a reservar para si tôda a seiva da coletividade que exploram, resulta daí que sòmente nelas se oferecem possibilidades de bem estar, de civilização, de êxito pessoal. E assim, nas zonas rurais abandonadas e atônicas, espoliadas pelo fisco mais exigente, desmandado e vesgo, das três máquinas governamentais metropolitanas, todos os elementos sociais que se sentirem constritos na expansão

das suas possibilidades ou desviados da normalidade social e tiverem um quase nada de iniciativa, coragem, ou ambição, só alimentam um ideal — ganhar a cidade. Donde a dupla corrente de permanente drenagem de elementos humanos do campo para a cidade, — uma no nível superior, outra no nível inferior, pelas quais vão confluindo nas metrópoles a espuma e a vasa da mal organizada sociedade rural. Os elementos da primeira corrente, mais inteligentes, com capacidade de auto-formação, incorporam-se às classes dominantes Os outros, os desadaptados sociais, continuam como tal, com a situação talvez agravada, assimilados pelas classes dominadas Mas se os primeiros, por êsse deslocamento, não enriquecem a coletividade, por isso que o meio mal organizado não lhes oferece possibilidade de triunfar com proveito coletivo através de úteis realizações, obrigando-os a se incorporar simplesmente à grande massa parasitária na burocracia, na atividade artificial ou desvirtuada da indústria, do comércio, do ensino, etc , tão pouco os segundos, que não encontram meios de reajustamento e redenção da mísera situação originária Quer dizer: os melhores valores positivos deslocam-se trocando de sinal, e os mais perigosos elementos negativos, urbanizam-se, mantendo ou agravando o seu potencial de negatividade social

Mas uma nova filtragem, nesse mesmo duplo sentido, e com as mesmas características, estabelece-se a seguir, carreando para as capitais estaduais os que, na vida local, permanecem insatisfeitos ou repelidos e, suficientemente audazes e ambiciosos, aventuram, afinal, em nível mais alto, o ajustamento social, que lhes escapa, das suas desbitoladas personalidades Vão assim as metrópoles estaduais recebendo por sua vez afluxos constantes e também de dupla significação, das metrópoles municipais E delas, numa terceira filtragem, originam-se novas correntes que vão ter à metrópole federal

Vê-se por aí que, à medida que penetramos em profundidade na organização social brasileira, vamos encontrando um ambiente socialmente mais rarefeito, mais apático, mais apagado, mais estagnado, menos capaz de qualquer iniciativa ou reação salvadora da profunda diátese que infelicita a nacionalidade E se volvemos as vistas em sentido inverso, depararemos a diferenciação cada vez mais profunda entre os que dominam e os que são dominados, entre os que usufruem e os que produzem, entre os espoliadores e os espoliados, e nessa diferenciação, por isso que acompanhada da seleção que assinalamos, acentuando-se perigosíssimos focos de antagonismo e luta, de compressão de um lado e de reação do outro.

Essa migração, que teria um alto valor de civilização se as metrópoles se organizassem sob padrões racionalizados e constituindo os grandes dínamos de fôrça propulsora a ser distribuída eqüitativamente por todo o corpo social, mas que, pelas suas causas e pelos seus processos e conseqüências, se transforma no exaurimento funesto do potencial humano positivo na vida rural para a elevação do potencial negativo na vida urbanizada do país, tal migração que é, assim, um mal sem compensação, ou melhor, somado a outro maior, tem ainda uma contrapartida que, longe de atenuar-lhe os perniciosos efeitos, os agrava violentamente E' a migração da riqueza. Um movimento contínuo vai deslocando a riqueza do país para as metrópoles, através de uma canalização elevatória semelhante à que assinalamos no afluxo e na filtragem do elemento humano. Desloca-se a riqueza acompanhando os egressos da vida agrária; desloca-se, ainda, quando, dificultosamente formada na labuta agrícola, vai à procura de mais segura e mais fácil colocação, invertendo-se em imóveis e emprêsas urbanas, ou seja em forma que só interessa às cidades e nenhum reflexo útil exerce sôbre a vida rural; desloca-se, mais, na caudal inexorável do fisco tríplice, cujas rendas vão sustentar as obras suntuárias, o parasitismo, os apetites crescentes das metrópoles incontentáveis

E por isso mesmo que é assim, cada vez mais se depaupera, se anemia, se imobiliza na rotina e na passividade, a economia rural da Nação E porque assim acontece, cada vez mais se deslocam os valores humanos que a vida rural não pode ajustar e prender ao seu miseríssimo ambiente E em conseqüência, os centros urbanos destarte artificialmente hipertrofiados, sem a função social normal que a civilização lhes atribui, empregam improdutivamente homens e riquezas que absorvem, sentem cada vez mais forte a fome dos recursos que não podem produzir, e vão buscar êsses recursos, pois que não lhes resta outro meio, não, estimulando as fontes de produção, mas exaurindo-lhes as parcas reservas e agravando-lhes a penúria e a inópia, que por sua vez motivam novo êxodo de homens e de riqueza.

Triste, desolador, apavorante círculo vicioso êste

A economia federal, expressão suprema e a mais fiel dêsse gravíssimo estado patológico, já revela êste quadro: a sua arrecadação geral na importância de 1 695 555 contos, esgota-se no custeio da segurança pública e do serviço das dívidas, que lhe absorve 94,90%; só se essa arrecadação fôsse mais de duas vêzes o que é, sobraria alguma coisa para, não deixando de atender a todo o atual orçamento das despesas federais e sem sacar sôbre o futuro nem sacrificar reservas já bem mesquinhas, fazer-se alguma coisa em amparo à coletividade nas formas de assistência à saúde, à economia e à educação; e vivemos assim, numa teimosia e inconciência de loucos, a gastar não reprodutivamente quase o dôbro do que arrecadamos, onerando cada vez mais as debilitadas fontes da receita, cujos recursos anuais, só em dez anos (1923-1932) foram elevados de 1 200 000 contos a quasi 1 700 000 ou de 41%, na sua expressão total, e de 876 000 para 1 252 000, ou de 43%, no que diz respeito sòmente à renda dos impostos, mas majorando-se ainda a dívida pública, a qual, naquele mesmo período, passou, na sua expressão flutuante, de cêrca de meio milhão de contos para mais de um milhão, e, quanto aos compromissos consolidados, subiu, internamente, de dois para três milhões de contos, e externamente, se teve uma pequena redução na parte expressa em francos e libras, na parte

em dólares passou de quase setenta milhões a cento e quarenta e cinco milhões, enquanto que, como reverso da medalha, e conseqüentemente à desorganização da economia nacional, a importação passou de quase 51 milhões e meio de esterlinos em 1923 a pouco mais de 28 milhões em 1932, isto é, quase a metade, e a exportação desceu de 73 milhões e fração, naquele ano, para um pouco menos de 36 milhões, ou abaixo da metade, dez anos depois E se assim se passam as coisas na economia federal, refletindo bem o que vai pela economia nacional considerada em globo, um juízo mais preciso poderemos formar quanto à situação desta se atentarmos em que as receitas públicas (da União, Estados e Municípios), no decênio 1923-32, montaram a 32½ milhões de contos, representando quase 40% do valor de tôda a circulação comercial do país expressa nas correntes internas e externas de importação e exportação, as quais subiram apenas, naquele período, a 87½ milhões de contos; não obstante o que, todavia, as ditas receitas foram excedidas em cêrca de 4½ milhões de contos, ou precisamente 14%, pelas despesas públicas

Essas coisas passam-se sob os olhos de todos, e a ninguem mais comovem Como a parte sacrificada da nacionalidade não tem quase conciência da sua desgraça e muito menos das suas causas; e como nem sequer, se conciente fôra, teria meio de exprimir o seu clamor e de exibir a sua desgraça; e como, aumentando embora essa silenciosa desgraça, ainda temos podido ir contornando as nossas dificuldades imediatas, as dificuldades da vida metropolitana indèbitamente identificada com a vida nacional, olhamos para tudo com otimismo imperturbável, damos a cidadania brasileira à divindade e pouco se nos dá dos prenúncios da catástrofe que se aproxima, nem nos intimidamos com os surdos rumores que o arcabouço da nacionalidade, violentado no seu equilíbrio, já vai fazendo ouvir ameaçadoramente.

Mas, senhores, ou a Nação desperta para a plena conciência desta tremenda diátese que lhe mina surdamente as fontes de vida e lhe destroi aos poucos os liames de sua unidade, ou os momentos calamitosos não tardarão a chegar Quem semeia ventos colhe tempestades . O mal estar vai ganhando tôdas as camadas sociais e mesmo que não se saiba o que se deve corrigir, vai-se implantando em todos os espíritos a convicção de que é preciso um grande abalo, uma radical mudança de rumo na vida nacional Uma tentativa fizemos, cautelosa, prudente, conservadora, e nada se conseguiu. E todos vão concluir que tudo continuou tão mal quanto antes porque a medicina não foi bastante enérgica Mas então essa terapêutica de choque há de tender a direções novas, além do que, pela sua violência, romperá o estado de equilíbrio em que social e politicamente nos mantivemos até agora, e fará surdir de improviso as fôrças ocultas que os nossos erros estão inconcientemente acumulando. E um impulso de dissociação insopitável nos surpreenderá, visando afastar a ordem atual, procurando os antípodas da estruturação vigente, na simplista preocupação das tentativas empíricas Se a ordem atual está fundada politicamente na grande unidade brasileira e socialmente na organização capitalista, mais provável será que a subversão se oriente na destruição das duas condicionantes fundamentais da organização vigente. E quem poderá prever o caos que daí resultará? Quem poderá avaliar, numa solução brusca de continuidade, até onde chegará o entrechoque das fôrças elementares desencadeadas de todos os quadrantes sociais, no seio de uma comunidade já tão combalida nas suas energias vitais?

Esta prefiguração é de fazer tremer. E' de causar horror.

Mas então, brasileiros, que nos cumpre fazer? Cruzar os braços, aceitando, como fatalidade, o que os nossos erros prepararam? Ganhar tempo com paliativos? Ou ir corajosamente ao encontro das conseqüências daqueles erros e oferecer desde já drenos apropriados às fôrças de reação que se condensam e nos ameaçam?

Esta última, evidentemente, a atitude que se impõe. Mas por infelicidade nossa, a conciência do perigo ainda não está bastante generalizada, nem bastante clara na mentalidade das nossas elites dirigentes para que possamos obter delas todo o conjunto das medidas essenciais para o novo norteamento da vida nacional. Prova disso a falta de ambiente para que a Revolução de 30 pudesse tentar o reajustamento mais essencial na estrutura política da Federação, a saber, o da redistribuição do território pelas unidades políticas, firmando a União federativa na equivalência de possibilidades e no sentimento de justiça.

Em conseqüência, eis que, como único recurso ainda possível para que se faça tranqüilamente pela evolução o que mui perigosamente a revolução se prepara para tentar, se nos depara o de procurarmos estabelecer fundamentalmente, como ponto de partida para tôda a reconstrução que imperativos inelutáveis nos impõem, a inversão da mentalidade que até agora inspirou tôda a vida nacional.

O Brasil rural não é um feudo do Brasil urbano. Não lhe é tão pouco uma espécie de colônia, de possessão, a ser amparada e administrada o *quantum satis* para que a sua exploração seja possível mais fàcilmente Brasil urbano e Brasil rural devem integrar-se estrutural e orgânicamente, numa simbiose ou, melhor, monobiose perfeita, em que as funções respectivas se diferenciem harmônicamente, mas em dependência recíproca, para formar o grande e verdadeiro organismo nacional, que se não poderá restringir a uma congérie de urbanizações insuladas (*urbes*), mas há de consistir na harmoniosa estruturação dos municípios-cidades (*civitates*), no sentido sociológico do têrmo, superior solidarização político-social dos dois planos — o urbanístico e o rural, que polarizam necessàriamente a comunhão pátria — a CIVITAS MAGNA da República.

As metrópoles não são, não devem ser, não podem ser monstros insaciáveis a devorar a nacionalidade São, sim, os centros de pensamento, de coordenação e de propulsão da vida coletiva, a cujo serviço, portanto, estão, como as usinas

das fôrças sociais de que aquêle precisa dispor mas só podem surgir nas concentrações urbanas. E o que deve ligar o Brasil-indústria ao Brasil-lavoura, o Brasil-urbanístico ao Brasil-agrário, o Brasil-metrópole ao Brasil-fazenda, o Brazil-govêrno ao Brasil-povo, não há de ser um sistema de tentáculos constritores, anestesiantes e sugadores, mas a irradiação de um sistema de comunicação e colaboração orgânicas — nervos, músculos, vasos e órgãos diversos, com o concurso dos quais se estabeleça a unidade de vida, a solidariedade de interêsse e o câmbio dos diferenciados elementos e impulsos orgânicos que a cada um compete elaborar ou veicular em proveito próprio e comum, em reciprocidade harmoniosa

Portanto, a bandeira, o lema, que aquela nova mentalidade deve invocar há de ser êste — que alguém já levantou: — "rumo a oeste", o que vale dizer, ao Brasil interior, ao Brasil esquecido, ao Brasil combalido, ao Brasil espoliado, numa palavra, ao "Brasil-município". Quer isto significar que um pensamento, um sentido, um propósito central deve inspirar e orientar tôda a ação governamental brasileira — o da interiorização das fôrças de progresso, o da incorporação ao Brasil-nuclear, ao Brasil-atlântico, ao Brasil-*intra-muros*, do Brasil-difuso, do Brasil-sertanejo, do Brasil-*extra-muros;* mas partindo-se exatamente dos fundamentos estruturais do corpo social, do seu tecido celular, da organização elementar em que começou a fatal dissociação que é a grande diátese da vida nacional, do Município enfim Porque tudo que se queira fazer pelo progresso do Brasil objetivando primàriamente, e simplesmente, as superestruturas do seu sistema orgânico, os Estados e a União, — sem cogitar-se do arcabouço interno, sem penetrar a intimidade do tecido social no seu metabolismo celular, valerá sempre por excitações passageiras, a motivar hipertrofias deformadoras e outros distúrbios, sem nunca trazer a expansão harmoniosa do conjunto, o seu pleno estado de euforia Ao passo que, normalizada a vida celular, restaurada a saúde dos tecidos e dos órgãos elementares, tudo mais sofrerá o influxo salutar e o organismo caminhará seguramente para o normal estado de higidez

Portanto, senhores, em última análise a complexa morbidez do corpo social brasileiro, os apavorantes desequilíbrios patológicos que êle nos apresenta, as crises, os colapsos que o intranqüilizam constantemente e o desvitalizam em alarmante escala, tem a sua razão de ser primordial, na doença, na atrofia, na atonia, no depauperamento do Município O problema do Município, eis, pois, o problema por excelência, o maior problema do Brasil, o problema-síntese de todos os nossos problemas

E está feito o diagnóstico da grande diátese brasileira, que não é sòmente uma conseqüência da grande crise mundial, mas sim e sobretudo um distúrbio funcional da maior gravidade. Entretanto, se o mal está caracterizado de um modo essencial e convenientemente localizado, cumpre ver os seus sintomas locais, para determinar-lhes as suas causas imediatas, afim de que, removendo-as hàbilmente, se chegue mais depressa e mais eficientemente à eliminação da causa primária que procuramos deixar nitidamente fixada.

Os têrmos do problema

A autonomia municipal em cuja prática madrugamos, não correspondeu nunca aos seus fins. Nem podia corresponder. No seio da velha civilização em que surgiu, floresceu e definitivamente se implantou, foi o comunalismo o fruto amadurecido de uma longa evolução social e política. Em condições radicalmente diferentes êle se implantou entre nós E a dispersão demográfica, a incultura popular, as dificuldades de comunicações, o rudimentarismo da organização política e o regime social em que vivíamos deturparam fundamentalmente a instituição, tornando-a imprópria a assegurar o bem estar e o progresso das coletividades comunais e transformando-a as mais das vêzes em instrumento de prepotência, de compressão, de deshonestidades e de espoliação do povo.

Em primeiro lugar, em virtude da mentalidade que já assinalamos como fonte primária da permanente crise brasileira, oriunda do fato do Brasil se ter limitado, em começo, aos pequenos agrupamentos que foram as feitorias, vilas e cidades do alvorecer da sua história, a comuna sempre foi apenas a sede municipal. Os recursos da comunidade comunal se destinavam todos ou quase todos ao benefício da sede, nunca se pensando nos interêsses e necessidades da zona rural E daí o contínuo movimento migratório a que já aludimos, retirando ao interior as suas fôrças vivas.

A esta primeira condição desfavorável segue-se a falta de técnica administrativa Entregue o Govêrno Municipal, em condições a que os vícios conhecidos da nossa organização social e política sempre deram cunho de franco absolutismo, embora com exceções mais ou menos numerosas, a vida municipal brasileira teve como mentores e árbitros dos seus destinos homens que não podiam na generalidade dos casos, organizar e dirigir eficientemente uma verdadeira administração Indo òbviamente ter às mãos dos espíritos mais alertados, de mais larga visão, alimentando por isso mesmo aspirações mais altas, só em casos bem raros de invulgar devotamento à causa pública e espírito de sacrifício, conseguem ter os nossos municípios como administradores um CANTÍDIO DRUMMOND Porque se as aspirações e ambições dos chefes chamados à direção municipal era limitada à vida local, êsses homens, para vencer em tão acanhado meio, sendo êles honestos, tinham que se dedicar com tôdas as energias às suas atividades profissionais — comércio, lavoura, medicina, etc , não podendo fatalmente entregar-se à função de govêrno com o devotamento e o exclusivismo com que sòmente se podem contrabalançar as desfavoráveis condições do meio municipal; e, não lhes sobrando escrúpulos, claro é que só podiam fazer do govêrno o instrumento de espoliação da comunidade em proveito próprio de seus familiares e de suas clientelas.

Junte-se a isto a freqüente inexperiência dos homens chamados à governança da comuna A administração tem a sua técnica, tem os seus problemas Não se improvisa um administrador nem muito menos uma boa máquina administrativa Donde o predomínio do empirismo, da rotina, da desordem, do arbítrio, na administração da grande maioria das comunas brasileiras Na mais dolorosa experiência, tenho encontrado em tôda parte do Brasil Municípios sem a mais leve organização administrativa e onde os serventuários municipais são de uma ignorância e de um atraso que raiam pelo inacreditável. Os homens do meio local mais inteligentes, quando não emigram, procuram naturalmente meios de vida mais rendosos do que os modestíssimos cargos de uma intendência ou prefeitura municipal De modo que os corpos de funcionários que organizam e fazem funcionar a máquina administrativa municipal são em regra, ainda que com bastantes exceções, compostos de pessoas incultas, sem qualquer noção de administração, contabilidade, etc , que apenas manteem e não podem mesmo senão manter um simulacro de aparêlho dirigente, onde domina o abandôno, o arbítrio, a desordem, o espírito rotineiro, enfim, tôdas as condições negativas da eficiência

Municípios tenho encontrado sem vestígios de uma escrita qualquer De um prefeito municipal a quem um agente de estatística pedia os dados das finanças municipais ou ao menos que o deixasse examinar o livro-caixa das arrecadações do município, foi ouvido como resposta, acompanhada de um sorriso de bonhomia, que a caixa do município eram "os bolsos das suas calças" e que sendo êle um homem honesto não precisava de "complicações" Êsse prefeito, sôbre as finanças do seu Município não soube dizer mais do que isto: que arrecadava e gastava "uns trinta contos" Numa outra municipalidade, prêsa a oneroso contrato com uma emprêsa de eletricidade a que fazia vultosos pagamentos mensalmente, não foi encontrado vestígio do respectivo instrumento jurídico Municípios em que não há arquivo, são inúmeros E não teem conta os que não conservam sequer a sua coleção de leis.

Mas se por êsses fatores negativos a administração local em boa parte do quadro comunal brasileiro não passa de uma pura aparência, quase inerte, quando não é uma organização funesta sob todos os pontos de vista, por uma outra circunstância tem ela de ser inteiramente inapta a qualquer atuação eficiente em benefício da coletividade E' a inópia de recursos Mesmo não se levando em conta a freqüente deshonestidade dos agentes administrativos, em regra livres de qualquer contrôle ou peia, dadas a ignorância do meio, a licença do regime de arbítrio que impera, e a falta de qualquer coisa que se pareça com opinião pública, nas regiões mais atrasadas — nada de eficiente, concluir-se-á ainda assim, pode tentar um govêrno local em matéria de verdadeira administração comunal, tal a deficiência de recursos. Não incluídos os relativamente poucos centros que possuimos com uma economia razoável, os Municípios brasileiros dispõem de rendas ridículas, que só podem servir e só servem para manter o simulacro de aparêlho administrativo, mais uma forma do parasitismo que infesta e dessora o organismo nacional Em 1912, dentre 986 Municípios informantes, arrecadaram importâncias que não ultrapassavam dois contos de réis, nada menos de 46, a começar de um Município do Ceará cuja receita foi precisamente de 242$110 Não foram além de 20 contos as arrecadações de 538 comunas E receitas excedentes de 200 contos anuais, ou seja um mínimo, aliás bastante baixo, para se custear uma administração comunal por mais modesta que ela seja, só conseguiram coletá-las 88 das circunscrições abrangidas pela estatística E hoje? Sem embargo da moeda desvalorizadíssima que temos, estavam abaixo do modestíssimo limite de 100 contos anuais, nada menos de 784 dos 1 365 municípios existentes em 1932, dos quais 125 ainda arrecadavam menos de 20 contos. E esta situação de penúria vai-se agravando cada dia, com o constante desdobramento do quadro municipal

Temos, portanto, um grande número de municípios, quando não de área insignificante, de população muito reduzida, e, conseqüentemente, de economia debilitada e rendas ridículas, que coisa alguma, absolutamente nada podem fazer em favor do bem estar e da defesa dos interêsses das respectivas populações, parasitados apenas por um enxame de sinecuristas — humílimos, é verdade, mas nefastos — com o rótulo de funcionalismo municipal, preço que pagam pelo luxo do *self-government*. *Noblesse oblige*..

E, pois, fóra de uma pequena limpeza de ruas — quando não são os gericos que a fazem ; de uns poucos lampeões de iluminação pública, que se apagam por economia nas noites de luar; da conservação de algumas pontes e caminhos, da abertura de um ou outro poço, ou da instalação de uma pequena e rudimentar rede de abastecimento dágua, e pouco mais, muito pouco mais, nenhum benefício outro recebem as populações municipais, em grande parte do Brasil, dos respectivos e *autônomos* governos E as parcas rendas de que estes podem dispor, das sobras que a deshonestidade deixa, são poucas naturalmente para o custeio do "serviço eleitoral" — a coisa mais importante da vida municipal, porque por meio dele é que se obteem as boas graças dos poderes superiores, isto é, algumas sinecuras para a clientela e as nomeações camarárias para os cargos estaduais de natureza local, cujos titulares se transformam assim em sustentáculos das situações municipais.

E essa triste vida é que vai vivendo em nossos esquecidos sertões o municipalismo brasileiro A ignorância, os abusos, os erros, a improbidade, a falta de iniciativa, o desprêzo do interêsse público, que o deturpam e inutilizam, não teem, não podem ter corretivos. A opinião pública inexiste Todo o aparêlho do govêrno estadual no Município, quando não submisso, e mui comumente desservindo à causa pública, às situações municipais, deixa-se ficar alheio aos verdadeiros interêsses da comunidade. O govêrno estadual, empenhado em manter as si-

tuações locais que lhe são politicamente fiéis, acastela-se no respeito à autonomia municipal para permanecer surdo ao clamor público quando êste se levanta; mas não hesita em mudar uma situação municipal que lhe seja infensa, por maior que seja a arbitrariedade ou por melhor que seja o govêrno adversário E com isto tudo, só se vêem fatores negativos naquele aspecto da vida nacional em que lhe deveriam residir as fontes de energia sadia e renovadora Onde cumpriria estar o fulcro da nacionalidade, o rijo cerne da nossa organização social, econômica e política, a fonte primária da saúde coletiva, encontra-se um conglomerado amorfo sem consistência nem vitalidade, ou um foco de perigosa infecção, a preparar surdamente um estado septicêmico generalizado

A assistência social — em matéria de educação, de saúde, de fomento às atividades produtoras, assistência que devia ser o objetivo precípuo dos governos locais, e não restritamente às populações urbanas, mas a tôda a coletividade, essa assistência fica relegada às cogitações dos demais planos governamentais Fazem-na estes? Vejamos

Em matéria de educação popular pròpriamente dita, nada pràticamente realiza a União A sua única atuação que tem algum significado neste particular, consiste no subvencionamento de umas tantas escolas de nacionalização de filhos de imigrantes nas zonas coloniais dos três Estados meridionais

Pelo que diz respeito à saúde pública, a ação federal limita-se à assistência médico-social no Distrito Federal e à polícia sanitária dos portos A colaboração do Govêrno Federal com os Estados para lançar o serviço de profilaxia rural, mal instituída e mal regulada, tornou-se de tal forma ineficiente que foi suprimida

E no tocante ao fomento econômico, temos querido fazê-lo à distância, por uma vasta burocracia pretendidamente agrária mas essencialmente urbanística E assim, se excetuarmos a atuação, em limitada escala, de alguns poucos centros de trabalho e fomento agrícola (fazendas modelos, campos de demonstração e de cooperação, postos de monta, etc), a lavoura e a pecuária teem sido favorecidas pela União apenas com uma reduzida distribuição — mas de tão complicada e demorada, pràticamente inútil — de sementes, mudas, adubos, inseticidas e alguns artigos mais O auxílio direto, sem entravantes formalidades burocráticas, tanto em serviços técnicos, de estímulo, de defesa ou de demonstração, como no fornecimento de materiais e na criação de facilidades de tôda espécie à produção e à exportação dos produtos, êste nunca foi prestado à lavoura

E os Estados? A atuação estadual não é essencialmente diferente da do Govêrno Federal Um pouco mais próxima, um pouco mais desdobrada, mas insignificante, pràticamente inexistente em grande maioria das Unidades da União, no que respeita ao fomento agrícola e à assistência médico-social, para só ter apreciável significação, em todos êles, quanto à ação educativa Mas esta mesma, tanto em extensão e em profundidade, quanto em qualidade, não é ainda um centésimo do que devera ser, e não tem a capacidade necessária para tirar o país da humilhante situação em que se achou até hoje entre as nações mais incultas do mundo Além do que, essa restrita e insuficiente ação educativa ainda se ressente da profunda injustiça social que informa, como vimos, tôda a ação do Poder Público no Brasil, pois que se dirige principalmente às populações urbanas e ainda aí é incapaz de suprir as deficiências de alimentação, de vestuário e de saúde que impossibilitam as classes sociais mais modestas de tirar todo o proveito da assistência escolar oferecida, por isso que essa assistência está organizada em moldes alheios às necessidades e realidades do meio brasileiro

De modo geral, pois, a maior parte da população das grandes metrópoles brasileiras (capitais da União e dos Estados) e a quase totalidade da chamada população interior, nesta compreendida *tôda* a população rural, estão inteiramente desamparadas dos benefícios da civilização, e até mesmo privadas de uma rudimentar organização social, permanecendo duplamente esmagadas, pela miséria física e duras condições de vida em um meio ingrato sem a defesa da inteligência esclarecida, e pela inexorável, crescente e insaciável exploração de u'a máquina governamental organizada em antagonismo com os mais elementares princípios de solidariedade, justiça social e, até mesmo, humanidade

As gambiarras da nossa falsa civilização nos ocultam aos olhos a intimidade do quadro de miséria, de sofrimento e de revolta, que, mesmo em nossas capitais, essa situação mantém e agrava E na vida interior, êsse doloroso espetáculo de milhões de criaturas embrutecidas, vergadas ao pêso de morbidezas incontáveis, sem um amparo, sem um confôrto, vivendo em pocilgas segundo o mais baixo teor de vida imaginável, e trabalhando de sol a sol para colhêr um mísero salário que mal lhes mata a fome, tal a inferioridade do alimento utilizado, êsse espetáculo já não nos fere a sensibilidade embotada, porque nisso tudo vemos o quadro normal da vida campesina no Brasil, algo como que uma fatalidade cósmica contra a qual nada há que fazer, nada vale tentar Êsse é o fadário dos homens do campo — gado para o trabalho, para a exploração e para o sofrimento Se assim sempre foi, que assim continui sempre a ser, pois que tudo isto de tão velho e de tão imutável na ordem natural das coisas, parece estar também na ordem providencial, que nos deu complacente e amiga essa infindável teoria de servos da gleba para sustentar os "brasileiros", os homens privilegiados das metrópoles, os que fazemos a "civilização" do Brasil E continuemos a tratar as coisas e a gente da "roça" com a superior indiferença que a sua distância e o seu atraso nos mereceram até hoje e como o pedirem as nossas imediatas e tão exigentes necessidades, pouco se nos dando, por exemplo, que a lavoura cafeeira produza penosamente ao pêso de exorbitantes impostos e mantendo em exploração sob o engôdo dos preços artificialmente elevados, velhas plantações

em zonas que vantajosamente se poderiam dedicar a outras culturas, nem tão pouco que essa produção haja sido tôda ela beneficiada e transportada, e que afinal se tenha tornado preciso destruí-la na quantidade assombrosa de . ... 30 000 000 de sacas, sem atender ao doloroso prejuízo da economia mundial, e em detrimento, afinal, da própria economia brasileira como prêmio e estímulo aos países cafeicultores nossos concorrentes .

Pungente irrisão!

Mas será possível, brasileiros que me ouvis, homens de inteligência e coração que sois, dizei-me, será possível que *isto* continui, que tal monstruosidade, que essa defeituosa organização social e econômica se prolongue e permaneça indefinidamente?

Não; bem vedes que isto não pode, não deve, não há de continuar Bem sentis que isto não continuará, ainda quando o queiram todos os que tudo teem ganho com tal estado de coisas Primeiro, porque tôda essa miséria que a realidade brasileira encobre há de ser afinal compreendida pelas nossas classes dirigentes, e do seio delas mesmas há de sair a espontânea reação salvadora E segundo, porque se essa reação construtiva não vier, virá forçosamente a reação destrutiva, a das fôrças sopitadas, comprimidas, que explodirão um dia, para renovar, para mudar, seja como fôr, ainda sem fins precisos, nas duras provas das incertezas e violências de uma tremenda subversão social e política

Mas eu confio, devemos todos confiar no gênio construtivo da nossa raça e nas suas qualidades de inteligência e sobretudo de sentimento Se o Brasil coletivamente quiser fazer um ato de conciência, procurando ver claro, no báratro em que se desorientam nesta hora os seus destinos; se êle quiser fazer um ato de contrição, reconhecendo os erros que as contingências do seu passado o fizeram cometer até hoje; se êle quiser fazer, finalmente, um ato de propósito, empregando tôda sua vontade a redimir a nacionalidade da funesta servidão em que jaz entorpecida, — êle encontrará certamente o seu norte, a sua luminosa estrêla, sem imergir nas sombras e nas rudes provas do desmembramento ou da guerra social.

E, mercê de Deus, não é difícil traçar o rumo por onde essa caminhada de redenção se terá de iniciar O que deixamos visto para traz dá-nos clara intuição do roteiro que se impõe: que se inverta a mentalidade que nos dominou até o presente, e passemos a ser, os homens da cidade, não os déspotas, os espoliadores implacáveis dos homens do campo, mas os seus servidores diligentes, leais e altruistas; e que todos os esforços que nesse novo estado de ânimo e a essa nova luz pudermos e quisermos empregar em benefício do Brasil interior, do Brasil rural, do Brasil que os homens até hoje esqueceram, se encaminhem, se dirijam, convirjam para a instituição do municipalismo que nos convém, o qual, êle, só, é capaz de realizar a generosa renovação que se impõe.

Mas como?

Claro que, se se trata de realizar pela evolução o que a revolução não nos deu nem nô-lo daria sem extremados riscos e dolorosas provações, não poderíamos pensar, em nosso generoso propósito, na substituição brusca e radical da ordem vigente Esta tem que ser, não substituida *ex-abrupto,* mas renovada e transformada por um trabalho prudente e esclarecido de sucessivas adaptações e transigências

De tudo que ficou dito, quais as falhas mestras a corrigir? como corrigí-las? Ou melhor, como encaminhar as coisas para que se corrijam aos poucos, sem antagonismos violentos com os hábitos e os preconceitos arraigados em nossa mentalidade social e política?

Tentemos colocar em equação êsse problema à luz da experiência brasileira, à luz das realidades nossas.

A equação do problema As falhas mestras a que aludimos assim se podem resumir:

I — o meio comunal não oferece condições nem para formar administradores municipais, nem mesmo para conseguir que os homens mais inteligentes e mais ativos dirijam, com a necessária dedicação e sem sacrifício da causa pública, o govêrno e a administração do municipio;

II — dada a ignorância, o atraso e a pobreza dos meios rurais, os negócios públicos municipais em tais meios correm sem a vigilância de uma opinião pública, que, entretanto, em nosso regime de autonomia municipal, devera fornecer o único contrôle possível da boa ordem do govêrno e administração locais;

III — essas mesmas condições reduzem os Municípios à maior penúria de recursos e lhes tiram a possibilidade de dispor de um eficiente corpo de servidores, donde a contingência de não possuirem em regra senão uma aparência de administração, com deficiências inacreditáveis, e de não poderem realizar nenhum programa de significação em matéria de assistência social e econômica às respectivas populações, nem mesmo qualquer empreendimento ou melhoramento de certo vulto;

IV — pela influência perniciosa dos governos centrais, dada a defeituosa organização vigente, são ainda os escassos recursos municipais desviados em grande parte para fins eleitorais, porque a organização e o seguro manejo do eleitorado são o único meio de que dispõem os chefes municipais para se recomendar às promoções políticas, e constituem o único ponto de apoio de que se podem utilizar os Municípios para pleitear alguns dos poucos benefícios que a administração estadual lhes pode dar;

V — os insignificantes recursos que o Município, a União e o Estado podem reservar para a obra de asistência às populações de cada circunscrição comunal, por isso que empregados dispersivamente e sem unidade de ação nem de

critérios, não prestam sequer os pequenos benefícios que o seu vulto permitiria se fôssem utilizados solidária e racionalizadamente;

VI — pelo reduzido prestígio social, econômico e político dos Municípios, e pelo isolamento em que vivem, nenhuma influência podem êles ter sôbre os planos superiores de govêrno, que se orientam exclusivamente pela mentalidade das grandes metrópoles, sem nenhum influxo dos interêsses e aspirações da vida municipal, a qual permance, assim, à margem da vida da nacionalidade, dela excluída a bem dizer;

VII — dada a extensão do país, o limitado número das organizações políticas superiores — as Unidades Federativas, e a grande distância ou as difíceis comunicações entre os centros diretores da administração federal e estadual e os seus órgãos de ação local, ficam todos aqueles serviços da União e dos Estados que poderiam beneficiar a vida comunal, mal dirigidos, ineficientes ou com reduzido rendimento, contribuindo para a estagnação daquele plano da vida nacional e o amesquinhamento do já tão reduzido amparo dos governos centrais às populações do interior

Contornar essas dificuldades dentro da nossa vigente estrutura política, sem ferir os seus princípios e sem provocar choques prejudiciais, para inverter as condições atuais da vida municipal e dar-lhes o dinamismo, o impulso e a verdadeira finalidade social, econômica e política, eis, pois, em tôda a sua impressionante nitidez, o "problema do município" neste angustiante momento da vida nacional.

Terá êle solução? Que digam a êsse respeito a última palavra os sociólogos, os juristas e os estadistas Mas não consideraria cumprida a minha missão nesta tribuna sem tentar uma demonstração de que pelo menos uma solução constitucional, evolutiva, normal se nos depara.

Procuremos estabelecer-lhe a equação

Tem sido alvitrado que as chefias das administrações municipais sejam exercidas por prefeitos de nomeação dos governos estaduais Poderia, assim, ser formado um corpo de administradores municipais de carreira, devidamente especializados Mas, embora com a brilhante contradita de acatados juristas, vemos sustentado que semelhante recurso contraria o princípio constitucional da autonomia municipal, do *self-government* localista

Logo, se se quiser, como tudo demonstra ser indispensável, que as administrações locais sejam chefiadas por administradores especializados, precisa-se encontrar um meio de assegurar essa providência sem ferir os melindres dessa autonomia, que hoje, como quer que seja, já representa entre nós, de fato, uma tradição respeitável

Na impossibilidade de criar em cada Município uma opinião pública alerta e esclarecida a acompanhar de perto a vida administrativa e governamental da comuna, e nenhuma influência podendo ter a opinião pública das metrópoles estaduais sôbre a vida íntima das municipalidades, a não ser em casos muito raros e muito graves, já se tem pensado em controlar a administração municipal pela intervenção de Tribunais de Contas Estaduais Mas essa providência, além de chocar também o princípio autonomista, teria significação restrita e resultaria inócua pela impossibilidade de uma fiscalização eficaz, a qual só poderia resultar de uma ação mais direta sôbre a intimidade da administração comunal e que decorresse ao mesmo tempo da própria vontade da comunidade local, isto é, do princípio de autonomia do município

À inaptidão dos corpos governativos municipais para uma boa prática administrativa e sobretudo para os trabalhos técnicos que exigem as obras e serviços municipais — água, luz, esgotos, cadastros, estradas, etc, — tem-se procurado opor o corretivo das repartições estaduais de administração municipal, ao tipo da que o Estado de São Paulo delineou e em boa hora realizou A medida foi imitada em várias unidades da União e tem apresentado resultados magníficos Tenho para mim, porém, que o êxito dessa tentativa resultou em grande parte da dependência estreita dos governos centrais em que os governos municipais ficaram durante o período revolucionário Restabelecido o regime de plena autonomia comunal vai ser difícil que se mantenha a eficiência das atuais repartições regionais que estão praticamente orientando e controlando as administrações locais em tôdas as suas atividades E se, de fato, convém manter essa conquista da organização nacional, cumpre adaptá-la à nova ordem política, conservando a sua finalidade e desdobrando cada vez mais a sua ação, mas de modo que fique a instituição informada pelo próprio princípio da autonomia localista

O desvio dos dinheiros municipais para fins políticos resulta, como vimos, do fato de serem cargos políticos os da direção da administração comunal e da circunstância, ainda, dêsses postos constituirem escala para a carreira política dos chefes locais O mal assume proporções assombrosas, que bem se deixam avaliar por êste fato Pude verificar em certo Município que cêrca de vinte escolas para cujo custeio se destinavam recursos orçamentários, só existiam na lei da despesa, sendo a respectiva verba aplicada na manutenção de outros tantos cabos eleitorais com o rótulo de "professores" Ora, se praticamente os cargos de prefeito não dão nenhuma vantagem aos políticos que os exercem, a não ser a do prestígio pessoal e exatamente a da possibilidade de preparar e encaminhar a conquista dos postos da política estadual nas lutas em que a posse de um eleitorado é o elemento decisivo, nenhuma forma haverá de coibir o abuso enquanto aquela investidura tiver caráter eletivo, pois que no regime atual só a conquistam os que possuem eleitorado, e estes, tendo-a conquistado, dela se servem principalmente para recompensar o seu eleitorado, para ampliá-lo e bem manobrá-

lo Mas qualquer mudança nesse sentido só será viável se encontrada uma fórmula que se concilie também com a autonomia municipal

A dispersão dos pouquíssimos esforços e recursos que a União, os Estados e os Municípios destinam à obra de assistência social das populações do interior, é uma conseqüência da diferenciação dos planos governamentais da nossa estrutura política Enquanto tal dispersão perdurar serão insolúveis os problemas daquela assistência, porque, dadas as fontes de renda e as responsabilidades financeiras atribuídas a cada uma das nossas esferas políticas, nenhuma delas, por mais que o quisesse, poderia praticar aquela desdobrada e multiforme assistência em têrmos de atender aos reclamos da situação brasileira e aos imperativos de humanidade e de justiça social Mas com os mesmos recursos que a êsse fim já se reservam atualmente, ou com um reduzido acréscimo deles, se a mentalidade brasileira inverter a sua polaridade segundo a fórmula fundamental que deixamos assinalada e que deve caracterizar a fase reconstrutiva a que os destinos nacionais nos chamam, já poderá o país realizar obra notável, ela só capaz de transmudar, em poucos anos, o desolador panorama que a vida da nacionalidade nos oferece neste momento, nas mais radiosas perspectivas de prosperidade e felicidade social E com tanto maior êxito e melhor rendimento quanto mais feliz a fórmula pela qual aquêles esforços e aquêles recursos forem enfeixados e repartidos, solidarizando-se e interpenetrando-se não só as atividades provenientes das distintas esferas governamentais em presença, mas ainda as que visarem os diferentes setores da assistência social Se o objetivo é sedutor, entretanto, além de imperioso, precisa ser resolvido com profunda sabedoria política.

A primeira vista o problema é inabordável, porque duas dificuldades fundamentais se nos deparam.

Não bastaria evidentemente um acôrdo entre as entidades governamentais em presença no intuito de repartirem entre si os setores de assistência Esta divisão seria difícil de fazer, e a ação a pôr em prática se desnivelaria, redundando tudo em desarticulação e desigualdades vitandas Tão pouco se poderia recorrer a uma distribuição geográfica, como um ilustre educacionista já pensou que se pudesse praticar no terreno da educação, atribuindo-se a esferas governamentais distintas, por exemplo, a obra de assistência urbana, a distrital e a rural Difícil a distinção a estabelecer e pràticamente impossível a unidade e organicidade da atuação a ser exercitada Não seria praticável também a abstenção de duas das entidades governamentais em presença, exoneradas dos seus deveres de assistência social pela simples subvenção à terceira delas, que então tomaria a si tôda a responsabilidade da assistência a ser realizada Para essa atividade exclusivista não estariam indicados nem a União nem os Estados, cuja ação se teria de exercer muito à distância, em condições difíceis e de nenhuma ou problemática eficiência. E os municípios, que a poderiam exercitar com maior percepção das exigências do meio e através de uma ação mais direta, não dispõem de elementos técnicos e administrativos nem para criar nem para manter serviços da envergadura dos que são necessários Além do que, entregue tal obra ao arbítrio e às iniciativas dos Municípios, ela ultrapassaria o adequado ajustamento às condicionantes locais, para perder progressivamente todo o seu sentido nacional e a sua articulação com os planos superiores da política de amparo social, ou bio-econômico-cultural, que não pode ficar nunca circunscrita ao âmbito localista, devendo necessàriamente prender-se às demais esferas governativas.

Se é preciso, portanto, que haja unidade orgânica no aparêlho executor das atividades governamentais de assistência educativa, econômica e sanitária; se é preciso que êsse aparêlho exerça uma atividade a mais penetrante e a mais extensa possível, interiorizando-se ao máximo em todo o território nacional; se é preciso que essa atuação, em seus desdobramentos primários e mais elementares, se ajuste às exigências de cada âmbito municipal, mas sem perder o contacto, a articulação e a unidade de fins em relação aos seus desdobramentos de níveis mais altos e objetivos mais complexos e mais compreensivos; se é preciso que essa atuação utilize conglobativamente todos os recursos de que a nacionalidade, pelos seus três planos de ação governamental, puder dispor; se é assim, concluiremos então que a obra de assistência sanitária, econômica e educativa deve ser exercida por um vasto e complexo sistema de órgãos, diferenciadamente instituídos e distribuídos, que se possam revestir de todos aquêles característicos verificados indispensáveis, e sejam mantidos conjugadamente pela União, Estados e Municípios, com unidade de esquema estrutural e unidade de direção, sem embargo de colaborarem adequadamente nessa direção as três ordens governamentais cointeressadas

Essa conclusão, todavia, não resolve tôda a questão, porque uma outra dificuldade se apresenta Não é fato que a nova Carta Política obriga a União e os Municípios a gastarem das suas "receitas de impostos" 10% e os Estados 20%, sòmente com a instrução? Não é fato também que todos os ramos de govêrno estão onerados com incríveis compromissos financeiros de que não se poderão libertar tão cedo, sejam quais forem os seus esforços? Como então poderiam êsses governos, em tais condições, cumprir, além daqueles, a nova obrigação constitucional de que muitos estão ainda tão distantes, e a mais disso, reservar recursos para estabelecer ou desenvolver convenientemente as outras duas modalidades de assistência — a de fomento econômico e a médico-social?

Uma solução prática parece à primeira vista impossível Mas não o será, desde que utilizada uma feliz circunstância A assistência educacional está intimamente ligada às outras duas modalidades referidas A obra de educação hoje

tende cada vez mais a integrar o ser humano sob todos os pontos de vista, preparando-o para a vida com o conveniente desenvolvimento do espírito e do sentimento, com a consolidação da saúde e com o treinamento e enriquecimento de tôdas as suas aptidões realizadoras em função de seu meio e de seu destino social Isto quer dizer — uma obra educativa bem planejada, sem exorbitar da sua legítima finalidade, e talvez apenas restritamente enriquecida de certos elementos mais especializados, já executará concomitantemente em larga escala o programa das duas outras modalidades de assistência Por outro lado, quase todos os serviços de fomento econômico e de assistência médico-sanitária, nos seus desenvolvimentos primários em relação direta com as massas populares, já teem, ou podem e devem ter uma concomitante finalidade educativa, de forma que poderão no todo ou em parte ser custeados pelos recursos reservados pela Carta Política para a educação. E, assim, se um vasto plano coordenador — e neste restrito sentido, unificador — das atividades do poder público visando a tríplice assistência às populações, viesse a ser estabelecido, tais atividades, além de conseguirem um rendimento maior pela sua interpenetração e mútuo concurso, se baratearíam sensivelmente e poderiam ser custeadas globalmente pelas contribuições já previstas para a educação, com um pequeno acréscimo, digamos de uma quota correspondente, para cada ramo do govêrno, a 5% das respectivas rendas de impostos

Assim verificadas as diretivas segundo as quais se removeriam as dificuldades da quarta grande falha essencial da atual organização municipal, cumpre-nos ver como também se poderia sanar a quinta — a da impotência dos municípios para exercer, como lhes cumpre na ordem normal do regime, uma decisiva influência nos concílios do govêrno dos Estados e da República, levando-lhes o influxo das aspirações e dos interêsses da vida comunal, que é o plano primário, sim, mas o plano mais essencial, mais profundo, mais genuino, da vida nacional

De que resulta a fraqueza da vida municipal em relação à vida estadual, e conseqüentemente, em face da vida nacional, se ela é tão extensa, afinal, e tão compreensiva do corpo social, quanto as duas outras? Primeiro, da sua exagerada divisão e do isolamento entre os respectivos centros; segundo, da sua pobreza econômica e cultural; e terceiro, da escassez de ponderáveis valores representativos, escassez essa decorrente, como vimos, de complexos fatores sociais, econômicos e políticos Favorece êste estado de coisas o fato de constituir a autonomia municipal a conquista máxima da vida localista e o pórtico do prestígio político e social para os chefes de cada vilarejo Mas se os desmembramentos dos Municípios ficaram sendo a constante ambição dos elementos ligados aos distritos mais prósperos em cada circunscrição comunal, por outro lado constituíram também um recurso dos governos centrais, ora para premiar ou para punir atitudes e campanhas, ora ainda para acomodar dissídios e lutas entre grupos do mesmo Município quando ambos ligados à situação estadual E êste movimento de cissiparidade continua no quadro municipal, sem nenhuma dependência de fatores sociais e econômicos que deveriam ser os únicos a influir no desdobramento comunal, criou e agrava dia a dia, como já vimos, essa situação de penúria, apagada e apática, da vida municipal E essa situação não a poderiam hoje modificar os próprios municípios entregues a si mesmos, pois que não teriam mais fôrça e prestígio para isso e tanto menos quanto essa estreita vida local é, as mais das vêzes, eriçada de rivalidades entre as circunscrições vizinhas, que assim não podem experimentar, espontâneamente, sequer a fôrça das coligações regionais Nem tentariam modificá-la, tão pouco, os governos estaduais, por isso que nessa fragmentariedade, nessa fraqueza e nessa falta de solidariedade encontram o *optimum* de facilidades ao absoluto domínio da organização municipal

E a conclusão de tais fatos é que o único corretivo a tão grande defeito da nossa organização, que alheia da grande vida nacional uma das fôrças a lhe deverem constituir o ternário básico, só poderá provir de dispositivos das novas Constituições estaduais, que determinem a articulação, a solidarização de grupos de Municípios, tomando por base suas afinidades geográficas e econômicas, — e segundo um critério geral de área, que é fácil de fixar e garante a equivalência de possibilidades, — em super-organismos localistas, capazes de dar expressão política superior e eficaz à vida comunal do país

Finalmente, quanto à sétima das falhas retro enumeradas, resultante do deficiente contrôle e estímulo sob que funcionam os órgãos federais e estaduais de ação executiva nos Municípios, percebemos, fàcilmente, que o remédio estará na regionalização ou sub-regionalização sistemática da administração federal e estadual, estabelecendo centros intermediários, de coordenação, contrôle e distribuição, entre as repartições-chefes de cada serviço e os órgãos locais afetos à sua execução

A solução do problema Os resultados dessa análise e as conclusões a que temos chegado não nos bastam ainda Percebemos já que o nosso problema tem solução e apreendemos com bastante nitidez as realizações que carecemos de levar a efeito Mas precisamos agora ir um pouco além, articulando as soluções parciais obtidas, num esquema geral de medidas que consubstancie o plano fundamental da ação renovadora que se impõe ao país pela dinamização e reerguimento das populações rurais, tanto vale dizer pela socialização integral da comunidade nacional, socialização que só se poderá realizar através de um municipalismo saneado, condicionado aos seus fins e às exigências da vida brasileira

Mas aquí uma grata surpresa se nos depara. Como tôdas as soluções racionais evolutivas, com raízes na história e na experiência, a que

procuramos apresenta-se de extrema simplicidade Quando talvez vos preparáveis para examinar um plano consubstanciado em grande número de itens, eu vos coloco sob os olhos simplesmente isto: a renovação de que o Brasil carece há de conseguir-se essencialmente por duas únicas medidas — o agrupamento das comunas constituindo os departamentos, como entidades intermediárias entre a organização estadual e a municipal, e o estabelecimento por meio de uma ou várias Convenções Inter-administrativas, entre a União, os Estados e os Municípios, dos grandes sistemas nacionais que, respeitado o princípio fundamental da recíproca autonomia, instituam, com base na colaboracão harmônica e contratualmente firmada, a necessária unidade, virtualidade e compreensividade dos serviços públicos de asistência educativa, econômica e médico-social à comunhão pátria

Ides ver como neste binário se contém tôda a solução do problema que nos propusemos.

Pela criação dos departamentos, super-organismos municipais, informados essencialmente pelo princípio do *self-government*, isto é, da autonomia localista, estariam conseguidos os seguintes fins:

I — Os Municípios se solidarizariam numa espécie de associação, ou federação primária, a que transfeririam uma pequena parcela da sua atual autonomia, e isto constituiria nada menos que u'a manifestação dessa mesma autonomia, estabelecendo assim um aparêlho governamental destinado a centralizar, racionalizar, padronizar, intensificar e financiar os serviços estritamente municipais, ficando tudo que fôsse preparação, direção superior, abastecimento de recursos, realizações novas, a cargo dos órgãos técnicos departamentais, e tudo que consistisse em conservação, a cargo da administração pròpriamente municipal E estabelecido assim, no departamento, o círculo fundamental, equilibrado, estável e cheio de vitalidade, da autonomia localista, pouco importaria que as unidades comunais se reduzissem em extensão e em recursos pela divisão, pois que para lhes suprir a fraqueza teriam ao seu serviço a fôrça do consórcio departamental O que quer dizer que a tendência à fragmentação, no quadro municipal, em vez de ser um mal, a anulação do municipalismo, o apagamento da influência que ao espírito localista compete exercer na vida nacional, passaria a ser um bem, por isso que contribuiria para difundir, para interiorizar, para ruralizar, cada vez mais penetrantemente, as fôrças de civilização cujos impulsos, sempre de alto potencial, partissem das sedes departamentais ou nelas se apoiassem, multiplicando ùtilmente os centros de ação administrativa direta e de formação cívica da comunidade através da constituição e do funcionamento dos novos conselhos municipais

II — Formar-se-iam nos departamentos, com elementos selecionados nos Municípios, na escala de funções dos vários serviços administrativos e técnicos, os funcionários especializados que devessem servir à testa das administrações municipais.

III — O Govêrno departamental, como principal expressão da autonomia municipal, e tanto no seu órgão executivo, digamos o Prefeito Departamental, quanto no órgão legislativo, o Conselho Departamental, teria origem no voto dos Conselhos Municipais, cabendo ainda a estes, numa segunda manifestação de autonomia localista, fiscalizar as atividades dos Intendentes, ou administradores municipais, delegados do Govêrno Departamental, aprovar a sua nomeação, pedir a sua retirada, propor medidas ao Conselho Departamental, fiscalizar, colaborando com os órgãos de direção respectivos, os serviços — mantidos coletivamente pela União, Estados e Departamentos — que nos Municípios prestassem a tríplice assistência — educativa, econômica e médico-social — às respectivas populações.

IV — Enfeixados na economia do Govêrno do Departamento recursos apreciáveis da economia das respectivas circunscrições municipais mas não retirados das rendas destas e sim do atual campo tributário do Estado, o financiamento das obras de vulto, a serem distribuídas equitativamente pelos municípios associados, ficaria tanto mais facilitado quanto o crédito da nova entidade estaria na razão das fôrças daquela economia e tenderia a crescer em função dêsses mesmos melhoramentos pelo conseqüente enriquecimento da coletividade departamental.

V — A influência departamental, alicerçada em sólidos fundamentos sociais, econômicos e políticos, far-se-ia sentir sensìvelmente no meneio da vida nacional, cujo ternário de fôrças promotivas ficaria assim integrado, na mais completa realização da forma federativo-republicana que o Brasil adotou para a sua organização política

VI — A regionalização dos serviços estaduais e federais já então fortemente sugerida e mesmo solicitada, pela divisão departamental, integraria e racionalizaria nas sedes departamentais as condições de vida capazes de transformá-las nos verdadeiros núcleos urbanísticos de que o Brasil precisa e sem cuja proximidade, ou melhor, sem cuja existência no seu interior, em rede de malhas uniformes e apertadas, a vida rural brasileira não se pode organizar e sanear convenientemente, articulando-se orgânicamente às demais formas da vida coletiva da nacionalidade

VII — Melhorada e impulsionada, em todos os sentidos, a vida dos municípios integrados no sistema departamental, já agora em contacto próximo com um centro de civilização, mas não por êle explorada e dessangrada, mas melhorada e amparada fortemente, o êxodo rural se atenuaria logo, por isso que o ambiente agrário começaria a oferecer em escala crescente as mais brilhantes possibilidades de êxito às inteligências e aos temperamentos capazes de uma atividade mais esclarecida, mais larga, mais audaciosa.

VIII — Os adiantados centros culturais e econômicos, em que ràpidamente se transformariam as sedes departamentais teriam meios de formar e reter, com brilhantes perspectivas de êxito social e econômico, os valores humanos capazes de criar a adiantada civilização interior de que tanto carecemos e sem a qual ou o Brasil desapareceiá ou vegetará sempre caudatário entre os povos guieiros da humanidade, êle, nação indubitàvelmente predestinada para os mais destacados postos de vanguarda

IX — A existência dos ditos centros atrairia também a interiorização das unidades do Exército, provocando com isso uma distribuição mais equitativa da vultosa circulação de riqueza que elas provocam e possibilitando ao próprio Exército o desempenho da sua missão educativa, quiçá em colaboração íntima com os sistemas gerais que concomitantemente se instituissem para o ataque frontal aos três grandes males da organização brasileira, a incultura, o rudimentarismo da economia rural e a doença

X — O escoamento das rendas locais para fins eleitorais teria um freio poderoso, primeiro na separação entre a política e a administração na vida municipal e, depois, no mútuo contrôle que municípios e departamentos exerceriam, já não falando da influência da opinião pública que se iria organizando ràpidamente nas sedes departamentais, ao que se pode juntar a elevação da mentalidade das populações pelo intenso trabalho das fôrças de civilização que sôbre elas convergente e simultâneamente viriam exercer-se em grau ainda nunca atingido mesmo nos pontos mais adiantados do país

Isto quanto à organização departamental

Pelo que toca à solidarização convencional das três esferas governamentais para o fim da assistência social de que as populações brasileiras teem estado até agora quase totalmente privadas, vemos que, completando harmônicamente os objetivos a alcançar pelo primeiro têrmo do binário do nosso programa, asseguraria ela os seguintes resultados

Em primeiro lugar Pela forma convencional estabelecer-se-ia o único meio pelo qual, respeitadas as autonomias em presença, e precisamente em decorrência delas, os três planos governamentais se poderiam integralmente solidarizar para uma obra comum, em convergência orgânica e efetiva de diretrizes e de atividades executivas De fato, por êste adequado regime, instituído por livre vinculação contratual, é que ùnicamente se poderiam diferenciar racionalmente os campos de competência da União, Estados e Municípios, segundo as "funções" mais próprias a cada qual na economia do sistema instituendo, postas de lado as artificiais e inoperantes diferenciações visando o paralelismo e a interindependência, seja em têrmos das modalidades ou graus da assistência, seja sob critérios territoriais Vale isto dizer que à União se reservaria, quer a instituição das condições nacionais mais propícias às atividades do sistema; quer a criação das facilidades — e são inúmeras — ao seu alcance para atuação dos diferentes órgãos executivos; quer a criação e manutenção daqueles grandes aparelhos, institutos ou serviços oficiais de grande custo exigidos pelo plano a executar, e que devessem ser capazes de servir aos fins nacionais de tôda a obra projetada; quer, ainda, a aquisição em larga escala e distribuição regional dos materiais padronizados de tôda espécie que os serviços reclamassem; quer, finalmente, o contrôle superior, por adequada ordenação *nacional*, do sistema pôsto a funcionar Aos Estados, por sua vez, poderiam atribuir-se a administração dos sub-sistemas regionais e a instituição, custeio e fiscalização administrativa das agências e órgãos executivos sistemàticamente distribuídos por todos os Municípios, e em medida e condições capazes de satisfazer integralmente às necessidades dos respectivos corpos sociais E, aos Municípios, por fim, ficaria, pelos órgãos da sua autonomia, além da criação das vantagens e do concurso ao alcance da sua órbita governamental, o contrôle social das atividades do sistema, fazendo-lhe ressaltar as falhas, deficiências e irregularidades quaisquer, em representação aos competentes centros de direção, de maneira que, sob as vistas e as exigências dos agentes mais diretos da própria vontade e sentimento popular, as atividades do sistema estivessem permanentemente ajustadas aos seus fins, ou seja, às necessidades de tôda a comunhão social Mas além dessa organicidade do sistema assistencial a instituir, ocorreria ainda a possibilidade, que de nenhuma outra forma se conseguiria, de dar à obra a realizar alcance verdadeiramente nacional, não sòmente pela unidade a informar a sua complexidade e diferenciação inevitáveis, mas ainda e, sobretudo, pelo fato de instituir a comunhão dos recursos financeiros e permitir a sua equitativa distribuição em função das reais necessidades do corpo social considerado como um grande todo, o que quer dizer, não mais em condições de manter e agravar os desnivelamentos e as desigualdades entre regiões ou classes, mas de contrabater e corrigir ràpidamente todos êsses fatores de deformação da nacionalidade

Em segundo lugar Se já ficou evidenciado que os consórcios convencionais são o único meio para se conseguir a solução desejada, tanto sob o ponto de vista jurídico como sob o ponto de vista técnico, para a integração da vida nacional pela interiorização, pela municipalização, pela ruralização dos serviços de assistência educativa, econômica e sanitária, fôrça é concluir também que sòmente segundo tal diretiva se poderá conseguir o financiamento da obra formidável a executar Esta não requer sòmente, para atingir o potencial de eficiência que se faz mister, a multiplicação das atuais agências daquelas modalidades de assistência Preciso é também que tais agências sejam remodeladas, vitalizadas, equipadas, para que se corrijam suas extensas e profundas deficiências atuais Preciso é ainda que a sua ação seja suplementada por inúmeras formas de atuação assistencial, exigindo centros e meios de ação de novos tipos E' preciso ainda que se organizem grandes institutos que observem, investiguem e elabo-

rem os métodos e a técnica, e padronizem, adquiram ou preparem e distribuam os materiais que melhor convenha ao Brasil aplicar na obra de valorização social que deve empreender, tendo em vista a racionalização e a eficiência dos esforços a empregar e as condicionantes inelutáveis do meio telúrico e humano Ora, isso nunca poderiam fazer isoladamente as anêmicas finanças das nossas três ordens governamentais Mas a cooperação, a solidariedade, a união, enfim, faz das três fraquezas uma grande fôrça As quotas de que a Federação, os Estados e os Municípios poderiam dispor para a obra social que temos em vista, digamos, em relação às suas "rendas de impostos", 15% para a União e os Municípios e 25% para os Estados, ou sejam aproximadamente cousa de uns 500 mil contos, já permitiriam que se lançasse a fundo, em direção a todos os seus objetivos essencias e com a característica de generalidade que a justiça social exige, a tríplice assistência às populações brasileiras E tanto mais quanto o concurso da iniciativa particular e da filantropia, mercê de Deus, não no-lo faltaria E tanto mais quanto, ainda, a unidade de plano — de plano, que não de atuação — e a padronização devem acarretar um custo sensìvelmente baixo Ocorrendo, mais, a melhoria de rendimentos e, por conseguinte, novo barateamento daquelas atividades inteligentemente orientadas para múltiplo efeito, graças à convergência e à solidariedade das três fundamentais modalidades que as devem constituir, e mercê, ainda, do concurso de outras fôrças sociais, como, por exemplo, o das classes armadas, que pode chegar a ter, se esclarecida e patriòticamente estabelecido, um alcance deveras inestimável.

Em terceiro lugar, finalmente Não é só jurídica e tècnicamente, não é só financeiramente que a solidarização convencional das três ordens governamentais constitui o recurso necessário, o único recurso possível, e, portanto, o recurso urgentíssimo, para executar-se a verdadeira estruturação da nacionalidade Porque social e politicamente é êsse ainda o recurso salvador. Tão defeituosamente diferenciada está a massa demográfica brasileira, que ela não tem nem pode ter a consciência da sua unidade social e política. Socialmente, predominam o espírito e sentimento de classe, quando não o de grupo, o de clientela ou mesmo apenas o de família. E politicamente prevalecem os particularismos regionalistas ou localistas Num e noutro caso uma dissociação profunda, antagonismos radicais, impercepção das possibilidades excelsas, e mesmo premente necessidade, da gravitação harmoniosa de todos os agrupamentos sociais e políticos em círculos concêntricos, tendente à formação das grandes pátrias conscientes dos seus destinos nacionais e humanos. Conjugados, no entanto, por um adequado sistema de vínculos contratuais, os três grandes aparelhos governamentais, para realizar, sob a inspiração dos mais altos e generosos ideais de solidariedade humana, a grande obra de resgate dos velhos erros que infelicitam e amesquinham a nossa gente, ter-se-ia então êste maravilhoso resultado — a comunhão nacional integrada na plenitude da sua consciência cívica Primeiro, pela rápida ascensão dos seus valores, mentais e morais; segundo, pela percepção das possibilidades e belezas da solidariedade social; e terceiro, pela compreensão da interdependência e da cooperação efetiva das três ordens governativas, que deixariam de constituir, como até agora, uma humilhante escala de subordinação, compressão e espoliação, para aparecerem na plenitude dos seus destinos políticos, como as fôrças necessárias, eficazes, harmônicamente colaboradoras e conjuntamente promotoras do bem público. E se através dêsse objetivo panorama da unidade nacional o povo chegaria ràpidamente, por sem dúvida, à consciência dos seus destinos sociais e políticos, por outro lado, a prática da cooperação e a aproximação, nos supremos concílios da nacionalidade, das três ordens de govêrno, dariam a estas o sentimento mais vivo dos seus deveres, a consciência da sua mútua mas harmônica autonomia, da sua igual dignidade, ao mesmo tempo que a mais exata e mais perfeita apreensão das necessidades do corpo social, das suas aspirações e dos imperativos dos destinos nacionais.

Conclusão Senhores, vamos concluir O quadro da realidade brasileira, que procuramos fixar, é sem dúvida sombrio. O panorama que contemplamos do ponto de observação a que subimos, oferece-nos perspectivas penosas Nele podem vislumbrar-se, é verdade, clareiras inundadas de luz, oasis fecundos, alguns vales risonhos Mas como tivemos o intuito apenas de acentuar as linhas gerais, não era nossa preocupação deter o olhar sôbre êsses sítios de exceção Bem sabemos o que a civilização brasileira tem conquistado. Aqui e ali, realizações admiráveis na esfera federal, no plano estadual, no círculo municipal Os aspectos sombrios oferecem, mercê de Deus, algumas soluções de continuidade. Mas tomado o Brasil no seu conjunto, o quadro que procuramos ver sem vidros de aumento não inspira otimismo e, se não justifica desânimo, sacode o nosso patriotismo.

Sentimos bem que o Brasil é de fato o "país a organizar" de que nos falou FIDELIS REIS, sob inspiração evidente de ALBERTO TÔRRES E organizar o Brasil é a tarefa urgente, áspera, difícil a que intemeratamente, resolutamente, denodadamente, com tôdas as energias da inteligência e do coração, todos os brasileiros nos devemos dedicar. E eis porque, ao grande esfôrço nesse sentido, que são as patrióticas jornadas ruralistas da Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, julguei que se poderia juntar a mais modesta das contribuições — êste mal ataviado estudo A minha fraca visada, por me faltar a envergadura de sociólogo, jurista e estadista que o tema assoberbante exigia, não lhe pôde assinalar seguramente tôdas as características E' possível mesmo que me tenha eu equivocado em mais de um ponto Mas, por seguro, não estarão essencialmente erradas as conclusões a que chegamos O quadro é tão objetivo, tão nítido que, não obstante qualquer êrro parcial de visão, nossas conclusões estarão essencialmente exatas.

E se assim é, valha-me esta oportunidade única na minha vida, em que me sinto no mais íntimo contacto com as fôrças de reconstrução do Brasil, com a sua renovadora mentalidade ruralista, com a sua vida comunal, para dirigir, a vós, que me dais a honra de ouvir, e a todos os brasileiros a que possa chegar a minha voz graças à ressonância maravilhosa dêste ambiente, um vibrante, veemente e desesperado apêlo

Concidadãos! Façamos o Brasil de amanhã, o Brasil feliz de todos os brasileiros, um Brasil orgulho da América, diadema da humanidade. Não nos falta a matéria prima — riquezas naturais e riquezas humanas O que nos falta apenas é "organização" Organização social, organização econômica, organização política Mas sobretudo organização do Brasil-município, do Brasil-rural

Trabalhemos sem desfalecimentos, lutemos sem tréguas para conquistar essa organização. Façamos, Brasileiros, façamos o nosso Brasil, antes que seja tarde... antes que o Brasil se desfaça .

BRASIL

O comércio interior do açúcar na véspera da guerra mundial

As diferentes estatísticas econômicas que estão sendo levantadas pela administração pública não representam as partes, mùtuamente coordenadas, de um único plano orgânico de apuração, destinado a fornecer a visão do conjunto da economia nacional e a permitir ao mesmo tempo a percepção dos seus aspectos particulares

Êsses inquéritos, pelo contrário, surgiram em correspondência a exigências diversas, em épocas diferentes e por iniciativa de órgãos que agiam independentemente uns dos outros.

Assim, as estatísticas do comércio exterior foram, no início, apenas apurações de registros de contrôle fiscal das trocas com países estrangeiros; as do comércio interior por via marítima e fluvial nasceram da fiscalização da navegação de cabotagem; as da produção agrícola em parte derivaram da necessidade em que se achavam os governos de conhecer, pelo menos aproximadamente, as disponibilidades de gêneros indispensáveis para a própria existência do povo, e em parte — e mais tarde — foram promovidas pela organização da disciplina de mercados internacionais e nacionais; as da produção industrial tiveram origem na aplicação das providências para a tutela dos recursos do sub-solo e a vigilância da sua exploração, na apuração da produção de gêneros submetidos ao imposto de consumo, nas exigências da defesa nacional; as dos consumos industriais e individuais foram instrumentos, respectivamente, da política econômica e da social

A própria multiplicação de inquéritos econômicos estreitamente relacionados entre si, embora procedentes de órgãos diversos, pôs em evidência a oportunidade de uma coordenação recíproca entre êsses inquéritos, coordenação essa que, de outro lado, desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi uma das tarefas fundamentais previstas no programa de ação dêste órgão regulador e destinadas a se realizar no menor prazo possível

O Instituto não sòmente está cuidando do aperfeiçoamento e da coordenação das estatísticas existentes, como também está procurando preencher as lacunas que se observam no quadro estatístico da economia nacional, mediante a realização de novos inquéritos

Entre estes, um dos mais notáveis e úteis é o referente ao comércio interior por via terrestre, iniciado em 1939 e continuado e melhorado nos anos seguintes, apesar das dificuldades inerentes à própria natureza dêsse domínio de pesquisa.

Até 1938 as trocas de produtos entre as diversas Unidades da Federação eram conhecidas sòmente na parte realizada pela navegação de cabotagem; escapavam a tôda estatística as consideráveis trocas efetuadas por via terrestre; ficavam portanto ignoradas — se não na sua própria existência, na sua quantidade — grandes correntes comerciais que seguem esta via Estados inteiros, inclusive o de Minas Gerais, com economia ampla e multiforme, não apareciam, em virtude da sua situação geográfica, na estatística geral do comércio interior

A partir de 1939, tornou-se possível, mercê dos novos levantamentos iniciados pelo Instituto, uma visão quasi completa das correntes do comércio interior, como consta, num exemplo particular, dos dados referidos no comunicado nº 5 da série "Estudos especializados de interêsse para a defesa nacional", acêrca da circulação do algodão em pluma.

Outro exemplo será oferecido no presente comunicado, com referência ao comércio interior de outro importante produto brasileiro, o açúcar O objetivo do estudo é determinar a situação do comércio interior na véspera da segunda guerra mundial, seja para preparar elementos destinados a integrar um próximo estudo sôbre a produção, circulação e consumo do açúcar no Brasil, paralelo ao já realizado, e citado acima, referente ao algodão; seja para predispor convenientes referências para o estudo das perturbações que a guerra trouxe nas correntes do comércio açucareiro

Os dados que serão expostos foram obtidos mediante coordenação das informações contidas na estatística do comércio de cabotagem, compilada pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, na estatística do comércio interestadual por via terrestre, compilada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e no *Anuário Açucareiro*, compilado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool

A Estatística do comércio de cabotagem discrimina as trocas interestaduais de açúcar segundo a procedência e segundo o destino, separadamente A quantidade total registrada em 1939 é de 426 408 toneladas

O *Anuário Açucareiro* dá, para o mesmo ano, um total de 418 179 toneladas exportadas por via marítima e fluvial, que difere apenas de 4% do total da cabotagem Também na discriminação das procedências as diferenças entre as duas fontes não são relevantes, como consta da seguinte comparação, limitada às procedências principais:

PROCEDÊNCIA	EXPORTAÇÃO (em toneladas)	
	Estatística da cabotagem	Anuário Açucareiro
Pernambuco	251 137	247 603
Alagoas	106 825	102 542
Sergipe	28 818	28 610
Distrito Federal	10 550	10 448
Baía	9 088	9 066
Rio de Janeiro	8 852	9 270
Paraíba	5 231	5 292

No *Anuário Açucareiro* não sòmente estão especificadas as procedências e os destinos das exportações, mas também aparece a discriminação do comércio interior segundo essas circuns-

tâncias combinadas, que não consta dos dados publicados da estatística da cabotagem. Para aproveitar essas valiosas informações, adotamos os dados do *Anuário* em substituição aos da estatística da cabotagem, julgando lícito êste arbítrio em vista das pequenas divergências entre as duas fontes

No que diz respeito ao comércio por via terrestre, na estatística de 1939, compilada pelo Instituto, faltam os dados referentes às exportações do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal Para estas duas Unidades da Federação adotamos os dados contidos no *Anuário Açucareiro* Introduzimos uma considerável retificação nos dados da referida estatística para o Estado de Alagoas, reduzindo de 21 549 a 1 470 toneladas a exportação por via terrestre; a diferença corresponde a quantidades que saem de Alagoas por via férrea e rodoviária, sendo depois embarcadas, pela maior parte, no Recife, para outros destinos e aparecendo na estatística da cabotagem como procedentes de Alagoas, de modo que a sua inclusão no comércio terrestre determinaria um duplo cômputo Para os demais Estados aceitamos, sem modificações, os dados da referida estatística [1] Tanto esta como o *Anuário Açucareiro* discriminam as exportações por via terrestre segundo a procedência combinada com o destino

Ficamos, portanto, habilitados a organizar os dois quadros gerais que figuram nas tabelas I e II

A tabela I dá, para cada Unidade da Federação, as exportações, discriminando-as segundo o destino

A tabela II dá, para cada Unidade da Federação, as importações, discriminando-as segundo a procedência.

E' claro que os elementos das duas tabelas são os mesmos, mas diversamente grupados; e justamente a diferença do critério de grupamento atribui valor informativo próprio a cada uma das duas tabelas

Na tabela III os dados da I e da II estão resumidos segundo as regiões fisiográficas e para o conjunto do Brasil.

Na tabela IV indica-se, para cada Unidade ou região, a exportação, a importação e a diferença entre esta e aquela

Como consta da tabela III, o total das trocas de açúcar entre as Unidades da Federação, em 1939, ascendeu a cêrca de 556 000 toneladas, que correspondem a pouco mais que a metade da produção normal do Brasil no período considerado.

[1] Adotamos os dados da estatística do comércio interestadual, de preferência aos referidos no *Anuário Açucareiro*, porque nos pareceram mais completos Veja-se a seguinte comparação:

PROCEDÊNCIA	EXPORTAÇÃO (em toneladas)	
	Estatística do comércio interestadual	Anuário Açucareiro
Minas Gerais	27 812	3 007
São Paulo	25 527	13 926
Pernambuco.	4 037	—
Santa Catarina	3 282	—
Espírito Santo	2 488	—

A estatística do comércio interior, mostrando-nos que uma fração muito considerável da produção total de açúcar é transferida para Unidades da Federação diversas das produtoras, dá-nos uma idéia adequada da importância destas correntes comerciais na economia do país. E justamente essa importância valoriza, por sua vez, a respectiva estatística

Depreende-se do exame da tabela III que a principal região exportadora é a do Nordeste, com cêrca de 338 000 toneladas de excedente das exportações sôbre as importações Nas demais regiões, as importações excedem as exportações; o maior excedente de importação é o do Sul, que atinge 241 000 toneladas; é notável também o do Leste com 72 000; são relativamente pequenos os excedentes do Norte, de 18 000 toneladas, e do Centro-Oeste, de 7 000[2].

A tabela I permite localizar as Unidades da Federação exportadoras de açúcar e verificar os rumos das suas exportações

No Nordeste, os grandes exportadores são os Estados de Fernambuco, com 252 000 toneladas de exportação e 250 000 de excedente da exportação sôbre a importação, e de Alagoas, com 104 000 toneladas de exportação, e com o excedente da exportação sôbre a importação, quasi nulo

No Este encontram-se dois notáveis Estados exportadores, o do Rio de Janeiro, com uma exportação de 63 000 toneladas e um excedente da exportação sôbre a importação de 34 000, e o de Sergipe, com uma exportação de 30 000 toneladas e um excedente da exportação sôbre a importação de 30 000. A exportação do Estado de Minas Gerais ascende a 28 000 toneladas, mas é excedida pela importação; a do Distrito Federal a 27 000, mas é também, e em medida muito maior, excedida pela importação

No Sul o único Estado com exportação notável, 26 000 toneladas, é o de São Paulo, que, entretanto, recebe uma importação muito maior

Considerando, em ordem decrescente de importância, as principais Unidades exportadoras, discriminamos, a seguir, a exportação por via terrestre:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXPORTAÇÃO (toneladas)	
	Total	Via terrestre
Pernambuco	251 640	4 037
Alagoas.	104 012	1 470
Rio de Janeiro	62 502	53 232
Sergipe.	29 800	1 190
Minas Gerais	27 812	27 812
Distrito Federal	27 323	16 875
São Paulo	25 527	25 527

Em conjunto, a exportação por via terrestre constitui cêrca de um quarto do total da exportação interior (138 042 sôbre 556 221 toneladas; veja-se a tabela III) Mas para algumas Unidades da Federação representa a totalidade ou a maior fração da exportação. Sem a estatística

[2] Os saldos regionais, referidos no texto em forma aproximada, são especificados com maior precisão na tabela IV, que indica também o saldo para cada Unidade da Federação.

do comércio por via terrestre, ficariam totalmente desconhecidas as importantes correntes de exportação mineira e paulista e seria conhecida apenas uma pequena fração da corrente fluminense, ainda mais importante

A tabela II permite localizar as Unidades da Federação importadoras de açúcar e verificar as procedências das suas importações.

No Norte, o principal Estado importador é o Pará, com 12 000 toneladas de importação e 11 000 de excedente da importação sôbre a exportação

No Este, o grande importador é o Distrito Federal, com 142 000 toneladas de importação e 115 000 de excedente da importação sôbre a exportação; é também forte importador o Estado de Minas Gerais, com 43 000 toneladas de importação, mas com apenas 15 000 de excedente da importação sôbre a exportação O Estado do Rio de Janeiro importa 29 000 toneladas, mas exporta muito mais

No Sul, o maior importador é o Estado de São Paulo, com 161 000 toneladas de importação e 136 000 de excedente da importação sôbre a exportação, mas é grande importador também o Rio Grande do Sul, com 77 000 toneladas de importação e de excedente da importação sôbre a exportação (sendo esta quasi nula). O Paraná tem uma importação pouco superior a 29 000 toneladas e um excedente da importação sôbre a exportação pouco inferior a essa cifra

Considerando, em ordem decrescente de importância, as principais Unidades importadoras, discriminamos, a seguir, como foi feito em referência à exportação, a importação por via terrestre:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	IMPORTAÇÃO (toneladas)	
	Total	Via terrestre
São Paulo	161 157	17 675
Distrito Federal	142 240	30 062
Rio Grande do Sul	77 093	80
Minas Gerais	42 720	42 445
Paraná	29 470	9 627
Rio de Janeiro	28 622	21 991
Pará	12 347	—

A via terrestre tem uma função importante no abastecimento não sòmente dos Estados mediterrâneos como Minas Gerais, mas também de outras Unidades, como em particular os Estados do Rio de Janeiro e do Paraná e o Distrito Federal.

De acôrdo com o objetivo principal do presente estudo, que é o de ilustrar a utilidade da estatística do comércio interior, achou-se interessante construir, com base nos dados das tabelas I e II, a tabela V, que indica o saldo do comércio interior de açúcar nas trocas entre duas quaisquer Unidades da Federação.

Em cada coluna desta tabela estão indicados os saldos verificados nas trocas entre a Unidade especificada no cabeçalho da própria coluna e as Unidades especificadas no início das diferentes linhas do quadro Por exemplo, a indicação — 87 975 no cruzamento da coluna de Pernambuco com a linha de São Paulo, significa que as trocas entre os dois Estados deixam um saldo passivo (excedente de exportação) de 87 975 toneladas para Pernambuco O mesmo resultado está exposto em forma complementar no cruzamento da coluna de São Paulo com a linha de Pernambuco, onde a indicação + 87 975 significa que as trocas entre os dois Estados deixam um saldo ativo (excedente de importação) de 87 975 toneladas para São Paulo.

Em baixo de cada coluna, a soma algébrica dos saldos da coluna dá o excedente de exportação (valor negativo) ou de importação (valor positivo) da respectiva Unidade. Por exemplo, na coluna de Pernambuco, o saldo é de ... . — 250 265 toneladas (excedente de exportação); na de São Paulo, é de + 135 630 toneladas (excedente de importação)

E' quasi supérfluo advertir que os excedentes da importação interior não correspondem sempre a quantidades destinadas para o consumo dos Estados em que aparecem êsses excedentes Em parte, e às vezes na totalidade, podem corresponder a quantidades destinadas para a exportação exterior, como será mostrado em próximo estudo sôbre a produção, a circulação e o consumo do açúcar no Brasil

No domínio particular das estatísticas referentes ao açúcar e ao álcool, o Instituto do Açúcar e do Álcool realizou obra altamente meritória, trabalhando para a coordenação e a integração dos dados fornecidos por diversas fontes, e efetuando, de sua parte, novos levantamentos

O aperfeiçoamento da estatística do comércio interior está tornando mais profícuo êsse trabalho, permitindo melhor contrôle recíproco dos dados de várias fontes e fornecendo maiores informações

Quando, por outro lado, essa estatística fôr verdadeiramente completa, tornar-se-á possível efetuar pesquisas, como a exemplificada no presente estudo, em relação a muitos produtos, essenciais para a existência e a defesa nacional, cujas trocas interiores foram até agora conhecidas apenas em parte, com grandes lacunas, prejudiciais ao desenvolvimento das atividades econômicas e administrativas

COMÉRCIO INTERIOR DE AÇÚCAR — 1939

I — Exportação, segundo as Unidades da Federação de procedência e de destino

PROCEDÊNCIA E DESTINO	EXPORTAÇÃO (toneladas)			PROCEDÊNCIA E DESTINO	EXPORTAÇÃO (toneladas)		
	Via terrestre	Via marítima e fluvial	Total		Via terrestre	Via marítima e fluvial	Total
AMAZONAS	813	127	940	PARÁ	—	1 530	1 530
Acre	130	121	251	Acre	—	191	191
Pará	—	3	3	Amazonas	—	447	447
Maranhão	—	0	0	Maranhão	—	217	217
Mato Grosso	683	3	686	Ceará	—	631	631

COMÉRCIO INTERIOR DE AÇÚCAR — 1939

I — Exportação, segundo as Unidades da Federação de procedência e de destino

PROCEDÊNCIA E DESTINO	EXPORTAÇÃO (toneladas) Via terrestre	Via marítima e fluvial	Total
Espírito Santo	—	11	11
Distrito Federal	—	30	30
Mato Grosso	—	3	3
MARANHÃO	**12**	**—**	**12**
Piauí	11	—	11
Goiaz	1	—	1
CEARÁ	**11**	**—**	**11**
Piauí	7	—	7
Paraíba	3	—	3
Pernambuco	1	—	1
RIO G. DO NORTE	**3**	**863**	**866**
Acre	—	12	12
Pará	—	331	331
Maranhão	—	56	56
Ceará	—	108	108
Paraíba	3	—	3
Pernambuco	0	—	0
Espírito Santo	—	71	71
Rio de Janeiro	—	285	285
PARAÍBA	**289**	**5 292**	**5 581**
Amazonas	—	579	579
Pará	—	389	389
Maranhão	—	272	272
Piauí	3	427	430
Ceará	247	997	1 244
Rio Grande do Norte	28	98	126
Pernambuco	11	—	11
Distrito Federal	—	1 074	1 074
São Paulo	—	1 186	1 186
Rio Grande do Sul	—	270	270
PERNAMBUCO	**4 037**	**247 603**	**251 640**
Acre	—	52	52
Amazonas	—	5 490	5 490
Pará	—	6 741	6 741
Maranhão	—	2 321	2 321
Piauí	17	2 270	2 287
Ceará	638	4 827	5 465
Rio Grande do Norte	575	638	1 213
Paraíba	2 749	456	3 205
Alagoas	14	0	14
Baía	44	4 657	4 701
Minas Gerais	—	275	275
Espírito Santo	—	494	494
Rio de Janeiro	—	5 940	5 940
Distrito Federal	—	75 256	75 256
São Paulo	—	87 975	87 975
Paraná	—	5 881	5 881
Santa Catarina	—	1 047	1 047
Rio Grande do Sul	—	43 206	43 206
Mato Grosso	—	77	77
ALAGOAS	**1 470**	**102 542**	**104 012**
Acre	—	66	66
Amazonas	—	1 200	1 200
Pará	—	808	808
Maranhão	—	315	315
Piauí	—	160	160
Ceará	—	987	987
Rio Grande do Norte	—	326	326
Paraíba	149	—	149
Pernambuco	1 218	84	1 302
Sergipe	22	2	24
Baía	81	612	693
Espírito Santo	—	1 872	1 872
Rio de Janeiro	—	216	216
Distrito Federal	—	26 298	26 298
São Paulo	—	45 493	45 493
Paraná	—	2 670	2 670
Santa Catarina	—	378	378
Rio Grande do Sul	—	20 978	20 978
Mato Grosso	—	77	77

PROCEDÊNCIA E DESTINO	EXPORTAÇÃO (toneladas) Via terrestre	Via marítima e fluvial	Total
SERGIPE	**1 190**	**28 610**	**29 800**
Pará	—	3 725	3 725
Maranhão	—	1 261	1 261
Ceará	—	888	888
Rio Grande do Norte	—	4	4
Pernambuco	40	—	40
Alagoas	102	55	157
Baía	1 048	1 654	2 702
Espírito Santo	—	2 468	2 468
Rio de Janeiro	—	60	60
Distrito Federal	—	5 572	5 572
São Paulo	—	3 275	3 275
Paraná	—	3 918	3 918
Santa Catarina	—	675	675
Rio Grande do Sul	—	5 055	5 055
BAÍA	**43**	**9 066**	**9 109**
Pará	—	350	350
Maranhão	—	472	472
Piauí	4	—	4
Ceará	—	78	78
Pernambuco	21	—	21
Minas Gerais	18	—	18
Espírito Santo	—	81	81
Distrito Federal	—	2 947	2 947
São Paulo	—	3 473	3 473
Paraná	—	195	195
Santa Catarina	—	144	144
Rio Grande do Sul	—	1 326	1 326
MINAS GERAIS	**27 812**	**—**	**27 812**
Baía	37	—	37
Espírito Santo	202	—	202
Rio de Janeiro	21 135	—	21 135
Distrito Federal	1 674	—	1 674
São Paulo	3 779	—	3 779
Paraná	3	—	3
Rio Grande do Sul	0	—	0
Goiaz	961	—	961
Mato Grosso	21	—	21
ESPÍRITO SANTO	**2 488**	**—**	**2 488**
Minas Gerais	2 479	—	2 479
Rio de Janeiro	9	—	9
Distrito Federal	0	—	0
RIO DE JANEIRO	**53 232**	**9 270**	**62 502**
Minas Gerais	18 413	—	18 413
Espírito Santo	957	1 159	2 116
Distrito Federal	28 308	1 001	29 309
São Paulo	4 582	811	5 393
Paraná	972	5 734	6 706
Santa Catarina	—	176	176
Rio Grande do Sul	—	389	389
DISTRITO FEDERAL	**16 875**	**10 448**	**27 323**
Maranhão	—	1	1
Ceará	—	40	40
Baía	—	791	791
Minas Gerais	6 822	—	6 822
Espírito Santo	—	712	712
Rio de Janeiro	805	41	846
São Paulo	9 248	1 035	10 283
Paraná	—	503	503
Santa Catarina	—	2 747	2 747
Rio Grande do Sul	—	4 230	4 230
Mato Grosso	—	348	348

COMÉRCIO INTERIOR DE AÇÚCAR — 1939

I — Exportação, segundo as Unidades da Federação de procedência e de destino

PROCEDÊNCIA E DESTINO	EXPORTAÇÃO (toneladas)			PROCEDÊNCIA E DESTINO	EXPORTAÇÃO (toneladas)		
	Via terrestre	Via marítima e fluvial	Total		Via terrestre	Via marítima e fluvial	Total
SÃO PAULO	**25 527**	—	**25 527**	RIO G DO SUL	**123**	**137**	**260**
Minas Gerais	14 711	—	14 711	Rio de Janeiro	—	79	79
Rio de Janeiro.	30	—	30	São Paulo	2	54	56
Distrito Federal	80	—	80	Paraná	32	—	32
Paraná.	5 428	—	5 428	Santa Catarina	89	4	93
Santa Catarina.	9	—	9				
Rio Grande do Sul	64	—	64				
Goiaz	1 618	—	1 618	GOIAZ	**12**	—	**12**
Mato Grosso	3 587	—	3 587				
PARANÁ	**823**	—	**823**	Maranhão	0	—	0
				Baía	0	—	0
São Paulo	2	—	2	Minas Gerais	2	—	2
Santa Catarina.	815	—	815	São Paulo	0	—	0
Mato Grosso	6	—	6	Mato Grosso	10	—	10
SANTA CATARINA.	**3 282**	**2 691**	**5 973**				
				MATO GROSSO	**0**	—	**0**
Rio de Janeiro	12	10	22				
São Paulo	62	180	242				
Paraná	3 192	942	4 134	São Paulo	0	—	0
Rio Grande do Sul	16	1 559	1 575				

COMÉRCIO INTERIOR DE AÇÚCAR — 1939

II — Importação, segundo as Unidades da Federação de destino e de procedência

DESTINO E PROCEDÊNCIA	IMPORTAÇÃO (toneladas)			DESTINO E PROCEDÊNCIA	IMPORTAÇÃO (toneladas)		
	Via terrestre	Via marítima e fluvial	Total		Via terrestre	Via marítima e fluvial	Total
ACRE	**130**	**442**	**572**	CEARÁ	**835**	**8 556**	**9 441**
Amazonas	130	121	251	Pará.	—	631	631
Pará.	—	191	191	Rio Grande do Norte	—	108	108
Rio Grande do Norte	—	12	12	Paraíba.	247	997	1 244
Pernambuco	—	52	52	Pernambuco	638	4 827	5 465
Alagoas	—	66	66	Alagoas	—	987	987
				Sergipe	—	888	888
AMAZONAS.	—	**7 716**	**7 716**	Baía	—	78	78
				Distrito Federal	—	40	40
Pará.	—	447	447				
Paraíba.	—	579	579				
Pernambuco	—	5 490	5 490	RIO G DO NORTE	**603**	**1 066**	**1 669**
Alagoas	—	1 200	1 200				
				Paraíba.	28	98	126
PARÁ	—	**12 347**	**12 347**	Pernambuco	575	638	1 213
				Alagoas	—	326	326
Amazonas	—	3	3	Sergipe	—	4	4
Rio Grande do Norte	—	331	331				
Paraíba	—	389	389				
Pernambuco	—	6 741	6 741	PARAÍBA	**2 904**	**456**	**3 360**
Alagoas	—	808	808				
Sergipe	—	3 725	3 725	Ceará	3	—	3
Baía	—	350	350	Rio Grande do Norte	3	—	3
				Pernambuco	2 749	456	3 205
MARANHÃO	**0**	**4 915**	**4 915**	Alagoas	149	—	149
Amazonas	—	—	0				
Pará.	—	217	217	PERNAMBUCO	**1 291**	**84**	**1 375**
Rio Grande do Norte	—	56	56				
Paraíba.	—	272	272	Ceará	1	—	1
Pernambuco	—	2 321	2 321	Rio Grande do Norte	0	—	0
Alagoas	—	315	315	Paraíba	11	—	11
Sergipe	—	1 261	1 261	Alagoas	1 218	84	1 302
Baía	—	472	472	Sergipe	40	—	40
Distrito Federal	—	1	1	Baía	21	—	21
Goiaz	0	—	0				
				ALAGOAS	**116**	**55**	**171**
PIAUÍ	**42**	**2 857**	**2 899**				
				Pernambuco	14	—	14
Maranhão	11	—	11	Sergipe	102	55	157
Ceará	7	—	7				
Paraíba.	3	427	430	SERGIPE	**22**	**2**	**24**
Pernambuco	17	2 270	2 287				
Alagoas	—	160	160	Alagoas	22	2	24
Baía	4	—	4				

COMÉRCIO INTERIOR DE AÇÚCAR — 1939

II — Importação, segundo as Unidades da Federação de destino e de procedência

DESTINO E PROCEDÊNCIA	IMPORTAÇÃO (toneladas)		
	Via terrestre	Via marítima e fluvial	Total
BAÍA	**1 210**	**7 714**	**8 924**
Pernambuco	44	4 657	4 701
Alagoas	81	612	693
Sergipe.	1 048	1 654	2 702
Minas Gerais	37	—	37
Distrito Federal	—	791	791
Goiaz	0	—	0
MINAS GERAIS	**42 445**	**275**	**42 720**
Pernambuco	—	275	275
Baía	18	—	18
Espírito Santo	2 479	—	2 479
Rio de Janeiro.	18 413	—	18 413
Distrito Federal	6 822	—	6 822
São Paulo	14 711	—	14 711
Goiaz	2	—	2
ESPÍRITO SANTO.	**1 159**	**6 868**	**8 027**
Pará.	—	11	11
Rio Grande do Norte	—	71	71
Pernambuco	—	494	494
Alagoas	—	1 872	1 872
Sergipe	—	2 468	2 468
Baía	—	81	81
Minas Gerais	202	—	202
Rio de Janeiro.	957	1 159	2 116
Distrito Federal	—	712	712
RIO DE JANEIRO	**21 991**	**6 631**	**28 622**
Rio Grande do Norte	—	285	285
Pernambuco	—	5 940	5 940
Alagoas	—	216	216
Sergipe.	—	60	60
Minas Gerais	21 135	—	21 135
Espírito Santo	9	—	9
Distrito Federal	805	41	846
São Paulo	30	—	30
Santa Catarina.	12	10	22
Rio Grande do Sul	—	79	79
DISTRITO FEDERAL	**30 062**	**112 178**	**142 240**
Pará.	—	30	30
Paraíba.	—	1 074	1 074
Pernambuco	—	75 256	75 256
Alagoas.	—	26 298	26 298
Sergipe	—	5 572	5 572
Baía	—	2 947	2 947
Minas Gerais	1 674	—	1 674
Espírito Santo	0	—	0
Rio de Janeiro	28 308	1 001	29 309
São Paulo	80	—	80
SÃO PAULO	**17 675**	**143 482**	**161 157**
Paraíba.	—	1 186	1 186
Pernambuco	—	87 975	87 975
Alagoas	—	45 493	45 493
Sergipe	—	3 275	3 275
Baía	—	3 473	3 473
Minas Gerais	3 779	—	3 779
Rio de Janeiro.	4 582	811	5 393
Distrito Federal	9 248	1 035	10 283
Paraná.	2	—	2
Santa Catarina.	62	180	242
Rio Grande do Sul	2	54	56
Goiaz	0	—	0
Mato Grosso.	0	—	0
PARANÁ	**9 627**	**19 843**	**29 470**
Pernambuco	—	5 881	5 881
Alagoas	—	2 670	2 670
Sergipe	—	3 918	3 918
Baía	—	195	195
Minas Gerais	3	—	3
Rio de Janeiro.	972	5 734	6 706
Distrito Federal	—	503	503
São Paulo	5 428	—	5 428
Santa Catarina.	3 192	942	4 134
Rio Grande do Sul	32	—	32
SANTA CATARINA	**913**	**5 171**	**6 084**
Pernambuco	—	1 047	1 047
Alagoas	—	378	378
Sergipe	—	675	675
Baía	—	144	144
Rio de Janeiro.	—	176	176
Distrito Federal	—	2 747	2 747
São Paulo	9	—	9
Paraná	815	—	815
Rio Grande do Sul	89	4	93
RIO GRANDE DO SUL	**80**	**77 013**	**77 093**
Paraíba.	—	270	270
Pernambuco	—	43 206	43 206
Alagoas	—	20 978	20 978
Sergipe	—	5 055	5 055
Baía	—	1 326	1 326
Minas Gerais	0	—	0
Rio de Janeiro.	—	389	389
Distrito Federal	—	4 230	4 230
São Paulo	64	—	64
Santa Catarina.	16	1 559	1 575
GOIAZ	**2 580**	**—**	**2 580**
Maranhão	1	—	1
Minas Gerais	961	—	961
São Paulo	1 618	—	1 618
MATO GROSSO.	**4 307**	**508**	**4 815**
Amazonas	683	3	686
Pará	—	3	3
Pernambuco	—	77	77
Alagoas.	—	77	77
Minas Gerais	21	—	21
Distrito Federal	—	348	348
São Paulo	3 587	—	3 587
Paraná	6	—	6
Goiaz	10	—	10

COMÉRCIO INTERIOR DE AÇÚCAR — 1939

III — Exportação e importação, segundo as regiões fisiográficas

REGIÕES FISIOGRÁFICAS	EXPORTAÇÃO (toneladas)			IMPORTAÇÃO (toneladas)		
	Via terrestre	Via marítima e fluvial	Total	Via terrestre	Via marítima e fluvial	Total
Norte	813	1 657	2 470	130	20 505	20 635
Nordeste	5 822	356 300	362 122	5 841	17 989	23 830
Este	101 640	57 394	159 034	96 889	133 668	230 557
Sul	29 755	2 828	32 583	28 295	245 509	273 804
Centro-Oeste	12	—	12	6 887	508	7 395
Total	**138 042**	**418 179**	**556 221**	**138 042**	**418 179**	**556 221**

COMÉRCIO INTERIOR DE AÇÚCAR — 1939

IV — Exportação e importação, e diferença entre as duas correntes de comércio, segundo as regiões fisiográficas e as Unidades da Federação

REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Exportação (toneladas)	Importação (toneladas)	Importação-menos-exportação (toneladas)
NORTE	**2 470**	**20 635**	+ **18 165**
Acre	—	572	+ 572
Amazonas	940	7 716	+ 6 776
Pará	1 530	12 347	+ 10 817
NORDESTE	**362 122**	**23 830**	— **338 292**
Maranhão	12	4 915	+ 4 903
Piauí	—	2 899	+ 2 899
Ceará	11	9 441	+ 9 430
Rio Grande do Norte	866	1 669	+ 803
Paraíba	5 581	3 360	— 2 221
Pernambuco	251 640	1 375	— 250 265
Alagoas	104 012	171	— 103 841
ESTE	**159 034**	**230 557**	+ **71 523**
Sergipe	29 800	24	— 29 776
Baía	9 109	8 924	— 185
Minas Gerais	27 812	42 720	+ 14 908
Espírito Santo	2 488	8 027	+ 5 539
Rio de Janeiro	62 502	28 622	— 33 880
Distrito Federal	27 323	142 240	+ 114 917
SUL	**32 583**	**273 804**	+ **241 221**
São Paulo	25 527	161 157	+ 135 630
Paraná	823	29 470	+ 28 647
Santa Catarina	5 973	6 084	+ 111
Rio Grande do Sul	260	77 093	+ 76 833
CENTRO-OESTE	**12**	**7 395**	+ **7 383**
Goiaz	12	2 580	+ 2 568
Mato Grosso	0	4 815	+ 4 815

COMÉRCIO INTERIOR DE AÇÚCAR — 1939

V — Excedentes de importação (+) ou de exportação (—), segundo as Unidades da Federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Acre	Amazonas	Pará	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe
Acre	—	— 251	— 191	—	—	—	— 12	—	— 52	— 66	—
Amazonas	+ 251	—	— 444	—	—	—	—	— 579	— 5 490	— 1 200	—
Pará	+ 191	+ 444	—	+ 217	—	+ 631	— 331	— 389	— 6 741	— 808	— 3 725
Maranhão	—	—	— 217	—	+ 11	—	— 56	— 272	— 2 321	— 315	— 1 261
Piauí	—	—	—	— 11	—	— 7	—	— 430	— 2 287	— 160	—
Ceará	—	—	— 631	—	+ 7	—	— 108	—1 241	— 5 464	— 987	— 888
Rio Grande do Norte	+ 12	—	+ 331	+ 56	—	+ 108	—	— 123	— 1 213	— 326	— 4
Paraíba	—	+ 579	+ 389	+ 272	+ 430	+ 1 241	+ 123	—	— 3 194	— 149	—
Pernambuco	+ 52	+ 5 490	+ 6 741	+ 2 321	+ 2 287	+ 5 464	+ 1 213	+3 194	—	— 1 288	— 40
Alagoas	+ 66	+ 1 200	+ 808	+ 315	+ 160	+ 987	+ 326	+ 149	+ 1 288	—	— 133
Sergipe	—	—	+ 3 725	+ 1 261	—	+ 888	+ 4	—	+ 40	+ 133	—
Baía	—	—	+ 350	+ 472	+ 4	+ 78	—	—	— 4 680	— 693	— 2 702
M. Gerais	—	—	—	—	—	—	—	—	— 275	—	—
Espírito Santo	—	—	— 11	—	—	—	— 71	—	— 494	— 1 872	— 2 468
Rio de Janeiro	—	—	—	—	—	—	— 285	—	— 5 940	— 216	— 60
Distrito Federal	—	—	— 30	+ 1	—	+ 40	—	—1 074	— 75 256	— 26 298	— 5 572
São Paulo	—	—	—	—	—	—	—	—1 186	— 87 975	— 45 493	— 3 275
Paraná	—	—	—	—	—	—	—	—	— 5 881	— 2 670	— 3 918
Santa Catarina	—	—	—	—	—	—	—	—	— 1 047	— 378	— 675
Rio Grande do Sul	—	—	—	—	—	—	—	— 270	— 43 206	— 20 978	— 5 055
Goiaz	—	—	—	— 1	—	—	—	—	—	—	—
M. Grosso	—	— 686	— 3	—	—	—	—	—	— 77	— 77	—
Saldo das trocas	+ 572	+ 6 776	+10 817	+ 4 903	+ 2 899	+ 9 430	+ 803	—2 221	—250 265	—103 841	—29 776

NOTA — O excedente — positivo (+) ou negativo (—) — de uma Unidade da Federação em referência a outra, é indicado na intercessão das linhas e colunas correspondentes às Unidades consideradas

COMÉRCIO INTERIOR DE AÇÚCAR — 1939

V — Excedentes de importação (+) ou de exportação (—), segundo as Unidades da Federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Baía	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Distrito Federal	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Goiaz	Mato Grosso
Acre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	+ 686
Pará	— 350	—	+ 11	—	+ 30	—	—	—	—	—	+ 3
Maranhão	— 472	—	—	—	— 1	—	—	—	—	+ 1	—
Piauí	— 4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ceará	— 78	—	—	—	— 40	—	—	—	—	—	—
Rio Grande do Norte	—	—	+ 71	+ 285	—	—	—	—	—	—	—
Paraíba	—	—	—	—	+ 1 074	+ 1 186	—	—	+ 270	—	—
Pernambuco	+4 680	+ 275	+ 494	+ 5 940	+ 75 256	+ 87 975	+ 5 881	+1 047	+ 43 206	—	+ 77
Alagoas	+ 693	—	+ 1 872	+ 216	+ 26 298	+ 45 493	+ 2 670	+ 378	+ 20 978	—	+ 77
Sergipe	+2 702	—	+ 2 468	+ 60	+ 5 572	+ 3 275	+ 3 918	+ 675	+ 5 055	—	—
Baía	—	— 19	+ 81	—	+ 2 156	+ 3 473	+ 195	+ 144	+ 1 326	—	—
M Gerais	+ 19	—	— 2 277	+ 2 722	— 5 148	— 10 932	+ 3	—	—	+ 959	+ 21
Espírito Santo	— 81	+ 2 277	—	— 2 107	— 712	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro	—	— 2 722	+ 2 107	—	+ 28 463	+ 5 363	+ 6 706	+ 154	+ 310	—	—
Distrito Federal	—2 156	+ 5 148	+ 712	—28 463	—	+ 10 203	+ 503	+2 747	+ 4 230	—	+ 348
São Paulo	—3 473	+10 932	—	— 5 363	— 10 203	—	+ 5 426	— 233	+ 8	+ 1 618	+ 3 587
Paraná	— 195	— 3	—	— 6 706	— 503	— 5 426	—	—3 319	— 32	—	+ 6
Santa Catarina	— 144	—	—	— 154	— 2 747	+ 233	+ 3 319	—	+ 1 482	—	—
Rio Grande do Sul	—1 326	—	—	— 310	— 4 230	— 8	+ 32	—1 482	—	—	—
Goiaz	—	— 959	—	—	—	— 1 618	—	—	—	—	+ 10
M. Grosso	—	— 21	—	—	— 348	— 3 587	— 6	—	—	— 10	—
Saldo das trocas	— 185	+14 908	+ 5 539	—33 880	+114 917	+135 630	+28 647	+ 111	+ 76 833	+ 2 568	+ 4 815

NOTA — O excedente — positivo (+) ou negativo (—) — de uma Unidade da Federação em referência a outra, é indicada na intercessão das linhas e colunas correspondentes às Unidades consideradas.

Sindicatos no Distrito Federal, em 1941 Vem o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho desenvolvendo proveitosa atividade, no sentido de manter, com resultados exatos e atuais, as pesquisas referentes aos diversos setores em que se desdobra a ação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio Considerável êxito, dentro dessa ordem de objetivos, alcançou a realização do censo sindical do Distrito Federal, referente ao ano de 1941, e que foi o mais completo inquérito já executado, nesse campo de pesquisas.

Os elementos apurados foram distribuídos em 16 quadros alusivos aos seguintes assuntos centrais, devidamente desdobrados: número de sindicatos, segundo as categorias; associados; situação cultural e assistência; situação econômica.

Existiam em 1941, no Distrito Federal, 134 sindicatos abrangidos pelo inquérito, dos quais apenas um não figura no total dos que responderam à investigação Eram 58 de empregados, com 127 871 associados; 68 de empregadores, com 9 675 emprêsas; e 8 de profissões liberais, com 6 386 membros.

Segundo a nacionalidade e o sexo, os empregados sindicalizados eram: brasileiros natos: 91 081 homens e 6 676 mulheres; brasileiros naturalizados, 719 homens e 23 mulheres; estrangeiros, 27 996 homens e 1 376 mulheres.

A distribuição dos mesmos associados conforme o ramo de trabalho é fixada no seguinte quadro:

ATIVIDADES	Número de associados
Indústria	51 909
Comércio	29 944
Transportes marítimos e aéreos	16 434
Transportes terrestres	23 396
Comunicação e publicidade	1 875
Emprêsas de crédito	2 500
Estabelecimentos de educação e cultura	1 813
Total	**127 871**

Os sindicatos de empregados mantinham 13 escolas, com 365 alunos, e um de empregadores mantinha uma escola, com 5 alunos

O montante das despesas realizadas pelos sindicatos com assistência social, judiciária, dentária, médica e hospitalar aos seus associados, durante o ano de 1941, foi de Cr$ . . . 2 117 556,10, sendo, para cada uma daquelas formas de assistência: 56,3% com a primeira, 1,9% com a segunda, 13,3% com a terceira, 7,5% com a quarta e 5% com a última.

Variação do custo da alimentação

Desde 1935, a 2ª Secção do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho calcula os índices do custo da alimentação, sôbre os preços de dezenove gêneros alimentícios de primeira necessidade, apurados em todos os municípios do Brasil

Êsse cálculo assenta sôbre bases científicas e é executado por métodos universalmente aceitos, adotando-se a média geométrica Cada um dos gêneros abrangidos pelo inquérito é ponderado de acôrdo com o respectivo consumo regional e o índice estadual é feito tirando-se a média ponderada, utilizadas como pesos as populações municipais O mesmo ocorre quanto ao índice nacional, relativamente aos estaduais

O S E P T. estima em 32% da população total o número de habitantes abrangido pela coleta; os 68% restantes, presumivelmente localizados nas zonas rurais, são alcançados indiretamente, pois os preços em tais zonas refletem os dos mercados urbanos

Segundo as deduções dos técnicos do referido Serviço, as despesas de alimentação constituem 60% do gasto total de uma família operária A partir dêste ano, a repartição central de estatística do Ministério do Trabalho investiga também as variações no custo do vestuário, moradia, transporte, luz, combustível, etc. Por agora, levando em conta alguns acréscimos, tais como os de armarinho e ferragens, admite que a cada aumento de 1% no custo da alimentação, corresponde um acréscimo de 0,8% no custo da vida Faz, ainda, as seguintes observações:

a) até o ano de 1941, inclusive, o Brasil não sentiu com intensidade os efeitos da guerra; os seus gastos eram limitados e os estoques iam remediando a situação;

b) em 1942 os efeitos da guerra começaram a aparecer, e os preços elevaram-se sùbitamente;

c) por essa ocasião surgiram as medidas de coordenação econômica, os racionamentos e o contrôle dos preços, medidas essas que nos fazem crer numa diminuição do ritmo ascensional dos preços.

Limitando as especulações ao ano de 1942, organizou o S E P T alguns interessantes quadros, dos quais destacamos, para reproduzir nesta secção, o seguinte:

VARIAÇÃO DO CUSTO DA ALIMENTAÇÃO NAS UNIDADES FEDERADAS E RESPECTIVAS CAPITAIS DURANTE O ANO DE 1942

Base: Janeiro de 1935 = 100

UNIDADES FEDERADAS E CAPITAIS	ÍNDICES DA ALIMENTAÇÃO		Aumento (%)	Aumento do custo da vida (%)	UNIDADES FEDERADAS E CAPITAIS	ÍNDICES DA ALIMENTAÇÃO		Aumento (%)	Aumento do custo da vida (%)
	Janeiro de 1942	Dezembro de 1942				Janeiro de 1942	Dezembro de 1942		
ACRE	**208**	**247**	**19**	**15**	BAÍA	**120**	**147**	**23**	**18**
Rio Branco	208	245	18	14	Salvador	162	185	14	11
AMAZONAS	**150**	**182**	**21**	**17**	MINAS GERAIS	**110**	**132**	**20**	**16**
Manaus	147	166	13	10	Belo Horizonte	130	164	26	21
PARÁ	**145**	**189**	**30**	**24**	ESPÍRITO SANTO	**118**	**132**	**12**	**10**
Belém	157	219	39	31	Vitória	137	152	11	9
MARANHÃO	**133**	**148**	**11**	**9**	RIO DE JANEIRO	**128**	**148**	**16**	**13**
São Luiz	152	165	9	7	Niterói	151	171	13	10
PIAUÍ	**139**	**158**	**14**	**11**	DISTRITO FEDERAL	**133**	**140**	**5**	**4**
Teresina	182	188	3	2					
CEARÁ	**144**	**178**	**24**	**19**	SÃO PAULO	**131**	**149**	**14**	**11**
Fortaleza	140	193	38	30	São Paulo	154	179	16	13
RIO G. DO NORTE	**136**	**168**	**24**	**19**	PARANÁ	**123**	**142**	**15**	**12**
Natal	153	196	23	22	Curitiba	139	155	12	10
PARAÍBA	**130**	**159**	**22**	**18**	SANTA CATARINA	**117**	**131**	**12**	**10**
João Pessoa	126	161	28	22	Florianópolis	142	148	4	3
PERNAMBUCO	**141**	**163**	**16**	**13**	RIO G. DO SUL	**124**	**137**	**10**	**8**
Recife	169	184	9	7	Pôrto Alegre	139	147	6	5
ALAGOAS	**125**	**145**	**16**	**13**	GOIAZ	**107**	**121**	**13**	**10**
Maceió	157	189	20	16	Goiânia	127	145	14	11
SERGIPE	**124**	**146**	**18**	**14**	MATO GROSSO.	**154**	**165**	**7**	**6**
Aracajú	158	170	8	6	Cuiabá	152	181	19	15

Consumo de café no Brasil

O cálculo do consumo de certos gêneros alimentícios no Brasil e aquí mesmo produzidos oferece enormes dificuldades, em virtude da sabida deficiência dos cômputos da produção não controlada O café, cultivado largamente em pequenas roças, com uma parte da produção, portanto, fora das apurações estatísticas, é um exemplo típico

Isso não obstante, a Secção de Estatística do Departamento Nacional do Café, órgão filiado ao I B G E , empreendeu, utilizando os elementos ao seu alcance, a determinação do índice de consumo *per capita* da popular rubiácea, chegando a resultados satisfatórios

Êsses resultados foram publicados em recente número da revista *DNC*, órgão do referido Departamento, de onde os transcrevemos, atendendo ao interêsse dos elementos oferecidos

CONSUMO DE CAFÉ "PER CAPITA", SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS — 1941

UNIDADES FEDERADAS	POPULAÇÃO		CONSUMO EM QUILOS — CAFÉ CRÚ		
	Total	Consumidora (*)	Total	Per Capita	
				População total	População consumidora
1. Acre (1)	81 326	64 081	234 360	2,882	3,657
2 Amazonas (1)	453 233	357 125	2 130 300	4,700	5,965
3 Pará (1)	956 870	753 966	4 931 940	5,153	6,541
4 Maranhão (1)	1 242 721	979 202	1 785 180	1,436	1,823
5 Piauí (1)	826 320	651 099	1 139 580	1,379	1,750
6 Ceará (2)	2 101 325	1 655 739	7 348 960	3,450	4,378
7 Rio Grande do Norte (1)	774 464	610 239	1 544 760	1,995	2,531
8 Paraíba (2)	1 432 618	1 128 831	4 890 180	3,413	4,332
9 Pernambuco (3)	2 694 616	2 123 223	11 028 845	4,092	5,194
10 Alagoas (2)	957 628	754 563	3 056 226	3,191	4,050
11 Sergipe (2)	545 962	430 191	1 744 078	3,195	4,054
12 Baía (4)	3 938 909	3 103 663	16 118 015	4,092	5,193
13 Espírito Santo (5)	758 535	597 688	7 585 350	10,000	12,691
14 Rio de Janeiro (6)	1 862 900	1 467 872	15 292 200	8,209	10,418
15 Distrito Federal (7)	1 781 567	1 403 786	22 481 594	12,619	16,015
16 São Paulo (8)	7 239 711	5 704 530	81 277 755	11,227	14,248
17 Paraná (9)	1 248 536	983 784	8 380 440	6,712	8,519
18 Santa Catarina (2)	1 184 838	933 593	4 800 000	4,052	5,141
19 Rio Grande do Sul (1)	3 350 120	2 639 727	13 994 580	4,177	5,302
20 Mato Grosso (2)	434 265	342 179	1 260 000	2,901	3,682
21. Goiaz (2)	832 869	656 259	3 300 000	3,962	5,028
22 Minas Gerais (6)	6 798 647	5 356 994	54 389 176	8,000	10,153
Região da Serra dos Aimorés (**).	67 103	52 874	536 824	8,000	10,153
BRASIL	**41 565 083**	**32 751 208**	**269 250 343**	**6,478**	**8,221**

* Na população consumidora de café é excluida a população de 0 a 6 anos, calculada em 21,205% do total

** Zona litigiosa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo Cálculos baseados no consumo "per capita" do Estado de Minas Gerais

[1] Cifras calculadas sôbre o comércio interestadual de café em 1941 [2] Cifras calculadas sôbre o comércio interestadual de café em 1941, computada, ainda, a produção local [3] Cifras calculadas sôbre a estimativa da produção, menos as exportações (exterior e interestadual), em 1939 (relatório do recenseador OTHON C PINHEIRO). [4] Cálculo aproximado da Secção de Estatística do D N C [5] Cifras calculadas sôbre a estimativa da safra 1940-41, menos circulação e remanescentes apurados [6] Cifras calculadas sôbre a estimativa da safra 1940-41, menos os cafés liberados [7] Café industrializado importado, mais o entregue às torrefações e moagens, em 1942 Relatório do Serviço de Torrefações e Moagens [8] Cifras do Sr. JOSÉ DE QUEIROZ TELLES, publicadas na revista *DNC*, — Abril de 1943 [9] Cifras calculadas sôbre os cafés circulados na safra 1940-41, menos os exportados

Produção industrial em Minas Gerais O Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, no seu boletim do primeiro bimestre do corrente ano, publicou importante demonstração estatística do movimento da produção industrial dos Municípios de Belo Horizonte e Juiz de Fora, no período de 1936 a 1941, precedida de interessantes comentários, que vamos resumir.

E' sugestivo o confronto da contribuição de cada um daqueles empórios para a economia nacional, no setor de variadas indústrias

Juiz de Fora, como se sabe, é considerada, justamente, a Manchester mineira, mas Belo Horizonte, consoante a própria finalidade de sua fundação para sede do govêrno mineiro, era, até há pouco, considerada como centro burocrático e universitário de apagada importância industrial Conforme a revelação dos algarismos aludidos, o valor da produção industrial do primeiro dos mencionados municípios subiu de pouco menos de 97 milhões de cruzeiros, em 1936, para mais de 123 milhões, em 1941; no da capital a elevação foi de cem milhões e 700 mil em 1936 para 172 milhões e 886 mil em 1941

O confronto das parcelas de tão interessante demonstrativo, cuja transcrição deixa de ser feita por motivo das restrições vigentes, quanto à divulgação de séries estatísticas, constitue uma expressiva prova de vitalidade, não obstante as dificuldades criadas pela situação internacional, precedida de uma preparação psicológica que muito teria contribuído para prudentes reservas na inversão de capitais

Êsse confronto, por outro lado, revela que a capital mineira é já um centro industrial de considerável atividade, dando mesmo a impressão de haver suplantado Juiz de Fora, com uma produção bem maior Entretanto, — é o D E E quem adverte — a exegese estatística requer cuidados especiais, não podendo ficar à margem da crítica certos fatores muitas vêzes remotos e sem cujo cotejo os têrmos de comparação não ficariam bem postos

Para se aquilatar devidamente da intensidade fabril e manufatureira de ambos aqueles municípios, considere-se que o índice de produção "per capital", em 1941, foi de 800 cruzeiros em Belo Horizonte e de 1 152 cruzeiros em Juiz de Fora.

ESTRANGEIRO

Da economia mundial aos blocos econômicos Estudando as repercussões da guerra sôbre as relações econômicas internacionais, o *Rapport sur le commerce et l'industrie de la Suisse en 1941* examina detidamente curiosos aspectos da dinâmica dos mercados, sob os efeitos diretos ou indiretos da atual conflagração.

Para citar um só exemplo, basta se tenha em vista que, em 1938, para uma importação total de 5,4 bilhões, a Alemanha recebeu 2,5 bilhões de Reischsmark de ultramar.

Afim de satisfazer as consideráveis exigências da economia de guerra, tornou-se cada vez mais necessário, às potências aliadas dos dois grupos de países em luta, uma colaboração mais íntima entre si e um esfôrço intenso para obter a contribuição, na medida do possível, das nações não beligerantes que podiam ainda ser conquistadas e, mais ainda, dos países amigos e territórios ocupados

As grandes nações em guerra exerceram uma fôrça atrativa considerável sob o ponto de vista econômico

Os países aliados preocuparam-se principalmente em que o afluxo de mercadorias não fôsse entravado por dificuldades de pagamento Em fins de Fevereiro de 1941 já a Alemanha e a Itália assentavam fornecimentos recíprocos de material de guerra, sem consideração ao estado da balança comercial e das trocas em contas de compensação Convênios análogos permitiram a entrega de material bélico alemão à Finlândia.

Em Março de 1941, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Lei de Empréstimos e Arrendamentos e conseqüente entrega das compras da Inglaterra independentemente de pagamento Vários contratos sob o regime da mesma lei foram, a seguir, concluídos pelos Estados Unidos com um grande número de outros países

Por outro lado, as potências do Eixo, principalmente a Alemanha, obtiveram os fornecimentos mais vultosos dos territórios ocupados, na sua maior parte sem pagamento imediato em espécie ou em mercadorias, por intermédio de importantes créditos de compensação então assentados

Sem êsses adiantamentos, que os institutos de contas de compensação tinham possibilidade de conseguir graças à ajuda do Estado, grandes atrasos de pagamento teriam entravado as exportações Os saldos em contas de compensação da Holanda elevaram-se, em fins de 1941, a 1,4 bilhões de Reichsmark; os da Dinamarca, a 820 milhões; os da Bulgária, a 320 milhões; os da Rumânia, a 310 milhões; os da Bélgica, a 940 milhões, e os da Hungria a 85 milhões, tudo num total de 3,9 bilhões de Reichsmark, dos quais, segundo informações do Bank of International Settlements, 3 bilhões foram acumulados em 1941. Para a França, o montante dos créditos de compensação, também em fins de 1941, foi de 600 milhões de Reichsmark e para a Eslováquia de 170 milhões A Grécia possui, igualmente, saldos em contas de compensação Os créditos da Alemanha em relação a certos países (Finlândia, Croácia e Turquia) não tinham uma importância tão grande, em confronto com os montantes acima referidos

Os fornecimentos dos Estados Unidos à Grã Bretanha na base da Lei de Empréstimos e Arrendamento até o fim de 1941 ultrapassaram provàvelmente 600 milhões de dólares não incluindo outros fornecimentos de valor quasi idênticos, tais como o equipamento e reparo de navios e a cessão de usinas, estaleiros navais, etc

Havendo os governos facilitado por diversos adiantamentos o pagamento dos saldos que os credores tinham em contas de compensação, tornou-se indispensável conseguir os fundos necessários, o que nem sempre foi possível sem uma grande contribuição dos bancos de emissão. Problemas análogos apresentaram-se após a entrega dos fornecimentos sob a Lei de Empréstimos e Arrendamentos

O íntimo entrelaçamento dos blocos econômicos surgiu com o emprêgo, na Alemanha, de vários milhares de operários provenientes dos territórios aliados e ocupados Entre a Alemanha e a Holanda foi suprimida a fronteira aduaneira, o mesmo acontecendo sob o ponto de vista monetário Nos protetorados, a Alemanha introduziu o livre trânsito de pagamento A revalorização do Reichsmark em relação às moedas húngara, búlgara, sérvia, croata e grega, interveio de diversos modos e de maneira desigual; por outro lado, o emprêgo de valores em Reichsmark como cobertura de emissões de moeda papel nos diversos países mostrou, igualmente, o íntimo entrelaçamento econômico resultante da guerra

Dos 20 países que compõem o continente europeu, 17 estavam unidos em fins de 1941, em situação desigual, é bem verdade, no comércio de compensação multilateral por intermédio de Berlim

As medidas tomadas em vários países para manter os preços de exportação num baixo nível, assim como a orientação dada à produção segundo as necessidades das grandes potências, revela uniformidade de economia de guerra

O bloco econômico das Nações Unidas teve, em parte, tarefa idêntica a resolver e que poderia ser resumida na luta contra a penúria de mercadorias, sobrevinda verdadeiramente em tôda a sua extensão em 1942, quando da perda da Malásia e das Índias Holandesas As Nações Unidas tiveram, todavia, embora pareça paradoxal, de ocupar-se com o problema da absorção dos excedentes de certos produtos, principalmente os de caráter agrícola, afim de evitar as depressões econômicas nos diversos países amigos Assim ocorreu particularmente na América do Sul, que teve cortadas as suas saídas de matérias primas e gêneros alimentícios para o continente europeu, deixando por outro lado, de receber um grande número de produtos industriais do mesmo continente, que, em sua maioria, não podiam ser mais obtidos e que foram, em parte, substituídos pelos fornecimentos dos Estados Unidos O problema dos excedentes na América do Sul foi em parte resolvido pelo aumento de compras realizadas pelos Estados Unidos e pelo Canadá em virtude da guerra e, em parte, por uma série de medidas especiais A lã e os cereais da Austrália, a lã da Nova Zelândia, foram compradas pela Grã Bretanha, sem se cuidar de saber se tais mercadorias poderiam ou não ser transportadas A Grã Bretanha comprou, igualmente, tôda a produção egípcia de algodão Os Estados Unidos adquiriram os excedentes do açúcar de Cuba e outras grandes quantidades de produtos da América Latina, como, por exemplo, todo o salitre do Chile Enquanto se fez necessário, os governos dos países sul-americanos procederam a compras maciças ou fizeram acordos de preços, de sorte que as dificuldades, contra tôdas as expectativas, foram superadas de maneira satisfatória sem se ter de recorrer aos créditos dos Estados Unidos

O isolamento dos países da América do Sul e a ajuda prestada pelas colônias e domínios em materiais de guerra, encorajaram os esforços feitos no sentido da industrialização e da obtenção de um melhor rendimento sôbre as áreas cultiváveis; estes esforços, todavia, foram parcialmente sobrecarregados pelas dificuldades existentes na obtenção das máquinas necessárias O Brasil, entretanto, pode, atualmente, suprir suas necessidades em algodão, como também exportá-lo. Tais fatos caracterizam a evolução da economia mundial. Os países da América, pela conclusão de novos tratados comerciais, pela concessão de facilidades aduaneiras e, em parte, pelo acôrdo sôbre direitos aduaneiros preferenciais, cooperam, cada vez mais, recìprocamente, sob o ponto de vista econômico Seus fornecimentos e suas compras reduzidas permitiram-lhes a diminuição acentuada de suas dívidas para com os Estados Unidos

Ao lado dos principais blocos econômicos dos estados em guerra, a Rússia e a China constituiam blocos particulares, pois ambos não puderam ser atendidos por seus aliados a não ser por comunicações custosas e demoradas, inseguras e pouco propícias a facilitar um tráfego intenso

O Japão tem cortadas, também, suas ligações diretas com as potências do Eixo, mas, pela ocupação da Indochina Francesa, se assegurou de ricos mananciais de matérias primas. Em 1942, o Japão alargou seu espaço econômico com numerosas conquistas

Deante dessa divisão econômica, do mundo nada mais restava aos neutros, por vêzes, senão aquilo que lhes era abandonado ou que podiam trocar contra fornecimentos de primeira necessidade, quando as medidas de bloqueio e contra-bloqueio deixassem espaços ainda abertos nas vias de comunicações.

A provisão mundial de bauxita e alumínio Os últimos acontecimentos internacionais vieram criar o problema do abastecimento ininterrupto de bauxita às fábricas americanas, afim de assegurar uma produção contínua e cada vez maior de alumínio, metal que se extrai daquele mineral.

A produção mundial de alumínio vem aumentando continuamente Assim, em 1939, último ano do qual há cifras divulgadas, a produção ultrapassou em 20% a do ano anterior No presente momento, calcula-se a produção do referido metal em 680 000 toneladas A produção mundial de bauxita, em 1939, foi calculada em 4 000 000 de toneladas O maior produtor é a França, seguindo-se Hungria, Guiana Holandesa, Guiana Inglesa, Estados Unidos, Itália, Iugoslávia, Rússia e Grécia

Como é sabido, desde que o alumínio pôde ser obtido sôbre bases comerciais vem desempenhando um papel cada vez mais importante na vida dos povos civilizados Trata-se de um metal da maior importância estratégica, por sua aplicação na indústria aeronáutica, sendo também utilizado, em grandes quantidades, na in-

dústria do automóvel e nas indústrias químicas Modernamente, têm-se descoberto novos usos do alumínio na construção naval, na aparelhagem para a indústria têxtil e na arquitetura

Tôdas as potências beligerantes ou não beligerantes mobilizaram-se para conseguir maiores produções de alumínio As vicissitudes da guerra subverteram por completo o quadro político-econômico das fontes fornecedoras de matéria prima e das potências possuidoras de usinas de beneficiamento

A produção de alumínio dos Estados Unidos, durante o ano de 1939, foi a maior até agora registrada, alcançando 150 000 toneladas A indústria de aviões consumiu no referido ano o dôbro do que consumiu em 1937, ano *record* Não foram divulgadas as cifras de consumo referentes ao momento atual, mas não é demais supor-se que sejam consideràvelmente superiores As necessidades dos outros países, por causa da guerra, provocam exportações de alumínio maiores do que as de qualquer época, na história dos Estados Unidos

Em virtude disto, as companhias particulares e os órgãos governamentais continuam ampliando as instalações fabris ou construindo novas, afim de garantir a produção do metal, que se pretende fixar em 600 000 toneladas anuais Em 1939, os Estados Unidos produziram 400 000 toneladas de bauxita e importaram 528 424 toneladas, procedentes, em sua quase totalidade, da Guiana Holandesa

A Grã Bretanha perdeu os seus fornecedores europeus não só de bauxita como de alumínio; no momento, depende da produção do Canadá e dos Estados Unidos Contudo, a expansão da indústria continua, sendo a Guiana Inglesa, que exporta quase tôda a sua produção para o Canadá, a principal fonte de minério para as indústrias do Império Britânico

O Japão vinha aumentando de ano para ano a sua produção de alumínio, para atender ao crescente consumo que fazia do produto Em 1939, produziu 23 000 toneladas, contra 17 000 em 1938 Essas produções estão na dependência exclusiva do minério importado, pois o Japão não é produtor de bauxita

Quanto à Rússia, a sua produção em 1939 foi de 60 000 toneladas do metal, suficientes para o seu consumo Êste país possue grandes reservas de bauxita

Um dos países que têm maiores reservas do referido metal é o Brasil, onde, no presente momento, está sendo incrementada a exploração da bauxita Têm aumentado consideràvelmente nossas exportações dêsse minério, as quais, desde 1941, vêm sendo encaminhadas para os Estados Unidos

Mercado mundial de algodão A produção mundial de algodão, na estação passada, de acôrdo com os serviços estatísticos da Bolsa de Nova Iorque, elevou-se a 26 057 484 fardos Essa produção apresenta uma redução de quase 2 600 000 fardos sôbre a do ano anterior, quando o movimento geral foi de 28 594 000 fardos. Na estação 1942-43, já quase terminada, a produção mundial deverá ter decrescido ainda mais, apesar da safra norte-americana haver registrado aumento, em relação à anterior, de quasi dois milhões de fardos, ultrapassando de dez e meio milhões de fardos

Contrabalançando êsse aumento, há redução de um milhão de fardos no Egito, de 1 300 000 na Índia e de 500 000 no Brasil, só para citar três dos grandes produtores

Os aumentos verificados na Turquia e no México são contrabalançados pelas reduções registradas em outros centros de menor importância Dessa maneira, pensamos ser possível calcular-se a produção mundial de algodão em 1924-43 — acrescenta a informação — em pouco mais de 25 000 000 de fardos, mesmo com o aumento notado na produção norte-americana dêsse período

Os estoques mundiais, ao terminar a safra, em 31 de Julho, foram calculados em 23 500 000 fardos, afora a produção que nessa época começavam a dar os países do hemisfério setentrional Mesmo, porém, sem essa nova contribuição, os estoques são quase suficientes para atender às necessidades do mundo durante cêrca de 11 meses, não havendo ainda indícios de fome de algodão, graças à suposição, é claro, de que, apesar das reduções das novas safras dos principais países fornecedores, ainda haja colheita relativamente abundante

O consumo da preciosa matéria prima, de acôrdo com as informações transmitidas em Junho pelo Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, será de 24 900 000 fardos, o que representa sensível redução sôbre o de anos anteriores à guerra, quando o total registrado atingia nível bem mais alto O consumo da estação, nos Estados Unidos, não pode passar de 11 000 000 de fardos

As reservas de petróleo nos Estados Unidos Calcula-se que as reservas subterrâneas de petróleo nos Estados Unidos consistem em 20 000 000 000 de barrís, mais ou menos Êste potencial equivale ao fornecimento por um período de doze anos, no nível de consumo atual

Entretanto, a indústria petrolífera americana mantém certos receios sôbre sua capacidade para atender ao consumo de post-guerra, pois nem tôdas as suas reservas têm acesso fácil para exploração Apenas uma parte delas, 1 000 000 000 de barrís, aproximadamente, poderá ser extraída com facilidade e ser entregue imediatamente aos consumidores A produção do restante há de estender-se por espaço de tempo mais longo, de tal forma que é possível chegar o momento em que a produção anual seja insuficiente para atender as necessidades do país

A produção de petróleo nos Estados Unidos manteve-se igual ao consumo, durante os últimos vinte anos, porque novos campos iam sendo abertos à produção, continuamente Não obstante, nos últimos anos as descobertas de novas jazidas diminuiram de maneira apreciável.

O consumo de petróleo, enquanto durar a guerra, deverá manter-se num nível muito alto, pois os Estados Unidos precisam atender às suas próprias necessidades e a uma parte muito importante do consumo das Nações Unidas Eis a razão por que a indústria petrolífera americana se encontra receiosa Só aumentando os

gastos destinados à exploração de novos poços e elevando os preços do petróleo, com o fim de tornar mais compensadora a sua exploração, poder-se-á evitar, segundo a opinião dos técnicos, a temida insuficiência da produção anual, para fazer face ao consumo nos anos de post-guerra

Produção mineiro-metalúrgica no México

A indústria mineira no México alcançou, no último trimestre do ano passado, um nível geral idêntico ao que atingiu no ano de 1929, que foi o ano em que a referida indústria conseguiu atingir o nível mais elevado de produção, não ultrapassado, de então para cá O valor numérico do índice geral sofreu maior alteração na parte referente à produção dos minerais industriais São estes, precisamente, que trazem, em proporção, maiores rendimentos ao país, através de salários, fretes e impostos, pelo maior volume que lançam no mercado, em confronto com os metais preciosos

O índice dos metais industriais alcançou o valor de 101,8 (produção de 1929 = 100), influindo nesse aumento principalmente as produções de mercúrio, chumbo e zinco O índice correspondente aos metais preciosos é apenas de 97,5 com relação à mesma base A explicação dessa diferença encontra-se no fato de que os aumentos de preço, entre outros fatores, têm sido maiores, proporcionalmente, para os metais industriais que para o ouro e a prata O ouro tem um preço fixo, que desde 1934 vem sendo de 34 dólares por onça; a prata obteve uma melhoria, que, em sua maior parte, foi absorvida pelos aumentos do imposto Evidentemente, influiu também no índice dos metais industriais a maior procura originada pela produção de instrumentos de guerra

Dos dados numéricos acima citados, deduz-se que o México está em vias de iniciar uma etapa idêntica à do ano mais próspero da mineração mexicana, não obstante os fatores negativos que detiveram a produção Entre estes fatores, podem-se citar os seguintes: preços altos de flutuação variável para a maquinaria e matérias primas importadas para uso da indústria; restrições diversas à importação dos referidos elementos; preços elevados fixados nos Estados Unidos para os minerais e metais que se exportem para êsse país; dificuldades de transporte marítimo causadas pela guerra e, por último, insuficiência das ferrovias nacionais, diante das maiores necessidades de transporte

Inflação e reajustamento na Suíça

Informações da Legação do Brasil em Berna, publicadas no boletim do Ministério das Relações Exteriores, dão conta da grave inflação de preços verificada na Suíça e cujas causas são amplamente apreciadas

Além dessas considerações, a Legação informante estuda as repercussões do fenômeno na economia interna daquele país

Os grupos econômicos da Suíça não se adaptaram do mesmo modo à alta dos preços, e, assim, houve, como resultado, uma modificação da estrutura social

Não se pode deixar de constatar, entretanto — acrescentam as informações —, que a agricultura nacional melhorou a sua situação desde 1939, não se contentando sòmente em seguir, paralelamente, o encarecimento da vida, mas melhorando, também, suas vantagens.

A classe dos intermediários é talvez a que menos sofreu, após a dos agricultores, pois uma grande parte do aumento e dos impostos é por ela descarregada sôbre os consumidores

Os assalariados das indústrias privadas foram forçados a aceitar certos sacrifícios; seus salários básicos não puderam seguir, com a mesma rapidez, a curva ascendente dos preços Êsses salários foram, atualmente, aumentados de, mais ou menos, 20% sôbre a base dos salários de 1939, o que representa, aproximadamente, 2/5 do encarecimento Na realidade, as despesas domésticas imprescindíveis, ocasionadas pelo aumento de preços, não aumentaram na mesma proporção que êsses, pois o racionamento veio limitar o consumo

Baseando-se nisso é que a Comissão Consultiva para a questão dos salários, querendo encontrar um padrão afim de permitir a adaptação dos salários às flutuações do custo de vida, sem deixar de levar em conta as variações do consumo, estabeleceu um "índice de despesas" afim de servir de base para determinar as taxas normais de encarecimento que devem ser concedidas às diversas classes de salários Essas taxas são as seguintes:

SALÁRIO FAMILIAL ANTES DA GUERRA	Aumento concedido
Até 3 000 francos	29,4%
De 3 a 4 mil francos	24,4%
De 4 a 5 mil francos	21,2%
De 5 a 6 mil francos	19,8%
De 6 mil francos ou mais	17,8%
Aumento médio	20,4%

Uma parte do funcionalismo deve, forçosamente, encontrar-se no caso dos assalariados da economia privada As profissões liberais sofreram muito mais de que qualquer outra a elevação do custo de vida, pois elas não estão tão bem organizadas e lhes é difícil adaptar os seus proventos às novas circunstâncias Quanto à grande categoria dos que vivem de suas rendas, quer sejam sociais, quer provenientes do capital, não sòmente não as tiveram aumentadas, mas até mesmo reduzidas, pela baixa da taxa de juros e pelos novos *tours de vis* fiscais

O sistema representativo norte-americano

No segundo número de *Estadística*, órgão do Instituto Interamericano de Estatística, o diretor do United States Bureau of the Census publicou um estudo sôbre o método e processos do cálculo da representação proporcional no Congresso dos Estados Unidos, constituído, como se sabe, de duas casas — o Senado, composto de dois senadores por Estado, e a Câmara dos Representantes, com um total de 435 membros, correspondentes aos diversos Estados, proporcionalmente à respectiva população.

Nesse estudo, diz o Sr J. C. CAPT que é impossível uma atribuição exata de Representantes em proporção com as populações, por motivos diversos, entre os quais dificuldades matemáticas e condições impostas pela Constituição e pelo Congresso Outras condições que também devem ser levadas em conta exigem que haja pelo menos um Representante de cada Estado; que o número total de Representantes tenha sido fixado com antecipação; e que o método escolhido esteja isento de falhas de lógica, como o paradoxo de "Alabama" Aplica-se essa denominação ao Estado que recebe menor número de cadeiras, num dado total, do que aquele a que teria direito se êsse total fôsse maior

Todos os métodos modernos de distribuição "pro-rata" que se têm empregado para corresponder às condições acima indicadas baseiam-se na idéia de uma lista de prioridade, disposta segundo os títulos dos Estados que terão Representantes sucessivos A fôrça do título de cada Estado depende da sua população e do número de Representantes a êle consignados As cadeiras da Casa se atribuem na ordem em que aparecem na lista dos diversos Estados até que se chega ao total necessário

Na divisão proporcional de Representantes, o primeiro passo implica a enumeração da população e a tabulação total do Estado, dentro dos oito meses que se seguem ao começo daquela enumeração Como parte da relação que acompanha aquelas populações, se distribue o número existente de representantes entre os Estados, em proporções iguais

O relatório que contém estes dados é transmitido ao Congresso pelo Presidente, dentro da primeira semana da imediata reunião daquele corpo Na quinzena seguinte, o Oficial da Secretaria da Casa de Representantes informa ao executivo de cada Estado o número de Membros da Casa a que o referido Estado tem direito no Congresso seguinte, que se deverá reunir dois anos mais tarde

Êsse processo passou a ser adotado depois de 150 anos de discussão e debate Depois de cada censo decenal, assegura-se hoje uma nova distribuição "pro-rata" baseada em firmes princípios matemáticos Mediante a cooperação de legisladores e técnicos, submeteu-se a processo científico o ajustamento fundamental dos Representantes à população, eliminando assim uma fonte importante de descontentamento possível nas operações do govêrno

Suprimento de pneumáticos na Colômbia Divulga a Contadoria Geral da República da Colômbia que, em virtude dos acordos celebrados pelo govêrno dêsse país afim de assegurar a importação dos pneumáticos suficientes para manter o ritmo normal dos transportes, foi obtida uma quota mensal que, se mantida, significará maior suprimento daqueles accessórios do que o conseguido em 1941, quando o racionamento imposto à importação e à distribuïção não havia ainda afetado tão sèriamente o sistema de transportes

Entraram na Colômbia, em 1941, aproximadamente 130 000 pneumáticos, que foram distribuídos nos diferentes departamentos de acôrdo com as necessidades e a preços normais Em 1942, ano pròpriamente da guerra, quando os grandes suprimentos de borracha dos Estados Unidos passaram às mãos do inimigo e, por conseguinte, a escassez de matéria prima foi tremenda, os pneumáticos foram racionados tanto nos Estados Unidos como nos países importadores, aos quais se anunciou que não era possível provê-los do artigo Nêsse ano chegaram à Colombia sòmente 8 158 pneumáticos para automóveis, ônibus e caminhões, o que causou uma verdadeira crise nos transportes nacionais. Graças às reservas de anos anteriores não se apresentou então para o país uma situação dificílima, embora centenas de veículos automotores tenham ficado imobilizados em virtude da impossibilidade de equipá-los

Os países que forneceram pneumáticos à Colômbia foram os seguintes: Canadá, 1 160; Estados Unidos, 5 492; México, 80; Argentina, 740, e Brasil, 686 Nessas quantidades, destinadas a províncias diferentes, está incluída a importação efetuada pelo govêrno, a qual, por sua vez, foi distribuída no país pela Superintendência Nacional de Importações, entidade que procedeu de acôrdo com as necessidades urgentes de cada região

Mas no ano corrente as coisas mudaram, graças às aquisições conseguidas, as quais, sòmente nos dois primeiros meses, somaram . .. 30 094 pneumáticos, cifra imensamente superior à registrada em todo o ano de 1942, durante o qual houve uma enorme restrição nas importações Em seu comentário, a Contadoria Geral da República mencionou, como causas dessas restrições, não se haver chegado a um acôrdo prático entre os governos dos Estados Unidos e da Colômbia, por um lado, e o fato de não ter então a manufatura de pneumáticos no Brasil alcançado ainda o desenvolvimento que mais tarde permitiu à Colômbia beneficiar-se de maneira notória.

A autorizada repartição colombiana assinala que, se o avultado comércio iniciado em Janeiro e Fevereiro mantiver-se até o fim de 1943, não sòmente será solucionado o problema da escassez, mas também o preço dos pneumáticos voltará a aproximar-se da normalidade vigente antes dos primeiros dias da guerra Entretanto — conclue a Contadoria — as explorações de caucho colombiano aumentam consideràvelmente e não está longe o dia em que sua própria fábrica de pneumáticos venha a solucionar definitivamente o problema dos transportes no país.

Açúcar na República Dominicana Existem na República Dominicana, conforme divulga o *Brasil Açucareiro,* quatorze Usinas Centrais em atividade, sendo o açúcar, tanto bruto como refinado, o maior produto de exportação daquele país A indústria emprega cêrca de 70 000 operários, nela estando invertido, segundo cálculos oficiais, um capital de 70 000 000 de pesos Durante a produção do ano 1941-42 foram colhidos, no total, 225 000 acres (91 125 hectares).

A produção de açúcar da República Dominicana é consideràvelmente inferior à de Cuba e Pôrto Rico. Antes da guerra, muito açúcar dominicano era exportado para o Reino Unido e Canadá. A diminuição de embarques para êsses países deu como resultado não sòmente a ne-

cessidade de procurar novos mercados, como também a de enfrentar o problema dos transportes e dos estoques.

O rompimento da guerra não produziu modificação imediata na indústria açucareira da República Dominicana Todavia, em 1941, o açúcar foi vendido a 82 centavos o quintal, um dos mais baixos preços registrados na vida dessa indústria Em 1942, a colheita foi vendida a $2,65 o quintal, um dos mais altos preços alcançados

Durante 1942, o problema dos embarques interrompeu a exportação de açúcar Enquanto se permitia embarcar somente uma limitada quantidade, os espaços para armazenagem eram utilizados para acomodar o estoque disponível

Como resultado disso, ficaram 438 000 toneladas curtas de açúcar disputando armazenagem Em princípios de 1943, havia ainda 300 000 mil toneladas de açúcar depositadas Desde então, foram retiradas algumas quantidades e as Centrais começaram os trabalhos com a nova safra

Há na República Dominicana muita terra apta para o cultivo da cana, mas — conclue o comentário do *Brasil Açucareiro* — um dos fatores que têm desanimado mais os plantadores, para uma rápida expansão das culturas, tem sido o encerramento do mercado, outrora seguro, dos Estados Unidos

Agricultura na Guatemala O govêrno da Guatemala está estimulando o cultivo de plantas produtoras de goma, quina, fibras, azeites e produtos medicinais Não só com êsse fim, mas também com o de melhorar a produção em geral, vem sendo feita intensa propaganda, que consiste principalmente na distribuição de milhares de folhetos instrutivos e numa grande difusão de publicações periódicas

Os aumentos registrados nos últimos dez anos são extraordinàriamente auspiciosos A produção de trigo, que em 1930 era de 11 100 toneladas, oscilou, no último qüinqüênio, de 33 000 para 39 200 toneladas A colheita de milho passou de 343 600 toneladas em 1930 a 1 356 600 em 1941 O feijão passou de 15 160 toneladas, no primeiro dos anos acima referidos, a uma produção que oscila de 81 671 a 144 930 toneladas nos últimos cinco anos, chegando a ser exportado, atualmente O arroz experimentou também notável incremento, pois sua produção, que em 1930 alcançava apenas 4 214 toneladas, no qüinqüênio que agora termina varia entre 14 200 e 26 500 toneladas A colheita do algodão é sete vêzes maior do que a de 1930 O fumo oscila de 162 toneladas neste último ano, para 2 900 em 1939 O tomate registra o maior aumento relativo, pois de 158 toneladas, em 1930, passou a 9 000 nos últimos anos. De forma notável também tem aumentado a produção de vários outros produtos vegetais

O incremento da produção e a limitação das importações fazem com que a Guatemala atravesse a crise atual em melhor situação que outros países, diminuindo a sua dívida pública, sem precisar recorrer aos vultosos empréstimos que em outras circunstâncias lhe seria impossível evitar.

Produção de leite nos EE UU. O boletim da Comissão Executiva do Leite, do Distrito Federal, extraiu, de uma revista especializada norte-americana, dados e comentários sôbre a produção de leite nos Estados Unidos, em 1942, a qual atingiu a elevada cifra, nunca antes alcançada, de 52 528 milhões de litros

A causa principal do acréscimo, correspondente a 3% sôbre a produção de 1941, foi o aumento do animal leiteiro nas fazendas, tendo sido o número de vacas estimado, no ano passado, em 25 159 000 cabeças Graças a pastagens extraordinàriamente favoráveis, bem como a uma alimentação suplementar liberal, a produção de leite por vaca foi apenas de perto de nove décimos de litro inferior ao total de 2 088 litros, *record* alcançado em 1941

O consumo de creme e de leite em espécie, nas cidades, vilas, etc, foi de 16 585 milhões de litros Nas fazendas onde o leite é produzido, o consumo atingiu a 5 190 milhões de litros A quantidade de leite empregado na alimentação dos bezerros foi de 1 444 milhões de litros

O chefe da Divisão de Economia da Borden Company declarou que as estatísticas do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos revelaram que, em 1 º de Janeiro do corrente ano, existiam em todo o país 26 946 000 vacas leiteiras e salientou o fato de ter sido atingida cifra tão elevada apesar da eliminação, durante o ano de 1942, de grande número de vacas e novilhas, número êste superior a qualquer outro de anos passados, desde a grande sêca de 1934-1936. Conquanto muitas vacas leiteiras tenham sido abatidas, tal perda foi compensada por uma quantidade verdadeiramente grande de animais novos conservados nos rebanhos Assim, em 1 º de Janeiro existiam 5 931 000 novilhas de um a dois anos e 6 881 000 bezerros, com menos de um ano de idade Ambos êsses totais são os maiores já registrados

O govêrno dos Estados Unidos calcula que, se a quantidade de vacas e novilhas eliminadas dos rebanhos em 1943 for mais ou menos igual à de 1942, o número de vacas em 1 º de Janeiro de 1944 terá um aumento de 2%

O quadro a seguir, divulgado pela Milk Industry Foundation, demonstra, em números percentuais, como foi distribuida a produção de leite na grande República do Norte, no ano passado:

FINALIDADE	% sôbre o total
Leite e creme consumidos nas fazendas e cidades	42,1
Manteiga	30,4
Queijo	9,4
Leite evaporado ou condensado	7,0
Ice cream	5,4
Outros produtos manufaturados de leite integral (principalmente leite em pó)	0,5
Empregos diversos	5,2
Produção total das fazendas	**100,0**

BIBLIOGRAFIA

A CULTURA BRASILEIRA (Introdução ao estudo da Cultura no Brasil) — Fernando de Azevedo — Comissão Censitária Nacional — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro, 1943

As duas séries de volumes em que se hão de fixar os resultados do recenseamento geral do país, realizado em 1940 — uma, com os resultados de âmbito nacional, e, outra, com os de referência regional — serão apresentadas depois de estudos, sob forma de introdução em distintas monografias Com isso facilitar-se-á, em todo o tempo, mais exata compreensão dos resultados censitários, pois na imagem de QUETELET, os números são mudos e será preciso fazer-lhes abrir a bôca . Só pelo confronto de antecedentes históricos e do exame das tendências gerais de ordem cultural, será possível, com efeito, apreciar a vida nacional, em seu ritmo de crescimento e em sua expressão característica

A "Série Nacional", volume I, Introdução, abre com êste tomo dedicado ao estudo da cultura brasileira. E, muito acertadamente, deu a Comissão Censitária Nacional o encargo de compô-lo ao Professor FERNANDO DE AZEVEDO Dificilmente, na verdade, se poderia encontrar autor que reunisse, como êsse ilustre professor, as condições necessárias para tal empreendimento. FERNANDO DE AZEVEDO possui, a um tempo, as luzes do cientista especialmente habilitado para obra do gênero, o cuidado e o gôsto da investigação, as excelências do expositor claro e elegante, e as de cultor exímio da língua.

O cientista se revela, desde logo, no plano da obra. Seria preciso delimitar, primeiramente, a conceituação de "cultura", variável de umas para outras escolas de sociologia, e, ainda nestas, segundo cada autor, com nuanças muito apreciáveis Em bem lançada Introdução, de menos de 20 páginas, FERNANDO DE AZEVEDO propõe o problema, examina-o por tôdas as faces, e fixa o ponto de vista em que haveria de colocar-se para o estudo da cultura no Brasil Êsse ponto de vista é o da concepção clássica, francesa e alemã, já claramente enunciado por HUMBOLDT, quando estabeleceu a distinção entre cultura e civilização: "êsse estado em que os homens souberam elevar-se acima das simples considerações de utilidade social, compreendendo o estudo desinteressado das ciências e das artes".

Fixada essa maneira de ver, passa então a expor, em três partes distintas, *os fatores da cultura* (país, raça, trabalho humano, formações urbanas, evolução social e política, psicologia do povo brasileiro); *a cultura,* em suas grandes manifestações (instituições e crenças religiosas, vida intelectual, profissões liberais, vida literária, cultura científica, cultura artística); e, enfim, a *transmissão da cultura,* parte em que examina o sentido da educação colonial, as origens das instituições escolares, a descentralização e dualidade de sistemas, a renovação e unificação do sistema educativo, o ensino geral e os ensinos especiais.

Em qualquer destas secções da obra, impressionam a riqueza do material examinado e a atitude serena e isenta de pesquisador Se, como repete, com profunda verdade, "uma hora de análise supõe anos de síntese", o trabalho para composição dêste livro, escrito, é de notar-se, em prazo relativamente curto, não começou quando FERNANDO DE AZEVEDO recebeu o encargo de redigí-lo, mas, já teria começado muitos e muitos anos antes, desde quando o A, já pelas suas tendências naturais de espírito, já pelo exercício do ensino e da pesquisa em sociologia, passou a estudar o complexo nacional da civilização e da cultura.

Sôbre essa base de documentação necessária, e, assim, clara visão dos fatos e de sua classificação, não se deixou levar o escritor, em todo o conjunto, pelas preferências pessoais, de grupos ou de escolas Procede, sim, a uma análise que poderá ser discutida, é certo, por vários pontos — mas, está sempre livre de tais prejuízos A proposição geral da matéria, quer no conjunto, quer em cada uma das partes e, ainda, nos seus distintos capítulos, há de levar, assim, os críticos e comentadores a exame também impessoal, no plano dos princípios.

Para obra dêste gênero (pois outra não poderia ser a intenção da Comissão Censitária Nacional), não haveria posição mais acertada. E, como tal, êste grande estudo, modestamente apresentado com o sub-título "Introdução ao estudo da Cultura no Brasil", há de permanecer como das obras mais significativas que, em qualquer tempo, já se tenham escrito sôbre o grande tema que propõe, e ainda quando tais obras hajam versado aspectos particulares ou trechos limitados da evolução cultural.

O A não esconde as dificuldades, que teve de enfrentar, à falta de estudos monográficos, sôbre êste ou aquele aspecto particular do tema. E sabe que, em obra de síntese, em que há o duplo objetivo de verificar conhecimentos dispersos e de abandonar tudo o que é secundário, inexpressivo ou acessório, para só fixar o essencial, há o perigo da exposição quase esquemática, e, por isso mesmo, o perigo também — acrescentamos — de pretenderem os princípios subordinar a própria realidade dos fatos ao império de sua sugestão A impressão geral dominante, que fica ao leitor, depois de exame cuidadoso da matéria, é a de que FERNANDO DE AZEVEDO soube, com maestria, fugir a uma e a outra dessas dificuldades

Por outro lado, em trabalho tão vasto, haveria de cuidar-se da linguagem, não só na sua pureza, mas no seu movimento, ou na variedade de seus efeitos, afim de que a leitura não se tornasse fatigante E, neste ponto, como nos demais, a obra parece impecável O estilo é sem-

pre digno e sóbrio, perfeitamente adequado a cada aspecto, mas variado no seu ritmo e nas suas tintas.

Nesta simples nota, escrita apenas para registrar o aparecimento da obra, não cabe, por certo, maior análise, nem discussão de qualquer de seus pontos fundamentais Tal é, porém, a fôrça de sugestão de muitas de suas passagens, que o leitor será levado a meditar demoradamente sôbre os fatos, que expõe, e as conclusões que, implícita ou explicitamente, FERNANDO DE AZEVEDO soube exprimir Assim, ao cabo de leitura atenta, fica-se a desejar que o autor venha a retomar, em estudos especiais, alguns dos temas apenas aquí abordados; ou, então, brota a natural curiosidade de confrontar vários dos trechos da obra, para perfeita inteligência daquilo mesmo que, a propósito da conceituação da cultura, o A , tão magistralmente, oferece na introdução do trabalho.

Em tudo isso, não vemos senão motivos para maior aprêço ao magnífico volume, em que FERNANDO DE AZEVEDO encontrou oportunidade para exprimir, em plena maturidade de seu vigoroso espírito, os admiráveis recursos de investigador social e de escritor.

A publicação dêste tomo faz ver o que será, de futuro, a opulenta coleção que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela Comissão Censitária Nacional, nos anuncia Mantida esta elevada orientação, como sem dúvida o será, nos demais volumes, as duas séries de publicações do Recenseamento de 1940 passarão a constituir o mais completo estudo geral, que já se tenha levantado, sôbre as coisas e a vida do Brasil E, a obra, ao final, não "documentará" apenas, mas será ainda como homenagem à própria cultura brasileira, no passado e no presente.

A êste respeito, há a salientar o trabalho das oficinas do Serviço Gráfico do I B G E., quer na composição e impressão, quer ainda na documentação fotográfica, verdadeiramente primorosa e sempre adequada ao texto Ainda quanto a êste ponto, cabem felicitações ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e menção especial ao Conselho Nacional de Geografia, cujos arquivos permitiram, em grande parte, as ilustrações do trabalho — LOURENÇO FILHO.

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA — Eugênio Gudin — Rio de Janeiro, 1943.

O Professor EUGÊNIO GUDIN, sabidamente um dos mais autorizados cultores das ciências econômicas no Brasil, houve por bem fornecer aos estudiosos dessa especialidade um conjunto sólido de reflexões e idéias, na sua obra, essencialmente oportuna, intitulada *Princípios de Economia Monetária*

Conquanto adstrito a apenas um setor da Economia, o da Moeda e do Crédito, o livro estuda outros aspectos da Economia Política, em íntima conexão com aquele, apreciando as "correntes de idéias novas" surgidas no campo da Economia

Visando a finalidade econômica de tempo de paz, e não a de guerra, que exige um sistema integralmente dirigido, o A encara preliminarmente o problema do Dirigismo como problema político, manifestando os perigos da Economia Planificada a cargo do Estado Passando do plano político ao plano econômico, examina várias dúvidas e propõe outras, concluindo que a Economia Planificada "é o fruto transitório da hora atormentada que vivemos, na evolução política e econômica do mundo" Ao seu ver, não há como imputar à Economia Liberal a culpa dos erros ou defeitos da estrutura jurídica

"A intervenção do Estado" — acrescenta — "é muitas vêzes necessária para restabelecer o pleno funcionamento da Economia Liberal, sempre que êle tenha sido deturpado Ela é um sistema econômico baseado, em princípio, na livre iniciativa e na livre concorrência Quando esta tenha sido adulterada, a ponto de afetar o funcionamento do sistema, importa intervir "

Depois de mencionar a experiência do *New Deal*, nos Estados Unidos, e a orientação atual do grande plano, que é a de "restabelecer a livre concorrência", o Professor EUGÊNIO GUDIN afirma que a Economia Liberal, não tendo a virtude de remediar, de pronto, o caos gerado pelas guerras, contudo, "inteligentemente orientada, conduzida com sabedoria, ela ainda é, no setor econômico, o sistema que melhor conduz ao Bem-Estar e à Paz entre os Homens".

Expresso, assim, o seu ponto de vista geral sôbre o assunto, o A. desenvolve, em seguida, com erudição e profundo senso analítico, em mais de 400 páginas, os seguintes temas: Moeda; Moeda Metálica; Moeda Fiduciária Conversível, Inconversível e Bancária; Crédito; Teoria dos Bancos; O Mercado Monetário; Bancos de Investimento e de Economias; Teoria Quantitativa do Valor da Moeda; Teoria das Disponibilidades Monetárias; Teoria dos Rendimentos; Outras Interpretações da Teoria das Variações do Valor da Moeda; Alguns Corolários dessa Teoria; Fenômenos de Hiper-inflação; Balanço de Pagamentos; Teoria da Paridade do Poder de Compra; A Transferência de Capitais e o Balanço de Comércio; Inflação, Câmbio e Comércio Exterior; O Problema Cambial do Brasil; Introdução ao Estudo dos Bancos Centrais; O Banco da Inglaterra; Banco de França; O Sistema de Reserva Federal Americano

No longo e substancioso prefácio de *Princípios de Economia Monetária*, o Professor MAURICE BYÉ, da Faculdade de Direito da Universidade de Toulouse e da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, manifesta vivo entusiasmo pela obra, que êle espera traduzir para a sua língua, declarando: "Dans le monde entier tous ceux qui ont quelque souci de la science monétaire sauront l'apprecier."

ROTEIRO DO TOCANTINS — Lysias Rodrigues — Rio de Janeiro, 1943

A história do Correio Aéreo Militar do Brasil, hoje Correio Aéreo Nacional, constitui um dos capítulos mais sugestivos do esfôrço do homem brasileiro para a posse efetiva do território pátrio e para a aproximação, pela melhoria das comunicações, de reduzidos núcleos demográficos localizados em pontos longínquos do interior

Bravura, dedicação, desprendimento foram qualidades exigidas dos pilotos da antiga Aviação Militar, mais tarde fundida, com a Aviação Naval e a Civil, na jovem e já gloriosa Fôrça Aérea Brasileira Seus sacrifícios foram tanto mais árduos quanto é sabida a precariedade do material que até poucos anos atrás lhes foi dado utilizar

E' a abertura de uma das rotas do Correio Aéreo, justamente uma das de maior importância na tarefa de interiorização da nossa marcha civilizadora, que está minuciosamente narrada pelo Tenente Coronel Aviador LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES, atual representante do Ministério da Aeronáutica nos Conselhos dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no seu livro, recentemente aparecido, *Roteiro do Tocantins*

Em 1931, foi o ilustre militar designado, pelos Ministérios da Guerra e da Viação, para acompanhar e fiscalizar os estudos que uma emprêsa de navegação aérea decidiu realizar para o futuro estabelecimento de uma linha comercial do Rio ao Pará através do centro do país, em condições de reduzir à metade o tempo exigido pela viagem Rio-Nova Iorque Aproveitava-se, assim, essa iniciativa, para a exploração terrestre de uma rota para o Correio Aéreo Brasileiro, em prolongamento da que já alcançava Goiaz, àquele tempo

Essa viagem de exploração, assinalando, nos pontos julgados convenientes, através do interior goiano e paraense, os locais dos campos de pouso necessários, viagem em que foram utilizados diversos meios de transporte, tanto terrestre como fluvial, — está descrita detalhadamente no livro do Coronel LYSIAS RODRIGUES E tais são as informações, realmente curiosíssimas, contidas nesse diário, e referentes aos aspectos mais variados da vasta, desconhecida e opulenta região percorrida, que fazem da obra uma das mais valiosas contribuições modernamente oferecidas ao conhecimento da geografia física e humana do Brasil Central Riquezas naturais, costumes, problemas, estado cultural, lendas, possibilidades, de tudo há notícia nessas páginas despretenciosas, simples registro que aparentemente é dos passos de uma viagem feita, até agora, por um número ainda tão reduzido de pessoas habilitadas a descrevê-la

Coube ao Aviador LYSIAS RODRIGUES, quatro anos depois de percorrer, por terra e água, o roteiro do Tocantins, fazer a exploração aérea da linha, em rápida viagem — a primeira do Correio Aéreo Militar —, do Rio a Belém através do Brasil central, "nova Terra da Promissão", como o denomina o A.

Roteiro do Tocantins foi lançado, com o melhor êxito, pela Livraria José Olímpio Editora.

OESTE PAULISTA — A. Tavares de Almeida — Rio de Janeiro, 1943.

O Sr A TAVARES DE ALMEIDA empreendeu a publicação de uma obra cíclica sôbre a sociedade da região de Rio Preto, no Oeste Paulista, e na qual deverá fazer estudos e observações sôbre "os fundamentos biológicos daquele agrupamento humano, para concluir com sugestões de reforma agrária, que venha ajustar ou, pelo menos, melhorar as condições de vida do trabalhador rural". E' parte dessa obra, em preparo, o volume ora editado, referente aos aspectos etnográficos e cultural.

Embora a zona estudada seja, apenas, a do Município de Rio Preto, sentiu-se o A habilitado a generalizar as conclusões ao Oeste Paulista, como se lê no título do livro, em vista da identidade de característicos de tôda a região nova de São Paulo, tanto de ordem demográfica como econômica e social.

Procurou o Sr TAVARES DE ALMEIDA estear as suas deduções não apenas na observação pessoal e investigações diretas, mas também nas estatísticas demográficas ao seu alcance, sendo de lamentar que não lhe pudessem ter valido os resultados das vastas e profundas investigações do Recenseamento Geral de 1940, capazes de demonstrar em definitivo fenômenos apenas entrevistos ou, de qualquer forma, não precisamente fixados.

Os esforços do A para suprir essas deficiências, que em breve deixarão de existir, mais ainda o recomendam como pesquisador

Estudando a população riopretana, o Sr. TAVARES DE ALMEIDA conclui achando bem adeantada a experiência etnográfica na zona, "com a conseqüente acomodação de culturas várias e, o que é mais significativo e consolador, regida e dominada por espírito nitidamente brasileiro"

O A considera, mesmo, o sertão de Rio Preto, a melhor experiência etnográfica do país, a mais animadora do ponto de vista nacionalista, por se haver operado alí a perfeita fusão de múltiplas etnias — de latinos da Itália e península ibérica, de nórdicos, de asiáticos do Mediterrâneo e do Japão, de rumenos e judeus polacos —, opinando que, "pela parada da introdução de novos elementos de etnias exóticas e pela comixtão revelada nos índices de fusibilidade por gerações, combinação em que em dosagem maior entra a contribuição brasileira, será esta a etnia influenciadora, dando, ao homem futuro dêste oeste, o seu tipo psicológico e cultural."

Outra conclusão a que chega, estudando os problemas da adaptação por etnias, é a excelência da terra sertaneja para acolher o homem estranho e lhe dar condições de vida feliz e fisi-

camente próspera Essa terra mostra-se, igualmente, propícia a tôdas as raças, "mesmo que guardem estas a pureza de sua linhagem ariana".

Detendo-se sôbre a questão do imigrante japonês, o Sr TAVARES DE ALMEIDA mostra provas de inassimilação dêsse grupo, mas acredita que, mediante uma acertada política imigratória, na futura civilização brasileira, servida por espírito amplo e universal, "haverá lugar para o japonês que admita a constelação da nossa cultura, mas só para êste, porque a nós cabe construir a nossa pátria e traçar o seu destino histórico"

O predomínio brasileiro no *melting-pot* do *Oeste Paulista*, segundo o A demonstra, ocorreu também no embate das culturas, resultando no enriquecimento da cultura patrícia "pela contribuição das experiências dos grupos que nela se acomodaram"

O último capítulo do livro, escrito com vivacidade e espírito de observação, oferece um curioso desfile de tipos da sociedade estudada e dos problemas que nela tomaram vulto ou ainda subsistem, figuras bem recortadas da realidade, como o "grileiro", o "coronel", o bacharel — como juiz, promotor, delegado de carreira ou advogado — o médico, o "rapazinho", o "arrendador" e o "arrendatário", a "professorinha", cada um com a sua atuação benfazeja, uns, nefasta, outros

O livro do Sr TAVARES DE ALMEIDA, que teve muito bom acolhimento da crítica, foi publicado pela editora Alba, do Distrito Federal

---

EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR E EDUCAÇÃO PRE-MILITAR — Oldegar Vieira — Rio de Janeiro, 1943.

Interessado, já há muito, em estudos sôbre a educação cívica da juventude e ardoroso propagandista do escotismo, o Sr OLDEGAR VIEIRA escreveu um livro oportuno e fundamentado, reunindo suas idéias e sugestões em tôrno dos temas que se resumem no título da obra: *Educação extra-escolar e educação pré-militar*.

O A não se limita a indicar as vantagens da organização escotista, mas examina em largos traços, do ângulo de suas convicções, a situação política e social do mundo contemporâneo, o caráter atual e as tendências do Estado

Pelo enunciado dos capítulos, a seguir transcrito, tem-se idéia dos pontos abordados: Complexidade e evolução do fenômeno educacional; a educação escolar; a educação extra-escolar; o Estado moderno e a educação; a educação pre-militar; a educação extra-escolar e o Estado Brasileiro; o escotismo e a nova educação; o escotismo e a educação integral; a educação cívica, o escotismo e a Juventude Brasileira

O Sr. OLDEGAR VIEIRA conclui indicando a urgência da "sistematização, num todo orgânico e de caráter extra-escolar, da educação moral, física e pré-militar da juventude brasileira". Essa sistematização, o A a quer "sôbre uma sólida base de princípios morais, cristãos, e de uma cultura altamente desenvolvida".

E acrescenta: "Enquanto, porém, os técnicos não teem a experiência donde extrair as necessárias sugestões para um novo plano da educação cívica extra-escolar eminentemente brasileira e original, que se procure realizar, conforme a solução encaminhada pelo govêrno brasileiro no Decreto-lei n.º 2 310, a adaptação do espírito, dos métodos e programas escoteiros na organização da Juventude Brasileira "

Abre o livro *Educação extra-escolar e educação pré-militar* a transcrição das cartas dirigidas ao autor pelos Srs M A TEIXEIRA DE FREITAS e Coronel LIMA FIGUEIREDO que, tendo lido os originais da obra, fazem à mesma expressivos louvores O primeiro assinala haver encontrado na maneira por que o Sr OLDEGAR VIEIRA encara os problemas de organização nacional "numerosos pontos de contacto com as idéias que tem defendido e procurado propagar, com o sincero empenho de ver garantida ao homem brasileiro uma assistência educacional que atenda, integralmente, ao objetivo básico de sua valorização, do ponto de vista físico, intelectual e moral" O segundo missivista declara, com a sua autoridade de técnico, que o livro, "no tocante à matéria militar, está perfeito".

CENÁRIOS MUNICIPAIS (1941-1942) — Anfilóquio Câmara — Rio Grande do Norte, 1943

Havia já algum tempo que o Sr ANFILÓQUIO CÂMARA, operoso diretor do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Norte, vinha publicando uma série de "Informações Gerais sôbre os Municípios", trabalhos que constituiam verdadeiras monografias sintéticas de cada uma das circunscrições municipais daquele Estado nordestino

A medida que aquelas notas eram divulgadas pelo órgão oficial do govêrno norte-riograndense, chegavam ao A inequívocas demonstrações do interêsse que estavam as mesmas merecendo em diferentes círculos administrativos, culturais e econômicos. Pronunciamentos mais significativos, da parte de altos responsáveis dos serviços geográficos e estatísticos do país, sobretudo, animaram o Sr. ANFILÓQUIO CÂMARA a prosseguir e, finalmente, a reunir em volume, que o Interventor ANTÔNIO FERNANDES DANTAS houve por bem mandar editar, a valiosa corografia regional que o conjunto dos referidos trabalhos constituia e a que denominou *Cenários Municipais*

As indicações mais importantes da realidade norte-riograndense em 1941 e 1942 estão registradas documentadamente com as melhores aquisições da geografia e da estatística, acrescidas de observações colhidas pessoalmente pelo A, em viagens pelo interior, desde muitos anos.

Foi seguida, tanto quanto possível, na exposição da matéria — que abrange os aspectos estáticos e dinâmicos da vida dos quarenta e dois

Municípios — a ordenação geral dos assuntos da estatística brasileira, sucedendo-se as "situações" física, demográfica, econômica, social, cultural, administrativa e política.

Escrito em linguagem clara e caracterizando-se pela precisão dos elementos informativos e objetividade da explanação, o livro do Sr ANFILÓQUIO CÂMARA, que contém mais de quatrocentas páginas, constitui uma das mais interessantes e úteis realizações, no gênero, valendo salientar que, em modesta apresentação, presta um serviço de bem maior relevância do que os albuns ilustrados e dispendiosos habitualmente preparados com objetivos de propaganda.

LIÇÕES DE ESTATÍSTICA — Aúthos Pagano — São Paulo, 1943.

O crescente desenvolvimento, no Brasil, da bibliografia de metodologia estatística é, sem dúvida, um dos mais seguros índices da importância cada vez maior que aquí se vem concedendo à estatística nas manifestações culturais e na orientação das atividades de todos os ramos da iniciativa pública e privada

Recente e apreciável contribuição para o estudo do método estatístico é devida ao Sr AÚTHOS PAGANO, Doutor em Ciências Econômicas, Professor de Matemáticas na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo e de Estatística e Matemáticas na Escola de Comércio Álvares Penteado Foi êste último estabelecimento de ensino, aliás, o editor do novo tratado — *Lições de Estatística* — em comemoração ao 40 º aniversário de sua fundação

Divide-se a obra em dois volumes, cada um com 400 páginas, e dos quais o primeiro dedicado a generalidades e o segundo ocupando-se especialmente do Cálculo das Probabilidades e Questões Demográficas.

Trata-se, ao que declara o A no prefácio, de um compêndio introdutório a estudos ulteriores mais pormenorizados Nele se concedeu restrita importância às questões doutrinárias, bem como à informação histórica, em benefício da aplicação do método estatístico

Para melhor esclarecimento dos leitores, vamos transcrever as ementas gerais dos capítulos da Parte Geral: História da Estatística; Os dados; Séries ou distribuições estatísticas; Tabulação dos dados; Representação gráfica; Elementos de tendência central; Outras medidas; Elementos de dispersão ou de variabilidade; Medidas de dispersão relativa; Momentos ; Interpolação e ajustamento; Diferenças finitas; Ajustamento pelo método dos mínimos quadrados; Ajustamento de dados estatísticos com o auxílio de equações paramètricamente não lineares; Correlações

O capítulo "Cálculo das Probabilidades" abrange duzentas páginas e "Algumas questões demográficas" 170 páginas, tôdas do 2.º volume

No final da obra encontra-se extensa e valiosa indicação bibliográfica.

EXERCÍCIOS DE ESTATÍSTICA — Lauro Sodré Viveiros de Castro — Rio de Janeiro, 1943.

Na moderna geração de técnicos que mais proficientemente veem servindo à estatística brasileira, o Engenheiro LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO destaca-se pela competência e a operosidade

Alto funcionário do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, com o desempenho de várias comissões de grande responsabilidade profissional, além de professor de estatística nas Faculdades Católicas, é já numerosa a sua bagagem de trabalhos especializados, na maioria aparecidos no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

De autoria do Professor LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO é um dos nossos primeiros e mais úteis compêndios de metodologia estatística, intitulado *Pontos de Estatística* e do qual já saíram três edições.

E' o complemento dêsse livro que o A acaba de lançar, sob o título de *Exercícios de Estatística,* correspondendo à parte prática do anterior, que foi de natureza teórica.

Os exercícios são os que apareceram em *A Prova de Estatística,* livrinho de nível elementar, acrescidos de muitos outros do mesmo nível e de níveis médio e superior, de modo a servir aos estudantes de escolas superiores e não, como os primeiros, só a principiantes.

A clareza e os demais requisitos com que o livro atende às exigências didáticas, teem-lhe assegurado um completo sucesso nos meios profissionais e educacionais.

Os exercícios são em número de 192, necessitando o estudante, para resolvê-los, bem conhecer pelo menos os seguintes elementos de Matemática: frações; regra de três, percentagens, quadrado e raiz quadrada; equações e funções, e suas representações gráficas, sistemas de equações; prática de logaritmos; análise combinatória; binômio de Newton

Cabe assinalar, porém, que não apenas para estudantes é de grande proveito o conhecimento dos *Exercícios de Estatística* O livro é também muito útil aos profissionais em geral, como um guia prático de normas de apresentação e aplicações do método estatístico.

TÁBUAS ITINERÁRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Departamento Estadual de Estatística — Belo Horizonte, 1943

Com a publicação, num volume de mais de 350 páginas de texto e com cinco esquemas, das *Tábuas Itinerárias do Estado de Minas Gerais,* a campanha empreendida pelo Conselho Nacional de Estatística, na conformidade da Resolução n º 32, de 14 de Julho de 1937, alcança um

dos seus mais significativos êxitos, visto referir-se o trabalho a uma das maiores e mais progressistas Unidades da Federação.

A publicação, racionalmente ordenada, de elementos sôbre o sistema regional de transportes, aliás, já há muito entrava nos planos do órgão regional da estatística mineira, cujo diretor, Sr HILDEBRANDO CLARK, pôde por isso mesmo escrever na apresentação das *Tábuas*:

"Desde o início de suas atividades vem a repartição de estatística do Estado organizando anualmente, de maneira sistematizada, os quadros referentes às distâncias e aos meios de transporte entre as sedes municipais e as capitais do Estado e da União, sedes municipais vizinhas e sedes distritais .

Os resultados dessas indagações foram divulgados em Anuários e em folhetos ou "separatas", com que sempre se atenderam aos numerosos pedidos sôbre o assunto .Paralelamente a êsses trabalhos foram publicados mapas rodoviários de reconhecido interêsse para as administrações públicas e entidades particulares".

Em 1936, o antigo Serviço de Estatística Geral publicou o volume *Meios de Comunicações*, tomado precisamente pela citada Resolução nº 32 como padrão mínimo para as contribuições regionais às Tábuas Itinerárias Brasileiras

Quanto aos demais elementos que deveriam ser introduzidos em posteriores edições, conseguiu o D E E incluir os referentes à duração ordinária dos percursos totais, com as suas escalas obrigatórias e a de cada uma de suas etapas

Êsse novo elemento — tempo médio gasto em viagem — foi obtido, conforme assinala na introdução o Sr JOSÉ XIMENES CÉSAR JÚNIOR, Chefe da 1ª Divisão do D E E , através de meticuloso inquérito realizado, por intermédio das 288 Agências Municipais de Estatística, nas fontes informantes autorizadas, constituídas pelas emprêsas que exploram os serviços de transporte ferroviário, rodoviário e aeroviário.

As deficiências de que ainda se ressente o trabalho são lealmente indicadas, sem que desmereçam a valia, realmente grande, do conjunto da obra.

RELATÓRIO — Lloyd Brasileiro — Rio de Janeiro, 1943

Com a publicação do seu Relatório, referente ao ano de 1942, o Lloyd Brasileiro (Patrimônio Nacional) reencetou uma praxe que se achava interrompida desde 1927, exceção feita apenas ao ano de 1932.

O longo intervalo no cumprimento dessa vantajosa norma fêz crescer as dificuldades que o Sr Comandante MÁRIO DA SILVA CELESTINO, diretor da emprêsa, teve de vencer para apresentar o minucioso e amplo documentário que recentemente encaminhou ao Sr. Ministro da Viação, General MENDONÇA LIMA Conseguiu-o com a colaboração dos altos auxiliares que integraram a comissão para êsse fim constituída, Srs AMARO SOARES DE ANDRADE, Chefe do Departamento de Estatística, ANTENOR BATISTA DE AZEVEDO CASTRO, Chefe da Secção da Receita e Custeio, e LEÔNIDAS CASTELO DA COSTA, Chefe do Gabinete

Foi a organização do Relatório, especialmente, uma notável demonstração de eficiência do Departamento de Estatística do Lloyd, meses antes filiado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao mesmo tempo que a sua apresentação sistematizada racionalmente constitui, já, um dos bons frutos da cooperação estabelecida com a entidade, cujo Serviço Gráfico se incumbiu da realização material da obra

As grandes divisões do Relatório compreendem: "Resumo Histórico", "A Frota", "O Lloyd e a Guerra", "Administração". Em todos os capítulos, é ampla a documentação numérica, disposta sob os melhores preceitos técnicos, a conferir objetividade e segurança às informações.

Por sua natureza, o relatório de uma grande emprêsa de navegação é sempre um material de vivo interêsse para os economistas e estudiosos de problemas gerais de um país Correspondendo a um período acidentadíssimo — de grandes perdas causadas pela guerra — e referente às atividades da maior companhia de navegação do Brasil, o relatório do Lloyd oferece interêsse ainda mais acentuado.

E' de ser assinalado que, apesar de haver perdido, durante o ano, 23 navios, de se ter reduzido consideràvelmente o movimento marítimo e de haver despendido mais de 77 milhões de cruzeiros com a reparação de sua velha frota, não foram maus os resultados apresentados pela Emprêsa, cujo balanço demonstrou: *a*) um índice de liquidez muito elevado, que pode ser classificado como bom; *b*) um aumento nas imobilizações, que bem demonstra o cuidado da administração em assegurar as futuras condições econômicas da Emprêsa; *c*) um lucro líquido de Cr$ 88 274 722,90

Daí, haver podido o Comandante MÁRIO CELESTINO assinalar, na apresentação do Relatório:

"O ano de 1942 se não foi, portanto, bom para o Lloyd Brasileiro sob o ponto de vista econômico, devido às perdas ocasionadas ao seu material flutuante pelos torpedeamentos, pode, todavia, ser considerado um ano feliz sob o aspecto financeiro, guardadas naturalmente as relatividades impostas pelo estado de guerra que atravessa o mundo

A administração do Lloyd Brasileiro, na pessoa do seu Diretor, aproveitando a sua longa experiência no ramo dos transportes marítimos, tudo tem feito, sem alarde e sem preocupação de atrair atenções, para que a Emprêsa desempenhe nesta hora grave para os destinos do Brasil e da humanidade, com tôda a eficiência

necessária, o papel que lhe compete na batalha do abastecimento e as missões que dela venham a exigir os superiores interêsses nacionais".

RELATÓRIO — EXERCÍCIO DE 1942 — Nereu Ramos, Interventor Federal em Santa Catarina — Florianópolis, 1943.

Foi publicado em Outubro dêste ano, num volume de 225 páginas, o Relatório que o Sr. NEREU RAMOS, Interventor Federal em Santa Catarina, apresentou ao Sr Presidente da República, relativo ao exercício de 1942

E' mais um documento da operosidade do ilustre governante catarinense e do vigor da sua ação administrativa, de tão amplos resultados para o progresso material e cultural do seu Estado

Nos capítulos dedicados às finanças, vida econômica, arrecadação federal, estradas de rodagem, assistência ao cooperativismo, obras públicas, fomento e defesa da produção animal, fomento e defesa da produção vegetal, vida municipal, além de outros, quanto ao aspecto material, bem como nos capítulos referentes à educação popular, assistência e proteção de menores, saúde pública, quanto à parte sócio-cultural, estão fixados com precisão os esforços do Interventor NEREU RAMOS no sentido do engrandecimento de Santa Catarina

Cabe lembrar que várias repartições mereceram, também, capítulos especiais, nos quais são relatadas as suas atividades Entre aquelas repartições está o Departamento Estadual de Estatística, dirigido pelo Sr VIRGÍLIO GUALBERTO, e que é, sem favor, um dos mais eficientes e fecundos da organização regional do sistema estatístico brasileiro.

Ao D E E tem o govêrno do Sr. NEREU RAMOS dispensado o melhor apoio e proporcionado os necessários recursos, recebendo, por sua vez, daquele órgão estatístico, uma cooperação valiosa para a planificação administrativa e a apuração dos resultados da obra empreendida.

Ainda para o Relatório de 1942, cuja publicação estamos registrando, o Departamento contribuiu com uma farta documentação numérica e colaborou na elaboração de vários capítulos.

TÁBUAS ITINERÁRIAS DO AMAZONAS — Departamento Estadual de Estatística — Manaus, 1943.

Nos fins de 1941, o Departamento Estadual de Estatística do Amazonas deu à publicidade, em edição provisória, mimeográfica, as *Tábuas Itinerárias* daquela Unidade Federada.

As dificuldades para a realização dêsse trabalho num Estado de tão grande extensão territorial e de transportes tão irregulares são bem compreensíveis, muito valorizando, conseqüentemente, os resultados obtidos

Rigorosamente revista a edição preliminar, com a qual o diretor do D E E, Sr JÚLIO UCHOA, demonstrou o seu empenho em cumprir proficientemente as resoluções do Conselho Nacional de Estatística, sai agora a edição definitiva, impressa em virtude de autorização do Sr ÁLVARO MAIA, Interventor Federal no Amazonas

Ao trabalho preliminar foi, ainda, acrescido um capítulo, de modo a ficar dividido o volume nas seguintes partes: I — Itinerários entre as sedes municipais e a capital do Estado, sedes distritais, municípios limítrofes e a capital da República, com discriminação do tempo de viagem e custo das passagens; II — Distâncias entre as localidades, conforme as linhas de navegação; III — Tabelas diferenciais de passagens.

O diretor do Departamento, que na introdução à edição preliminar agradecera o árduo trabalho levado a cabo pelos seus auxiliares, Srs JOSÉ GUEDES DE SALES BASTOS e CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ARRUDA, volta a elogiar o primeiro e o Sr CARLOS COHEN pela tarefa de revisão rigorosa que se fêz mister, para o lançamento da edição definitiva

---

LATIN AMERICA IN MAPS — Wilgus — Nova Iorque, 1941

OUTLINE-HISTORY OF LATIN AMERICA — Wilgus e d'Eça — Nova Iorque, 1941.

Os Srs Barnes & Noble, de Nova Iorque, ofereceram à Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dois volumes da sua College Outline Series, cujo sucesso é conhecido tanto nos Estados Unidos como nos demais países do continente

Um dêsses volumes, *Latin America in Maps*, preparado pelo Sr A CURTIS WILGUS, contém mais de 200 cartas, selecionadas e acompanhadas de notas explicatórias sintéticas, informando rápida e impressivamente sôbre a história, a geografia e a economia dos países da América Latina Como trabalho didático de grande valia, pela concisão e clareza dos elementos, tem sido utilizado largamente em cursos de história, economia, geografia e relações internacionais, constituindo-se, assim, um ótimo instrumento de aproximação continental

O outro volume, *Outline-History of Latin America*, é da autoria do mesmo Sr WILGUS, com a colaboração do Sr RAUL D'EÇA, do Departamento de Línguas Romanas da George Washington University Exatamente do mesmo formato do anterior e com um número de páginas pouco maior (cerca de quatrocentas), é

também um manual sintético, que 76 ilustrações, 15 mapas e extensa indicação bibliográfica completam e valorizam

Destinado a colégios e escolas superiores, *Outline-History of Latin America* menciona os fatos essenciais concernentes à conquista e colonização desta parte do continente, a luta pela independência e o desenvolvimento das 20 Nações dêsse grupo, considerado nos seus vários aspectos políticos, econômicos e culturais

---

RELATÓRIO — General Osvaldo Cordeiro de Farias — Pôrto Alegre, 1943

Ao deixar, em Setembro dêste ano, o cargo de Interventor Federal no Rio Grande do Sul, o General OSVALDO CORDEIRO DE FARIAS, que exercia aquelas funções desde 1938, apresentou ao Sr Presidente da República um sucinto mas completo relatório da sua gestão, que foi das mais brilhantes e fecundas

Assumiu o ilustre militar o govêrno daquela grande Unidade da República num momento em que a vida política regional se apresentava eriçada de dificuldades Vencidas estas, deflagrava a segunda grande guerra, com repercussões profundas e graves no Estado, onde é elevado o contingente de populações marginais

O que foi a atuação da Interventoria sul-rio-grandense, empreendendo tenaz e vitoriosa luta contra a espionagem nazista, as manifestações soleites do pangermanismo de sucessivas gerações inassimiladas, é sabido e reconhecido por todos como um dos notáveis serviços prestados à Nação pelo General CORDEIRO DE FARIAS, secundado, na ação policial, pelo Tenente-Coronel AURELIO PY e, na ação educacional, pelo Sr COELHO DE SOUSA

Tanto no setor da educação e cultura, da higiene e saúde públicas, como do fomento à produção, das obras públicas, especialmente no que se refere aos transportes, como ainda da administração da justiça, da segurança pública, das atividades estatísticas, e, finalmente, das finanças, a documentação numérica corrobora a notícia de um largo e positivo progresso através dos cinco anos da administração do digno soldado e cidadão

No relatório, cuja publicação, em volume editado pela Imprensa Oficial de Pôrto Alegre, estamos registrando, o General CORDEIRO DE FARIAS apresenta, ainda, com aguda visão de administrador e patriota, o itinerário para solução de importantes problemas gerais do Rio Grande, sobretudo o da valorização demográfica e econômica da zona fronteiriça do Estado

Ao finalizar, pôde resumir em poucas palavras os objetivos do seu govêrno: "ambiente de ordem, tranqüilidade e trabalho, harmonia entre os poderes públicos e o povo, intensa e efetiva colaboração com as fôrças sociais e econômicas, máximo desenvolvimento da instrução pública, da higiene, das rodovias, do fomento e da assistência agrícola e pastoril, mineração, colonização, estímulo e amparo a tôdas as iniciativas e empreendimentos, moralidade e regularidade administrativas" E dizer, ainda:

"Que foi sereno, justo, impessoal e constantemente votado à causa dos interêsses públicos, ufano-me em proclamar.

Que colheu frutos abundantes e deixa fartas messes semeadas, dizem a eloqüência de dados e cifras concretas e atestam os testemunhos das classes trabalhadoras

Enfrentou circunstâncias adversas e soube estar à altura delas, minorando-lhes os efeitos funestos à economia coletiva.

Elevou imensamente as arrecadações, sem majoração correspondente de tarifas impositivas, realizou despesas avultadas para o bem público e deixa uma situação financeira desafogada "

RELATÓRIO — Interventor Federal no Maranhão — São Luiz, 1943

E' um documento honroso para quem o subscreve, além de merecedor de destaque na bibliografia brasileira dêsse gênero, o relatório que o Sr PAULO RAMOS, Interventor Federal no Maranhão, apresentou ao Sr Presidente da República sôbre a administração daquele Estado no exercício de 1942

São mais de 200 páginas de texto, a que se juntam quase 90 páginas de estatísticas comerciais em anexos, detalhando mais um ano de fecunda atividade do govêrno maranhense E que êsse ano foi dos mais árduos na vida do Estado, todos o sabem Mas, para que bem se fixe o que o Maranhão teve de enfrentar e como o fez, vale transcrever estas palavras da introdução do relatório:

"Os nossos produtos se estagnavam no interior e se deterioravam e se perdiam à falta de condução que os escoasse para os locais de consumo e de exportação A Estrada de Ferro São Luiz-Teresina, única ferrovia do Estado, inteiramente desaparelhada de material rodante, e com o leito a carecer de quase completa reconstrução, não pôde manter o tráfego regular A navegação fluvial e a utilização das rodovias existentes, por veículos auto-motores, foram reduzidas a grau ínfimo, em virtude da minguada quota de combustível líquido que nos foi atribuída.

Por via marítima, não era mais confortadora a situação Meses seguidos, nem um só navio, nacional ou estrangeiro, deu entrada em nossos portos Surgiu, assim, o problema angustioso do abastecimento das populações da Capital e do interior, de gêneros de primeira necessidade importados de outras praças do país, e o não menos aflitivo, do congestionamento nos

armazens dos portos de embarque, de produtos destinados a outros Estados e aos mercados dos demais países americanos

No entanto, o valor da exportação maranhense, no ano em foco, para o resto do Brasil e para o estrangeiro, ultrapassou o dos exercícios anteriores A balança comercial acusou saldo favorável A arrecadação do Estado atingiu cifra jamais alcançada e o *superavit* verificado, ao encerrar-se o exercício, não encontra precedentes na nossa história financeira"

Pôde, assim, o interventor PAULO RAMOS ufanar-se do êxito de longo e exaustivo trabalho, que vinha realizando no seio do povo maranhense, "em prol do seu congraçamento, da intensificação dos seus sentimentos cívicos, da restauração da sua economia e da prosperidade dos públicos negócios "

Através de numerosos capítulos, está detalhada a ação administrativa regional, sendo um deles dedicado à Estatística Mais uma vez o ilustre governante maranhense ressalta o mérito da informação estatística no norteamento dos trabalhos de govêrno Decidido estimulador da atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através de eloqüente apoio às campanhas e iniciativas da entidade, o Sr. PAULO RAMOS menciona os importantes encargos de que se vem desincumbindo vantajosamente o Departamento Estadual de Estatística, inclusive das novas atribuições resultantes do estado de guerra

O relatório cuja publicação estamos registrando não informa apenas, com abundância de minúcias e precisão numérica, o que realizou a administração pública, naquele Estado, em 1942, mas também habilita a conhecer algo do que está reservado ao Maranhão mediante o contínuo desenvolvimento das suas fontes de riqueza e da sua rede de comunicações

---

ESTADÍSTICA Y ESCALAFON — Oscar A Romero — Quito, 1943

O Ministério da Educação Pública do Equador editou, em alentado volume, importante trabalho do Chefe da sua Secção de Estatística e Pessoal, Sr OSCAR A ROMERO Resultado de investigação paciente e eficaz e de árduo serviço de compilação e ordenação, destina-se a prestar importante auxílio à própria administração equatoriana, como acentuou o Ministro ABELARDO MONTALVO na apresentação da obra.

Tudo quanto de maior interêsse existe no ramo educacional — declarou, por sua vez, o Chefe da Secção de Extensão Cultural e Publicações do aludido Ministério — êsse volume contém, abrangendo os mais essenciais aspectos dos regulamentos da vida educativa e, também, da história educacional no Equador Relação nominal, por ordem alfabética, de todo o professorado da República, compreendidos todos os ramos da educação — primário, profissional, especial, secundário e superior — é seguida da nominata do pessoal de cada um dos estabelecimentos de ensino e repartições educacionais do país Vem depois a síntese histórica das Universidades equatorianas, desde a respectiva fundação, e, em seguida, um completo almanaque de pessoal de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais, com indicações diversas referentes aos três últimos anos

Encontram-se, ainda, cincoenta quadros com tôda sorte de dados e referências sôbre os ensinos, desde o pré-escolar ao superior

A escassez de elementos precisos, pois os existentes resultam de trabalhos limitadíssimos, que se teem realizado isoladamente, muitas vêzes sem orientação técnica, e, menos ainda, um plano de ação enquadrado na realidade, exigiu maiores esforços do A , a quem valeram estudos proficientes realizados no exterior e a experiência adquirida nos seus longos anos de chefia da Secção especializada do Ministério da Educação Pública

A reprodução de formulários e instrumentos outros de apuração e coleta confere, ainda, ao livro *Estadística y Escalafon* um interêsse prático que cabe ressaltar

---

EL CREDITO RECIPROCO — José R. Martin — Buenos Aires, 1943.

O Sr José R MARTIN, após realizar fundas pesquisas e recolher uma valiosa experiência, escreveu essa monografia sôbre o crédito mútuo, explanando a história e o conceito das instituições de economia imobiliária, os regimes legais do sistema, o tècnicismo e a prática do crédito mútuo e o desenvolvimento, na Argentina, da economia para a casa própria

Tema inédito na bibliografia do seu país, como se assinala no prefácio, e convenientemente estudado apenas na de um ou outro, não pretende o A havê-lo esgotado com um tratado completo, mas ter oferecido a base de ulteriores trabalhos que, em forma de ensaios ou de monografias, se propõe dar à publicidade, "aprofundando as questões técnicas ou tópicos medulares meramente esboçados nos capítulos que integram êste volume"

Na parte final do trabalho, denominada "Reflexão sôbre a realidade nacional", o Sr. JOSÉ MARTIN demonstra a grande importância da casa-própria como fator de desenvolvimento social e de assimilação das massas imigrantes, capaz de modificar radicalmente o ritmo e o modo de vida coletiva, e, especialmente, como fórmula de incremento da economia privada, do espírito de poupança.

EL COMERCIO EXTERIOR ARGENTINO — Buenos Aires, 1943

O boletim n º 231 da Diretoria Geral de Estatística, subordinada ao Ministério da Fazenda da República Argentina, é constituído

das tabelas de apuração do movimento do comércio exterior argentino em 1942 e 1941 e de estatísticas econômicas retrospectivas:

A repartição central de estatística da vizinha Nação platina dispensa um carinho especial a êsse ramo das suas pesquisas, divulgando-lhes os resultados com atualidade e regularmente em volumes de apreciável apresentação gráfica

As informações retrospectivas abrangem desde o ano de 1864, quando a população argentina era de pouco mais de um e meio milhões de habitantes

Além das séries numéricas, de alto interêsse para o conhecimento dos principais aspectos da vida econômica do país, vários gráficos aumentam o valor técnico da obra, na qual se lêem, também, esclarecimentos diversos sôbre os valores utilizados e o processo a que foram submetidos

---

AS CONTAS DO BRASIL — Ruben Rosa — Rio de Janeiro, 1943.

O Sr Ministro RUBEN ROSA, presidente do Tribunal de Contas, deixou assinalada de forma expressiva a passagem, em Janeiro dêste ano, do cinqüentenário da instalação daquela alta côrte, editando em volume peças e notas de elevado valor para o conhecimento das finalidades e da história do importante órgão da administração nacional

Constitui o primeiro capítulo a oração proferida pelo ilustre jurista na sessão de 19 de Janeiro de 1943, data em que se assinalou o cinqüentenário Em seguida, encontram-se breve e clara exposição dos antecedentes do Tribunal desde a Colônia, notas biográficas sôbre seis vultos do passado da instituição, textos legislativos, uma carta de SERZEDELO CORREIA, as três primeiras atas das sessões, a relação nominal dos Presidentes e mais membros e, por fim, uma valiosa indicação de bibliografia referente à Fazenda Pública e ao Tribunal de Contas

Conquanto apresentado apenas como "um roteiro para trabalho de maior vulto", o livro do Sr Ministro RUBEN ROSA fornece ótima notícia da conceituação doutrinária e da vida funcional do mesmo Tribunal, no superior contrôle da vida financeira da Nação

---

OS FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLÍTICA DO AÇÚCAR — Barbosa Lima Sobrinho — Rio de Janeiro, 1943

À frente do Instituto do Açúcar e do Álcool, o Sr BARBOSA LIMA SOBRINHO não se mostra apenas o administrador eficiente de um dos principais ramos da economia dirigida no país, mas também o publicista fecundo, enriquecendo sempre mais a bibliografia referente aos diversos aspectos da produção açucareira e alcooleira.

Mais um volume, êste de poucas páginas, acaba de ser distribuído pelo I A A , reunindo, sob o título de *Os fundamentos nacionais da política do açúcar*, duas exposições do Presidente daquele Instituto, nas sessões de 28 de Abril e 10 de Maio dêste ano, e um comunicado divulgado na imprensa paulista. Na primeira das referidas exposições, o Sr BARBOSA LIMA SOBRINHO aprecia o problema do suprimento do açúcar em face da questão do transporte; na segunda, fixa o caráter nacional da política açucareira, demonstrando a necessidade de manter-lhe a diretriz, em proveito da unidade da economia nacional e desprezando preconceitos regionalistas; no comunicado, dá-se conta da atitude do I A A em relação à tabela de preços de canas em São Paulo.

Desenvolvendo argumentação lúcida e incisiva, o A revigora, nesses trabalhos, especialmente no segundo deles, os princípios que norteiam a direção das relações econômicas da lavoura da cana de açúcar, a mais tradicional de nossas atividades agrárias ,

---

ARQUIVOS DE HIGIENE — Departamento Nacional de Saúde — Rio de Janeiro, 1943.

O número 1 do ano 13 dos *Arquivos de Higiene* publicados pelo Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, é um volume de mais de quatrocentas páginas de texto e ilustrações, contendo a demonstração das atividades daquele Departamento, no exercício de 1942, sob a direção do Dr JOÃO DE BARROS BARRETO

Tem-se aí um documentário farto e impressivo das realizações do govêrno federal, muitas vêzes em cooperação com os governos regionais, no setor da assistência sanitária, em todo o país, durante o ano findo, e um panorama de iniciativas em andamento e problemas a atacar

Logo em seguida a um capítulo sôbre a Conferência Sanitária Panamericana, reunida nesta Capital em Julho de 1942, desfilam os relatos das atividades de cada secção em que se desdobra o Departamento, a começar pela de Malária do Nordeste, com a qual colabora decisivamente a Fundação Rockfeller, seguindo-se a de Saneamento da Amazônia São examinados os resultados dos Cursos do D N S , os trabalhos administrativos, as realizações a cargo das Divisões de Organização Sanitária e de Organização Hospitalar, a missão do Instituto Osvaldo Cruz, e a atuação dos Serviços Nacionais: de Lepra, de Tuberculose, de Febre Amarela, de Malária, de Peste, de Cancer, de Doenças Mentais, de Educação Sanitária, de Fiscalização de Medicina, de Saúde dos Portos e de Bioestatística

O último capítulo é referente às Delegacias Federais de Saúde, às quais são devidas muitas das realizações mencionadas no relatório e que

"se esmeraram na sua tarefa de fiscalização, coordenação e orientação, mantendo para isso estreito contacto com as repartições sanitárias estaduais e cooperando eficazmente com os demais órgãos do D N S ".

O n° 1 do Ano 13 dos *Arquivos de Higiene* enfeixa elevada soma de informações sôbre um dos aspectos mais relevantes da vida brasileira, aquele que exige multiplicidade de ingentes esforços, contínuos e progressivos, em benefício do nosso capital humano.

RELATÓRIO — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1943.

E' um fato, assás reconhecido, o elevado nível de eficiência e precisão alcançado pelos serviços da Imprensa Nacional, graças à verdadeira revolução que se operou, nos últimos quatro anos, naquele setor do serviço público federal.

Tendo passado a centralizar todos os serviços gráficos dos diversos Ministérios e achando-se hoje em grande e moderno edifício, para suas instalações especialmente construído, a I N encontrou no Engenheiro RUBENS PÔRTO, seu diretor, o técnico entusiasta e capaz que lhe deu uma organização racional cujos frutos não se fizeram esperar

Mais do que qualquer relato, aqui realmente prescindível, falam a pontualidade e o gôsto artístico das suas edições, e, ainda, a elevada cifra de sua produção

Prestou o Sr RUBENS PÔRTO, assim, um serviço aos que necessitarem aproveitar os resultados de uma arrojada e profícua experiência, reunindo em volume o relatório das atividades da Imprensa Nacional no quadriênio 1939-1942 São 560 páginas em que se encontra, com uma profusa documentação estatística, a demonstração esquemática de um minucioso plano administrativo e dos resultados obtidos na prática, em constante aperfeiçoamento

---

RELATÓRIO DE 1942 — Divisão do Imposto de Renda — Rio de Janeiro, 1943

O Sr CELSO DE ABREU BARRETO, Diretor da Divisão do Imposto de Renda, apresentou ao Sr Ministro da Fazenda, ao qual é subordinado, não apenas um relato burocrático daquele importante órgão arrecadador, durante o ano findo, mas, ao mesmo tempo, um largo e erudito estudo sôbre o que chama de "marcha ideológica e legislativa" da tributação direta e progressiva no Brasil

Temas gerais, como a evolução tributária, a repercussão dos impostos, o caráter anti-social dos impostos indiretos, progressividade e igualdade de sacrifício, superioridade do tributo direto no imposto de renda em particular, determinantes econômicos, psicológicos e políticos da tributação da renda, condições de um bom sistema tributário, são apreciados à luz das ciências econômicas e políticas, antes de entrar o A na história e crítica do imposto de renda no Brasil, desde os primitivos impostos sôbre o rendimento até a reforma de 1942.

Só então começa o relato dos serviços de arrecadação, descrevendo-se a estrutura antiga e atual, a atividade da repartição e comportamento do imposto de renda no último exercício

O relatório do Sr CELSO BARRETO, de mais de 100 páginas de texto, em formato album e caprichosamente editado nas oficinas da Imprensa Nacional, está documentado e ilustrado com 15 quadros, dois organogramas e 25 gráficos, estes a côres.

Seja pelo aprofundamento dos aspectos doutrinários do assunto, seja pela significação do material estatístico, a que foi dado o devido tratamento, o relatório da Divisão do Imposto de Renda é de grande interêsse para todos quantos tenham de informar-se a respeito de tão importante matéria financeira e administrativa

---

RELATÓRIO — Departamento Estadual de Estatística do Paraná — Curitiba, 1942.

Narrando as atividades da Junta Executiva Regional e as suas próprias, no exercício de 1942, o Departamento Estadual de Estatística do Paraná publicou, em edição mimeográfica, desenvolvido relatório, no qual se passa revista a um ano mais de trabalho fecundo em proveito da estatística naquele Estado sulino

Teve o Sr LAURO SCHLEDER, diretor do D E. E , mais essa oportunidade de mencionar, com os elementos mais objetivos, o que realizou a sua repartição em 1942, como está ela organizada e aparelhada do ponto de vista material e humano, os frutos da operosidade e do esfôrço contínuo e bem orientado.

Como se vê pelos títulos no sumário, mereceram referências detalhadas, além dos trabalhos da Junta, a organização e recursos financeiros do Departamento e o movimento administrativo dêste, os seguintes assuntos: material permanente, Agências Municipais de Estatística, Convênio Nacional de Estatísticas Municipais, Exposições de Curitiba e de Goiânia, registro e estatística industrial, inquéritos econômicos para a defesa nacional, campanha estatística de 1942, estatísticas da exportação, da importação, de transmissão de imóveis, demógrafo-sanitária e militar; fichário sinóptico, publicidade, tábuas itinerárias, biblioteca, informações prestadas e remessas de dados estatísticos; e inquéritos encaminhados durante o ano passado

---

5 ANOS DE ATIVIDADE — Diretório da Liga da Defesa Nacional no Rio Grande dó Sul — Pôrto Alegre, 1943

À fecunda atividade do Sr FORTUNATO PIMENTEL já se deve uma bibliografia valiosa pelo conteúdo informativo de que é portadora A essa bagagem acaba o operoso publicista de juntar interessante coletânea que organizou Destina-se essa coletânea a servir de documentário de um qüinqüênio de atuação do Diretório sul-riograndense da Liga de Defesa Nacional, do qual o A é secretário geral

Em mais de duzentas páginas, com um crescido número de ilustrações fotográficas e excertos de grandes páginas da nossa literatura patriótica, encontra-se o amplo noticiário dos brilhantes festejos promovidos, até 1942, pelo aludido órgão regional da benemérita entidade.

Numerosos artigos, discursos e conferências estão transcritos, inclusive diversos da autoria do organizador da coletânea, cuja participação em todos os certames que visam o culto da Pátria e inspirados por nobres ideais humanos, é sempre vibrante de entusiasmo

GOVÊRNO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 5 901, DE 21 DE OUTUBRO DE 1943

Dispõe sôbre as normas nacionais para a revisão qüinqüenal da divisão administrativa e judiciária do país

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art 1º — À legislação orgânica nacional que regula a revisão dos quadros territoriais das Unidades da Federação, a ser feita qüinqüenalmente pelos Governos respectivos, ficam incorporados os preceitos desta lei.

Art 2º — As leis qüinqüenais regionais de divisão territorial — administrativa e judiciária — serão baixadas pelos Governos das Unidades Federadas até 30 de Novembro dos anos de milésimo 3 e 8

Art 3º — A divisão territorial brasileira não poderá ser modificada durante o qüinqüênio de vigência, nem na parte judiciária, nem na parte administrativa a não ser nos casos expressamente previstos no Decreto-lei nº 311, de 2 de Março de 1938.

Art 4º — No preparo da lei qüinqüenal, a que se referem os artigos anteriores, serão observadas em cada Unidade da Federação, durante o ano de referência, as seguintes normas:

I — Para o estudo da revisão do quadro territorial correspondente, não só quanto à sua composição, como também quanto à delimitação e toponímia dos seus elementos, o Govêrno de cada Unidade Federativa designará uma Comissão, que apresentará ao Govêrno o respectivo projeto até 30 de Maio.

II — O Govêrno da Unidade Federativa, depois de ouvir o respectivo Conselho Administrativo, encaminhará ao Conselho Nacional de Geografia o projeto elaborado, de modo que êste dê entrada na Secretaria Geral do mesmo Conselho no Rio de Janeiro, até 30 de Julho

III — Caberá ao Conselho fazer o cotejo geral dos projetos, restituí-los aos Governos respectivos até 30 de Setembro, promovendo as adaptações que se fizerem necessárias à fiel observância, no conjunto nacional, dos preceitos gerais previstos na legislação, e encaminhá-los, a seguir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para os fins previstos no art 32, item XIX, do Decreto-lei nº 1 202, de 8 de Abril de 1939

IV — Ultimadas as providências necessárias, o Govêrno da Unidade Federativa baixará a lei de fixação do quadro territorial para o qüinqüênio seguinte, determinando ao mesmo tempo o início de sua vigência a 1º de Janeiro, com a solene comemoração em tôdas as sedes municipais do "Dia do Município", segundo o ritual assentado por proposta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Art 5º — O disposto no artigo anterior prevalecerá no preparo das leis regionais que fixarão, no corrente ano, a divisão territorial das Unidades da Federação, a vigorar inalteràvelmente no qüinqüênio de 1º de Janeiro de 1944 a 31 de Dezembro de 1948

Parágrafo único Para os fins dêste artigo, serão as seguintes, na revisão em processo, as datas terminais dos prazos para o preparo das leis regionais: 30 de Outubro, para a Comissão Revisora apresentar ao Govêrno respectivo o projeto da revisão; 15 de Novembro, para a entrada do projeto elaborado na Secretaria do Conselho Nacional de Geografia, acompanhado do parecer do Conselho Administrativo do Estado a que o mesmo se refira; 30 de Novembro, para encaminhamento dos projetos, pelo Conselho Nacional de Geografia, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores; 31 de Dezembro, para promulgação da lei pelo Govêrno do Estado, depois da aprovação do Presidente da República.

Art 6º — As leis qüinqüenais de divisão territorial obedecerão ao modêlo previsto na legislação, efetuadas as alterações exigidas pelas peculiaridades locais

Art 7º — Ficam estabelecidas as seguintes normas para a eliminação, no País, da repetição de topônimos de Cidades e Vilas, a efetivar-se no novo quadro territorial em preparo:

I — Quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, esta prevalecerá para a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: Capital, sede de Comarca, sede de Têrmo, sede de Município, sede de Distrito

II — No caso de haver mais de uma localidade da mesma categoria com o mesmo nome, êste será mantido naquela que o possuir há mais tempo

III — Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras, sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local.

IV — Não se consideram nomes novos, e portanto não estão sujeitos ao disposto no item precedente, os casos de restabelecimento de antigas designações ligadas às tradições locais, vedadas, porém, as composições de mais de três palavras

Parágrafo único Exceções a essas normas, no que toca ao direito de prioridade na nomenclatura, serão admitidas se ocorrerem motivos imperiosos, mediante acôrdo entre os Governos das Unidades Federativas interessadas.

Art. 8 º — No desempenho das atribuições que lhe confere a lei, o Conselho Nacional de Geografia baixará as instruções necessárias aos trabalhos de revisão qüinqüenal dos quadros territoriais, prestando, como órgão consultivo e técnico, os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Art. 9 º — Na divisão territorial do País, o Distrito Federal será computado, nas diferentes categorias do respectivo quadro, como unidade única, tanto no quadro das comarcas e têrmos, como no dos municípios e distritos

Parágrafo único Do mesmo modo se procederá quando a comarca não fôr dividida em têrmos ou êstes não forem divididos em distritos

Art. 10 — O Território de Fernando de Noronha, de acôrdo com a legislação atual, figurará com aquela designação na categoria de unidade política, não se computando, porém, entre as circunscrições administrativas e judiciárias

Art. 11 — A revisão da nomenclatura das estações ferroviárias, previstas no Decreto-lei n º 3 599, de 6 de Setembro de 1941, será ultimada e efetivada em 1944, cabendo ao Conselho Nacional de Geografia ajustá-la à nova toponímia das Cidades e Vilas brasileiras

§ 1 º — A estação ferroviária que fôr a única a servir a uma cidade ou vila, dentro do respectivo distrito, se designará pelo topônimo dessa localidade, não só no caso de ficar situada dentro do seu perímetro urbano ou suburbano, mas também quando estiver fora dêsse perímetro, desde que a situação de vizinhança a destine a ficar compreendida, em virtude do natural desenvolvimento da localidade, na respectiva área urbanizada

§ 2 º — As estações ferroviárias situadas nos municípios das Capitais poderão ter denominações especiais.

Art. 12 — O Departamento Nacional de Estradas de Ferro, ouvido o Conselho Nacional de Geografia, aprovará os nomes para as estações que se abrirem ao tráfego, de acôrdo com as normas previstas na legislação, e providenciará para a mudança de denominação das estações já existentes sempre que ocorrer alteração na nomenclatura das localidades brasileiras servidas por estradas de ferro.

Art 13 — Os Governos das Unidades Federativas poderão a qualquer tempo, para atender a necessidades do serviço público, estabelecer ou alterar, em ato especial, a sub-divisão de qualquer distrito do respectivo quadro territorial

§ 1 º — A sub-divisão de um distrito se fará em circunscrições denominadas "sub-distritos", correspondentes a sub-unidades tanto administrativas como judiciárias.

§ 2.º — A divisão sub-distrital deverá ser feita mediante fixação de linhas divisórias que distribuam todo o território do distrito pelos sub-distritos considerados necessários, formando áreas contínuas e conformes às mesmas normas que prevalecem na delimitação do município e do distrito (arts. 8 º e 9 º do Decreto-lei n º 311).

§ 3 º — Os sub-distritos não terão sede distinta da sede distrital, podendo as respectivas autoridades e serviços funcionar em qualquer ponto do seu território

§ 4 º — A divisão sub-distrital poderá atribuir a cada subdistrito apenas uma parte de qualquer dos quadros urbano, suburbano ou rural, ou destinar-lhe um território que se estenda por mais de um dos referidos quadros

§ 5 º — Os sub-distritos de um distrito serão numerados seguidamente e designados apenas pelo respectivo ordinal.

§ 6 º — Incluir-se-ão em os novos quadros territoriais, como sub-distritos, as atuais "zonas" judiciárias que não forem expressamente suprimidas

Art. 14 — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de Outubro de 1943, 122 º da Independência e 55 º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alexandre Marcondes Filho
João de Mendonça Lima

DECRETO-LEI N.º 5 981, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Ratifica os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, e dá outras providências.

O Presidente de República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos têrmos do art. 31 do Decreto-lei n º 96, de 22 de Dezembro de 1937, decreta:

Art. 1 º — Ficam aprovados e ratificados, para todos os efeitos, os vinte e um (21) Convênios Nacionais de Estatística Municipal, realizados nos têrmos do Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de Março de 1942, entre a União Federal, representada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os Estados e o Território do Acre, e, ainda, os respectivos Municípios, tendo em vista assegurar permanentemente, em todo o país, a uniformidade e a regular execução da estatística geral brasileira, bem assim, em particular, a eficiência dos levantamentos que devem servir de base à organização da segurança nacional .

Art. 2 º — Ficam aprovados e confirmados, todos os atos legislativos dos Estados, bem como os dos Municípios, que ratifiquem e mandem executar, na forma da lei federal, os Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

Art. 3.º — Os compromissos e obrigações decorrentes dos mencionados Convênios serão extensivos às novas circunscrições que forem criadas no quadro territorial brasileiro

Art. 4 º — Fica revogado o art. 6 º do Decreto-lei n º 4 181, de 16 de Março de 1942, na parte relativa ao Distrito Federal

Art 5 º — E' extensiva ao Distrito Federal a contribuição tributária prevista no art. 9 º do Decreto-lei n º 4 181, de 16 de Março de 1942, que será regulada em lei especial.

Art 6 º — O Conselho Nacional de Estatística, quanto à parte deliberativa, e a Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quanto à parte executiva, tomarão as iniciativas necessárias à execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal e do disposto neste Decreto-lei

Art 7 º — Os Convênios Nacionais de Estatística Municipal entrarão em vigor, em todo o país, na data da publicação desta lei, e serão executados na forma progressiva que fôr fixada pelo Conselho Nacional de Estatística

Art. 8 º — A venda do sêlo especial, cuja renda os Convênios ora ratificados destinaram à Caixa Nacional de Estatística Municipal, será feita por prepostos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou do Banco do Brasil, S A , nos têrmos do acôrdo previsto na lei, podendo, porém, ser atribuída, onde convier, às repartições arrecadadoras federais, mediante instruções do Ministério da Fazenda

Art 9 º — Será organizada na Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, diretamente subordinada à Junta Executiva Central de Estatística, uma Secção Central de Estatística Militar, que, sem prejuízo das atribuições dos órgãos federais e com a colaboração dêstes, terá a seu cargo:

a) a execução dos planos de trabalho assentados pelo Instituto, em tudo que concernir à coordenação ou suplementação das atividades exercidas pelas Secções Regionais de Estatística Militar;

b) a organização dos fichários, prontuários e conjuntos tabulares especializados, que devam ficar à disposição dos órgãos incumbidos da segurança nacional; e,

c) o preparo de todos os trabalhos de caráter geral que aos Estados Maiores das Fôrças Armadas devam ser fornecidos pelo Instituto independentemente das contribuições especiais organizadas pelas Secções Regionais de Estatística Militar

Parágrafo único — Na regulamentação da Secção Central de Estatística Militar, o Conselho Nacional de Estatística terá em vista o padrão de regimento anexo ao Decreto-lei n º 4 181, e bem assim, as sugestões do Estado Maior do Exército.

Art 10 — Sem prejuízo do disposto no art. 15 do Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de Setembro de 1942, os levantamentos estatísticos que fizerem parte do "plano nacional" assentado pelo Conselho Nacional de Estatística e não forem realizados satisfatòriamente pelos órgãos estatísticos subordinados aos Govêrnos do Distrito Federal, dos Estados e do Território do Acre, passarão, em caráter transitório, a ser executados diretamente, conforme deliberar o Conselho, ou pelas repartições federais a que tais levantamentos interessarem, ou pela Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, até que se possa restabelecer a colaboração normal dos órgãos regionais respectivos

§ 1.º — As deliberações sôbre a medida supletiva prevista neste artigo competem à Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística

§ 2 º — As Resoluções que fixarem essas deliberações serão comunicadas aos govêrnos interessados, os quais providenciarão para que sejam evitadas quaisquer pesquisas paralelas às que ficarem a cargo dos órgãos centrais do Instituto, e a estes fiquem asseguradas as facilidades de ação que se tornem necessárias.

Art 11 — Para atender às despesas com o início da execução dos Convênios Nacionais de Estatística, *ex-vi* do disposto no art. 10 do Decreto-lei n º 4 181, de 16 de Março de 1942, fica aberto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Anexo n º 5 do Decreto-lei n º 5 120, de 19 de Dezembro de 1942) o crédito suplementar de seis milhões de cruzeiros (Cr$ 6 000 000,00), em refôrço da Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação I — Diversos, subconsignação 06 — Auxílios, contribuições e subvenções, 01 — Auxílios, a) Auxílio a ser concedido na forma do Decreto n º 24 609, de 6-7-34, a) Ao Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e respectivo Serviço Gráfico.

Art. 12 — Êste decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação

Art 13 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de Novembro de 1943, 122 º da Independência e 55 º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alexandre Marcondes Filho
A. de Sousa Costa
Eurico G Dutra
Henrique A. Guilhem
Joaquim Pedro Salgado Filho

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Junta Executiva Central

RESOLUÇÃO N.º 161, DE 31 DE AGÔSTO DE 1943

Cria, na Secretaria Geral do Instituto, a título precário, o Setor de Estatística Militar

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a execução dos Convênios Municipais de Estatística, no que se refere aos compromissos assumidos pelo Instituto, exigirá a criação de uma secção especialmente destinada a centralizar os trabalhos concernentes à estatística militar;

Considerando, também, que se torna mister ir procedendo, desde logo, à coleta dos elementos básicos essenciais à integral execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, já com o fim de instituir um repositório mínimo de dados e informações, já visando a imediata elaboração dos inquéritos a serem realizados;

Considerando, todavia, não ser ainda conveniente a estruturação definitiva do órgão indispensável à consecução dêsses objetivos antes da ratificação, pelo Govêrno Federal, dos Convênios Municipais de Estatística;

RESOLVE:

Art 1º — Fica criado na Secretaria Geral do Instituto, a título precário e até ulterior deliberação, o Setor de Estatística Militar (S E M), diretamente subordinado ao Diretor da Secretaria Geral.

Art 2º — Ao S E M , caberão, em princípio, os encargos especificados no art 3º do Decreto-lei n º 4 181, de 16 de Março de 1942, e todos os que se relacionarem com a execução dos compromissos assumidos pelo Instituto na Cláusula Nona dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal

Art 3º — Para a consecução do objetivo mencionado no artigo precedente, fica a Presidência do Instituto autorizada a modificar a distribuição de serviços constante do Regimento da Secretaria Geral e a fixar a gratificação de função que caberá ao servidor designado para chefiar o S E M

Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1943, ano 8º do Instituto

Conferido e numerado ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria do Instituto — Visto e rubricado M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto — Publique-se. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto

---

RESOLUÇÃO Nº 163, DE 24 DE SETEMBRO DE 1943

Propõe providências quanto à aplicação de penalidades nas infrações ao decreto-lei nº 4 081, de 3 de Fevereiro de 1942

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que o Decreto-lei nº 4 736, de 23 de Setembro de 1942, ao transferir ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e ao Serviço de Estatística da Produção os encargos concernentes ao registro industrial, reorganizado pelo Decreto-lei nº 4 081, de 3 de Fevereiro de 1942, não incluiu quaisquer dispositivos reguladores da aplicação das sanções para a obrigatoriedade do mesmo registro;

Considerando ainda, que o fato de competir, nos têrmos do Decreto-lei nº 4 081, ao Diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio a aplicação das aludidas penalidades, tem suscitado dúvidas sôbre se essa competência foi também transferida aos diretores dos serviços federais de estatística a que se refere o art 12 do Decreto-lei nº 4 736;

Considerando, finalmente, que já existe uma lei especial instituindo a obrigatoriedade de informações para fins estatísticos e que é de tôda a conveniência a sua progressiva extensão a todos os levantamentos efetuados pelos órgãos do sistema estatístico nacional;

RESOLVE:

Artigo único — O Presidente do Instituto submeterá à consideração do Senhor Presidente da República o ante-projeto de Decreto-lei anexo à presente Resolução, o qual dispõe sôbre a aplicação das penalidades cominadas no Decreto-lei nº 4 462, de 10 de Julho de 1942, nas infrações aos dispositivos legais que instituiram e regularam o registro industrial

Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1943, ano 8º do Instituto

Conferido e numerado ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria do Instituto Visto e rubricado M A. TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto — Publique-se JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto.

Anexo à Resolução n.º 163

Dispõe sôbre a aplicação de penalidades nas infrações à lei que instituiu o registro industrial e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art 1º — A aplicação de penalidades em virtude de infrações aos dispositivos legais que regulam a execução do registro industrial (Decretos-leis ns. 4 081 e 4 736, respectivamente de 3 de Fevereiro e 23 de Setembro de 1942) obedecerá às prescrições do Decreto-lei nº 4 462, de 10 de Julho de 1942, que instituiu a obrigatoriedade de informações para fins estatísticos.

Art 2 º — Os diretores das repartições centrais regionais de estatística, quando ficarem estas incumbidas de executar inquéritos compreendidos no plano estatístico nacional, poderão propor, com fundamento no Decreto-lei n º 4 462, a imposição de penalidades aos responsáveis pela recusa, retardamento, falsidade ou sonegação dos informes necessários aos aludidos inquéritos

Parágrafo único — A proposta a que se refere êste artigo será formulada ao Diretor do Serviço Federal de Estatística responsável pela realização do levantamento, em despacho exarado em auto de infração lavrado oportunamente

Art 3 º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

---

RESOLUÇÃO N.º 164, DE 24 DE SETEMBRO DE 1943

Dispõe sôbre a comprovação de contas e dá outras providências.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a Comissão de tomada de Contas, instituída pela Resolução n º 156, desta Junta, formulou, ao concluir seus trabalhos, recomendações proveitosas relativamente ao cumprimento das normas vigentes para o processamento das contas do Instituto, quer na Secretaria Geral, quer nos demais órgãos incluídos na esfera administrativa do Conselho Nacional de Estatística;

Considerando que, nas recomendações formuladas, a referida Comissão, além de insistir pela rigorosa observância das regras já adotadas, sugere normas adicionais a serem atendidas no preparo das contas do Instituto;

Considerando que as disposições atinentes às contas dos órgãos do Instituto, para atender a condições peculiares a cada órbita, têm sido adotadas isoladamente, estando aquelas que se referem aos órgãos centrais regionais, fixadas na Resolução n º 182, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em parte abrogadas;

Considerando a conveniência de se reunirem num único instrumento desta Junta as disposições reguladoras da matéria, expressas em atos legislativos ou em instruções da Secretaria Geral;

RESOLVE:

Art 1 º — O registro dos atos e fatos contábeis referentes à vida financeira do Instituto será realizado após a sua aprovação pelos órgãos superiores da entidade, de acôrdo com a competência dêsses órgãos, e uma vez cumpridas as normas estabelecidas nesta Resolução.

Art 2 º — As despesas da Secretaria Geral do Instituto obedecerão rigorosamente à distribuição orçamentária estabelecida em Resolução especial e se processarão como estipulam os itens seguintes.

I — *Quanto a pessoal*

1) A efetivação dos registros relativos a pagamento de vencimentos ou vantagens ao pessoal será precedida dos atos concessórios regulares e obedecerá às normas abaixo:

a) Expedidos os atos relativos à admissão, promoção, designação ou concessão de vantagens, o serviço de pessoal fará a necessária comunicação à Secção de Contabilidade para registro e pagamento;

b) Recebida a comunicação da Secção de Expediente, quanto às vantagens ou remuneração atribuídas aos novos servidores do Instituto, a Secção de Contabilidade providenciará, em tempo útil, o preparo dos instrumentos necessários à liquidação da despesa e os enviará à assinatura do Secretário Geral, e, após visados os documentos, promoverá os pagamentos devidos e a escrituração dos mesmos

II — *Quanto a material*

1) A aquisição de material se fará mediante empenho prévio da despesa, após a necessária autorização da autoridade competente, discriminados nos conhecimentos respectivos as quantidades e os preços das utilidades a adquirir, atendidas as seguintes disposições:

a) A Secção de Contabilidade, a que está afeto o serviço de almoxarifado, proporá a aquisição do material permanente ou de consumo, necessário ou comum a todos os serviços da Secretaria Geral, instruindo as propostas com os preços de custo, montante da despesa a realizar e situação da verba pela qual deva esta ser atendida

b) As demais Secções formularão as propostas de aquisição de material permanente específico de que carecem, e, bem assim, as propostas de reparos de máquinas, instrumentos e móveis acaso avariados em serviço, competindo, nesta hipótese, à Secção de Contabilidade informar o montante da despesa, assim como a posição da verba que a custeará

c) Autorizada a despesa, a Secção de Contabilidade expedirá o empenho respectivo a favor da firma cuja proposta foi aceita para a execução do serviço ou fornecimento pretendido

d) Prestado o serviço ou completado o fornecimento, a firma contratante apresentará fatura circunstanciada, mencionando a natureza e extensão do serviço realizado, ou a quantidade, qualidade, preço unitário e total do material fornecido.

e) Conferidas as contas ou faturas de prestação de serviços ou de fornecimento de material e feitas nas mesmas as declarações de recebimento correspondentes a cada caso, a Secção de Contabilidade processará o reconhecimento

dos créditos, submetendo os documentos ao "visto" do Secretário Geral e à autorização de pagamento da Presidência do Instituto.

f) Após o cumprimento integral das formalidades descritas nos itens precedentes será efetuada a liqüidação e contabilização das despesas.

g) As despesas de pronto pagamento, atendidas mediante "caixa" especial, serão lançadas mensalmente, revestidas de tôdas as formalidades exigidas para os demais dispêndios, quanto à declaração de prestação de serviços ou de recebimento de material. Quando superiores a Cr$ 10,00 as despesas, de condução urbana, de portes postais, ou outras de que não seja possível obter recibo direto, a respectiva quitação será dada pelo servidor que as tenha realizado em proveito do serviço.

Art. 3 º — As despesas do Conselho Nacional de Geografia serão contabilizadas de acôrdo com as instruções baixadas pelo Diretório Central do mesmo Conselho e, como até aquí, mediante classificação e processamento na sua Secretaria Geral, cabendo à Secção de Contabilidade apenas verificar a exatidão aritmética dos seus comprovantes, assim como da posição das respectivas verbas, e submetê-las, em processo, ao conhecimento superior, para efeito de autorização de pagamento ou lançamento.

Parágrafo único — Quando se tratar de despesas efetuadas à conta de suprimentos feitos ao Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, a Secção de Contabilidade solicitará autorização de lançamento para que se encerre a conta de adiantamento aberta a título provisório, ou para que se reintegralize o adiantamento permanente, conforme o caso, compreendidos os suprimentos para pagamento de pessoal ou para as campanhas especiais, previstas na legislação do Conselho Nacional de Geografia.

Art 4 º — A verba atribuída anualmente aos órgãos centrais federais, a título de auxílio para atender aos encargos referidos no art. 13 do Decreto-lei 4 181, será aplicada de acôrdo com orçamento aprovado em resolução especial desta Junta, devendo o processamento das respectivas despesas obedecer às mesmas normas instituídas para os dispêndios da Secretaria Geral do Instituto.

Parágrafo único — Serão cumpridas ainda as seguintes prescrições adicionais:

a) Ao expedir empenho de verbas, a repartição expedidora enviará uma via do mesmo à Secretaria Geral, para contrôle.

b) Concluída a fase de processamento realizável na repartição interessada, as contas ou faturas serão encaminhadas à Secretaria Geral para liqüidação, competindo à Secção de Contabilidade verificar se foram cumpridas as formalidades legais e informar sôbre a regularidade das despesas, para que seja autorizado o seu lançamento.

c) As folhas de vencimentos do pessoal extranumerário serão pagas na sede da repartição beneficiada, por preposto do respectivo Diretor e com numerário fornecido, mediante requisição dêste, pela Secretaria Geral.

d) Quitadas as folhas, serão as mesmas enviadas à Secretaria Geral, atribuindo-se à Secção de Contabilidade o encargo de verificar a sua exatidão e de propor o seu lançamento.

Art 5 º — As despesas do Serviço Gráfico serão processadas na conformidade do que se determina para os demais órgãos do Instituto excetuada a forma de autorização, que se regerá pelas normas já em prática ou por outras que se tornem necessárias, estabelecidas pela Secretaria Geral em atenção ao regime de contabilidade industrial a que se subordina o mesmo Serviço Gráfico.

Art. 6 º — A verba atribuída anualmente aos órgãos centrais regionais, a título de auxílio, para atender aos encargos referidos no art 13 do Decreto-lei n º 4 181, será paga em quotas semestrais, devendo ser observadas, em sua aplicação, as seguintes normas:

1) A repartição beneficiada pelo auxílio destiná-lo-á:

a) à melhoria de equipamento, tendo em vista proporcionar meios de habilitá-la a colaborar eficientemente nas tarefas que lhe forem atribuídas, *ex-vi* do citado Decreto-lei n º 4 181;

b) à admissão de pessoal mensalista, diarista e tarefeiro, que se tornar necessário quanto à sua cooperação nas campanhas e inquéritos estatísticos do Instituto previstos na mencionada lei.

2) Não será permitido o estôrno de verbas, quer por meio de transferências de quantitativos, quer por excedência das dotações orçamentárias, senão mediante Resolução da Junta Executiva Regional, ratificada pela Junta Executiva Central

3) As despesas que se efetuarem por conta do auxílio obedecerão rigorosamente à especificação prévia constante de Resoluções especiais, baixadas pelas Juntas Executivas Regionais e ratificadas pela Junta Executiva Central, conforme o modêlo anexo, podendo ser desdobrados ou reduzidos os seus itens orçamentários, segundo as necessidades peculiares a cada órgão.

4) Nenhuma verba poderá ser destinada ao pagamento de gratificação, qualquer que seja a sua natureza ou título, por trabalho de caráter extraordinário confiado ao pessoal efetivo, extranumerário ou interino do quadro das repartições beneficiadas, mesmo quando corra o referido pagamento à conta do auxílio, ou ainda, pelos cofres públicos federais, estaduais ou municipais, quaisquer que sejam os interêsses do serviço. Êsse impedimento atinge qualquer repartição, mesmo não sendo pròpriamente de estatística e a todos servidores públicos acaso adidos aos serviços estatísticos.

5) Da aplicação do auxílio, o Diretor da repartição beneficiada apresentará à Junta Executiva Regional documentação em duas vias,

uma das quais será enviada à Secretaria Geral acompanhada de cópia autenticada do parecer da comissão de contas e da Resolução que as aprovar.

6) A documentação acima referida incluirá:

a) um quadro demonstrativo da receita e da despesa, segundo o modêlo anexo à Resolução 182, da Assembléia Geral do C.N E , no qual os comprovantes da despesa serão escriturados conforme a classificação dos gastos nas verbas respectivas, de modo a facilitar o estudo compaiativo de todos os elementos da execução orçamentária;

b) a relação dos servidores pagos à conta do auxílio, indicadas as datas de admissão e exoneração, quando fôr o caso.

7) Os comprovantes das despesas liquidadas, além da especificação do serviço prestado ou do material adquirido, indicando-se neste caso a quantidade, a qualidade e o preço unitário e total, deverão conter:

a) visto do Diretor da repaitição beneficiada pelo auxílio;

b) declaração, por funcionário competente, de recebimento de material ou da prestação de serviço;

c) têrmo legal de quitação

8) As relações de despesas de pronto pagamento deverão ser acompanhadas de comprovantes de tôdas as quantias nelas inscritas superiores a Cr$ 10,00 e estarão sujeitas aos mesmos preceitos estabelecidos para as demais despesas Quando, porém, se tratar de despesas de portes postais e de condução urbana, de que não seja possível obter iecibo direto, o funcionário que as pagar receberá a respectiva quantia do Diretor da iepaitição, a título de indenização, subscrevendo o competente comprovante

9) Os documentos serão numerados e dispostos em ordem cronológica na sua catalogação e no lançamento do quadro de demonstiação de despesas, devendo, no caso de se tratar de comprovantes cujas dimensões se afastem do tamanho almaço (0,22 x 0,33), ser colados em folhas em branco do tamanho indicado

10) A Secretaria Geral procederá a rigoroso exame das contas quando lhe forem presentes, informando à Junta Executiva Central, que as julgará, se estão enquadradas nas regras estabelecidas e se têm erros ou lacunas, mencionando, neste caso, tão circunstanciadamente quanto possível, a sua natureza, causa e iepercussões, afim de que esta Junta delibere quanto à aceitação ou recusa das contas ou, ainda, sôbre a conveniência de serem efetuadas diligências especiais.

11) No caso de impugnação total ou parcial das contas, por inobservância das disposições estabelecidas, serão determinadas as providências necessárias no sentido de ser o Instituto indenizado, pelo responsável imediato, das importâncias porventura pagas irregularmente

Art 7 º — Os saldos verificados, ao encerrarse o exercício, nas verbas de auxílios aos órgãos centrais federais e regionais, reverterão ao fundo especial de aquisição da sede do Instituto, caso não respondam pelo pagamento de despesas regularmente empenhadas.

§ 1 º — Do empenho de verbas para os efeitos dêste artigo deverá ser feita à Secretaria Geral, no encerramento do exercício financeiro, a necessária comunicação, acompanhada de uma via do competente empenho ou de relação na qual se mencionem a natureza do serviço ou material contratado, o valor do contrato e o nome da firma contratante.

§ 2.º — Excluem-se das normas fixadas no parágrafo anterior as despesas de pessoal, que só podem ser atendidas, em cada exercício, com as verbas próprias do mesmo.

§ 3 º — Os órgãos regionais farão, até o dia dez de janeiro de cada ano, comunicação telegráfica à Secretaria Geral do saldo não compromissado do auxílio e dos juros bancários acaso creditados à conta respectiva no segundo semestre do exercício.

Art 8 º — A aplicação dos auxílios especiais eventualmente concedidos a quaisquer órgãos de ambos os sistemas, iessalvados os casos em que se fixarem normas específicas, obedecerá, outrossim, ao preceituado nesta Resolução quanto ao processamento e pagamento das respectivas despesas

Art 9 º — Os casos omissos ou que suscitarem dúvidas de caráter interpretativo serão resolvidos mediante instruções baixadas pelo Presidente do Instituto.

Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1943, ano 8 º do Instituto

Conferido e numerado — ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria do Instituto. Visto e rubricado — M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto. Publique-se — JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Piesidente do Instituto

---

RESOLUÇÃO N º 165, DE 24 DE SETEMBRO DE 1943

Determina novas providências para o levantamento, em 1943, da produção agro-pecuária.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que em decorrência das deliberações consubstanciadas na Resolução n º 153, de 3 de Janeiro do ano em curso, foi promovida a elaboração e a impressão do Caderno D, destinado ao levantamento da produção agro-pecuária mediante estimativas trimestrais;

Considerando, porém, que em virtude das atuais dificuldades de transporte, não se tornou possível a distribuição dos aludidos Cadernos a todos os municípios do país;

RESOLVE:

Art. 1 º — As repartições centrais regionais de estatística que ainda não houverem recebido o Caderno D, ou que, por qualquer motivo, ainda não tiverem feito a distribuição do aludido Caderno aos Municípios, ficam desobrigadas de levantar a estatística da produção agro-pecuária, relativa a 1943, segundo o processo estabelecido na Resolução n º 153, desta Junta.

Art 2 º — Nas Unidades Federadas em que se processou normalmente a distribuição do Caderno D, o inquérito continuará a ser efetuado de acôrdo com o plano estabelecido

Art 3 º — Os exemplares do Caderno D já em poder das repartições centrais regionais de estatística, mas ainda não distribuídos, e os que lhes chegarem até o fim do corrente ano, serão utilizados na execução da próxima campanha estatística

Art. 4 º — Com o objetivo de permitir o levantamento da produção agro-pecuária relativo ao ano em curso, não serão suprimidos do Caderno B da Campanha Estatística de 1944 os questionários atualmente reservados a essa pesquisa, os quais, todavia, sòmente serão preenchidos pelos Agentes dos municípios que não receberam o Caderno D até a presente data.

Art 5 º — O Serviço de Estatística da Produção baixará, tendo em vista a experiência adquirida com a execução do inquérito nos municípios que o estão realizando normalmente, as instruções complementares que se fizerem mister para a efetivação integral das providências recomendadas na Resolução n º 153.

Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1943, ano 8 º do Instituto.

Confeiido e numerado — ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria do Instituto Visto e rubricado — M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto Publique-se — JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES — Presidente do Instituto

RESENHA

REVISÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL DO PAÍS

No próximo dia 1 º de Janeiro de 1944 será comemorado em tôdas as cidades brasileiras o "Dia do Município", de acôrdo com o disposto no Decreto-lei n.º 846, de 9 de Novembro de 1938, devendo solenizar-se na ocasião o início da vigência da nova divisão municipal e distrital do país, **que inalteràvelmente perdurará até 31 de Dezembro de 1948.**

Dá-se cumprimento, assim, aos princípios estabelecidos no Decreto-lei n º 311, de 2 de Março de 1938, *cujos antecedentes vale recordar.*

Foi êsse importante diploma legislativo baixado em decorrência de longa representação levada ao Govêrno pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sôbre a necessidade de *unificação e racionalização do quadro territorial* — administrativo e judiciário — da República, bem assim da determinação das áreas ruiais e urbanas e do levantamento dos mapas municipais.

Anomalias e incoerências de tôda a sorte viciavam o nosso quadro municipal, tais como no que respeita à fixação dos âmbitos territoriais: *a*) falta absoluta de delimitação; *b*) delimitação defeituosa — porque variável ou inverificável — por divisas de terras particulares ou de circunscrições eclesiásticas antiquíssimas; *c*) configuração absurda, em face das condições geográficas; *d*) extra-territorialidade, ora pela não contigüidade das subcircunscrições componentes, ora pela não jurisdição sôbre fazendas ou povoados "encravados" no seu território mas subordinados a outras circunscrições Quanto à nomenclatura, não era menos impressionante o regime de confusão e arbítrio, verificando-se: *a*) identidade de denominação no mesmo Estado, entre circunscrições com sedes diferentes, ora da mesma, ora de diferente categoria; *b*) extensão exagerada de *muitos topônimos oficiais, compostos de sete* e mais palavras; *c*) diversidade de designação entre muitas circunscrições e as respectivas sedes

A campanha levada a efeito pelo Instituto, no sentido da racionalização do quadro territorial brasileiro, fêz desaparecer tôdas aquelas anomalias, que tanto prejudicavam a boa ordem administrativa, ajustando as diversas situações aos seguintes princípios básicos do referido Decreto-lei n º 311: *a*) a obrigatoriedade da definição de limites, quer dos Municípios componentes das Unidades Políticas, quer dos Distritos em que os Municípios se dividem: *b*) a superposição dos quadros administrativos (Municípios e Distritos) e judiciários (Comarcas, Têrmos e Distritos), constituindo-se o distrito unidade circunscricional comum, isto é, tornando o Distrito obrigatória e simultâneamente administrativo e judiciário; *c*) a continuidade territorial de tôdas as circunscrições, quer administrativas, quer judiciárias; *d*) a inalterabilidade, por períodos qüinqüenais, dos quadros territoriais do país, que sòmente por leis gerais poderão ser revistos; *e*) a sistematização da nomenclatura das sedes dos Municípios, cujos nomes devem coincidir com os das respectivas circunscrições, vedada em uma mesma Unidade Federada a duplicata de nomes dessas sedes; *f*) a caracterização urbanística das sedes municipais e distritais, não só quanto à fixação do mínimo do efetivo predial respectivo, como também quanto à delimitação, para cada sede, da zona de concentração — urbana — e da zona de expansão — suburbana; *g*) a uniformidade no país da nomenclatura das circunscrições administrativas e judiciárias; *h*) a obrigatoriedade da representação cartográfica das circunscrições e suas sedes.

Para a execução dêsse programa, cujo prevalecimento veio permitir que, pela primeira vez, se pudesse conhecer com segurança e nas suas condições reais a divisão administrativa e judiciária do país, e que se inscreve entre as mais notáveis realizações já conseguidas pelo govêrno no Brasil, duas grandes campanhas foram empreendidas sob o contrôle técnico e a assistência direta do Conselho Nacional de Geografia: 1) descrição sistemática, segundo as normas racionalizadoras estabelecidas, dos limites dos 1 574 Municípios e 4 842 Distritos do país; 2) levantamento, dentro de prazos rígidos e de acôrdo com as exigências uniformes prèviamente fixadas, dos mapas de tôdas as nossas circunscrições municipais

Como fruto da primeira daquelas campanhas, foram baixados, dentro dos prazos determinados, os competentes decretos-leis por todos os Governos Regionais, contendo a nova divisão municipal e distrital do respectivo Estado ou Território, cuja vigência teve início no dia 1 º de Janeiro de 1939, em solenidade realizada em tôdas as cidades e obediente a um só ritual proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Reunindo todos aqueles atos e outras peças, além de copiosas informações sôbre a estrutura e sistemática do quadro territorial em vigor no qüinqüênio iniciado na referida data, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística editou o volume intitulado *Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil,* do qual teve de fazer nova tiragem dois anos depois.

Quanto à segunda das campanhas mencionadas, seu êxito ficou expressivamente demonstrado na Exposição dos Mapas Municipais, solenemente inaugurado nesta capital a 29 de Maio de 1940, na qual foram apresentados, sôbre cada um dos Municípios do país, os seguintes documentos: 1) mapa do território municipal; 2) plantas da cidade — sede municipal — e das vilas — sedes distritais; 3) coleção de fotografias de aspectos municipais; 4) descrição dos limites municipais e das divisas inter-distritais; 5) descrição dos perímetros urbanos e suburbanos das sedes; 6) relatório do preparo do mapa municipal

Cabendo ao Conselho Nacional de Geografia, nos têrmos do Decreto-lei n º 311, de 2 de Março de 1938, realizar, no decorrer de 1943, os estudos

que serviriam de fundamento à revisão do novo quadro territorial da República e vigorar durante o próximo qüinqüênio, vinha há tempos aquele órgão reunindo para tal fim os necessários elementos

Deliberando a respeito, como lhe cumpria, a Assembléia Geral do Conselho fixou na Resolução n.º 118, de 1942, as normas para as providências a serem encaminhadas, no corrente ano

Nessa Resolução, foi dirigido um apêlo aos governos regionais no sentido de que determinassem a imediata realização dos estudos necessários, a cargo de uma Comissão composta de três membros em cada Unidade Federada: um representante do Diretório Regional de Geografia, um representante da Junta Executiva Regional de Estatística e o diretor do Departamento das Municipalidades, ou, onde não houver êsse Departamento, um técnico de livre escolha do govêrno

Foi recomendado o exame das informações e dados recolhidos pelos agentes do Recenseamento de 1940 e anotados nos respectivos mapas de setores e municipais, como contribuição valiosa ao estudo das novas divisas inter-municipais e inter-distritais

Em virtude dos dispositivos contidos nos Decretos-leis n.º 311, já referido, e n.º 3 599, de 6 de Setembro de 1941, teriam de ser eliminadas as duplicatas de denominação e substituídos, em virtude de uma recomendação especial, os nomes de pessoas vivas, de preferência por vocábulos indígenas.

Em data de 21 de Outubro, o Sr Presidente da República baixou o Decreto-lei n.º 5 901, que está publicado na secção de "Legislação" dêste número da REVISTA, e no qual foram fixadas as regras para a referida eliminação de duplicatas e mais providências para a organização do novo quadro da divisão administrativa e judiciária do país, a entrar em vigor no próximo dia 1.º de Janeiro

Para a solenização dêsse acontecimento, festejar-se-á em tôdas as cidades, como ficou dito inicialmente, o "Dia do Município", com um programa de comemorações do qual deverão constar sessões cívicas em que será observado o seguinte ritual:

I

Onde e quando se realizarão as solenidades

As sessões cívicas que se realizarão a 1.º de Janeiro de 1944 para instalar ou confirmar as circunscrições administrativas e judiciárias da República, com os limites, a constituição e a categoria fixados nas leis regionais, de acôrdo com a lei orgânica nacional promulgada sob n.º 311, a 2 de Maiço de 1938, terão lugar, em tôdas as sedes das circunscrições municipais brasileiras já instaladas ou por instalar, às 15 horas, no salão nobre do *forum* ou, onde não houver, na Prefeitura Municipal

II

Quem presidirá a solenidade

Em cada uma das localidades que se devam confirmar ou investir nos foros de cidade como sedes de município, a solenidade de efetivação do novo quadro territorial se realizará sob a presidência do Juiz de Direito, ou, na sua falta, do Juiz do Têrmo (ou Juiz Municipal), na falta dêste, pelo Prefeito Municipal, e no impedimento eventual dêste, pelo Secretário da Prefeitura ou, finalmente, pela mais alta autoridade presente.

Caberá às Prefeituras locais, por delegação expressa, promoverem a solenidade inaugural do novo quadro territorial.

III

Os objetivos da solenidade

A solenidade cujo ritual estas instruções visam fixar, tem:

— um sentido jurídico;
— uma finalidade histórica; e
— um significado cívico.

Juridicamente, ficam tôdas as circunscrições a que se referir o ato, e com os nomes e a constituição territorial que a lei lhes houver atribuído, investidas de modo efetivo nos competentes foros, passando as localidades de igual denominação, que lhes sirvam de sede, às categorias e prerrogativas correspondentes.

Sob o ponto de vista histórico, as sessões cívicas em aprêço solenizarão devidamente o início da vigência do novo quadro territorial Os acontecimentos dessa natureza, — sem embargo de constituírem fatos de grande relêvo tanto na história regional como na história nacional, pois sôbre êles repousa tôda a organização política, administrativa, social e econômica da vida nacional, — não tinham até agora a consagração que mereciam, e nem deixaram, via de regra, o competente registro nos anais da história pátria Mas, a partir de 1.º de Janeiro de 1939, cada circunscrição do quadro territorial brasileiro passou a ter na ata da solenidade aquí regulada, a certidão do seu registro histórico, o qual, já pela sua solenidade e natural repercussão, já pela publicidade que a lei lhe assegura, nunca se apagará dos arquivos pátrios, ao contrário, de cinco em cinco anos, nos dias 1.º de Janeiro dos anos de milésimo 4 e 9, se reavivará nas comemorações qüinqüenais do "Dia do Município"

Como objetivo cívico, finalmente, as solenidades inaugurais do novo quadro territorial visarão a confraternização dos grupos sociais brasileiros Dando motivo à solenidade a outorga da autonomia e das prerrogativas correlatas, as comunidades interessadas, ao mesmo tempo que se poderão solidarizar e rejubilar sem qualquer dissonância de sentimento pelo auspicioso evento, também se sentirão penetradas pelo espírito de hierarquia, de ordenada distribuição das responsabilidades e regalias na escala dos valores que demarcam o campo social, e assim, aprendendo a cultivar os justos sentimentos grupais vão-se também apercebendo da submissão harmoniosa dêsses sentimentos a outros mais altos e mais altruístas, e, portanto, mais nobres, que aproximam e fundem os corações, as inteligências e as vontades na integração da "grande alma" da Pátria comum E', pois, de um significado culminante sob o ponto de vista cívico que se vão revestir as solenidades aquí previstas, uma vez que elas interessarão a todo o território nacional, a todos os brasileiros sem distinção alguma, realizando-se no mesmo dia e na mesma hora, com a mesma finalidade e o mesmo rito, como expressão de uma só vontade e de um só sentimento — a vontade de construir o Brasil maior e o sentimento filial que deseja ver o Brasil cada vez melhor

IV

Em que consistirá a solenidade

As autoridades administrativas e judiciárias locais se esforçarão por despertar pelos meios adequados (larga publicidade, festejos populares, solenidades religiosas, passeatas cívicas, etc.) o maior interêsse da população, e especialmente da infância e juventude, pelo evento que se vai celebrar, fazendo com que todos bem compreendam a tríplice significação da solenidade.

Para assistir a esta, portanto, devem ser convidadas as autoridades civis, militares e eclesiásticas, as corporações e as pessoas gradas em todo o território a que se referir o ato inaugural a ser celebrado.

No momento da solenidade, depois de formada a mesa que a presidir, tendo ao fundo a bandeira nacional, e aberta a sessão, todos ouvirão ou cantarão, de pé, o hino nacional.

A seguir, o Presidente pronunciará precisamente as seguintes palavras, a que fica dado um sentido ritual — cívico, histórico e jurídico: "Na forma da lei, e de acôrdo com o rito previsto, tendo em mira a salvaguarda jurídica dos interesses do Povo, o resguardo da tradição histórica da Nação e a solidariedade que deve unir todos os brasileiros em tôrno dos ideais superiores de uma Pátria una e indivisível, bem organizada para bem defender-se, culta e progressista para fazer a felicidade dos seus filhos, eu, ... (mencionar o nome e qualidade), em nome do Govêrno do Estado (ou do Território) declaro confirmados para todos os efeitos, no quadro territorial desta Unidade da Federação Brasileira, segundo o disposto na lei orgânica federal n º 311, de 2 de Março de 1938, e no Decreto-lei estadual n º . . ., tôdas as circunscrições que têm por sede esta localidade, que conserva (ou — ora recebe) os foros de cidade, bem assim os demais distritos do município, ficando as respectivas sedes investidas ou mantidas na correspondente categoria de vila.[1]

Assim fique registrado na História Pátria, para conhecimento de todos os brasileiros e perpétua lembrança das gerações vindouras.

Honra ao Brasil uno e indivisível!

Paz ao Brasil rico e forte!

Glória ao Brasil desejoso do bem e do progresso nos melhores sentimentos de solidariedade humana!"

Será dada depois a palavra a um orador oficial, prèviamente escolhido, que proferirá uma oração cívica alusiva ao acontecimento

Seguir-se-á a leitura da ata da solenidade (cujo modêlo consta do capítulo VI destas instruções), terminada a qual o presidente assinará o competente original, declarando encerrada a sessão e convidando os presentes a deixarem também a sua assinatura nesse importante documento histórico.

V

Formalidades complementares

O original da ata será cuidadosamente guardado no arquivo do Govêrno municipal

Do seu texto e assinaturas, o Secretário tirará duas cópias, que o Presidente autenticará com a sua rubrica em tôdas as páginas, enviando-as, sob registro, ao Diretório Regional de Geografia para os fins de publicidade no órgão oficial do Estado e devido arquivamento na forma da lei.

VI

Modêlo da ata da solenidade

Em livro ou caderno especial, o secretário caligrafará com antecedência a seguinte ata, a ser lida no final da solenidade e assinada logo após o seu encerramento:

ATA DA SESSÃO SOLENE INAUGURAL DO QUADRO TERRITORIAL DA REPÚBLICA NO QÜINQÜÊNIO DE 1944-48, REALIZADA NA CIDADE DE , DO ESTADO DE . .....

A primeiro de Janeiro de mil novecentos e quarenta e quatro, no edifício . ... (do *Forum* ou Paço Municipal), nesta cidade de .... (o nome), do Estado (ou Território) de .. . . (o nome), sob a presidência do senhor ..... (o nome) .... (o cargo), na forma da lei, reuniram-se em sessão solene as autoridades e pessoas gradas abaixo assinadas, com significativa assistência, para o fim de se declarar efetivamente em vigor para todos os efeitos, a partir desta data e até trinta e um de Dezembro de 1948, o novo quadro territorial da República fixado, para o Estado (ou: para o Território), com o decreto-lei n º ....., de . ... de .... .. na conformidade das normas gerais estabelecidas na lei orgânica nacional n º 311, de 2 de Março de 1938, na parte referente às circunscrições que têm por sede esta cidade (*se o município tiver mais de um distrito, acrescentar — e aos demais distritos que compõem o seu município*). Aberta a sessão e de pé tôda a assistência foi ouvido (ou cantado) o Hino Nacional, seguindo-se uma vibrante salva de palmas. O Senhor Presidente, ainda de pé a assistência, pronuncia então em voz clara e pausada as seguintes palavras inaugurais: "Na forma da lei, e de acôrdo com o rito previsto, tendo em mira a salvaguarda jurídica dos interesses do Povo, o resguardo da tradição histórica da Nação e a solidariedade que deve unir todos os brasileiros em tôrno dos ideais superiores de uma Pátria una e indivisível, bem organizada para bem defender-se, culta e progressista para fazer a felicidade dos seus filhos, eu, ... (mencionar nome e qualidade), em nome do Govêrno do Estado (ou do Território), declaro confirmados para todos os efeitos, no quadro territorial desta Unidade da Federação Brasileira, segundo o disposto na lei orgânica federal n º 311, de 2 de Março de 1938, e no Decreto-lei estadual n º . ..... respectivamente de .. . , tôdas as circunscrições que têm por sede esta localidade, que conserva (ou — ora recebe) os foros de cidade, bem assim os demais distritos do município, ficando as respectivas sedes investidas ou mantidas na correspondente categoria de vila.[2]

Assim fique registrado na História Pátria, para conhecimento de todos os brasileiros e perpétua lembrança das gerações vindouras. Honra ao Brasil uno e indivisível! Paz ao Brasil rico e forte! Glória ao Brasil desejoso do bem e do progresso nos melhores sentimentos de solidariedade humana"!

Prolongadas salvas de palmas aplaudiram e festejaram o momento em que entrou em vigor o novo quadro territorial, exprimindo ao mesmo tempo a solidariedade ao alto pensamento da fórmula ritual pronunciada Sentando-se, a seguir, a Mesa e a assistência, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor ..... (nome), ... (qualidade), que proferiu expressiva alocução alusiva aos fins e ao sentido da solenidade, sendo calorosamente aplaudido O Senhor Presidente, a seguir, agradece à assistência o comparecimento à reunião, cujo alto significado cívico enaltece, declarando encerrada a sessão e convidando os presentes a ouvirem a leitura desta ata, a qual, depois de lida foi assinada pelo Senhor Presidente e pelas demais autoridades e pessoas gradas presentes ao ato. Eu, ... (nome), ... (qualidade), funcionando como secretário escreví esta ata e a li ao têrmo da sessão solene, cuja realização aquí se registra Cidade de .... , primeiro de Janeiro de mil novecentos e quarenta e quatro

O Presidente, ...

(Seguem-se as demais assinaturas)"

---

[1] Se o município tiver de ficar com um único distrito, suprima-se esta última parte da frase: "bem assim os demais, etc".

[2] Se o município tiver de ficar com um único distrito, suprima-se esta última parte da frase: "bem assim os demais, etc".

A CRIAÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS

Teve grande repercussão, em todo o país, o Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de Setembro de 1943, pelo qual foram criados cinco novos Territórios Federais em pontos extremos da superfície do Brasil

A iniciativa do govêrno foi ressaltada sobretudo como proveitosa à política de interiorização da civilização brasileira, vale dizer, da "Marcha para Oeste", e como demonstração da viabilidade da redivisão política dentro de critérios equânimes, preconizados desde longa data e já aceitos por grande parte da consciência esclarecida da Nação

O histórico Decreto-lei referido é o seguinte:

DECRETO-LEI N.º 5 812 — de 13 de Setembro de 1943

Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçú

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 e nos têrmos do artigo 6.º da Constituição,

DECRETA:

Art 1.º — São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçú

§ 1.º — O Território do Amapá terá os seguintes limites:

— a Noroeste e Norte, pela linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa;

— a Nordeste e Leste, com o Oceano Atlântico;

— a Sueste e Sul, o canal do Norte e o braço norte do rio Amazonas até a foz do rio Jarí;

— a Sudoeste e Oeste, o rio Jarí, da sua foz até as cabeceiras na Serra do Tumucumaque

§ 2.º — O Território do Rio Branco terá os seguintes limites:

— a Noroeste, Norte, Nordeste e Leste, pelos limites com a República da Venezuela e Guiana Inglesa;

— a Sueste e Sul, pelo rio Anauá, até sua foz no rio Branco, e por êste à sua confluência com o rio Negro;

— a Sudoeste, subindo pelo rio Negro da foz do rio Branco até a foz do rio Padauarí e por êste à foz do rio Mararí e subindo às suas cabeceiras na Serra do Tapirapecó.

§ 3.º — O Território do Guaporé terá os seguintes limites: a Noroeste, pelo rio Ituxí até a sua foz no rio Purús e por êste descendo até a foz do rio Mucuim;

— a Nordeste, Leste e Sueste, o rio Mucuim, da sua foz no rio Purús até o paralelo que passa pela nascente do Igarapé Cuniã, continua pelo referido paralelo até alcançar a cabeceira do Igarapé Cuniã, descendo por êste até a sua confluência com o rio Madeira, e por êste abaixo até a foz do rio Gi-Paraná (ou Machado), subindo até a foz do rio Comemoração ou Floriano, prossegue subindo por êste até a sua nascente, daí segue pelo divisor de águas do planalto de Vilhena, contornando-o até a nascente do rio Cabixí e descendo pelo mesmo até a foz no rio Guaporé;

— ao Sul, Sudoeste e Oeste, pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Cabixí no rio Guaporé, até o limite entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas, por cuja linha limítrofe continua até encontrar a margem direita do rio Ituxí ou Iquirí

§ 4.º — O Território de Ponta Porã terá os seguintes limites:

— a Oeste e Noroeste, pelo rio Paraguai desde a foz do rio Apa até a foz do rio Miranda;

— a Nordeste, Leste e Sueste, pelo rio Miranda, desde a sua foz no Paraguai, até a foz do rio Nioaque, subindo por êste até a foz do córrego Jacarèzinho, segue subindo por êste até a sua nascente e daí em linha reta e sêca, atravessa o divisor de águas entre o Nioaque e Camandá até a nascente do córrego Laranjeira, desce por êste até a sua foz no rio Camandá, continua descendo por êste até a foz no rio Taquaruçú, prossegue até a foz do ribeirinho Corumbá, sobe por êste até a foz do rio Cangalha, subindo até a sua nascente, daí segue pelo divisor de águas até a nascente do rio Brilhante, desce por êste à sua foz no rio Ivinheima, continúa por êste abaixo até a sua foz no rio Paraná, descendo por êste até a fronteira com o Paraguai, na Serra do Maracajú;

— ao Sul e Sudoeste, com a República do Paraguai, acompanhando o limite internacional, até a foz do rio Apa.

§ 5.º — O Território do Iguaçú terá os seguintes limites:

— ao Norte, Nordeste, Leste e Sueste, o rio Ivaí desde a sua foz no Paraná até a confluência do rio Tapiracuí, subindo por êste até a foz do arroio Saltinho e por êste até as suas cabeceiras, daí numa linha reta e sêca até as nascentes do rio D'Areia, descendo por êste até sua foz no rio Pequiri, subindo por êste até a foz do rio Cascudo e subindo por êste até as suas nascentes e daí, por uma linha reta e sêca, até as cabeceiras do rio Guaianí, descendo por êste até a sua confluência no rio Iguaçú, sobe por êste até a foz do rio Butiá, sobe pelo rio Butiá até as suas nascentes, de onde segue em linha reta até as cabeceiras do lajeado Rancho Grande, descendo por êste até a sua foz no Rio Chopin, descendo até a foz do rio das Lontras e subindo por êste até as suas nascentes no morro da Balisa, no divisor de águas, entre os rios Uruguai e Iguaçú, pelo qual divisor prossegue até encontrar as nascentes do lajeado Santa Rosa, descendo por êste até a sua foz no Chapecó, ainda subindo por êste até a foz do lajeado Norte, pelo qual sobe até as suas nascentes e daí às cabeceiras do lajeado Tigre e por êste abaixo até sua foz no rio Chapecózinho, descendo por êste até a foz do lajeado Paulo e subindo pelo lajeado Paulo às suas cabeceiras, daí em linha reta às cabeceiras do lajeado Torto, por êste até a confluência no rio Ressaca, descendo por êste até a sua foz no Ianí e descendo por êste até sua foz no rio Uruguai;

— ao Sul, o rio Uruguai da foz do rio Ianí até a foz do rio Peperiguaçú, nos limites com a República Argentina;

— a Sudoeste, Oeste e Noroeste, a linha internacional com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai

Art 2.º — Passam para o Domínio da União os bens que, pertencendo aos Estados ou Municípios na forma da Constituição e das leis em vigor, se acham situados nos Territórios delimitados no artigo precedente

Art. 3.º — A administração dos Territórios federais, ora criados, será regulada por lei especial

Art 4.º — O presente Decreto-lei entra em vigor a 1.º de Outubro de 1943, revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

(aa) GETÚLIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho
A. de Sousa Costa
M J Pinto Guedes
Henrique A Guilhem
João de Mendonça Lima
Osvaldo Aranha
Apolônio Sales
Gustavo Capanema
Joaquim Pedro Salgado Filho

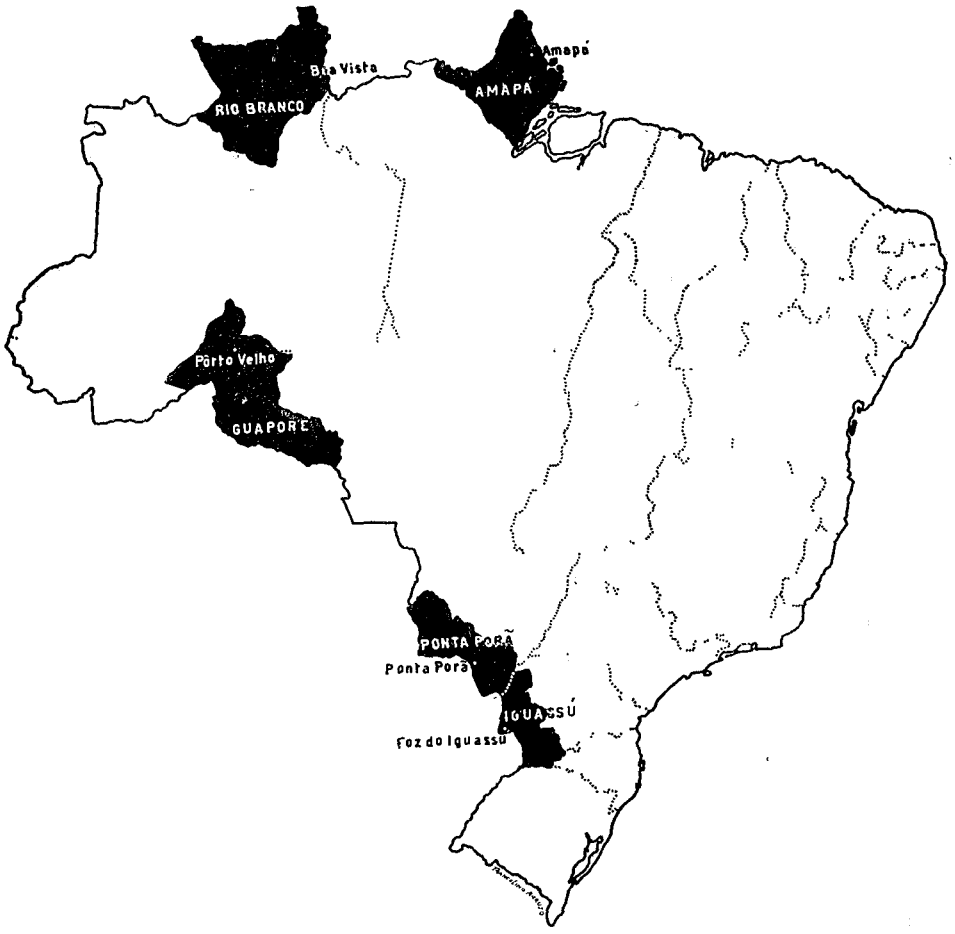
Pelo Decreto-lei n° 5 839, de 21 de Setembro de 1943, foi dada aos cinco novos territórios a seguinte divisão:

a) O Território do Amapá será dividido em três Municípios com as denominações de Amapá, Macapá e Mazagão, compreendendo o primeiro todo o Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Pará; o segundo, parte do Município do mesmo nome, daquele Estado; e o terceiro, parte dos Municípios de Mazagão e Almeirim, que pertenciam ao Estado acima referido;

b) O Território do Rio Branco será dividido em dois Municípios, com as denominações de Boa Vista e Catrimaní, compreendendo o primeiro a área do Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Amazonas, e a parte do Município de Moura, do mesmo Estado, situada à margem direita do rio Anauá, e o segundo a parte do mesmo Município de Moura, situada à margem direita do rio Branco, e a parte do Município de Barcelos, também do mesmo Estado, situada à margem esquerda do rio Negro;

c) O Território de Guaporé será dividido em quatro Municípios, com as denominações de Lábrea, Pôrto Velho, Alto Madeira e Guajará Mirim; o primeiro compreenderá parte dos Municípios de Lábrea e de Canutama, do Estado do Amazonas; o segundo, a área do Município de Pôrto Velho, que pertencia ao mesmo Estado; o terceiro, parte do Município de Alto Madeira, do Estado de Mato Grosso; o quarto, a área do Município de Guajará Mirim e parte do Município de Mato Grosso, que pertenciam ao último Estado acima referido;

d) O Território de Ponta Porã será dividido em sete Municípios com as denominações de Pôrto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracajú, Bonito e Pôrto Esperança; cada um dos quatro primeiros compreenderá a área do Município de igual nome que pertencia ao Estado de Mato Grosso; o quinto compreenderá parte dos municípios de Maracajú e Nioaque, do mesmo Estado; o sexto compreenderá parte do Município de Miranda, e o sétimo, parte do Município de Corumbá, ambos do mesmo Estado;



e) O Território do Iguaçú será dividido em quatro Municípios, com as denominações de Foz do Iguaçú, Clevelândia, Mangueirinha e Xapecó; o primeiro compreenderá a área do Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Paraná, e parte do Município de Guarapuava, do mesmo Estado; o segundo compreenderá a área do Município de igual nome, que

pertencia ao mesmo Estado; o terceiro compreenderá parte do Município de Palmas, do mesmo Estado; o quarto compreenderá parte do Município de igual nome, do Estado de Santa Catarina

O mesmo Decreto-lei dispõe que o Governador de cada Território, no prazo de seis meses, contado da respectiva posse, elaborará, de acôrdo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, o plano do novo quadro territorial respectivo, a ser fixado pelo govêrno federal, segundo o disposto no art 16, § 1 º, do Decreto-lei n º 311, de 2 de Março de 1938

A capital do Território do Amapá será a cidade de igual nome; a do Território do Rio Branco, a cidade de Boa Vista; a do Território do Guaporé, a cidade de Pôrto Velho; a do Território de Ponta Porã, a cidade de igual nome; a do Território do Iguaçú, a cidade de igual nome

O Governador, que deverá ser brasileiro nato, maior de 25 anos, de livre nomeação e demissão do Presidente da República, tomará posse perante o Ministro da Justiça e Negócios Interiores; em caso de urgência, e por delegação expressa dêste, perante o Juiz de Direito da Comarca da capital do Território

Um Secretário Geral, de nomeação do Presidente da República, auxiliará o Governador e o substituirá nos seus impedimentos

Compete ao Governador, nos têrmos do Decreto-lei n º 5 839:

I — praticar os atos necessários à administração e representação do Território e à guarda da Constituição e das leis; II — cumprir e fazer cumprir as leis, atos e decisões do Govêrno da União, expedindo para êsse fim regulamentos e instruções; III — executar o orçamento do Território; IV — executar e fazer executar as ordens e sentenças judiciais e prestar às autoridades judiciárias o auxílio necessário ao cumprimento de suas decisões; V — organizar os serviços públicos territoriais, dentro dos créditos consignados em orçamentos e de acôrdo com o disposto para os serviços da União, no que fôr aplicável; VI — fiscalizar os serviços executados diretamente pelo Govêrno Federal e representar sôbre as suas necessidades e as irregularidades que verificar; VII — expedir decretos, regulamentos, instruções e demais atos relativos à administração do Território; VIII — nomear e demitir os Prefeitos dos Municípios; IX — nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar funcionários ou autoridades do Território, quando os respectivos cargos e empregos não forem de nomeação do Govêrno Federal ou Municipal, e impor-lhes penas disciplinares, respeitado o disposto na Constituição e nas leis; X — prover à organização de uma guarda territorial, que será civil; XI — autorizar a admissão de extranumerários para os serviços públicos do Território; XII — prover, interinamente, os cargos de nomeação do Presidente da República, exceto os da magistratura, e licenciar, até trinta dias, os respectivos funcionários; XIII — conceder e solicitar a extradição de criminosos; XIV — aprovar os projetos de Decretos-leis que devam ser baixados pelos Prefeitos; XV — organizar anualmente o projeto do orçamento para o Território e encaminhá-lo, até 31 de Março, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores; XVI — apresentar ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, um relatório anual de sua gestão

O Governador comunicar-se-á diretamente com os Ministros de Estado e outras autoridades sôbre os assuntos referentes ao Território

Definindo os crimes de responsabilidade do Governador, indica o Decreto-lei: I — os atos que atentarem contra: *a*) a existência da União; *b*) a Constituição; *c*) a execução das leis e tratados federais; *d*) a execução das decisões judiciárias; *e*) a boa arrecadação dos impostos e taxas; *f*) a probidade administrativa, a guarda e o emprêgo dos dinheiros públicos;

II — a omissão de providências determinadas pelas leis ou tratados federais, ou necessárias à sua execução, dentro dos prazos fixados

O Governador será processado e julgado nos crimes comuns e de responsabilidade pelo Tribunal de Apelação do Distrito Federal (Código Proc Penal, Livro II, Tít III), importando sempre a sentença condenatória a perda do cargo e a inhabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de 2 a 10 anos

Passando a dispor sôbre a administração dos Municípios, determina que caberá, em cada um, a um Prefeito, brasileiro nato, maior de 21 anos e menor de 68, de livre nomeação e demissão do Governador

Aos Municípios, além das atribuições que lhes são reservadas pelo art 23, § 2 º, da Constituição, e das que lhes forem transferidas pela União, o Decreto-lei confere:

I — o imposto de licenças; II — o imposto predial e o territorial urbanos; III — os impostos sôbre diversões públicas; IV — as taxas de serviços municipais.

Compete ao Prefeito, conforme o art 9 º:

I — elaborar os projetos de decretos-leis nas matérias de competência do Município e sancioná-los depois de aprovados pelo Governador; II — expedir decretos-leis, independentemente da aprovação prévia do Governador, em caso de calamidade ou necessidade de ordem pública, sujeitando *a posteriori* o seu ato à aprovação do Governador; III — expedir decretos, regulamentos, posturas, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e à administração do Município; IV — organizar, de acôrdo com as normas funcionais e de contabilidade estabelecidas pela União para os Estados e Municípios, o projeto do orçamento do Município, e sancioná-lo depois de revisto pelo Governador; V — nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar os funcionários e admitir e dispensar extranumerários municipais, impor-lhes penas disciplinares, respeitado o disposto na Constituição e nas leis; VI — or-

ganizar os serviços públicos municipais e praticar todos os atos necessários à administração do Município e à sua representação

Passarão para a jurisdição da União em 1 º de Janeiro de 1944 os serviços estaduais compreendidos nos Territórios Até essa data é assegurada aos Estados a percepção dos respectivos tributos, dentro das circunscrições territoriais que lhes pertenciam, continuando a cargo dos mesmos a despesa com a manutenção dos serviços

Os serviços públicos dos Municípios que foram desmembrados continuarão a ser executados sem solução de continuidade até 1 º de Janeiro de 1944, cabendo às respectivas autoridades cobrar os tributos devidos e efetuar os pagamentos necessários à manutenção dos serviços

As autoridades judiciárias, os serventuários da justiça e os funcionários estaduais que se achavam em exercício nas zonas compreendidas pelos Territórios foram mantidos em seus cargos e funções, até serem aproveitados na nova organização, com os direitos de que gozarem, de acôrdo com a respectiva legislação estadual Os que não forem aproveitados serão postos em disponibilidade na forma da lei, o mesmo devendo verificar-se com relação aos funcionários dos Municípios que forem desmembrados.

Foram mantidas a competência e a jurisdição das autoridades judiciárias e do trabalho em exercício nas partes dos Estados que passaram a constituir Territórios. A partir de 1 º de Janeiro de 1944, os recursos das decisões das autoridades judiciárias serão interpostos para o Tribunal de Apelação do Distrito Federal; os recursos das decisões da Justiça do Trabalho serão interpostos para o Conselho Regional do Trabalho da 1 ª Região. Até a referida data, ficará mantida a competência dos Tribunais de Apelação e Conselhos de Trabalho a que estavam subordinadas as áreas desmembradas dos Estados.

Serão transferidos à União, a partir de 1 º de Janeiro de 1944, os tributos e as rendas devidos aos Estados nas partes dêstes que passaram a constituir Territórios

Dispõe ainda o Decreto-lei n º 5 839 que em cada Território será localizada, pelo menos, uma unidade de tropa do Exército, que será posta à disposição do Governador, para auxiliá-lo na manutenção da ordem.

Os estrangeiros e os brasileiros naturalizados há menos de 10 anos, que sejam foreiros, arrendatários, concessionários, possuidores ou detentores, ou que se julgarem com direito a qualquer porção de terras dentro dos limites de cada Território, ou à sua utilização, ficam obrigados a exibir os títulos em que fundam o seu direito a uma das comissões especiais que, para êsse fim, serão constituídas pelo Governador Essas comissões examinarão os títulos apresentados e decidirão quanto à sua legitimidade, sem prejuízo das disposições especiais relativas à faixa de fronteiras A apreciação dos títulos e a execução das decisões bem como as ações que eventualmente delas decorrerem, obedecerão ao disposto no Decreto-lei n º 893, de 27 de Novembro de 1938, que será observado no que fôr aplicável

Aos militares que forem mandados servir na administração dos Territórios serão concedidas as vantagens asseguradas por lei ao exercício da comissão militar nas regiões de fronteira; garantidas as mesmas vantagens aos funcionários pertencentes a outros quadros da administração federal

Dentro do prazo de 90 dias, a contar de sua posse, o primeiro Governador de cada Território deverá apresentar um plano de organização administrativa e judiciária do mesmo e dos cargos a serem criados, tendo em vista a possibilidade de serem exercidas por um só funcionário ou repartição, dentro de cada Município, Distrito ou zona, tôdas as atribuições de natureza administrativa, fiscal, policial ou trabalhista

Foram criados no quadro permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores cinco cargos, em comissão, de Governador de Território, padrão T, e cinco cargos, em comissão, de Secretário Geral, padrão P.

Os créditos orçamentários e adicionais destinados à administração de cada Território serão automàticamente registrados pelo Tribunal de Contas, distribuídos ao Tesouro Nacional e postos em sua totalidade, no Banco do Brasil, à disposição do respectivo Governador, podendo êste retirar mensalmente as importâncias que forem necessárias até atingir o duodécimo do crédito anual concedido, aumentado do saldo dos duodécimos anteriores do mesmo exercício.

No caso de substituição do Governador, dentro de um exercício, o Governador que deixar o cargo deverá entregar ao seu substituto a comprovação dos adiantamentos recebidos e os saldos existentes, mediante recibo, cuja primeira via ficará junta ao processo. À comprovação das despesas que efetuar com os recursos recebidos de seu antecessor, o novo Governador anexará as contas prestadas por aquele

No corrente exercício, serão entregues a cada Governador, na forma assim prevista, para as despesas de instalação, pessoal e material, as importâncias cujo recebimento seja autorizado pelo Presidente da República

De acôrdo com o Decreto-lei aludido, aplicam-se aos Territórios, no que couber, os Decretos-leis ns 1 202, de 8 de Abril de 1939, especialmente o disposto nos arts 8 º, 19, 22, 33, 35 e 44; 1 804, de 24 de Novembro de 1931; 2 416, de 17 de Julho de 1940; 2 681, de 7 de Outubro de 1940; 3 070, de 20 de Fevereiro de 1941

Nas zonas constituídas pelos Territórios continuam em vigor as leis, os decretos, os regulamentos, as posturas, as resoluções e decisões dos Governos dos Estados e dos Municípios a que as mesmas pertenciam, em tudo o que não fôr contrário à Constituição e às leis federais, até que sejam revogadas por quem de direito.

OS INTERVENTORES EM GOIAZ E NO MARANHÃO EM VISITA AO I.B.G.E.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística teve oportunidade de receber, em sua sede, os Srs PEDRO LUDOVICO e PAULO RAMOS, Interventores Federais nos Estados de Goiaz e do Maranhão, prestando-lhes uma homenagem e, ao mesmo tempo, solicitando o apoio dos dois governos regionais para o projeto da construção da rodovia Transbrasiliana.

Prosseguiu o Instituto, dêsse modo, nos esforços que decidiu empenhar no sentido de ver tornar-se realidade, no mínimo prazo possível, a importante sugestão que, como já a REVISTA noticiou, foi apresentada inicialmente à Comissão Censitária Nacional pelo Tenente-Coronel Aviador LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES, membro dos três colégios dirigentes da entidade, na qualidade de representante do Ministério da Aeronáutica, e, posteriormente, adotada pela Comissão do Plano Rodoviário Nacional

A reunião da C.C N , em que foram homenageados os dois ilustres homens públicos, verificou-se no dia 7 de Outubro, achando-se presentes, além do Presidente e dos membros da Comissão, o próprio presidente do I B G.E , Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Ao lado da mesa das sessões, encontrava-se um grande mapa do Brasil, mostrando o traçado da artéria projetada para ligação do extremo norte ao extremo sul, pelo centro-oeste do país

Coube ao Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto, saudar os homenageados, e o fêz começando por acentuar quanto lhe era grata a incumbência de exprimir a gratidão da entidade pela colaboração inestimável que aos seus trabalhos teem prestado os dois Interventores. Recordou as dificuldades da campanha censitária e a importância decisiva do prestígio dispensado pelos governos do Maranhão e de Goiaz para que a mesma alcançasse o êxito conseguido. Continuou dizendo que, como intérprete não apenas da Comissão Censitária Nacional mas de todo o Instituto, com o penhor de sua palavra ratificado pelo Presidente da entidade, manifestava o reconhecimento, também, dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia, pelo apoio que os ilustres visitantes teem invariàvelmente dispensado às iniciativas de natureza estatística e geográfica e pela eficiência que asseguram aos serviços regionais das duas alas do I B G.E.

Prosseguindo, o orador aludiu às cogitações dos técnicos do Instituto em relação aos problemas nacionais, e, daí, o interêsse que a entidade decidiu tomar pela construção de uma estrada de rodagem que fizesse a ligação do norte e do sul do país, através do centro-oeste, com a urgência necessária a remediar as graves dificuldades oriundas da crise dos transportes marítimos e, ao mesmo tempo, como meio de utilização das riquezas existentes naquela última região Historiou o andamento da sugestão, o acolhimento afinal dispensado à mesma na Comissão do Plano Rodoviário Nacional, a inclusão nesse plano da rodovia sugerida com o nome de "Transbrasiliana", o apoio assegurado pelo Coronel MAGALHÃES BARATA quanto ao trecho a ser aberto em território paraense Solicitou, então, dos Srs PAULO RAMOS e PEDRO LUDOVICO medidas semelhantes às que estava empreendendo o Interventor paraense, de modo que, facilitando a ação do govêrno federal, fôs-

Aspecto da reunião da Comissão Censitária Nacional, quando discursava o Sr. PAULO RAMOS, *Interventor Federal no Maranhão.*

sem determinados os estudos preliminares e, quanto possível, abertos os trechos que, ligando-se a outros já existentes, permitissem, no mais breve prazo, a realização da grande artéria de ligação dos pontos extremos do território nacional

Após o discurso do Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, falou o Sr PAULO RAMOS Acentuou, de início, que eram de júbilo e entusiasmo os sentimentos que o empolgavam ao tomar parte naquela reunião, não só pelas palavras generosas que seu ilustre intérprete houve por bem pronunciar, como pela oportunidade de trazer ao Instituto as suas homenagens e as homenagens de seu Estado, pelo grande trabalho que vem realizando em prol do Brasil.

Mas, apesar de tudo, posso assegurar minha colaboração ao plano da ligação norte-sul, embora tenhamos que vencer os inconvenientes dos terrenos baixos, sujeitos a inundações.

Há três meses, mais ou menos, iniciei a organização do Departamento de Estradas de Rodagem, e tenho construído, dentro do plano estabelecido prèviamente, estradas carroçáveis Em três anos, gastei com elas dezoito mil contos e pouco temos feito, não obstante Apesar de ser grande o plano rodoviário, apesar de não termos contado com a colaboração federal que, por intermédio do Serviço de Obras Contra as Sêcas, vai apenas até o Piauí, posso assegurar que o Maranhão mandará proceder aos estudos

Outro flagrante da sessão da C C N , quando falava o Sr. PEDRO LUDOVICO, *Interventor Federal em Goiaz, vendo-se também o Embaixador* JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, *Presidente do I B G E*

"Quero dizer" — prosseguiu — "quanto tem sido proveitoso para o Maranhão o trabalho do Instituto, que, através dos seus órgãos, através do Departamento Estadual de Estatística, presta ao meu Govêrno a melhor e a mais eficiente das colaborações Sempre solicito, quando necessário, o seu auxílio para melhor orientar a minha administração e dou o meu testemunho do grande serviço que foi a campanha censitária para o país

Recebo agora o seu apêlo para a realização do plano de ligar o Brasil do Norte ao Sul. O Maranhão é um Estado de recursos reduzidos Para dirigí-lo tive de enfrentar grandes dificuldades Encontrei rendas tão diminuídas que não chegavam sequer para os compromissos da própria administração estadual Fui vencendo dificuldades enormes para elevar estas rendas, e estamos ainda procurando vencer grandes obstáculos, trabalhando muito no sentido de obter vias de comunicação e meios de transporte necessários, dentro de suas possibilidades, e que colaborará na ligação de Belém ao sul do país

Quero neste instante agradecer ao Instituto e à Comissão Censitária Nacional as palavras tão amigas que me foram dirigidas Tal é o aprêço e valor que dou a esta Casa, aos seus métodos eficientes e às suas normas de ação, que já sugeri ficassem os serviços estatísticos estaduais sob direção do Instituto, entrando cada Estado com sua quota, de modo a ser realizado um trabalho mais eficiente, com melhor unidade Esta minha proposta é a demonstração clara do aprêço que dou ao Instituto e ao seu alto sentido de direção No Instituto reunem-se tôdas as fôrças, não para fazer obra de fachada, mas para realizar notável obra de brasilidade, de integração e engrandecimento da Nação"

Falou, por último, o Interventor PEDRO LUDOVICO, para agradecer, em nome do Estado de Goiaz, a homenagem que acabava de ser prestada pela Comissão Censitária Nacional e pelo I.B G E Disse da boa vontade e entusiasn

que lhe mereceu o recenseamento de 1940, grande necessidade nacional, à cuja frente vira homens como o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, o Professor Carneiro Felippe e tantos outros que alí estavam. Queria dizer, em poucas palavras, que o apêlo feito por intermédio do Sr. Teixeira de Freitas seria ouvido, devendo o trecho da Transbrasiliana, em Goiaz, ser aberto dentro de seis meses, talvez. Não seria isso impossível, pois Goiaz dispunha de aparelhos, máquinas, tratores.

Acrescentou que Goiaz já tem mais de 10 mil km de estradas; não são estradas de primeira classe, nem talvez de segunda, mas satisfazem a sua finalidade. A estrada de ligação com o norte já estava nas cogitações do govêrno goiano e êste levaria avante a tarefa.

Terminou agradecendo a todos os órgãos do I.B G.E. a colaboração que prestam à administração pública de Goiaz.

Ainda usou da palavra o Professor J. Carneiro Felippe.

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA NO RIO GRANDE DO SUL

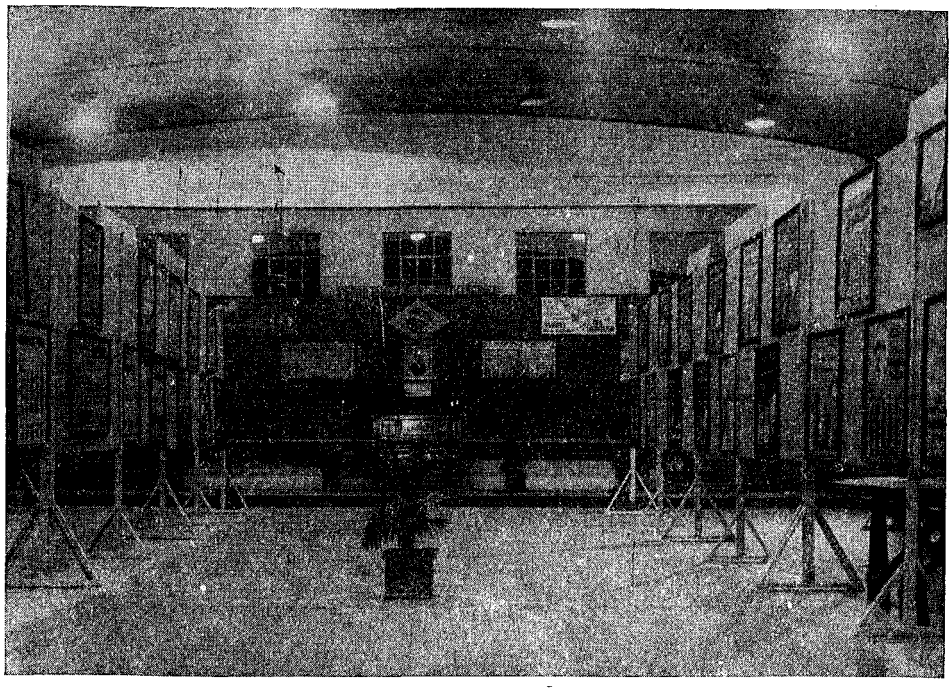
Em sessão de 2 de Julho do corrente ano, a Junta Executiva Regional de Estatística do Rio Grande do Sul, por unanimidade de votos, resolveu aceitar a sugestão que lhe foi dirigida pela Liga de Defesa Nacional, no sentido de ser realizada, durante as comemorações da Semana da Pátria, uma Exposição Estadual de Estatística, com orientação cívica e educativa.

Foi, então, assentado por aquele órgão: *a*) a constituição de uma comissão de três membros, funcionários do Departamento Estadual de Estatística, para assumir a direção dos trabalhos; *b*) que os quadros a serem expostos deveriam compreender todos os aspectos econômicos e sociais do Rio Grande do Sul, assim como as realizações e empreendimentos de todos os setores da administração pública; *c*) que, quanto possível, deveriam abranger séries relativas ao último qüinqüênio (1938-1942); *d*) que todos os quadros seriam executados em madeira compensada, inclusive os dizeres, motivos, alegorias, cifras e colunas, e devidamente pintados e emoldurados; *e*) que para a pintura seria empregada massa plástica (plastex).

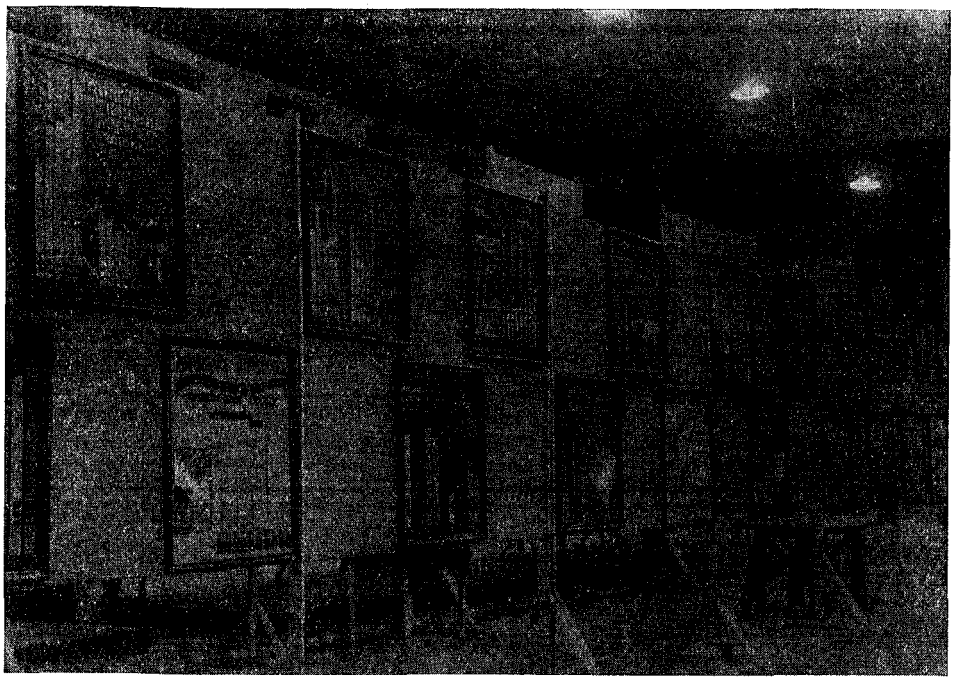
Dando cumprimento às resoluções da Junta, seu presidente dirigiu-se ao Govêrno do Estado, solicitando-lhe apoio e o necessário auxílio financeiro, estimado, inicialmente, em Cr$ ... 30 000,00.

Obtido o necessário crédito a 12 de Agôsto, decidiu a comissão organizar uma oficina própria para a execução dos trabalhos, adquirindo todo o material necessário, inclusive ferramenta, e mobilizou mais de trinta colaboradores, entre professores de trabalhos manuais, cartógrafos, desenhistas, decalcadores, aprendizes de mar-

Aspecto da visita do Interventor Ernesto Dornelles *à Primeira Exposição Estadual de Estatística. À esquerda de S. Excia , o diretor do D E E do Rio Grande do Sul, Sr.* Mem de Sá.



Alguns dos gráficos expostos



Outro aspecto da Exposição.

cenaria, etc , os quais passaram a trabalhar de 8 às 23 horas, num grande esfôrço para a realização da tarefa dentro do prazo estipulado. Os quadros, em número de 172, foram executados em vinte dias, incumbindo-se da pintura com plastex uma oficina particular especializada

A Exposição foi instalada no vasto salão de ginástica do Instituto de Educação, em *stands* apropriados, de cuja montagem se incumbiram funcionários do Departamento Estadual de Estatística.

Foram expostos quadros das seguintes repartições: Departamento Estadual de Estatística, 70; Repartição Central de Polícia, 7; Viação Férrea do Rio Grande do Sul, 15; Secretaria de Obras Públicas, 25; Secretaria da Educação, 11; Departamento Estadual de Saúde, 11; Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, 22; Prefeitura de Pôrto Alegre, 10; e Instituto Cousirat de Araújo, 11.

A abertura da Exposição verificou-se às 16 horas do dia 6 de Setembro, tendo sido esta a última solenidade oficial presidida no Rio Grande do Sul pelo General OSVALDO CORDEIRO DE FARIAS, Interventor Federal no Estado, que deixou êsse cargo alguns dias depois. Grande amigo da estatística, S. Excia. teve ensejo de apreciar os frutos do decidido apoio que sempre dispensou às atividades do D.E.E., e, ao mesmo tempo, uma visão de conjunto — expressa em números fieis — da sua obra administrativa.

Por sua vez, o Coronel ERNESTO DORNELES, pouco depois de haver assumido o alto cargo de Interventor, honrou a Exposição com a sua visita, demorada e atenta, demonstrando grande interêsse por tudo quanto viu.

Ficou a importante mostra franqueada ao público até 30 de Setembro, com uma intensa freqüência, inclusive dos corpos docente e discente de estabelecimentos de ensino. Durante essas visitas, funcionários do D E E. prestaram os esclarecimentos e indicações úteis para melhor compreensão dos elementos expostos

Presidiu a comissão designada pela Junta, fazendo jus ao louvor da direção do Departamento Estadual de Estatística pelo assinalado êxito da sua missão, o estatístico-chefe ALBANO GASPAR DE OLIVEIRA.

A FILIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS AO I.B.G.E.

Realizou-se no dia 19 de Novembro, no gabinete da Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a solenidade de assinatura do têrmo de filiação do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil S A. ao sistema estatístico nacional coordenado por aquela entidade.

Presentes o Sr. MARQUES DOS REIS, presidente do grande estabelecimento de crédito do país, bem como diretores e chefes de serviços, inclusive o Sr JÚLIO DE MATOS, chefe do Departamento filiando e seus principais auxiliares, discursou o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto, que também se achava na companhia de membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística e seus colaboradores mais destacados.

O Presidente do I.B.G.E. manifestou a grande satisfação com que os responsáveis pela coordenação da estatística brasileira recebiam a valiosa cooperação — agora em novas, definitivas e mais amplas bases — do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil, cujas realizações técnicas salientou. Enalteceu a personalidade de jurista e financista do Sr MARQUES DOS REIS, assim como a operosidade e competência do Sr. JÚLIO DE MATOS.

Em agradecimento, discursou o Presidente do Banco do Brasil, pronunciando o seguinte improviso:

"Senhor Embaixador MACEDO SOARES:

V Excia , que me fez a honra e generosidade de ampliar através dos vidros magnificentes de sua bondade os meus fraquíssimos méritos, reconheceu, com justiça, o meu sentimento de probidade e dedicação ao serviço público

V. Excia , neste momento, assinala e acentua, fixando com palavras muito elevadas, o significado desta filiação do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil ao I B.G.E.

Quero, entretanto, acentuar principalmente que esta filiação é apenas uma formalidade, para definir compromissos a que, de há muito, embora não filiado, o Banco do Brasil vem atendendo, pela sua noção de deveres para com o Brasil, para com a economia nacional e a organização modelar que é êste Instituto

Posso asseverar, aliás, que o Banco do Brasil não seria admitido ao ato desta filiação, se não fôsse êle já afeito à honesta observância dos mandamentos da estatística.

Usando de velha frase, poderia lembrar que administrar sem estatística é navegar sem bússola. O Banco do Brasil está habituado a encontrar na estatística a sua bússola. O espírito público, que domina o funcionalismo do Banco, eleva os que o servem a mais do que simples bancários.

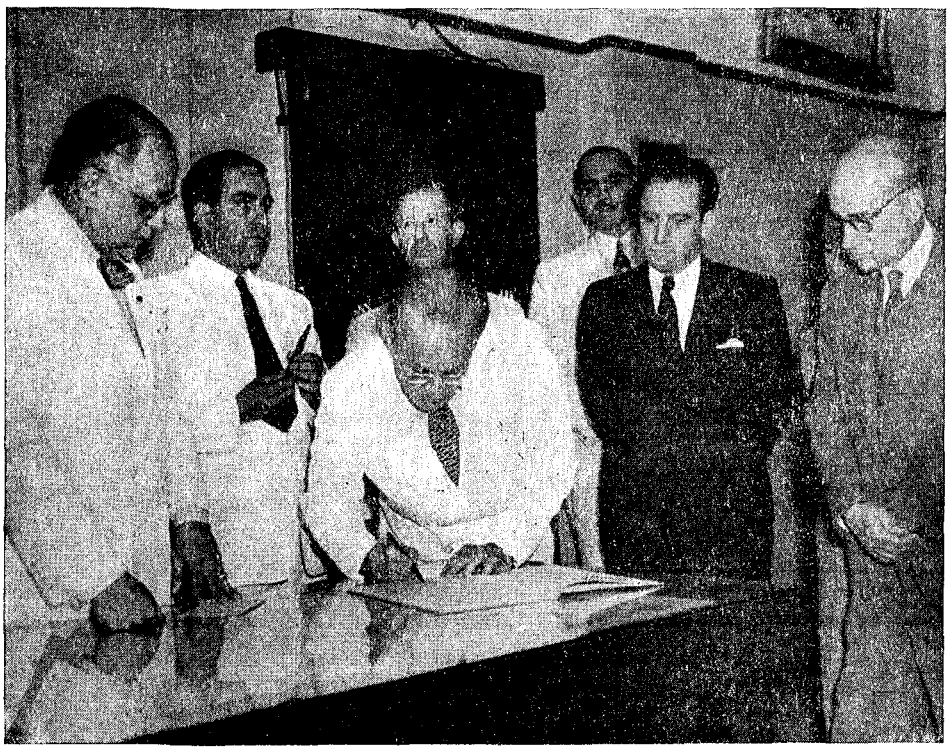
Verdadeiro sistema bancário que hoje é, êle tem a volúpia de prestar serviços, de aceitar todos os encargos que o Govêrno e a Nação lhe impõem. Continuaremos a observância exata e leal dos princípios cultuados nesta Casa.

Reconhecendo que esta filiação não assegura direitos, antes impõe deveres, afirmo que o Banco os aceita com ufania.

Animado pela conciência que êle tem tido das obrigações que lhe são impostas, tenho a certeza plena de que prosseguirá na perfeita compreensão de sua finalidade, e congratulo-me com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pela solenidade dêste momento"

Após os discursos, foi o têrmo de filiação, a cuja leitura havia procedido o Sr ALBERTO MARTINS, diretor da Secretaria Geral do Instituto, assinado pelos dois presidentes e pelas demais personalidades.

*



O Sr. MARQUES DOS REIS, *presidente do Banco do Brasil, assina o têrmo de filiação.*

Com a filiação do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobe a três o número de secções especializadas de órgãos autárquicos no sistema de repartições filiadas.

Foi o Departamento instituído em 29 de Janeiro de 1931, como Sub-Secção do Banco do Brasil, ao tempo da presidência do Sr MÁRIO BRANT O primeiro chefe do serviço foi o Sr PAULO DE MAGALHÃES. Dois anos depois, na presidência Sousa Costa, a Sub-Secção de Estatística viu-se elevada a Secção, categoria mantida na reforma realizada em 1936, pelo saudoso Sr LEONARDO TRUDA

Em 1940, com a nomeação do Sr PAULO DE MAGALHÃES para Chefe do Departamento de Contabilidade, foi designado para chefiar a Secção o Sr JÚLIO DE MATOS, que, um ano mais tarde, era alvo do seguinte elogio do Presidente do Banco: "Consigne-se na fé de ofício do Chefe de Secção interino Sr JÚLIO DE MATOS o meu elogio pela eficiência e solicitude com que vem dirigindo a Secção de Estatísitca e Estudos Econômicos, da qual tem a Diretoria, e especialmente esta Presidência, recebido, com presteza e exatidão, valiosos e interessantes estudos e dados informativos, que bem demonstram a segura orientação que o referido funcionário vem imprimindo a êsse importante setor do Banco" Ao ser referendada essa honrosa nota pelos demais diretores da autarquia, o Sr VILOBALDO CAMPOS valeu-se da oportunidade para "ressaltar a ótima impressão que me teem causado os serviços pertinentes ao departamento em epígrafe, que vem preenchendo, com brilho, mercê da competência e dedicação de seu orientador — funcionário Sr JÚLIO DE MATOS —, as elevadas finalidades para que foi criado".

Em 7 de Junho de 1943, foi a Secção elevada à categoria de Departamento, sendo mantido na chefia, já agora em caráter efetivo, o Sr JÚLIO DE MATOS, cuja operosidade, competência técnica e espírito de cooperação já vinham sendo demonstrados nas relações entre o novo órgão filiado e o Instituto.

ECOS DO "BATISMO CULTURAL" DE GOIÂNIA

A reportagem que a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA publicou em seu número 11, referente ao "batismo cultural" de Goiânia, teve em vista preferentemente a divulgação dos atos e documentos que mais de perto se relacionaram com a participação dos órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística naquela série de expressivos certames cívicos, econômicos, intelectuais e artísticos

Dentro dêsses restritos limites, deixamos, assim, de inserir em nossas páginas outras peças que teriam enriquecido o aludido noticiário e, portanto, a contribuição do Instituto para a documentação dos relevantes acontecimentos registrados em Junho e Julho do ano passado na nova metrópole goiana.

Todavia, a publicação de pelo menos um dos discursos pronunciados na solenidade inaugural de Goiânia — o do professor e publicista BENEDITO SILVA — constitui dever demasiado imperioso e grato para que deixemos de cumprí-lo, mesmo decorrido um ano, já, da ocasião mais oportuna para fazê-lo

E as razões dessa atitude não se encontram apenas no conteúdo, realmente brilhante, daquela oração, mas no direito que tem o orador a tôdas as homenagens dos seus colegas da estatística brasileira.

Ao assomar à tribuna, naquela memorável sessão cívica da tarde de 5 de Julho de 1942, o Sr BENEDITO SILVA recebeu dos seus coestaduanos uma vibrante aclamação que demonstrava bem encontrar-se nele o mais credenciado representante da cultura dos filhos da terra goiana. Com êsse caloroso movimento de admiração logo se solidarizaram, porém, os altos dignitários da administração e da cultura do país também alí presentes, testemunhas e admiradores, todos êles, da atuação fecunda do ilustre patrício na vida nacional

Dentro das próprias fronteiras do seu Estado, o Sr BENEDITO SILVA serviu, ainda em plena mocidade, com singular eficiência, a Goiaz e ao Brasil, como jornalista, educador, criador da propaganda das riquezas regionais, e, notadamente, organizador dos serviços estatísticos

Tarefas mais amplas, de plano nacional, passaram a reclamar os dotes de quem se mostrara tão vigorosa vocação para o serviço público e, desde então, na capital da República, conquistou um lugar de justa saliência entre os brasileiros que, pela produtividade do seu trabalho, pelo incessante aprimoramento da sua cultura, pela veracidade do seu patriotismo, contribuem para o engrandecimento do país

Assistente da antiga Diretoria de Estatística da Produção, organizador e primeiro diretor da Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, diretor da Divisão de Publicidade do Serviço Nacional de Recenseamento, e, atualmente, professor de cursos de administração pública e diretor da Divisão de Receita da Comissão de Orçamento da União, são os principais cargos da sua carreira Durante o exercício dêstes, participou da excursão do titular da pasta da Agricultura à Argentina, reorganizou os serviços estatísticos do Rio de Janeiro, colaborou nos trabalhos do Reajustamento do Funcionalismo Público e criação do Conselho Federal do Serviço Público, hoje Departamento Administrativo do Serviço Público, realizou com raro destaque cursos de especialização nos Estados Unidos da América, e estudou nesse país e no México a moderna técnica censitária Mais do que êsses sucessivos postos e comissionamentos, a todos os quais deu sempre o mais honroso cumprimento, cabe, porém, aos seus contemporâneos reconhecer-lhe a vigilante dedicação aos superiores objetivos nacionais, através de silenciosa, desinteressada, modesta e, entretanto, decisiva colaboração aos mais importantes cometimentos da administração pública brasileira, no último decênio

E' essa espécie de atuação, notadamente, que a estatística brasileira deve ao Sr BENEDITO SILVA, na fase de organização do então Instituto Nacional de Estatística, e em tôdas as oportunidades que as circunstâncias lhe oferecem, afora, de modo particular, os mais árduos esforços no período inicial das atividades do novo órgão e na memorável campanha publicitária do Recenseamento Geral de 1940

Secretário Geral da Sociedade Brasileira de Estatística, desde o início da atual fase dessa entidade, também nesse pôsto o distinguido técnico e publicista vem fazendo jús à admiração e à simpatia da classe que tem nesta REVISTA o seu órgão

O discurso que vamos transcrever não diz da cultura e da ampla informação que, nos assuntos de sua especialidade, tem o orador demonstrado em aulas, artigos, conferências, relatórios Diz, no entanto, do processo que o autor possui e emprega na manifestação das suas idéias, um estilo claro e seguro, no qual a correção está sempre ao lado da precisão e da elegância Diz, igualmente, da intuição do Sr BENEDITO SILVA, que o habilita a sentir os fenômenos políticos, econômicos e sociais em tôda a sua significação E', além disso, uma página de emoção em que o amor à terra natal se expande na vibração do sociólogo ante um fato de real importância para os destinos de seu país

I

"Não é porque estejamos aquí, brasileiros de todos os quadrantes do país, atraídos pelo e para o *batismo* de uma cidade, que êste momento se transcendentaliza, e emerge singular da cadeia do tempo, como que dela se desligando, para ficar retinindo na história do Brasil mediterrâneo, à feição de um grito de triunfo coletivo, partido do peito de uma geração inteira

Não é porque estejamos aquí, autoridades civis e militares de várias hierarquias, homens públicos dos três níveis de govêrno, sacerdotes, professores, escritores, jornalistas, representantes de tôdas as classes e simples cidadãos, como eu, reunidos para reconhecer oficialmente a existência de uma nova capital, que êste acontecimento assume tanta magnitude, e se move em direção ao alto, deixando lá em baixo a planície dos fatos comuns, para impressionar, com a sua fulgurante autonomia, o espírito dos homens.

Sim, é preciso reconhecer a solenidade monumental desta hora! E' preciso reconhecer a excepcionalidade intrínseca dêste evento, que se impõe à nossa conciência como uma façanha

sem jaça da própria civilização brasileira Não é a nossa presença física que elabora êste clima de liturgia, não são as nossas palavras que comunicam esta expectativa emocionante à reunião dos crentes, daquí e de alhures, vindos de perto e de longe, vindos de trem, de automóvel e de avião, para celebrar o nascimento de uma nova *urbs* — *Goiânia!* — a Meca do Centro-Oeste brasileiro!

Não somos nós que fazemos grande êste acontecimento Êle é grande por si, é grande em si, grande pelo seu radioso conteudo, grande pela conquista que representa, grande no presente e no futuro, grande para as gerações atuais, grande para as gerações vindouras

Em verdade, estamos vivendo aquí uma hora augusta e soberba, cuja substância transcende as nossas pessoas.

II

Assim como nem tôdas as gerações assistem ao momento em que um século termina e outro começa, assim também nem a todos os homens é dado o privilégio de assistir à inauguração de uma nova metrópole. A edificação de uma capital, como a passagem de um século, é ocorrência rara pela própria natureza Fascinada pelo poder de atração de todos os acontecimentos reconhecidamente extraordinários, a humanidade cultiva o hábito de festejar a passagem de cada século Não é de mais, pois, que uma secção da humanidade, aquí representada por nós, celebre também êste acontecimento ainda mais raro e muito mais real, que é a consagração de uma nova cidade, especialmente edificada para ser a metrópole política e cultural de um Estado Brasileiro, vale dizer, para ser uma das capitais do Brasil A passagem de um século constitui apenas uma ficção, situada arbitràriamente pelas convenções no todo indivisível do tempo; ao passo que o advento de uma nova capital, de uma capital erigida cientificamente como Goiânia, é fato real, tangível, físico, duradouro e talvez perpétuo, que permanece distinto no registro geral dos feitos humanos engrossando e enriquecendo o caudal fervilhante da História

Esta comparação serve ao propósito de atrair o nosso pensamento para a significação profunda da hora, ressonante de solenidade, em que, das mesmas mãos que a edificaram, — das mãos milagrosas do Interventor PEDRO LUDOVICO — a cidade de Goiânia recebe a sua Carta de Capital

III

Bem compreendo, e aprecio, e prezo a honra de falar na inauguração de Goiânia, credenciado apenas pela minha condição de filho dêste Estado.

Bem avalio, e estimo, e pondero, por outro lado, a responsabilidade de aventurar minha inqualificada palavra nesta sessão — sem dúvida a mais extraordinária, a mais grandiosa, a mais histórica, a mais decisiva de quantas já se realizaram no Estado de Goiaz — responsabilidade esmagadora, responsabilidade incomportável na modéstia dos meus recursos, responsabilidade igual à grandeza do ambiente, acentuado ainda pela grandeza da idéia que nos reune aquí

IV

O mundo atual — convulso, sangrento, em marcha para não sabemos que abismo — está longe de oferecer aquele ambiente de calma e de quietude, propício à contemplação dos feitos construtivos Devotados à destruição em massa, de riquezas e vidas, aos países ditos civilizados mal sobra tempo para construirem abrigos, trincheiras, fortalezas, armadilhas e engenhos de guerra, com os quais exacerbam infernalmente o seu poder de dilacerar uns aos outros e de aniquilar os seus próprios valores A cena universal dêstes tempos crepusculares é refratária, por definição, ao esfôrço criador de bens pacíficos, destinados a satisfazer necessidades humanas

Por isso mesmo, a edificação de uma cidade civil, para uso e gôzo de gente pacata, entregue às fainas serenas do trabalho, ao aperfeiçoamento espiritual e à prática dos bons costumes, constitui o espetáculo mais confortador com que se poderia atenuar a angústia dos homens de pensamento, tão amargurados em face da avalanche apocalíptica de ferro, fogo e sangue, que rola e reboa sôbre o mundo contemporâneo.

Para os estrangeiros distantes e engalfinhados na guerra, o aparecimento de Goiânia certamente nada significará — nem os ecos desta hora chegarão até êles — mesmo porque estão mais empenhados na destruição do que na construção de cidades

Para uma grande parte do gênero humano, a nova metrópole, a nossa Goiânia querida, será, quando muito, um pontinho a mais nas cartas geográficas

Para nós brasileiros, porém, Goiânia é o prelúdio físico da realização de um velho sonho, longamente acalentado — o sonho de estender pelo Brasil a dentro, até as fronteiras oestinas, a civilização litorânea

Para nós, Goiânia é uma clareira de progresso, aberta no centro geográfico da Pátria, apta a seduzir as iniciativas, os recursos financeiros, as inteligências, as capacidades, os profissionais, os trabalhadores, os agricultores, os industriais, as famílias, as máquinas, as escolas, as universidades, que já estão agravando, no litoral, os conflitos da competição

Para nós, Goiânia é a realização em pequena escala do sábio preceito constitucional de 91, que determinava a transferência da capital do Brasil para as altiplanuras de Goiaz

Para nós, Goiânia é o começo da reação tangível à prática da civilização de fachada, contra a qual muito se tem pregado e tão pouco se tem feito

Para nós, Goiânia é o ponto de referência da marcha para o Oeste E' a estrêla guiadora das caravanas de progresso e de trabalho, que hão de vir lavrar as terras, multiplicar as colheitas, usufruir os recursos e industrializar as matérias primas do Brasil Central

Para nós, Goiânia é o atestado vivo e dinâmico da predestinação construtiva do povo brasileiro!

Mais ainda:

Para nós, Goiânia é o sertão transfigurado e habitável, oferecendo o confôrto das grandes cidades e, ao mesmo tempo, a bemaventurança dos espaços abertos, independentes e arejados, tão convidativos ao fruimento da serenidade interior

Para nós, Goiânia é a antecipação altaneira da ocupação laboriosa e integral da Pátria pelos seus filhos

Para nós, Goiânia é uma afirmação rutilante de que a mão do brasileiro ainda constrói habitações para as famílias, escolas para a juventude, hospitais para os enfermos, templos para os crentes, piscinas para os desportistas, jardins para as crianças

Para nós, Goiânia é a certeza alentadora de que o suor — não sangue brasileiro — corre abundantemente nas pelejas anônimas e abençoadas do trabalho, fecundando o solo estremecido da Pátria

Para nós, Goiânia é o marco da civilização de amanhã, erguido no Planalto da Terra da Promissão!

PLUTARCO disse, certa vez, que "a cidade é a mestra do homem". Goiânia, fadada a ser mestra não apenas de homens mas também das cidades e dos costumes do Centro-Oeste, constitui uma aplicação prática do ensinamento de DEFFONTAINES, segundo o qual o problema urgente do Brasil é a conquista dos seus próprios espaços Pois que outra coisa para o país, senão uma conquista dos seus próprios espaços, será a incorporação, à cultura brasileira, da extensa parte do território pátrio sôbre a qual Goiânia exerce, com intensidade crescente, a sua influência civilizadora?

Tudo isso e o mais que as palavras não exprimem, Goiânia significa para os brasileiros, em geral

V

Para os filhos dêste Estado, em particular, Goiânia tem um significação mais íntima, sentida mais diretamente

Para nós, filhos de Goiaz, a nova capital é a substância dinâmica, o pêso específico, de que o Estado necessitava para reivindicar um lugar ao sol no seio da Federação.

Para nós, filhos de Goiaz, a nova capital é o centro de coordenação dos esforços e dos anseios, das aspirações e das conquistas na grandiosa tarefa, que nos está afeta, de fazer que êste Estado, potencialmente tão rico, cedo se emparelhe com os seus irmãos mais adiantados.

Para nós, filhos de Goiaz, a nova capital é a sementeira bendita do progresso, precursora da abundância, que nos cumpre tratar carinhosamente, afim de que se multiplique até o infinito.

Para nós, filhos de Goiaz, a nova capital é o padrão urbano, o modêlo ideal, cuja imitação deve ser o programa das outras cidades goianas

Para nós, filhos de Goiaz, a nova capital é o lastro de ouro, com que o ativo do Estado, assim tão largamente enriquecido, há de constituir ponto de apoio ao desenvolvimento de nossa economia

Para nós, filhos de Goiaz, a nova capital é o nucleo inspirador, de onde o bom exemplo de casa há de frutificar aos quatro ventos, estimulando as inteligências e desafiando as capacidades

Para nós, filhos de Goiaz, a nova capital será a universidade politécnica, de onde deverão sair um dia os engenheiros para rasgar as nossas estradas, os agrônomos para modernizar a nossa agricultura, os administradores para dirigir as nossas cidades, os profissionais e os especialistas necessários ao novo período histórico que se inicia aquí

Para nós, filhos de Goiaz, a nova capital é o acontecimento exponencial que convenceu o Brasil de que o nosso Estado não era uma ficção geográfica

Para nós, filhos de Goiaz, a nova capital é o centro de gravidade em volta do qual há de surgir e desenvolver-se um novo tipo de comunidade municipal, capaz de proporcionar as conveniências da higiene e do confôrto modernos aos habitantes do interior, sem os sufocar no congestionamento dos grandes formigueiros humanos

Em verdade, Goiânia abre, para nós, nova concepção de vida e forja novo critério de encarar as possibilidades do Estado

Para nós, a nova capital é, sobretudo, uma lição imorredoura, expressa com os recursos urbanísticos e arquitetônicos modernos, gravada nas estruturas de cimento e aço — lição do que pode uma dedicação irredutível à realização de uma bela e generosa idéia.

VI

A dedicação irredutível, teve-a PEDRO LUDOVICO, o construtor mágico desta obra monumental cuja realização enfrentou com as fôrças de sua vontade, as energias do seu espírito e o sentimento de seu coração O Brasil Central e tôdas as suas gerações, a partir da presente, ficam a dever a êsse homem público a maior obra da sua história ainda realizada À sua capacidade de administrador, iluminada pela imaginação criadora e servida pela tenacidade na execução, é que devemos esta soberba transfiguração da paisagem sertaneja — a mais sugestiva a que poderíamos ter assistido, qual a de ver surgir da face há poucos anos núa, dêste pedaço de terra, um novo conglomerado urbano

PEDRO LUDOVICO é, nesta hora, seguramente, um dos idealistas mais venturosos, porque viu tornar-se realidade, ao calor de seu coração e à luz de sua inteligência, o esbôço arquitetado nas noites de sonho, quando o seu desejo de realizar algo de digno da memória dos homens se traduziu no projeto da nova metrópole Experimenta êle a satisfação de haver plantado e estar colhendo

Lançou, há nove anos, a pedra fundamental de Goiânia

Hoje inaugura a *urbs* esplêndida. Ontem foi o dia da sementeira; hoje, o da colheita A poucos mortais concede o destino semelhante favor, pois aquí se trata de messe tão dilatada no tempo como sol ser a grande colheita dos núcleos humanos, espalhados na face da terra

Bem haja, pois, PEDRO LUDOVICO! — criador de Goiânia, capital da Canaã de meus sonhos"

REUNIÃO DE GEÓGRAFOS INTERAMERICANOS

Realizou-se em Outubro último na Cidade do México o Primeiro Congresso Demográfico Interamericano, com perfeito entendimento entre tôdas as delegações que dele participaram

Conforme comunicação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi o nosso país representado pelo Sr CARLOS DE LIMA CAVALCANTI, Embaixador junto ao govêrno mexicano, tendo como assessor técnico o Sr OTÁVIO ALEXANDER MORAIS, que pouco antes chegara aos Estados Unidos da América, afim de trabalhar na Secretaria do Instituto Interamericano de Estatística

Não se assumiu nenhum compromisso sôbre política demográfica ou imigratória, ficando mesmo ressalvada a iniciativa de cada país na matéria

Foi criado, com sede no México, um Comité Demográfico Interamericano, composto de sete países, entre os quais o Brasil, devendo os respectivos delegados ser designados antes de 1944

Finalmente, foi aprovada a recomendação do princípio de indiscriminação racial

---

REUNIÃO DE GEÓGRAFOS INTER-AMERICANOS

O Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, recebeu do Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores a comunicação de que, segundo informação da Embaixada do Brasil em Washington, foi encerrada a I Reunião de Geógrafos Inter-Americanos, promovida pelo Instituto Panamericano de Geografia e História, sediado no México, a qual foi levada a efeito naquela capital, sob os auspícios da The American Geographical Society

A sessão inaugural dessa reunião técnica realizou-se a 30 de Setembro último, com o comparecimento de representantes do Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Perú, Uruguai, Venezuela e Estados Unidos, além de observadores de Costa Rica, Cuba, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haití, Honduras, Nicarágua e Panamá

Os representantes brasileiros foram os Professores ALÍRIO DE MATOS, catedrático de geodésia e astronomia de campo da Escola Nacional

de Engenharia e orientador da campanha de determinação de coordenadas do Conselho Nacional de Geografia, SÍLVIO FRÓES DE ABREU, do Instituto de Tecnologia e membro da Comissão Diretora da *Revista Brasileira de Geografia*, e JORGE ZARUR, membro do Diretório Central do C N G , todos credenciados pelo órgão geográfico do I B G E

Durante as sessões da memorável conferência internacional, foram tratados assuntos da mais alta relevância para a geografia do continente, especialmente a difusão da moderna técnica aerofotogramétrica no levantamento das cartas geográficas dos países americanos e a conseqüente uniformidade na representação cartográfica

Correspondência procedente de Washington, a par de informar sôbre o bom andamento dos trabalhos e a importância dos temas examinados em perfeita união de vistas, por todos os convencionais, põe em destaque a contribuição do Brasil

Ficou assentado que a II Reunião de Geógrafos será realizada em Agosto do ano próximo, nesta Capital, sob os auspícios do Conselho Nacional de Geografia

---

CONGRESSO DE ECONOMIA

A Associação Comercial do Rio de Janeiro decidiu realizar, nesta Capital, um Congresso de Economia, para debate de várias e oportunas questões de interêsse geral

Para recebimento de sugestões, foi apresentado pela Presidência da Associação o programa das teses que serão estudadas pelas Comissões, de 16 de Novembro a 10 de Dezembro, e votadas nas sessões plenárias, de 12 a 17 dêste último mês

O Congresso, que será instalado solenemente em 25 de Novembro, sob a presidência de honra do Sr GETÚLIO VARGAS, terá como presidente efetivo o Sr JOÃO DAUDT D'OLIVEIRA e vice-presidente o Sr EUVALDO LODI, cabendo a direção técnica ao Instituto de Economia da Associação Comercial, composto dos Srs DANIEL DE CARVALHO, presidente, e ALDE FEIJÓ SAMPAIO, EDUARDO LOPES RODRIGUES, EUGÊNIO GUDIN FILHO, EUVALDO LODI, GASTÃO VIDIGAL, GILENO DE CARLI, JOSÉ LOURDES SALGADO SCARPA, LUIZ SIMÕES LOPES, M A TEIXEIRA DE FREITAS, MÁRIO BRANT, NAPOLEÃO DE ALENCASTRO GUIMARÃES, OTÁVIO GOUVEIA DE BULHÕES e ROBERTO SIMONSEN, membros

O Sr LUIZ DODSWORTH MARTINS será o secretário geral dos trabalhos

E' o seguinte o programa de teses:

I — *Produção agrícola e indústrial* — 1 Orientação econômica no sentido de melhor aproveitamento dos recursos naturais do país 2 Organização da agricultura para incrementar a produção de gêneros alimentícios Suprimento de gêneros alimentícios e matérias primas aos países devastados pela guerra. 3. Desenvolvimento industrial do país Melhoria das condições econômicas e técnicas das fábricas Grande, média e pequena indústrias Indústrias básicas

II — *Circulação e transportes* — 4 Preços dos produtos primários e industriais Efeitos de sua disparidade nas trocas internas e externas. 5 Circulação das mercadorias dentro do país Simplificação dos documentos e formalidades para a importação e exportação 6 Regime aduaneiro adequado ao desenvolvimento da economia do país. 7 Estudos sôbre os mercados externos, especialmente os conquistados durante a guerra 8 Estudo do problema econômico dos transportes terrestres, marítimos e aéreos

III — *Moedas e Bancos* — 9 Organização bancária destinada a adaptar a moeda e o crédito às necessidades econômicas. Banco Central, bancos de depósitos e bancos para financiamento a longo prazo 10. Medidas diretas e indiretas de combate à inflação.

IV — *Investimentos* — 11. Emprêgo de capitais estrangeiros no país Bases de investimento e transferência 12 Reajustamento dos capitais das emprêsas a seus valores reais

V — *Finanças Públicas* — 13 Financiamento das despesas impostas pela guerra e pela política de após-guerra 14 O imposto sôbre a renda em face do desenvolvimento da produção e da formação de capitais

VI — *Planos Internacionais e de caráter social* — 15. Interdependência econômica das nações Participação do Banco nos planos econômicos e financeiros internacionais 16 Política demográfica e condições de acolhimento, distribuïção e adaptação dos imigrantes ao nosso meio 17. Planos de seguro social 18. Planos de assistência técnica para o desenvolvimento da economia brasileira.

VII — *Pesquisas e estudos econômicos* — 19 Estatísticas necessárias ao estudo e orientação da economia brasileira Índice do padrão de vida Estimativa das necessidades das populações quanto à alimentação, e elementos de trabalho e de bem-estar 20 Orientação e organização dos estudos econômicos.

VIII — *Atividades econômicas do Estado* — 21 Intervenção do Estado na Economia

Em seu próximo número, a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA divulgará amplo noticiário sôbre os trabalhos do Congresso

---

O I.B.G.E. E AS RELAÇÕES DE BOA-VIZINHANÇA

O Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, recebeu do Sr HAROLD S TEWELL, Primeiro Secretário da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, a seguinte carta, que enceira lisonjeira impressão sôbre as realizações da entidade no setor da estatística:

"Ao ensejo do recebimento dos comunicados ns 17 e 18, da série de "Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional", os quais, juntamente com dois exemplares dos mapas "Hollerith" do referido levantamento, veem sendo regularmente encaminhados a esta Embaixada, vimos trazer a V S as expressões de nosso maior reconhecimento pela inestimável colaboração que êsse Instituto vem assegurando aos nossos trabalhos.

Cabe-nos, também, fazer chegar ao conhecimento de V S. a excelente impressão que temos dos trabalhos executados por essa Secretaria Geral como contribuïção ao esfôrço de guerra do Brasil Nesta oportunidade, desejamos salientar como uma das mais felizes iniciativas dêsse Instituto a apuração das correntes internas de comércio, de que nos foi gentilmente cedido um exemplar relativo à exportação do Distrito Federal nos meses de Novembro, Dezembro e Janeiro últimos, bem como um interessante quadro sôbre as exportações interestaduais de borracha Trata-se de dados da maior importância para se conhecer do comportamento da economia brasileira na presente conjuntura "

Pronunciamento também muito expressivo, inclusive quanto às relações de amizade entre o nosso país e os Estados Unidos, é o que se contém em carta do Sr DICK FORESTALL, de Evanston, Illinois, nos Estados Unidos, dirigida ao Secretário Geral do I B G E , e na qual o missivista, culto estudioso das nossas realidades e bom-vizinho entusiasta, assim se manifesta:

"E' com grande prazer que acuso o recebimento das duas publicações que teve a bondade de enviar-me: *Sinopse Preliminar dos Resultados Demográficos* e *Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil* Torna-se difícil expressar-lhe o meu aprêço, pois examinando-as vejo que representam um trabalho enorme realizado pelo Censo Brasileiro e pelo seu I B.G E no cômputo da população do grande país vizinho dos Estados Unidos. A extensão, a rapidez do crescimento demográfico, a baixa densidade atual do povoamento em muitas áreas perfeitamente habitáveis e a salubridade geral do clima e do solo, tudo isso mostra a posição *leader* que o Brasil terá no mundo em um futuro não muito distante, e indica que de tôdas as nações do mundo nenhuma é tão merecedora de estudo, na época presente Por isso fiquei muitíssimo interessado no seu país e estou deveras satisfeito por haver recebido essas informações "de primeira mão"

Também notei com interêsse a precisão comparativa de muitas das estimativas de 1939, conforme revelam os resultados preliminares do censo de 1940, e que as estimativas corretas excedem de muito algumas das menos exatas (notadamente Fortaleza, Belém e o Estado do Pará). Isso muito recomenda a perícia dos especialistas que fizeram as estimativas, e prova que podem ser feitos cálculos demográficos precisos, anos após realizar-se o censo

Aguardarei com interêsse o aparecimento de quaisquer notícias, neste país, sôbre a divulgação, pelo seu govêrno, de dados definitivos para as municipalidades e para cada cidade e suas áreas suburbanas Como disse em sua carta, a publicação de dados de qualquer natureza é necessàriamente restrita em tempo de guerra; a mesma coisa também ocasiona o atraso da publicação dos resultados do Censo de 1940 nos Estados Unidos Mas, quando os resultados saírem, certamente serão interessantes e merecedores de cuidadoso estudo tanto mais quanto alguns dos dados relativos às cidades, destacadas estas dos municípios pròpriamente ditos, constituirão novidade para o público em geral

Sempre me pareceu que a solidariedade panamericana se torna mais forte pelo intercâmbio amigo entre as nações, particularmente entre as pessoas que se interessam pelos mesmos assuntos nos respectivos países Hei de lembrar com prazer a sua generosa atenção ao meu pedido de informações e espero que não esteja longe o dia em que as cartas deixarão de levar seis meses em trânsito do Brasil para os Estados Unidos e vice-versa "

HONROSA DISTINÇÃO CONCEDIDA AO BRASIL

A American Geographical Society, de Nova Iorque, a maior instituição de pesquisas geográficas do mundo, acaba de confiar alta distinção ao Brasil, consubstanciada no ato do seu Conselho Diretor, que, na reunião de 18 de Novembro último, elegeu o Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia do Brasil, Membro de Honra da Sociedade.

Essa distinção a prestigiosa Sociedade científica apenas concede aos grandes geógrafos internacionais e àqueles que prestam assinalados serviços à pesquisa geográfica

É muito reduzido o Corpo de Membros de Honra da American Geographical Society, entre os quais, ao lado dos grandes geógrafos norte-americanos, se contam os mestres da escola geográfica francesa, PIERRE DENIS, ALBERT DEMANGEON, JEAN BRUNHES e CAMILLE VALLAUX, o cientista dinamarquês KNUD RASMUSSEN, os mestres da ciência geográfica italiana OLINTO MARINELLI e ROBERTO ALMAGIÁ, e o geógrafo inglês HERBERT JOHN FLEURE

As últimas eleições de Membro de Honra da American Geographical Society foram realizadas em 1929, 1935 e 1939

Na carta que o geógrafo americano ISAAH BOWMAN, presidente da Comissão de Honra da Sociedade, dirigiu ao Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, foram ressaltados o seu devotamento ao progresso da ciência geográfica no Brasil, a publicação da *Revista Brasileira de Geografia,* os serviços em prol do ensino da Geografia e a cordial e eficiente colaboração com os geógrafos americanos em geral e com a American Geographical Society, em particular.

A homenagem reflete o conceito em que são tidos nos meios culturais da América do Norte os trabalhos geográficos brasileiros, que se desenvolvem no país sob a orientação do Conselho Nacional de Geografia.

VISITA O I.B.G.E. E O S.E.E.S. UMA TURMA DE UNIVERSITÁRIOS

Esteve no dia 17 de Setembro em visita à sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e ao Serviço de Estatística da Educação e Saúde, uma turma de alunas da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, acompanhada do regente da cadeira de Pedagogia, Professor FARIA GÓES.

Compunham o grupo de visitantes as universitárias PAULINA GOFFMAN, MARIA DORIS U. DE RIVEROS, MARIA ÂNGELA HERMIDA, MARIANA ROZENTAL, LYDIA ÁVILA, DINAH PACHECO MACEDO, GENY FERREIRA, ELZA RODRIGUES, ELZA MANES, JUNIA FLAVIA MOREIRA D'AFFONSECA e TOMYSIS DA COSTA L. DE ALMEIDA.

Flagrante da visita, quando falava o Secretário Geral do I B G E., Sr M A. TEIXEIRA DE FREITAS.

Recebido pelo Secretário Geral do Instituto e Diretor do S E.E S e por altos funcionários das duas repartições, falou o Professor FARIA GÓES, expondo a finalidade da visita e acentuando o alto interêsse que havia para as suas alunas, futuras professoras, no conhecimento das estatísticas educacionais e do processo da respectiva elaboração

O Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, manifestando a satisfação com que a entidade se punha em contacto com as estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia, fez-lhes uma detalhada exposição dos objetivos gerais do Instituto e do funcionamento do sistema cooperativo em que se realizam suas atividades. Outros esclarecimentos foram ainda prestados por Donas MARY TUMINELLI e ZAIRA PINTO DA SILVA, Chefes de Secções do Serviço de Estatística de Educação e Saúde.

Os visitantes percorreram as duas repartições, sendo-lhes oferecidos exemplares de várias publicações editadas pelo Instituto

Antes de se retirarem, o Professor FARIA GÓES agradeceu o acolhimento dispensado e manifestou, em seu nome e no de suas alunas, a grata impressão que lhes deixara a visita

CENTRO TEIXEIRA DE FREITAS

Realizou-se, no dia 6 de Setembro do corrente ano, em Manaus, a fundação de uma sociedade civil com o fim, entre outros, de organizar cursos de estatística e suas aplicações, de modo a aperfeiçoar o trabalho dos estatísticos amazonenses, e de pleitear a inclusão do ensino elementar de estatística nos programas do ensino primário, secundário e profissional.

Essa agremiação, que ficou denominada Centro Teixeira de Freitas, foi solenemente instalada no dia 28 do mesmo mês, em sessão realizada na sede do Departamento Estadual de Estatística com a presença do Sr ÁLVARO MAIA, Interventor Federal no Estado, e de numerosos sócios, funcionários estaduais e municipais de estatística.

Abrindo os trabalhos, o Professor JULIO UCHOA, diretor do D E E , discursou sumariando as realizações dessa repartição, desde a data em que fôra criada e cujo sexto aniversário também se estava comemorando

Pelo Secretário Geral do Centro, Sr. JOSÉ GUEDES DE SALES BASTOS, foram lidos os principais tópicos dos Estatutos e uma proposta, assinada pela diretoria, conferindo ao Interventor ÁLVARO MAIA o título de Presidente de Honra da entidade

O homenageado discursou, agradecendo, e, depois de salientar a significação dos elementos estatísticos para o êxito da ação governamental, prometeu considerar a novel associação de utilidade pública e conceder-lhe auxílio material.

A moção proposta pela diretoria e aprovada pela Assembléia Geral foi a seguinte:

"A Diretoria do Centro "Teixeira de Freitas", usando das prerrogativas que lhe são asseguradas pelos Estatutos, considerando que ao Sr Dr ÁLVARO BOTELHO MAIA deve a "família estatística" amazonense os mais assinalados benefícios, entre outros muitos os das criações do Departamento Estadual de Estatística, Agências Municipais de Estatística, Secção de Estatística Militar, Secção de Estatística Educacional e regulamentação dos respectivos serviços; considerando que os órgãos estatísticos integrantes do sistema regional teem recebido do notável cidadão o mais decidido apoio moral e material, dentro de um largo espírito de solidariedade e cooperação, que servem para estimular realizações de significativo alcance; considerando que o Sr Dr ÁLVARO BOTELHO MAIA deve ser apreciado no seio do Centro "Teixeira de Freitas" como símbolo de respeito e admiração, resolve: propor à assembléia geral a admissão do Sr Dr ÁLVARO BOTELHO MAIA como presidente de honra do Centro "Teixeira de Freitas". Manaus, 28 de Setembro de 1943. aa) JULIO BENEVIDES UCHOA, JOSÉ GUEDES DE SALES BASTOS, AMAZONAS HÉRCULES e ORLANDO DE ALMEIDA CRUZ "

Ainda nos últimos dias de Setembro, o Sr Interventor Federal no Amazonas assinou decreto instituindo, no ensino primário, a Cadeira de Estatística, de acôrdo com um dos principais objetivos do Centro.

A diretoria do Centro organizou as seis Comissões Técnicas, que, na forma prevista na letra b) do art 22 dos Estatutos, serão encarregadas de estudar, discutir e preparar os trabalhos seguintes: a 1.ª Comissão, a cargo do Sr. CARLOS COHEN, investigará a situação física, âmbito geográfico, ambiente geomórfico, ambiente climatérico e riquezas naturais do Estado; a 2.ª Comissão, a cargo do mesmo centrista, estudará a demografia estática e dinâmica; a 3.ª Comissão, a cargo do Sr. AMAZONAS HÉRCULES, pesquisará a situação econômica do Amazonas, ou seja a produção, circulação, meios de transportes, vias de comunicações e distribuição de riqueza; D EGLANTINA DE SOUZA terá a seu cargo as 4.ª e 5.ª Comissões, que tratam da situação social e cultural; a 6.ª Comissão, finalmente, a cargo do Sr JOSÉ GUEDES DE SALES BASTOS, incumbir-se-á da situação administrativa e política.

Essas Comissões foram empossadas no dia 10 de Novembro, quando se realizou também no Departamento Estadual de Estatística a inauguração da exposição de quadros alusivos a "A Juventude no Estado Nacional", sob o patrocínio do Centro Teixeira de Freitas .

MODO DE ESCREVER OS NÚMEROS E OS SÍMBOLOS

Em sessão plenária realizada a 25 de Novembro de 1942, a Comissão de Metrologia aprovou uma Resolução, que tomou o n.º 16, sôbre o modo de escrever os números e os símbolos Dada a conveniência em que tenham a maior divulgação os critérios fixados, reproduzimos aqui o texto da citada Resolução, que substitue, aliás, a de n.º 14, baixada por aquele mesmo órgão técnico:

"A Comissão de Metrologia:

Considerando a necessidade de serem adotados, nos documentos, exclusivamente os símbolos prescritos no quadro I do Regulamento expedido pelo Decreto n.º 4 257, de 16 de Junho de 1939, nos têrmos do seu art 1.º e §§ 1.º e 2.º;

Considerando a necessidade de serem adotar-se a grafia dos números e dos símbolos, em todos os meios do país;

Resolve aprovar as seguintes recomendações:

1. Deve ser empregada exclusivamente a vírgula para separar a parte inteira da parte decimal dos números.

2. A parte inteira dos números deve ser separada em classes de três algarismos, da direita para a esquerda; na parte decimal essa separação far-se-á da esquerda para a direita; em ambos os casos tal separação poderá ser feita pelo uso do ponto ou de um pequeno intervalo Tanto a vírgula como o ponto, deverão figurar sempre na mesma linha horizontal em que o número está escrito.

A recomendação relativa à separação em classes de três algarismos não é, necessàriamente, aplicável aos numeros reunidos em tabelas ou quadros.

3 Não acrescentar ponto abreviativo ao símbolo da unidade, exceto nos casos de símbolos compostos já previstos no quadro

4 Não usar a letra *s* junto de um símbolo como sinal de plural

5. Os símbolos representativos das unidades não devem ser escritos em forma de expoente e sim na mesma linha horizontal em que o número está escrito. Excetuam-se os símbolos das unidades de temperatura, de tempo e das unidades sexagésimas de ângulo

6 Quando o valor numérico de uma grandeza apresentar parte fracionária, o símbolo da unidade respectiva não deve ser intercalado entre a parte inteira e a parte fracionária do número, mas deve ser levado imediatamente à direita desta parte fracionária.

Esta recomendação não se aplica à representação de importâncias em dinheiro nacional, cujo símbolo, de acôrdo com o Decreto n.º 4 791, de 5 de Outubro de 1942, deve preceder o número indicativo da importância "

EXEMPLOS

Como se deve escrever	Como se não deve escrever
37,2	37 2
1 291,253 47 ou 1 291,253 47	1291,25347 ou 1291 25347
1 291,253 47	
25 m	25 m ou 25 mts
80 kg	80 kgs
3 atm	3atm
134,289 m	134,m 289
$5^h\ 10^m\ 7^o$ ou 5h 10m 7s	5^h 10m 7s ou $5^o\ 10'\ 7''$
$15^o\ 12'\ 14''$	$15^o\ 12^m 14^s$
$14^o\ 16'\ 18,2''$	$14^o\ 16'\ 18''\ 2$
50,350 g	50º, 350
0,25 g	0,25 gr
50 cm^2	50 cc ou 50 c/c
8 mm	8 m/m
120 mm^2	120 mmq
96 A ou 96 amperes	96 amp ou 96 amp

CONCURSO DE ESTATÍSTICO AUXILIAR

Por intermédio de sua Divisão de Seleção, o Departamento Administrativo do Serviço Público promoveu a realização de concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Estatístico-Auxiliar de qualquer Ministério.

As inscrições estiveram abertas até o dia 26 de Outubro, havendo acorrido mais de oitenta candidatos

Damos a seguir as instruções baixadas, a respeito, pelo Sr MURILO BRAGA, diretor da D S do D A S P :

"ESTATÍSTICO-AUXILIAR — 1943

Instruções a que se refere a portaria n.º 127, de 25 de Maio de 1943, e que regulam o concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Estatístico-Auxiliar de qualquer Ministério.

No concurso serão observadas as seguintes condições;

1. *Nacionalidade* — O candidato deverá ser brasileiro nato ou naturalizado na forma da lei.

2 *Sexo* — Poderão inscrever-se candidatos de ambos os sexos

3 *Idade* — Mínima 18 anos completos. Máxima: 38 anos

4 *Serviço militar* — O candidato do sexo masculino deverá apresentar, no ato da inscrição, prova de quitação com o serviço militar.

5 *Provas* — As provas do concurso serão de seleção (eliminatórias) e de habilitação.

6 *Provas de seleção* — As provas de seleção serão as seguintes:

a) prova de sanidade e capacidade física, que terá por fim verificar que o candidato não apresenta doenças transmissíveis, alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas, bem como contra-indicação para o exercício do cargo, por anomalia morfológica ou funcional;

b) prova de nível mental e aptidão; só será habilitado nesta prova o candidato que obtiver grau igual ou superior ao mínimo fixado pelos cálculos estatísticos;

c) prova escrita de matemática, constante de resolução de questões objetivas do seguinte programa:

1 Sistema legal brasileiro de unidades de medir: unidades de comprimento, área, volume, massa, ângulos e tempo. Pêso específico (D L. 4 257, de 16-6-39).

2 Propriedades gerais das proporções e suas aplicações aos problemas de escalas métricas percentagem, divisão proporcional e regra de três

3 Resolução das equações do 1.º gráu a uma e duas incógnitas. Equações sob a forma fracionária e equações literais.

4. Equação geral de linha reta Coeficiente angular Reta passando por dois pontos dados Condições de paralelismo, perpendicularismo e de convergência de duas retas complanares;

5. Arranjos, permutações e combinações sem repetição; fórmulas gerais O desenvolvimento binomial de Newton para expoente inteiro e positivo; têrmo de ordem geral

6 Resoluções das equações do 2.º grau. Relações entre os coeficientes e as raízes duma equação do 2.º gráu; discussão geral das raízes

Fatorização do trinômio do 2.º gráu e representação gráfica da função inteira e racional em x:

$$Y = Ax^2 + Bx + C.$$

7 Propriedades gerais dos logarítmos; manejo das tábuas de logarítmos decimais.

8. Triângulos; principais relações métricas Retificação da circunferência Áreas das principais figuras geométricas planas Volume e superfície do cilindro, do prisma, da pirâmide, do cone reto e da esfera.

Esta prova valerá até cem pontos.

Só será considerado habilitado nesta prova o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

d) prova escrita de estatística, constante de resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa:

1. Classificação de dados: distribuição de freqüência e intervalo de classe Representação gráfica das distribuições de freqüência simples: histograma e polígono de freqüência.

2 Medidas da tendência central; cálculo da média aritmética, da moda e da mediana.

3. Medidas de posição relativa: percentís e sua curva característica Quando se usam os percentís. Cálculo dos quartís e dos decís.

4 Medidas de variabilidade: cálculo do desvio quartil, do desvio médio, do desvio padrão e do êrro provável. Relações entre essas medidas. Cálculo do coeficiente de variabilidade (C V).

5 Fidedignidade das constantes estatísticas: desvio padrão e êrro provável da média aritmética, da mediana, do desvio padrão, do desvio quartil e da diferença entre duas médias

6 O coeficiente de correlação de Pearson; conceito e cálculo; linhas de regressão O êrro padrão de estimativa e coeficiente de alienação

7 Números índices; principais aplicações.

8 Principais tipos de gráficos estatísticos; sua leitura e interpretação.

Esta prova valerá até cem pontos.

Só será considerado habilitado nesta prova o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

7 *Prova de habilitação* — A prova de habilitacão será escrita e constará de resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa de Geografia do Brasil:

1 População: esbôço etnográfico. O elemento europeu; distribuição das populações; imigração; colonização, recenseamento

2 Comércio interior e exterior Importação e exportação Movimento de portos no Brasil.

3 Recursos minerais: ouro, diamante, prata, platina, ferro, manganês, cobre, chumbo, carvão, petróleo A siderurgia brasileira.

4 Recursos vegetais: trigo, milho, arroz, feijão, frutas, café, cacau, mate, açúcar, borracha, fumo, algodão, madeiras

5 Recursos animais: carnes, laticínios, ovos, couros, peles, lãs, zonas de criação.

6 Indústrias manufatureiras (localização, desenvolvimento e possibilidades): fiação e tecelagem, chapéus, calçados, fumo, cerveja, vinhos, fósforos, ladrilho, cerâmica, banha, sal, manteiga, papel, artefatos de ferro e borracha O parque industrial brasileiro.

7 Comunicações e transportes: viação rodoviária, férrea, fluvial, marítima e aérea Principais portos. O telégrafo, o rádio e os correios

8. Regiões naturais: hidrografia, cidades principais, agricultura, indústrias extrativas.

Esta prova valerá até cem pontos.

8. *Nota final* — A nota final do candidato será a média ponderada das notas obtidas em cada prova, observados os seguintes pesos:

Matemática	pêso 3
Estatística	pêso 3
Geografia	pêso 1

Só será considerado habilitado o candidato que obtiver, por essa forma, nota final igual ou superior a sessenta pontos Em caso de empate, será observada a seguinte ordem de preferência para o desempate:

a) melhor resultado na prova de matemática;

b) melhor resultado na prova de estatística.

9 *Observações gerais* — *a)* A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitar as condições do concurso, tais como aquí se acharam estabelecidas; *b)* o concurso será válido por dois anos, a partir da data de sua homologação pelo Departamento Administrativo do Serviço Público; *c)* os casos omissos serão resolvidos pelo diretor da D.S.

D S. do D A S P., em 25 de Maio de 1943. — *Murilo Braga,* diretor de Divisão "

ANIVERSÁRIO DOS PRESIDENTES DO I.B.G.E. E DA C.C.N.

A data de 6 de Outubro é especialmente grata à família ibgeana. Nela aniversariam o seu ilustre chefe, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, e outra das figuras de maior destaque na instituição, Professor J Carneiro Felippe, Presidente da Comissão Censitária Nacional

No corrente ano, os membros dos três colégios dirigentes do Instituto e altos funcionários das repartições centrais do sistema visitaram o Presidente da entidade, sendo recebidos pelo aniversariante e pela Embaixatriz Macedo Soares

Discursou, em nome dos manifestantes, o Sr João de Lourenço, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, que ressaltou as qualidades do Embaixador José Carlos de Macedo Soares e sua atuação de homem público, nos campos da cultura, da diplomacia, da administração e da economia nacional, bem como a satisfação com que os presentes lhe rendiam aquela homenagem

Em agradecimento, falou o Presidente do Instituto, que disse quanto o sensibilizava aquela manifestação de seus colaboradores mais diretos

No mesmo dia, o numeroso pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento festejou, de maneira expressiva, o natalício do seu diretor central, promovendo, pela manhã, a celebração de missa em ação de graças, realizada na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, com a presença do homenageado e membros dos órgãos dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, funcionários do S N R e da Secretaria Geral da entidade, admiradores e famílias

Após a missa, foram servidos doces, *champagne* e outras bebidas, na sede do Serviço, discursando, para oferecer, em nome do pessoal da repartição, alguns valiosos brindes ao seu ilustre chefe, o Sr Ovídio de Andrade, da Secção dos Censos Comercial e dos Serviços

O Professor J Carneiro Felippe pronunciou uma bela oração de agradecimento, recebendo ainda, em seguida, os cumprimentos de todos quantos se solidarizaram à carinhosa iniciativa dos servidores censitários, à cuja frente se encontrava o Sr Rafael Xavier, diretor da Divisão Técnica do S N R.

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

No período de 1.º de Setembro a 10 de Dezembro, a Junta Executiva Central reuniu-se em seis sessões ordinárias e uma extraordinária

Na primeira dessas reuniões, em 24 de Setembro, a Junta aprovou pareceres referentes à aplicação dos auxílios financeiros concedidos aos órgãos estatísticos de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pernambuco, Goiaz, São Paulo e Paraná; impôs multas de Cr$ ..... 200,00 às firmas autuadas pela repartição de estatística de São Paulo — Otto Gruendel, Kartro Ltda , Metalúrgica "A Vitrina Ltda ", José Grunkaut, L. Ferrari & Cia. Ltda., Vicente de Luca e Cesário Guttilla; relevou a multa imposta, em sessão anterior, à firma Salvador Busato, de Vitória; aprovou as seguintes resoluções: nº 162, autorizando destaques e suplementação de verbas no orçamento da Secretaria Geral do Instituto para o exercício de 1943; nº 163, propondo providências quanto à aplicação de penalidades por infrações do Decreto-lei nº 4 081, de 3 de Fevereiro de 1942; nº 164, dispondo sôbre a comprovação de contas e dando outras providências; nº 165, determinando novas providências para o levantamento, em 1943, da produção agro-pecuária.

Em sessão do dia 1º de Outubro, a Junta deliberou, no expediente, fazer inserir na ata dos trabalhos os seguintes votos de congratulações: com o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, por proposta do Sr Luiz Camilo, pelo discurso proferido pelo presidente do Instituto no banquete oferecido ao Sr. Ministro da Guerra, no dia anterior; com o General Eurico G. Dutra, por proposta do Sr. Teixeira de Freitas, pelo êxito da missão do Ministro da Guerra nos Estados Unidos e pela significação das homenagens recebidas, ao regressar ao país; com o *Jornal do Comércio*, desta capital, na pessoa do seu redator, Sr. João de Lourenço, em homenagem à passagem de mais um aniversário da fundação do tradicional órgão da imprensa brasileira. Na ordem do dia, foi aprovada a Resolução n.º 166, que concede filiação ao Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil ao Instituto. Foram homologados, ainda, pareceres da Secretaria Geral em processos de auxílios financeiros aos sistemas regionais do Espírito Santo e do Distrito Federal

No expediente da sessão de 22 de Outubro, manifestou a Junta os seguintes votos: de condolências — com o Sr. Getúlio Vargas, pelo falecimento do seu venerando genitor, General Manuel do Nascimento Vargas, e com o *Correio da Manhã*, pelo desaparecimento de seu ilustre fundador, Edmundo Bittencourt; de congratulações — com o Ministério da Aeronáutica, pela passagem da Semana da Aviação e do Dia do Aviador, com a Comissão Censitária Nacional, pelo êxito da participação do Brasil no Congresso Demográfico Inter-Americano, com o Conselho Nacional de Geografia pela escolha de nosso país para sede da II Reunião de Geógrafos Inter-Americanos, e com o Coronel Lysias Rodrigues pelo aparecimento de seu livro *Roteiro do Tocantins*. Na parte das deliberações, a Junta aceitou as conclusões dos pareceres da Secretaria Geral nas prestações de contas dos órgãos centrais regionais de Minas Gerais, do Território do Acre e do Maranhão, aprovou a Resolução nº 167, que dispõe sôbre o escalonamento de extranumerários da Secretaria Geral do Instituto; impôs à firma F. B. de Oliveira & Cia., estabelecida na capital do Pará, a

multa de Cr$ 1 000,00; assentou medidas concernentes a uma nova edição, pelo autor, da monografia *A Cultura Brasileira,* introdutória da publicação dos resultados do Recenseamento Geral de 1940; e autorizou a Secretaria Geral a providenciar sôbre a edição dos formulários para o Registro Industrial de 1944.

A sessão seguinte, no dia 29 de Outubro, foi extraordinária, a ela comparecendo, depois de algumas semanas de ausência, o Major IRACY FERREIRA DE CASTRO, representante do Ministério da Guerra, que vinha sendo substituído pelo respectivo suplente, Major JOSÉ LUIZ GUEDES, e que foi saudado pelos seus pares por intermédio do Secretário Geral, na hora do expediente. Ainda nessa parte dos trabalhos, o Sr COSTA MIRANDA solicitou, e foi aprovado, que se transcrevesse na ata dos trabalhos o registro constante da ata da reunião da Comissão Censitária Nacional, verificada poucos momentos antes, e no qual se consignou o pronunciamento da referida Comissão, a propósito da inscrição do nome do Sr TEIXEIRA DE FREITAS no "Livro do Mérito", conforme proposta do Departamento Administrativo do Serviço Público ao Chefe do Govêrno Na ordem do dia, foram objeto de exame os pareceres dos diretores do Serviço de Estatística da Educação e Saúde e do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, sôbre os projetos de regimento interno dos referidos Serviços, submetidos à consideração do Instituto pelo D A S P

Na sessão do dia 12 de Novembro, houve os seguintes pronunciamentos: congratulações com os Srs. Ministro da Viação e Presidente da Comissão do Plano Rodoviário Nacional, pela conclusão dos trabalhos do referido plano; agradecimento ao Ministério das Relações Exteriores pela comunicação referente ao Primeiro Congresso Demográfico Inter-Americano; aplausos ao Congresso Econômico do Oeste, a realizar-se em Anápolis, Estado de Goiaz, assegurando a colaboração do Instituto à iniciativa; escolha do Major IRACY FERREIRA DE CASTRO para integrar, como representante do Instituto, a Comissão que dará cumprimento ao disposto no item IV do Tratado de Intercâmbio Livre e Indústrias Novas entre o Brasil e a Argentina, firmado em 21 de Novembro de 1941 Na ordem do dia, a Junta deliberou: negar provimento ao recurso interposto pela Sul América, Terrestres, Marítimos e Acidentes, do ato pelo qual o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho lhe aplicou a multa de Cr$ 200,00, nos têrmos do Decreto-lei n° 4 462; constituir uma comissão, composta dos Srs. CERQUEIRA LIMA e JOÃO DE LOURENÇO, com a assistência do diretor da Secretaria Geral do Instituto, Sr. ALBERTO MARTINS, para promover a elaboração do ante-projeto de revisão do Decreto-lei n° 4 462 e art. 8° do Decreto-lei n.° 4 736, conforme as conclusões de um parecer do Sr. COSTA MIRANDA a respeito; adotar as conclusões do Diretor da Secretaria Geral no processo de dispensa de um auxiliar do Serviço Gráfico Antes do encerramento da sessão, usou da palavra o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS para congratular-se com a casa pela assinatura do Decreto-lei n° 5 981, que "ratifica os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, e dá outras providências", assinado pelo Sr. Presidente da República no dia 10 de Novembro, tendo sido homenageado, com uma salva de palmas, o Major IRACY FERREIRA DE CASTRO, representante do Ministério da Guerra, pela atuação eficiente e devotada que exerceu para o feliz encaminhamento dêsse assunto.

A reunião imediata da Junta teve lugar no dia 26 de Novembro Nela foram aprovados pareceres da Secretaria Geral referentes a modificações nos salários de contratados pelo Instituto com exercício no Serviço de Estatística Econômica e Financeira e prestações de contas das repartições centrais de estatística do Ceará e Baía. Baixou a Junta, em seguida, as seguintes Resoluções: n.° 168, que concede aumento de remuneração, vencimento e salário aos servidores do Instituto e dá outras providências; n° 169, que dispõe sôbre o pessoal permanente da Secretaria Geral; n° 170, que fixa, a título provisório, os setores de competência dos Serviços de Estatística da Previdência e Trabalho e da Produção, para a execução do Registro Industrial.

Mais uma sessão ordinária teve lugar no dia 3 de Dezembro, na qual foram aprovadas as conclusões do parecer da Secretaria Geral em processo referente à adjudicação de prêmios aos Agentes Municipais de Estatística do Rio Grande do Norte.

A última reunião verificada no período inicialmente aludido teve lugar no dia 10 de Dezembro, quando a Junta aprovou uma proposta do Serviço de Estatística da Produção, referente à aplicação do auxílio que lhe concede o Instituto, e um parecer da Secretaria Geral concernente a matéria semelhante em processo da Junta Executiva Regional de Estatística do Rio Grande do Norte.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS FEDERAIS

Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Empenhado em reajustar a guia da exportação aos fins visados, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira solicitou a cooperação da Diretoria das Rendas Aduaneiras no sentido de obter, por parte das fontes de coleta, as informações necessárias à apuração regular das estatísticas do comércio exterior e por cabotagem. Afim de delimir as deficiências relativas ao preenchimento de guias, o órgão estatístico do Ministério da Fazenda expediu, há vários meses, circular às repartições aduaneiras do país, com apoio no Decreto-lei n° 4 462, de 10 de Julho de 1942, que estabeleceu a obrigatoriedade dos informes estatísticos

Impunha-se, todavia, para êxito das medidas já estabelecidas, a expedição de circular própria pela Diretoria das Rendas Aduaneiras às repartições que lhes são diretamente subordinadas Encareceu, assim, o S E.E F. à repartição central das rendas aduaneiras ficassem orientados os destinatários da circular a expedir no

atendimento de vários pontos omissos no Decreto n° 15 813, de 13 de Novembro de 1922

Para sanar as lacunas existentes, pediu fôsse mencionado na guia de exportação para o exterior o número da guia correspondente, extraída para localidades brasileiras, no caso em que mercadorias nacionais tenham de vencer percurso interno não incluído no intercâmbio por cabotagem Foi ainda pedido o registro explícito do destino final da mercadoria, quando vendida diretamente para o estrangeiro, bem como do pôrto, cidade ou país no exterior para onde se destinam produtos nacionais sujeitos a transporte por cabotagem Tais informes não constam das instruções relativas ao preenchimento das guias de exportação

Outros pontos dignos de elucidação se referem à declaração do frete marítimo ou terrestre por parte do exportador na segunda via da guia de exportação para o exterior e na terceira da guia de cabotagem Ficará, assim, modificada a circular que estabelecera a remessa, ao Serviço de Estatística, das quartas vias que incluiam o lançamento do frete. Tornou-se óbvia a conveniência da remessa de guia ao Serviço de Estatística por intermédio do Correio Aéreo Militar, sugerindo-se às localidades não visitadas pelos aviões postais, fazerem as respectivas remessas à repartição mais próxima, servida pelo correio aéreo Finalmente, para prevenir possível extravio de documento de coleta, foi lembrada a comunicação, pelas repartições fiscais, do número de cada espécie de guias expedidas no mês anterior bem como a notificação imediata ao S E E F da inexistência de embarque semanal

Mediante a execução das medidas solicitadas, espera o órgão estatístico do Ministério da Fazenda auferir as vantagens que possibilita o regime de apuração baseado na vigência do Decreto n° 15 813, segundo dispõe o Decreto-lei n° 4 736, de 23 de Setembro de 1942.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Maranhão — Promovido pelo Departamento Estadual de Estatística, teve início no dia 5 de Setembro, em São Luiz, um estágio de aperfeiçoamento de Agentes Municipais.

Aos estagiários foram ministrados ensinamentos sôbre a marcha dos trabalhos estatísticos e rotina de serviço nas diversas secções técnicas e na secção administrativa da repartição central regional, além de aulas teóricas de metodologia estatística.

Amparando a iniciativa, o govêrno maranhense baixou um Decreto-lei, sob o n° 778, de 1° de Setembro, concedendo verba para as despesas do Curso, no qual se inscreveram os seguintes Agentes: José Maria Silva, de Bacabal; José de Ribamar Ferreira, do Brejo; Manuel Pedro da Silva, de Caxias; Feliciano Castro Cruz, de Codó; Raimundo Nonato Ferraz, de Itapecurú; Manuel Burgos da Cruz, de Monte Alegre; Raimundo Santos, de Morros; Augusto Valentim Alves, de São Bento; e Emílio Anchieta, de Guimarães

O encerramento teve lugar no dia 30 de Setembro, em sessão plena do Conselho Técnico do D E E , havendo discursado os Srs Manuel Pedro da Silva e Emílio Anchieta, Agentes Municipais de Estatística de Caxias e Guimarães, respectivamente.

— O Departamento Estadual de Estatística está de posse dos originais dos mapas dos municípios maranhenses que foram levantados pela Delegacia Regional do Recenseamento, a cargo do Sr Djalma Fortuna.

Dessas cartas já foram fornecidas cópias ao Estado Maior do Exército, 7ª e 10ª Regiões Militares, e, agora, à Comissão dos Acordos de Washington, para localização dos seringais maranhenses nos diversos municípios do Estado.

Ao Diretório Regional de Geografia, que está empenhado na organização do plano da revisão territorial a vigorar no próximo qüinqüênio, o Departamento facultou cópia dos mapas de todos os municípios onde vão ser feitas alterações de limites e ainda daqueles cuja extinção vem sendo objeto de estudo da Comissão de Divisão Territorial

A carta geral do Estado, levantada com o auxílio daqueles mapas parciais, foi também um trabalho feito pela Delegacia Regional do S N R e contém cêrca de 2 000 localidades assinaladas, além de indicações de quase todos os acidentes naturais do território maranhense

Alagoas — Por ocasião do primeiro aniversário da reorganização do Departamento Estadual de Estatística, baixada com o Decreto-lei n° 2 971, de 16 de Outubro de 1942, a reportagem da imprensa maceioense esteve em visita àquela repartição, divulgando a excelente impressão que lhe causou o funcionamento da mesma.

Além das condições em que se desenvolvem as atividades comuns aos serviços estatísticos regionais, chamou a atenção dos jornalistas o interessante trabalho que a Secção de Estatística Fisiográfica e Cartografia está realizando, ou seja a recomposição de velhos mapas quase ilegíveis e existentes no Instituto Histórico de Alagoas e de grande importância para o conhecimento da caracterização do solo alagoano.

Espírito Santo — Deixou a direção do Departamento Estadual de Estatística o Sr Armando Duarte Rabelo que, pôsto pelo govêrno do Estado à disposição do Departamento Nacional do Café, passou a desempenhar relevante função na Secção de Estatística dêsse Departamento, na capital do país

Pela sua competência técnica, fecunda operosidade e absoluta dedicação, além das melhores qualidades de caráter e inteligência, era aquele estatístico um dos elementos mais destacados à frente da administração dos sistemas estatísticos regionais.

Ao D E E do Espírito Santo, como à Delegacia Regional do Serviço Nacional de Recenseamento no mesmo Estado, deu o Sr. Armando Rabelo todo o seu esfôrço bem orientado, com excelentes proveitos para a estatística e a operação censitária.

Todos êsses méritos, que aquí ràpidamente referimos, foram reconhecidos pelo alto colégio dirigente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Junta Executiva Central do C N E , quando, ao conhecer do desligamento daquele operoso colaborador, inseriu na ata dos trabalhos um voto de louvor e agradecimento.

Por sua vez, o Sr COLOMBO ETIENNE ARREGUY, delegado do I B G E no Espírito Santo, ao assumir, interinamente, o cargo de Diretor do D E E , baixou uma portaria sôbre o afastamento do Sr ARMANDO RABELO, documento que se recomenda à transcrição pela justiça e eloqüência dos conceitos:

"Pôsto pelo Govêrno do Estado à disposição do Departamento Nacional do Café, deixou hoje o cargo de Diretor do Departamento Estadual de Estatística o Dr. ARMANDO DUARTE RABELO, que, desde os primeiros passos da organização estatística regional, vinha dando à repartição tôdas as reservas de seu entusiasmo cívico, invulgar capacidade de trabalho, inteligência, cultura e aprimorados dotes de espírito e coração. Seu afastamento da chefia dos serviços que êle pessoalmente organizou e cuja evolução e crescimento constante vem acompanhando com o máximo de carinho, é singularmente sentido por todos quantos serviram sob suas ordens, alguns velhos companheiros seus da época dos denodados esforços que culminaram na criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, outros de mais recente ingresso no Departamento, todos seus amigos e admiradores das marcantes qualidades que tanto o destacam na vida social e no serviço público do Estado Para registro da ocorrência e do geral pesar com que o funcionalismo do D E E assinala o afastamento de seu Diretor das funções que êle tão alto soube dignificar, dê-se cópia desta Portaria a cada funcionário da repartição, enviando-se outras ao Exmo Sr. Secretário do Governador, à Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e ao homenageado nesta pálida demonstração de amizade e reconhecimento"

— Para substituir o Sr ARMANDO RABELO, foi nomeado o Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO que, como delegado do Instituto, vinha prestando excelentes serviços ao Departamento Estadual de Estatística da Baía.

Rio Grande do Sul — No relatório que apresentou ao Sr Presidente da República, e referente ao período de 1938 a 1943, em que governou o Rio Grande do Sul, o General CORDEIRO DE FARIAS assim se referiu aos serviços estatísticos:

"Possui o Rio Grande rica tradição de culto à estatística, sendo conhecido como o único Estado que há mais de 15 anos dispunha, no Brasil, de uma completa rede de Agências Municipais, mantidas e dirigidas pelo órgão regional Circunstâncias desfavoráveis, entretanto, levaram a que por mais de sete anos sofresse o aparelhamento estatístico de absoluto desinterêsse governamental Passou a então Diretoria Geral de Estatística a viver apenas a vida oficial de figurar em orçamentos e fugidios tópicos de relatórios Sem apoio e sem estímulo, seus funcionários sequer podiam contar com o mais rudimentar e comezinho material de expediente.

Compenetrado da função capital dêsse serviço, sem o qual, nos dias que correm, nenhuma orientação política, social, econômica ou administrativa se torna possível, cogitou meu govêrno desde primeiras horas de conferir ao órgão estatístico tôda a assistência moral e material que lhe é indispensável.

Já criado o Departamento Estadual de Estatística, com caráter autônomo, em obediência à Convenção Nacional de 1936, foi radicalmente reformado e reconstituído em bases técnicas e sólidos elementos de ação, a partir de 1938

As cifras orçamentárias, integralmente despendidas, revelam, doutra parte, o teor de sua expansão e atividade.

Ainda em 1937 a despesa de pessoal do Departamento atingia a Cr$ 767 760,00, enquanto as demais sòmente a Cr$ 94 102,60 Em 1939, estacionada a primeira, as demais passavam a 179 mil cruzeiros, por fôrça do contrato com os Serviços Hollerith Já em 1939, o pessoal absorvia Cr$ 1 123 800,00 e Cr$ 340 000,00 as demais despesas E para o corrente ano o orçamento consagra Cr$ 1 484 200,00 para pessoal e 604 mil para material e outras, inclusive *300 000* para aquisição já efetuada, de prédio próprio para sede do Departamento Confrontando, assim, o global das despesas da estatística em 1936-37 e em 1943, vamos de Cr$ 861 862,00 para Cr$ 2 088 800,00 e ficamos dispensados de outros comentários

Não me parece possível descrever, nestas linhas, a multiforme atuação do atual Departamento de Estatística Tècnicamente subordinado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é, por fôrça de lei, o órgão regional de execução de tôdas as iniciativas e empreendimentos das repartições centrais de estatística. Atende, em conseqüência, a enorme soma de atribuições que estas lhe conferem e, ainda, a inumerável e constante solicitação de dados e inquéritos de quaisquer autoridades públicas e entidades privadas.

A par de tão intensa atuação, desenvolve largo programa de pesquisas de interêsse particular do Rio Grande, procurando apreender e registrar todos os fenômenos econômicos, sociais e administrativos do Estado"

Depois de transcrever, como prova dessa atividade, a lista de publicações feitas pelo Departamento e gratuitamente distribuídas, durante o período do seu govêrno, o General CORDEIRO DE FARIAS conclui:

"A tais resultados chegou o organismo estatístico graças à dedicação de seu corpo funcional e ao cuidado que tem merecido a rede das Agências Municipais Os maiores esforços têm sido envidados para melhorar e capacitar os agentes locais coletores dos elementos e informações estatísticas, submetendo-os a constante fiscalização e a estágios de habilitação e aperfeiçoamento. A partir do exercício atual o orçamento consigna ainda verba para gratificar as pessoas que desempenhem funções de sub-agentes nas sedes distritais, afim de completar o aparelhamento de coleta. E' o Rio Grande a primeira unidade federativa que assim procede e será, portanto, a que gozará de mais perfeita organização estatística.

A sede do Departamento, agora em prédio próprio, dispõe de todo o material necessário e de excelente instrumental.

Ainda no setor estatístico merecem menção especial a Diretoria de Estatística Educacional, órgão especializado da Secretaria da Educação, também perfeitamente organizado e em profíciente atividade, e a Secção de Estatística, criada em 1940 na Repartição Central de Polícia, que já começa a dar ótimos resultados, essenciais, aliás, para qualquer orientação e administração policiais eficientes."

Mato Grosso — Convidado a desempenhar outras funções na capital do país, exonerou-se do cargo de diretor do Departamento Estadual de Estatística o Sr. LOBIVAR MATOS, que procurou sempre exercer suas atribuições com entusiasmo.

Para substituí-lo, foi nomeado pelo Govêrno do Estado o Sr. WILSON GETÚLIO, antigo Delegado Seccional do Recenseamento em Minas Gerais e que, na qualidade de delegado do Instituto, já vinha prestando bons serviços à repartição.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS

Departamento Municipal de Estatística de Manaus — Foi transferido do edifício da Prefeitura Municipal de Manaus, para instalações mais amplas em próprio municipal situado à rua Marcílio Dias, o Departamento de Estatística da capital amazonense.

Por deliberação do prefeito, a Diretoria de Obras da Municipalidade vai proceder aos necessários reparos e melhoramentos no prédio da nova sede da repartição.

Agência Municipal de Estatística de Benjamim Constant — As Agências Municipais de Estatística do vale amazônico estão cooperando com as autoridades brasileiras na "batalha da borracha"

O Sr LEOPOLDO FREITAS DA CRUZ, Agente em Benjamim Constant, Estado do Amazonas, recebeu cem cartazes de propaganda para a maior produção do *latex,* distribuindo-os entre os principais comerciantes e seringalistas daquele município.

Agência Municipal de Estatística de Parreiras — Êsse órgão de estatística editou um prospecto em que apresenta variada informação estatística sôbre os mais variados aspectos daquele importante município de Minas Gerais.

Os dados referem-se ao ano de 1942, constituindo, assim, uma rápida e precisa síntese da atualidade demográfica, econômica e sócio-cultural de Parreiras.

Deve-se essa apreciável realização ao Agente de Estatística, Sr. MOACIR ONDINE.

Agência Municipal de Estatística do Rio Grande — Realizou-se em Novembro dêste ano a inauguração da nova sede da Agência Municipal de Estatística do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, localizada em amplíssima sala de um dos principais edifícios do centro urbano daquela cidade.

A instalação, a organização e o aparelhamento da Agência são considerados modelares, não só pelos recursos que lhe dotou o Prefeito, Sr ROQUE AITA, como em virtude da extrema dedicação do Agente local, Sr. SILVA FILHO, que exerce o cargo sem interêsse pecuniário e atende por sua própria conta a muitas necessidades da repartição Para a nova sede da Agência, concorreu o Sr SILVA FILHO com a oferta de móveis e máquinas

Ao ensejo da inauguração foi aberta ao público uma exposição de estatística, para a qual contribuiu o Departamento Estadual de Estatística, cujo diretor, Sr. MEM DE SÁ, esteve presente às solenidades, a convite do Prefeito ROQUE AITA.

ILDEFONSO SIMÕES LOPES

Faleceu no dia 4 de Dezembro, nesta Capital, uma das mais ilustres figuras da velha geração de administradores brasileiros — o Engenheiro ILDEFONSO SIMÕES LOPES

Nascido em 19 de Novembro de 1866, na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, sendo seus pais os Viscondes da Graça, fêz o curso de humanidades no Rio de Janeiro, em cuja Escola Politécnica se matriculou em 1885

Durante sua vida de estudante, tomou parte destacada na propaganda republicana, nos próprios acontecimentos que culminaram na proclamação da República, e, ainda, em lutas que se travaram para a consolidação do regime

Dedicou-se, depois de sua formatura, ao exercício da profissão que havia escolhido e que enobreceu, dirigindo importantes realizações técnicas no interior do país.

Sua carreira na alta administração pública teve início, de fato, em 1913, quando começou — sem mais interrupção, durante longos anos — uma fecunda e brilhante ação parlamentar, como representante do Rio Grande do Sul, embora já de 1906 a 1908 houvesse desempenhado igual mandato na Câmara dos Deputados.

Ao iniciar-se o govêrno Epitácio Pessoa, foi-lhe confiado, em boa hora, o Ministério da Agricultura, transcorrendo, então uma fase de intensa produtividade e eficiência administrativa para aquela Secretaria de Estado Empenhou-se no incremento da policultura e da exploração das riquezas minerais, no aperfeiçoamento do ensino agrícola e na solução dos principais problemas dos nossos diferentes ramos de produção

Foi na sua administração que se criou o Serviço de Estatística Agrícola e Avaliação de Safras, o qual, embora organizado com parcos recursos e pessoal deficiente, realizou trabalhos interessantes, reunindo elementos ainda hoje valiosos para consulta dos estudiosos dos nossos problemas econômicos.

Sua alta compreensão das necessidades do Brasil em matéria de estatísticas, já demonstrada na criação daquele órgão, foi testemunhada, com as melhores conseqüências de ordem prática, ao ensejo da realização do Recenseamento Geral de 1920. No Ministro do Recenseamento, que êle o foi e tão lúcido na superior orientação dos trabalhos censitários, teve a então Diretoria Geral de Estatística uma pródiga fonte de estímulo e de prestígio.

Depois de sua passagem pelo Ministério da Agricultura, o Dr ILDEFONSO SIMÕES LOPES, *outra vez no Congresso Nacional ou no desempenho de importantes missões técnicas, prestou ao Brasil serviços da maior relevância, ao mesmo tempo em que se empenhava com ardente combatividade nas lutas pela reconstrução política do país.*

Vitoriosa a Revolução de 1930, aceitou o ilustre brasileiro o cargo de Diretor do Banco do Brasil, em cujo desempenho ainda se achava, ao falecer, não se limitando, porém, ao exercício daquelas funções o seu serviço à Nação, pois permaneceu vigilante aos interêsses do Brasil e aos reclamos do nosso progresso, definindo-os e esclarecendo-os com o seu saber e a sua experiência.

Casado, em 1891, com D. CLARA SAMPAIO SIMÕES LOPES, *dêsse matrimônio houve sete filhos, entre os quais o Sr* LUIZ SIMÕES LOPES, *presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, e o Sr.* ÁLVARO SIMÕES LOPES, *diretor do Serviço de Fiscalização de Farinhas, do Ministério da Agricultura. Tendo enviuvado, casou em segundas núpcias em 1915, com D.* SERAFINA VIEIRA DE CASTRO SIMÕES LOPES, *a quem deixou viúva*

HORACE SECRIST

A Estatística e a Economia perderam, com a morte do Professor HORACE SECRIST, *Ph D, verificada recentemente nos Estados Unidos, um dos seus mestres eminentes, pelo devotamento científico com que empregou os métodos de análise e buscou sempre a verdade.*

Sua obra é das que maior influência estão exercendo no aperfeiçoamento profissional dos nossos estatísticos, sendo os seus livros mais conhecidos, no Brasil, o Readings and Problems in Statistical Methods, *publicado em 1920, e* An Introduction to Statistical Methods, *do qual saiu em 1936 a edição definitiva.*

Professor de Economia e Estatística e, também, Diretor de The Bureau of Business Research, da Northwestern University, U.S.A., é de acentuar-se que, na sua vasta bibliografia e na sua atuação na cátedra, examinou sempre os problemas estatísticos nas suas relações com os fenômenos sociais e econômicos, contribuindo com os resultados de suas indagações, por isso mesmo, para a solução de numerosos problemas governamentais.

Foi ainda o Professor SECRIST *secretário do Social Science Research Council, ao qual prestou notáveis serviços.*

Deve-se a SECRIST *o desenvolvimento do mais efetivo método de determinação do custo* bulk-line *como meio de ajustamento do preço à produção em tempo de guerra, o qual, segundo a opinião de autoridade no assunto, teria evitado, se houvesse sido devidamente considerado, vários dos problemas criados pela atual emergência.*

Viveu êle, como acentuam os seus biógrafos, a vida de um verdadeiro cientista e é um exemplo para quem quer que deseje contribuir para um melhor conhecimento da realidade econômica e social do seu país.

HIGINO CUNHA

Faleceu no dia 16 de Novembro, em Teresina, Capital do Piauí, o Professor HIGINO CUNHA, *figura de notável tradição na cultura daquele Estado nortista.*

Nascido embora no Maranhão, foi no Piauí que o ilustre extinto sempre viveu, exercendo uma polimorfa e brilhante atividade intelectual, como jornalista, magistrado, professor de filosofia e de direito, e desenvolvendo fecunda atuação como membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí.

Foi na qualidade de presidente dêsse último sodalício que o Professor HIGINO CUNHA *prestou valioso concurso ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exercendo a presidência do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia.*

Viúvo, pouco menos de um mês antes de morrer, de D CORINA CUNHA, *o velho filósofo chegou ao fim de sua laboriosa e fecunda existência, aos 86 anos de idade, cercado da maior veneração e acatamento.*

Por ocasião dos funerais, na Capital piauiense, discursou, entre outros oradores, o Sr MÁRIO BATISTA, *em nome do Diretório Regional do C N.G. e de outras entidades as quais o morto ilustrara com o seu saber.*

ÁLVARO AFRÂNIO PEIXOTO

Faleceu nesta Capital, em Dezembro, um velho e digno servidor da estatística brasileira, ÁLVARO AFRÂNIO PEIXOTO

Nascido a 20 de Novembro de 1884, fez parte da equipe de jovens entusiastas com que, em 1907, a antiga Diretoria Geral de Estatística iniciou uma nova e fecunda fase

Servindo à estatística, nos últimos anos de atividade, lotado no Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, galgou êle todos os postos da carreira e aposentou-se, em 1942, quando chefiava uma das secções daquele órgão.

ÁLVARO AFRÂNIO PEIXOTO, *depois de 35 anos de dedicação ao trabalho, será sempre recordado pelos seus colegas como um companheiro afetuoso e, por quantos o conheceram, como um homem de vida pública e privada sem dissonâncias e de nobre simplicidade*

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA
ANO IV, N.os 13 A 16 — 1943

ÍNDICE GERAL

BIBLIOGRAFIA

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS UNIDOS (A), Gustavo Lessa — Raul Lima — N º 13, pág 151

ADMINISTRAÇÃO SERGIPANA, Coronel Augusto Maynaid Gomes — Redação — N º 15, pág 567

AHORRO Y CAJAS DE AHORRO, Caja Nacional de Ahoiro Postal, Buenos Aires — Redação — N º 13, pág 154

ANAIS DE 1939, Departamento Administrativo do Estado de São Paulo — Redação — N º 13, pág 159

ANUÁRIO DA ARQUIDIOCESE DE BELÉM, 1941 — Redação — N º 13, pág 159

ANUARIO DEL COMERCIO EXTERIOR DE LA REPUBLICA ARGENTINA, Dirección General de Estadística de la Nación — Redação — N º 13, pág 153

ANUARIO ESTADISTICO DE LA REPUBLICA DOMINICANA, Dirección General de Estadística Nacional — Redação — N º 15, pág 561

ANUÁRIO ESTATÍSTICO, Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco — Redação — N º 13, pág 158

ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1942, Superintendência dos Serviços do Café de São Paulo — Redação — N º 13, pág 158

ANUARIO GENERAL DE ESTADISTICA, COLOMBIA, 1941, Contraloría General de la República — Redação — N º 15, pág 561

ARQUIVOS DE HIGIENE, Departamento Nacional de Saúde — Redação — N º 16, pág 740.

ARQUIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Redação — N º 15, pág 563

ASPECTOS GERAIS DE URUGUAIANA, Fortunato Pimentel — Redação — N º 13, pág 159

BOLETIM DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — Redação — N º 15, pág 564

BOLETIM DO SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL, Serviço de Informações Agrícola — Redação — N º 15, pág 565

BOLETIM ESTATÍSTICO, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Redação — N º 15, pág. 565.

BOLETIM MENSAL DE BIO-ESTATÍSTICA, Serviço de Estatística Demográfica e Sanitária do Espírito Santo — Redação — N º 15, pág 567

BRASIL 1942, Ministério das Relações Exteriores — Redação — N º 15, pág 563.

BRASIL NA FEIRA MUNDIAL DE NOVA IORQUE DE 1940 (O), Armando Vidal — Redação — N º 13, pág 157.

CAFÉ BRASILEIRO EM 1942 (O), Jaime Fernandes Guedes — Redação — N º 15, pág 564

CAIXA ECONÔMICA DO RIO DE JANEIRO EM 1941 (A), Carlos Coimbra da Luz — Redação — N º 13, pág 157

CENÁRIOS MUNICIPAIS (1941-1942), Anfilóquio Câmara — Redação — N º 16, pág 734.

CINCO ANOS DE ATIVIDADE, Diretório da Liga da Defesa Nacional no Rio Grande do Sul — Redação — N º 16, pág 742

COMERCIO EXTERIOR ARGENTINO (EL), Dirección General de Estadística — Redação — N º 16, pág 739.

COMERCIO INTERIOR Y COMUNICACIONES, 1940, Dirección General de Estadística, Chile — Redação — N º 13, pág 155

CONQUISTA DO BRASIL PELOS BRASILEIROS (A), Tte Cel Lima Figueiredo — Redação — N º 15, pág 565

CONTAS DO BRASIL (AS), Ruben Rosa — Redação — N º 16, pág 740.

CREDITO RECIPROCO (EL), José R Martin — Redação — N º 16, pág 739

CULTURA BRASILEIRA (A) (Introdução ao estudo da Cultura no Brasil), Fernando de Azevedo — Lourenço Filho — N º 16, pág 731

EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR E EDUCAÇÃO PRÉ-MILITAR, Oldegar Vieira — Redação — N º 16, pág. 734

ESTADÍSTICA — N º 1, Instituto Inter-Americano de Estatística — Redação — N º 15, pág 562

ESTADÍSTICA Y ESCALAFON, Oscar A. Romero — Redação — N º 16, pág 739

EXERCÍCIOS DE ESTATÍSTICA, Lauro Sodré Viveiros de Castro — Redação — N.º 16, pág. 735

FENOMENO MIGRATORIO (EL), Nelida M Giurich, César Ruiz Moreno e Alberto Raul Pichot — Redação — N º 13, pág 154

FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLÍTICA DO AÇÚCAR (OS), Barbosa Lima Sobrinho — Redação — N º 16, pág. 740.

IMPRESSÕES DA COMISSÃO RONDON, Cel Amílcar A Botelho — Tulo Hostílio Montenegro — N º 13, pág 152

INICIAÇÃO À ESTATÍSTICA ECONÔMICA, Milton da Silva Rodrigues — Redação — N º 15, pág 562

LATIN AMERICA IN MAPS, Wilgus — Redação — N.º 16, pág. 737.

LIÇÕES DE ESTATÍSTICA, Aúthos Pagano — Redação — N º 16, pág 735.

OESTE PAULISTA, A Tavares de Almeida — Redação — N º 16, pág 733

OFENSIVA JAPONESA NO BRASIL (A), Carlos de Sousa Morais — Redação — N.º 13, pág 156

OUTLINE-HISTORY OF LATIN AMERICA, Wilgus e d'Eça — Redação — N º 16, pág. 737.

PELOS SERTÕES DO BRASIL, Cel Amílcar A Botelho — Tulo Hostílio Montenegro — N º 13, pág 152

PERIGO JAPONÊS (O), Jornal do Comércio do Rio de Janeiro — Redação — N.º 13, pág 156

POBLACION DE LA REPUBLICA DE EL SALVADOR, Dirección General de Estadística — Redação — N º 13, pág. 155

POSIÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NO ESTADO NACIONAL, Moisés da Costa Gomes — N º 15, pág 568

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA, Eugênio Gudin — Redação — N º 16, pág 732.

RELATÓRIO, Departamento Estadual de Estatística de Alagoas — Redação — N º 15, pág 567

RELATÓRIO, Departamento Estadual de Estatística do Paraná — Redação — N.º 16, pág 741

RELATÓRIO, General Osvaldo Cordeiro de Farias — Redação — N º 16, pág 738

RELATÓRIO, Imprensa Nacional — Redação — N º 16, pág 741

RELATÓRIO, Instituto de Resseguros do Brasil — Redação — N º 15, pág 567

RELATÓRIO, Interventor Federal no Maranhão — Redação — N º 16, pág 738

RELATÓRIO, Lloyd Brasileiro — Redação — N º 16, pág 736

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, 1942 — João Dória — N º 15, pág 559

RELATÓRIO DE 1942, Divisão do Imposto de Renda — Redação — N º 16, pág 741.

RELATÓRIO E BALANÇO GERAL, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários — Redação — N º 15, pág 566

RELATÓRIO — EXERCÍCIO DE 1942, Nereu Ramos, Interventor Federal em Santa Catarina — Redação — N º 16, pág 737

RONDON, O BANDEIRANTE DO SÉCULO XX, Bandeira Duarte — Tulo Hostílio Montenegro — N º 13, pág 152

ROTEIRO DO TOCANTINS, Lísias Rodrigues — Redação — N º 16, pág 733

STATISTIK ARSBOK FOR SVERIGE, 1942, Statistika Centralbyran — Redação — N º 13, pág 153

TÁBUAS ITINERÁRIAS ACREANAS, Departamento de Geografia e Estatística do Acre — Redação — N º 15, pág 567

TÁBUAS ITINERÁRIAS DO AMAZONAS, Departamento Estadual de Estatística — Redação — N º 16, pág 737

TÁBUAS ITINERÁRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Departamento Estadual de Estatística — Redação — N º 16, pág 735

VARIAÇÕES SÔBRE TEMAS REGIONAIS, Manuel Diegues Júnior — Redação — N.º 13, pág 156

VOCABULARIO BIOESTADISTICO (UN) — A VITAL STATISTICS VOCABULARY, U. S. Departament of Commerce — Redação — N º 15, pág. 561.

DEMOGRAFIA

ESTUDOS DE DEMOGRAFIA INTERAMERICANA, Giorgio Mortara — I. *Tábua de mortalidade e de sobrevivência para a Colômbia (1939-41);* II *Ajustamento da tábua de sobrevivência para a Colômbia (1939-41), segundo a fórmula de Gompertz-Makeham* — N º 15, pág 531; III *Tábua de mortalidade e de sobrevivência para o México (1929-33);* IV *Tábua de mortalidade e de sobrevivência para a cidade de Lima (1933-35)* — N º 16, pág. 687

INFORMAÇÕES GERAIS

COLÔNIA POLONESA NO PARANÁ (A) — N º 15, pág. 553.
MORTALIDADE NOS EE UU EM 1941 — N º 15, pág 555.
NATALIDADE NO RIO GRANDE DO NORTE (A) — N º 15, pág 552.
POPULAÇÃO SUECA — N º 13, pág 149
PROLIFICIDADE DA MULHER BRASILEIRA (A) — N º 13, pág. 145.

NOTA ACÊRCA DO APROVEITAMENTO DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A DETERMINAÇÃO DA FREQUÊNCIA DAS VARIAÇÕES DE ESTADO CIVIL EM FUNÇÃO DA IDADE, Giorgio Mortara — N º 15, pág. 435

NOTA SÔBRE AS POSSIBILIDADES DE APROVEITAMENTO DOS RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A DETERMINAÇÃO DA FECUNDIDADE TOTAL DA MULHER BRASILEIRA, Giorgio Mortara — N º 13, pág. 79

SEXO, DO PONTO DE VISTA ESTATÍSTICO (O), José Gonzalez Galé — N º 13, pág. 11.

Ver BIBLIOGRAFIA — N º 13, págs. 154, 155, 156; N.º 15, pág. 567; N º 16, pág. 733.

Ver RESENHA — N º 16, pág. 766.

ECONOMIA

CENSO ECONÔMICO DO CHILE — Redação — N º 15, pág 542

ESTATÍSTICAS NECESSÁRIAS AO ESTUDO E ORIENTAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA, Giorgio Mortara — N º 16, pág 653

INDICAÇÕES SÔBRE A POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA EM SITUAÇÃO DE CONJUNTURA, João de Lourenço — N º 16, pág 613

INFORMAÇÕES GERAIS

AÇÚCAR NA REPÚBLICA DOMINICANA (O) — N º 16, pág 729.
AGRICULTURA NA GUATEMALA — N º 16, pág 730
COLÔNIAS FRANCESAS NA ÁFRICA — N º 15, pág. 556
COMÉRCIO E FINANÇAS INTERNACIONAIS — N º 15, pág 554.
COMÉRCIO INTERIOR DO AÇÚCAR NA VÉSPERA DA GUERRA MUNDIAL (O) — N º 16, pág 715
COMÉRCIO MARÍTIMO NO BRASIL — N º 15, pág 552
CONSUMO DE CAFÉ NO BRASIL — N º 16, pág 724
CRIAÇÃO E CONSUMO DE GADO EM SALVADOR — N º 13, pág. 150.
DEFESA DA ECONOMIA COLOMBIANA — N º 15, pág 556
ECONOMIA MUNDIAL AOS BLOCOS ECONÔMICOS (DA) — N º 16, pág 725.
ÍNDICES DO COMÉRCIO MUNDIAL — N º 13, pág. 147
INDÚSTRIA CARACTERÍSTICA SUÍÇA (A) — N º 15, pág 557.
INFLAÇÃO E REAJUSTAMENTO NA SUÍÇA — N º 16, pág 728.
LUTA CONTRA O ENCARECIMENTO DA VIDA E A INFLAÇÃO — N º 13, pág. 148.
MERCADO MUNDIAL DE ALGODÃO — N º 16, pág. 727
MOVIMENTO DE VENDAS NA INGLATERRA — N º 13, pág 149
PREÇOS NO COMÉRCIO VAREJISTA — N º 15, pág 551.
PRODUÇÃO DE FUMO NA ARGENTINA — N º 13, pág 150
PRODUÇÃO DE LEITE NOS EE UU — N º 16, pág 730
PRODUÇÃO E TRABALHO EXIGIDOS PELA GUERRA — N º 13, pág. 148.
PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM MINAS GERAIS — N º 16, pág 725.
PRODUÇÃO MINEIRO-METALÚRGICA NO MÉXICO — N º 16, pág 728.
PROVISÃO MUNDIAL DE BAUXITA E ALUMÍNIO (A) — N º 16, pág. 726.
RESERVAS DE PETRÓLEO NOS ESTADOS UNIDOS (AS) — N º 16, pág. 727.
SUPRIMENTO DE PNEUMÁTICOS NA COLÔMBIA — N º 16, pág 729.
VARIAÇÃO DO CUSTO DA ALIMENTAÇÃO — N º 16, pág 723

"NÚMEROS ÍNDICES", SUAS APLICAÇÕES NA ESTATÍSTICA BRASILEIRA E SUGESTÕES ATINENTES À SUA PADRONIZAÇÃO CONTINENTAL, O Alexander de Morais — N.º 16, pág 641.

Ver BIBLIOGRAFIA — N º 13, págs. 153, 154, 155 e 157; N.º 15, págs 564, 565 e 567; N.º 16, págs. 732, 739 e 740.

Ver RESENHA — N º 16, pág. 767.

EDUCAÇÃO

Ver BIBLIOGRAFIA — N.º 16, págs. 731, 734 e 739.

Ver RESENHA — N.º 15, pág. 173

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS, Heitor Bracet — N º 15, pág 429

ESTATÍSTICAS NECESSÁRIAS AO ESTUDO E ORIENTAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA, Giorgio Mortara — N º 16, pág 653

ESTUDOS DE DEMOGRAFIA INTERAMERICANA, Giorgio Mortara — I *Tábua de mortalidade e de sobrevivência para a Colômbia (1939-41);* II *Ajustamento da tábua de sobrevivência para a Colômbia (1939-41), segundo a fórmula de Gompertz-Makeham* — N º 15, pág 531; III *Tábua de mortalidade e de sobrevivência para o México (1929-33);* IV *Tábua de mortalidade e de sobrevivência para a cidade de Lima (1933-35)* — N º 16, pág 687

HISTÓRIA

CENTENÁRIO DA ESTATÍSTICA OFICIAL CHILENA — Redação — N º 15, pág 542.

CINCO ÚLTIMOS SEPTÊNIOS DA EVOLUÇÃO ESTATÍSTICA BRASILEIRA (OS), M A Teixeira de Freitas — N º 15, pág 515

SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (OS), M A Teixeira de Freitas — N º 13, pág 107

INFORMAÇÕES GERAIS

ESTATÍSTICAS DO IRAQUE — N º 15, pág 557

MOVIMENTO DE HÓSPEDES EM ALAGOAS — N º 15, pág 554

SINDICATOS NO DISTRITO FEDERAL, EM 1941 — N º 16, pág 722

SÍNTESE ESTATÍSTICA MEXICANA — N º 15, pág. 555

INTEGRAÇÃO DAS EQUAÇÕES DIFERENCIAIS DO PONTO DE VISTA DA TEORIA DOS GRUPOS CONTÍNUOS (A), Alberto Serrão — N º 15, pág 439

INTRODUÇÃO À TEORIA DOS CONJUNTOS, Lélio I Gama — N º 15, pág. 459

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA INTEGRAL DE LEBESGUE DAS FUNÇÕES REAIS DE UMA VARIÁVEL REAL, J Abdelhay — N º 13, pág 83

METODOLOGIA

INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — *Representação Tabular e Gráfica,* O. Alexander de Morais — N º 13, pág 103; N º 15, pág 511; N º 16, pág 683

LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO, João Lara — N º 15, pág 513

RECENSEAMENTO DE 1940 DO PONTO DE VISTA DA TÉCNICA CENSITÁRIA (O), O Alexander de Morais — N º 14, pág 257

MODERNA TEORIA MATEMÁTICA DA CORRELAÇÃO ENTRE DUAS VARIÁVEIS (A), Helena Rocha Penteado — N º 13, pág 37

NOTA ACÉRCA DO APROVEITAMENTO DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A DETERMINAÇÃO DA FREQUÊNCIA DAS VARIAÇÕES DE ESTADO CIVIL EM FUNÇÃO DA IDADE, Giorgio Mortara — N º 15, pág 435

NOTA SÔBRE AS POSSIBILIDADES DE APROVEITAMENTO DOS RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A DETERMINAÇÃO DA FECUNDIDADE TOTAL DA MULHER BRASILEIRA, Giorgio Mortara — N º 13, pág 79

"NÚMEROS ÍNDICES", SUAS APLICAÇÕES NA ESTATÍSTICA BRASILEIRA E SUGESTÕES ATINENTES À SUA PADRONIZAÇÃO CONTINENTAL, O Alexander de Morais — N º 16, pág 641

ORGANIZAÇÃO

ATUAÇÃO DO SERVIÇO FEDERAL DE BIO-ESTATÍSTICA NAS ESFERAS ESTATÍSTICA E SANITÁRIA (A), Jansen de Melo — N º 14, pág 231

CEARÁ E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (O), Tomaz Gomes da Silva — N º 14, pág 301

CONCURSO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E COLETORIAS ESTADUAIS AOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA (O), Djalma Pádua Fortuna — N º 15, pág 545.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO PARÁ E SUA EVOLUÇÃO (O), Adelino de Sousa Vasconcelos — N º 14, pág 289

DESENVOLVIMENTO DA ESTATÍSTICA EM PERNAMBUCO APÓS A CRIAÇÃO DO I B G E , Paulo Pimentel — N º 14, pág 317

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL (A), Ernesto Pelanda — N º 14, pág 403

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E A ESTATÍSTICA (O), Armando Duarte Rabelo — Nº 14, pág 354

ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO EXTRATIVA E AGRO PECUÁRIA (A), A R de Cerqueira Lima — Nº 14, pág. 217

ESTATÍSTICA DO CAFÉ (A), Segismundo Melo — Nº 14, pág 254.

ESTATÍSTICA DO PIAUÍ SOB O REGIME DE COOPERAÇÃO INTER-ADMINISTRATIVA (A), João Bastos — Nº 14, pág 297

ESTATÍSTICA EM MATO GROSSO (A), Lobivar Matos — Nº 14, pág 411

ESTATÍSTICA EM SANTA CATARINA (A), Virgílio Gualberto — Nº 14, pág 392.

ESTATÍSTICA EM SERGIPE (A), João Carlos de Almeida — Nº 14, pág 333

ESTATÍSTICA MARANHENSE (A), Djalma Fortuna — Nº 14, pág 293.

ESTATÍSTICA NA BAÍA (A), Afrânio de Carvalho — Nº 14, pág 341

ESTATÍSTICA NA TERRA FLUMINENSE (A), Francisco Steele — Nº 14, pág 361.

ESTATÍSTICA NO DISTRITO FEDERAL, Sérgio Nunes de Magalhães Júnior — Nº 14, pág 369

ESTATÍSTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO DE 1936 A 1943 (A), Djalma Forjaz — Nº 14, pág 380

ESTATÍSTICA NO PARANÁ DE 1936 A 1943 (A), Lauro Schleder — Nº 14, pág 387

ESTATÍSTICA SULRIOGRANDENSE SOB O REGIME DO I B G E (A), Mem de Sá — Nº 14, pág 397

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ESTATÍSTICO DE ALAGOAS, M Diegues Júnior — Nº 14, pág 323

EVOLUÇÃO DA ESTATÍSTICA NO AMAZONAS, Júlio Benevides Uchoa — Nº 14, pág 283

INFLUÊNCIA DO I B G E NA EVOLUÇÃO DA ESTATÍSTICA PARAIBANA (A), Sizenando Costa — Nº 14, pág 311

LIGEIRAS NOTAS SÔBRE A ESTATÍSTICA NO RIO GRANDE DO NORTE, Carolino Gonçalves — Nº 14, pág 307

MINAS GERAIS E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Hildebrando Clark — Nº 14, pág 348

ÓRGÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (O), Heitor Bracet — Nº 14, pág 196

ÓRGÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO (O), O G da Costa Miranda — Nº 14, pág 221

ÓRGÃO DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, ANTES E DEPOIS DO I B G E (O), M A Teixeira de Freitas — Nº 14, pág 235

QUADRO GERAL DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA, SOB O REGIME DE CENTRALIZAÇÃO PELO I B G E , João de Lourenço — Nº 14, pág 201.

RESUMO DAS ATIVIDADES ESTATÍSTICAS DA COLÔMBIA — Redação — Nº 13, pág 131

RITMO EVOLUTIVO DA ESTATÍSTICA EM GOIAZ (O), Frederico de Medeiros — Nº 14, pág 405

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA (O), Christovam Leite de Castro — Nº 14, pág 225

SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA E O I B G E (OS), João de Mesquita Lara — Nº 14, pág 415

SÍNTESE HISTÓRICA DA CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO D G E DO ACRE, R. Nobre Passos — Nº 14, pág 279

VIDA ESTATÍSTICA DO LLOYD BRASILEIRO (A), Amaro Soares de Andrade — Nº 14, pág 249

RESOLUÇÃO DAS EQUAÇÕES INTEGRAIS DE VOLTERRA PELO MÉTODO DAS APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS, Jessé Montello — Nº 16, pág. 661

SEXO, DO PONTO DE VISTA ESTATÍSTICO (O), José Gonzalez Galé — Nº 13, pág 11.

SISTEMAS DE ATRIBUTOS, Milton da Silva Rodrigues — Nº 13, pág 3

Ver BIBLIOGRAFIA — Nº 13, págs 153, 155 e 158; Nº 15, págs 561, 562, e 565; Nº 16, págs. 735 e 741.

Ver LEGISLAÇÃO — Nº 13, págs 161 e 164; Nº 15, pág 569; Nº 16, págs. 744 e segs.

Ver RESENHA — Nº 13, pág. 171; Nº 15, págs. 589, 597 e 599; Nº 16, págs. 760 e 762.

ESTATÍSTICA NA AMÉRICA (A)

CENSO ECONÔMICO DO CHILE — Redação — N º 15, pág 542

CENTENÁRIO DA ESTATÍSTICA OFICIAL CHILENA — Redação — N º 15, pág 542

ESTUDOS DE DEMOGRAFIA INTERAMERICANA, Giorgio Mortara — I *Tábua de mortalidade e de sobrevivência para a Colômbia (1939-41);* II *Ajustamento da tábua de sobrevivência para a Colômbia (1939-41), segundo a fórmula de Gompertz-Makeham* — N º 15, pág 531; III *Tábua de mortalidade e de sobrevivência para o México (1929-33);* IV *Tábua de mortalidade e de sobrevivência para a cidade de Lima (1933-35)* — N º 16, pág 687

HOMENAGEM A D GILBERTO LOYO, NO MÉXICO (UMA) — Redação — N º 15, pág 544

INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA — Redação — N º 16, pág. 696

RESUMO DAS ATIVIDADES ESTATÍSTICAS DA COLÔMBIA — Redação — N º 13, pág 131.

FINANÇAS

INDICAÇÕES SÔBRE A POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA EM SITUAÇÃO DE CONJUNTURA, João de Lourenço — N º 16, pág 613

INFORMAÇÕES GERAIS

COMÉRCIO E FINANÇAS INTERNACIONAIS — N º 15, pág 554

Ver BIBLIOGRAFIA — N º 13, pág 157; N º 15, pág 559; N º 16, págs 732, 740 e 741

GEOGRAFIA

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA (O), Christovam Leite de Castro — N º 14, pág. 225

Ver BIBLIOGRAFIA — N º 13, pág 152; N º 15, págs 564, 565 e 567; N º 16, pág 733

Vei LEGISLAÇÃO — N º 16, pág 743

Vei RESENHA — N º 13, págs 167, 169 e 172; N º 15, págs 589, 595 e 596; N º 16, págs. 754 e 766.

INFORMAÇÕES GERAIS

BRASIL — N º 13, págs 145 a 147; N º 15, págs 551 a 554; N º 16, págs. 715 a 725

ESTRANGEIRO — N º 13, págs 147 a 150; N º 15, págs 554 a 558; N º 16 págs 725 a 730.

ESTRANGEIRO — N º 13, págs 147, 150; N º 15, págs 554, 558; N º 16, págs 725 a 730.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CEARÁ E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (O), Tomaz Gomes da Silva — N º 14, pág 301

CINCO ÚLTIMOS SEPTÊNIOS DA EVOLUÇÃO ESTATÍSTICA BRASILEIRA (OS), M A. Teixeira de Freitas — N º 15, pág 515

DESENVOLVIMENTO DA ESTATÍSTICA EM PERNAMBUCO APÓS A CRIAÇÃO DO I B G E., Paulo Pimentel — N º 14, pág 317

ESTATÍSTICA SULRIOGRANDENSE SOB O REGIME DO I B G E (A), Mem de Sá — N º 14, pág 397

INFLUÊNCIA DO I B G E NA EVOLUÇÃO DA ESTATÍSTICA PARAIBANA (A), Sizenando Costa — N º 14, pág 311

MINAS GERAIS E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Hildebiando Clark — N º 14, pág 348

OBRA DE PROSPECÇÃO NACIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (A), José Carlos de Macedo Soares — N º 14, pág 179.

ÓRGÃO DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, ANTES E DEPOIS DO I B G E (O), M A Teixeira de Freitas — N º 14, pág 235

QUADRO GERAL DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA, SOB O REGIME DE CENTRALIZAÇÃO PELO I B G E , João de Lourenço — N º 14, pág 201

RECENSEAMENTO GERAL DE 1940 E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (O), J Carneiro Felippe — N º 14, pág 193

SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA E O I B G E (OS), João de Mesquita Lara — N º 14, pág 415

Vei BIBLIOGRAFIA — N º 15, pág 565

Vei RESENHA — N º 13, pág 172; N º 15, págs 575, 594, 595, 596, 597, 598 e 600; N º 16, págs 762, 767, 768 e 772

INSTITUTO INTER-AMERICANO DE ESTATÍSTICA

INSTITUTO INTER-AMERICANO DE ESTATÍSTICA — Redação — N º 16, pág. 696.
Ver BIBLIOGRAFIA — N.º 15, pág. 562

LEGISLAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Ementário das Resoluções de ns 122/147, da Junta Executiva Central — N º 13, pág 165
— Resolução n º 151, de 15 de Janeiro de 1943, da Junta Executiva Central (Estatísticas econômicas) — N º 13, pág 161
— Resolução n º 153, de 5 de Fevereiro de 1943, da Junta Executiva Central (Campanhas Estatísticas) — N º 13, pág 164
— Resolução n º 156, de 9 de Julho de 1943, da Junta Executiva Central (Administração Financeira do I B G E.) — N º 15, pág 569
— Resolução n º 159, de 3 de Agôsto de 1943, da Junta Executiva Central (Prestação de informações para fins de estatística) — N.º 15, pág. 569.
— Resolução n º 161, de 31 de Agôsto de 1943, da Junta Executiva Central (Estatísticas Militares) — N º 16, pág 746
— Resolução n º 163, de 24 de Setembro de 1943, da Junta Executiva Central (Disposições penais referentes ao Decreto-lei n º 4 462) — N º 16, pág 746.
— Resolução n º 164, de 24 de Setembro de 1943, da Junta Executiva Central (Comprovação de contas do I B G E.) — N º 16, pág 747.
— Resolução n º 165, de 24 de Setembro de 1943, da Junta Executiva Central (Estatística da produção agro-pecuária) — N º 16, pág 749.

GOVÊRNO FEDERAL — Decreto-lei n º 5 901, de 21 de Outubro de 1943 (Redivisão administrativa e judiciária do país) — N º 16, pág 743.
— Decreto-lei n º 5 981, de 10 de Novembro de 1943 (Convênios Nacionais de Estatística Municipal) — N º 16, pág 744

MUNICÍPIO

INTERESSANTE EXPERIÊNCIA DE REVITALIZAÇÃO DAS CÉLULAS MUNICIPAIS (UMA) — Redação — N º 13, pág 134

PROBLEMA DO MUNICÍPIO NO BRASIL ATUAL (O), M A Teixeira de Freitas — N º 16, pág 699

SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA E O I B G E (OS), João de Mesquita Lara N º 14, pág 415

Ver BIBLIOGRAFIA — N º 13, pág 159; N º 16, pág 734.

Ver LEGISLAÇÃO — N º 16, pág 743

Ver RESENHA — N º 13, pág 172; N º 16, pág 751

POLÍTICA

INFORMAÇÕES GERAIS

SISTEMA REPRESENTATIVO NORTE-AMERICANO (O) — N º 16, pág 728.
Ver BIBLIOGRAFIA — N º 13, pág 156; N º 15, pág 568.

RECENSEAMENTO

CENSO ECONÔMICO DO CHILE — Redação — N º 15, pág 542

COMPREENSÃO E A PROFUNDIDADE DOS INQUÉRITOS CENSITÁRIOS (A), Heitor Elói Alvim Pessoa — N.º 15, pág 445

NOTA ACÊRCA DO APROVEITAMENTO DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A DETERMINAÇÃO DA FREQUÊNCIA DAS VARIAÇÕES DE ESTADO CIVIL EM FUNÇÃO DA IDADE, Giorgio Mortara — N º 15, pág 435

NOTA SÔBRE AS POSSIBILIDADES DE APROVEITAMENTO DOS RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A DETERMINAÇÃO DA FECUNDIDADE TOTAL DA MULHER BRASILEIRA, Giorgio Mortara — N º 13, pág. 79.

RECENSEAMENTO DE 1940 DO PONTO DE VISTA DA TÉCNICA CENSITÁRIA (O), O Alexander de Morais — N º 14, pág 257

RECENSEAMENTO GERAL DE 1940 E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (O), J Carneiro Felippe — N º 14, pág 193

Ver BIBLIOGRAFIA — N º 16, pág 731

Ver RESENHA — N º 15, pág 571

RESENHA

ADIAMENTO DAS ASSEMBLÉIAS DO C N E E DO C N G. (O) — N º 15, pág. 596.
ALBINO ESTEVES — N º 15, pág. 608
ALEJANDRO BUNGE — N º 15, pág 609.
ÁLVARO AFRÂNIO PEIXOTO — N º 16, pág 778
ANIVERSÁRIO DOS PRESIDENTES DO I B G E E DA C C N. — N º 16, pág 772.
ANTONIO FRANZEN BEHRING — N º 15, pág 609
ASPECTOS GEOGRÁFICOS MUNICIPAIS — N º 13, pág. 172
CAMPANHA IBGEANA PELA VITÓRIA — N º 15, pág 598
CENTRO "TEIXEIRA DE FREITAS" — N º 16, pág 769.
COMEMORAÇÕES DO SÉTIMO ANIVERSÁRIO DO I B G E E DO "DIA DO ESTATÍSTICO" (AS) — N º 15, pág 575
CONCURSO DE ESTATÍSTICO-AUXILIAR — N º 16, pág 771
CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (X) — N º 13, pág. 169; N º 15, pág 596.
CONGRESSO DE ECONOMIA — N º 16, pág 767.
CONGRESSO DEMOGRÁFICO INTERAMERICANO — N º 16, pág 766
CONVÊNIO NACIONAL DE ENSINO PRIMÁRIO — N º 13, pág 173.
CRIAÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS (A) — N º 16, pág 754
"DIA DA IMPRENSA" — N º 15, pág. 595.
ECOS DO "BATISMO CULTURAL" DE GOIÂNIA — N º 16, pág 764.
ERNESTO PEDRO DOS SANTOS — N º 13, pág 176
ESTATÍSTICA COMO ARITMÉTICA POLÍTICA" ("A) — N º 15, pág 599
EXAME DAS CONTAS DO I B G E., RELATIVAS AO PERÍODO DE JULHO DE 1942 A JUNHO DE 1943 (O) — N º 15, pág. 597
EXECUÇÃO DO DECRETO-LEI N º 4 736 (A) — N º 13, pág 171; N º 15, pág 597.
FILIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS AO I B G E. (A) — N º 16, pág 762
GEOGRAFIA E A ESTATÍSTICA FOCALIZADAS EM SESSÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA (A) — N º 15, pág. 589.
HIGINO CUNHA — N º 16, pág 778
HONROSA DISTINÇÃO CONCEDIDA AO BRASIL — N º 16, pág. 768
HORACE SECRIST — N º 16, pág 777
I B G E E AS RELAÇÕES DE BOA VIZINHANÇA (O) — N º 16, pág 767
I B G E NA ENTRADA DO ANO NOVO (O) — N º 13, pág 172
ILDEFONSO SIMÕES LOPES — N º 16, pág 777.
INTERVENTORES EM GOIAZ E NO MARANHÃO EM VISITA AO I B G E (OS) — N º 16, pág 758
JUBILEU DO SR ARCEBISPO DE BELO HORIZONTE (O) — N º 15, pág 598.
JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — N º 15, pág. 600; N º 16, pág. 772
MAX FLEIUSS — N º 13, pág 176.
MODO DE ESCREVER OS NÚMEROS E SÍMBOLOS — N º 16, pág. 770.
OCTAVIO MORATÓ — N º 15, pág. 609
PRIMEIRA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA NO RIO GRANDE DO SUL — N º 16, pág 760
QUARTO ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA (O) — N º 13, pág 167.
REUNIÃO DOS GEÓGRAFOS INTERAMERICANOS — N º 16, pág. 766.
REVISÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL DO PAÍS — N º 16, pág. 751.
SERVIÇOS ESTATÍSTICOS FEDERAIS — N º 13, pág. 173; N º 15, pág. 601; N.º 16, pág. 773.
SERVIÇOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS — N º 13, pág 175; N º 15, pág. 607; N.º 16, pág 776
SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS — N º 13, pág. 174; N º 15, pág. 605; N º 16, pág. 774.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA — N º 15, pág 599
SOCIEDADE INTER-AMERICANA DE ANTROPOLOGIA E GEOGRAFIA — N º 15, pág 595.
VIAGEM DO PRESIDENTE DO I B G E ÀS REPÚBLICAS DO PRATA (A) — N.º 15, pág 585.
VISITA AO I B G E O SR INTERVENTOR FEDERAL NO PARÁ, CORONEL MAGALHÃES BARATA (EM) — N º 15, pág. 594.

VISITA DO SR PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO (A) — N º 15, pág. 571.

VISITA O I B G E. E O S.E E S UMA TURMA DE UNIVERSITÁRIOS — N º 16, pág 768

SOCIOLOGIA

Ver BIBLIOGRAFIA — N º 13, pág 156.

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA

LEOPOLDO DOYLE SILVA — Redação — N º 15, pág 507

MANUEL FRANCISCO CORREIA — Redação — N º 16, pág 681

MANUEL TIMOTEO DA COSTA — Redação — N º 13, pág 99

FORA DO TEXTO

"AS BANDEIRAS", Ode de Heitor Elói Alvim Pessoa — N º 14, entre as págs 256 e 257

"CABEÇA DE VELHO", Quadro de Gabriel Augusto Gouveia — N º 14, entre as págs 192 e 193

"PALÁCIO DO SILOGEU BRASILEIRO", Projeto do arquiteto Sérgio Bernardo — N º 14, entre as págs 288 e 289

ÍNDICE DE AUTORES

ABDELHAY, J

Introdução ao estudo da integral de Lebesgue das funções reais de uma variável real — N º 13, pág 83

ALMEIDA, João Carlos de

Estatística em Sergipe (A) — N º 14, pág 333

ALVIM PESSOA, H E

Compreensão e a profundidade dos inquéritos censitários (A) — N º 15, pág 445

Bandeiras (As) (Ode) — N º 14, entre as págs 256 e 257

ANDRADE, Amaro Soares de

Vida estatística do Lloyd Brasileiro (A) — N º 14, pág 249

BASTOS, João

Estatística do Piauí sob o regime de cooperação interadministrativa (A) — N º 14, pág 297

BRACET, Heitor

Estatísticas criminais — N º 15, pág 429

Órgão central de estatística do Ministério da Justiça (O) — N º 14, pág 196

CARNEIRO FELIPPE, J

Recenseamento Geral de 1940 e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (O) — N º 14, pág 193

CARVALHO, Afrânio

Estatística na Baía (A) — N º 14, pág 341

CERQUEIRA LIMA, A R de

Estatística da produção extrativa e agro-pecuária (A) — N º 14, pág 217

CLARK, Hildebrando

Minas Gerais e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — N º 14, pág 348.

COSTA MIRANDA, O G. da

Órgão central de estatística do Ministério do Trabalho (O) — N.º 14, pág. 221

COSTA, Sizenando

Influência do I B G E na evolução da estatística paraibana (A) — N.º 14, pág 311.

DIEGUES JÚNIOR, M.

Estrutura e funcionamento do sistema estatístico de Alagoas — N.º 14, pág 323

DORIA, João

Relatório da Comissão de Orçamento, 1942 — Ministério da Fazenda — N.º 15, pág. 559.

FORJAZ, Djalma

Estatística no Estado de São Paulo de 1936 a 1943 (A) — N.º 14, pág 380.

FORTUNA, Djalma Pádua

Concurso das prefeituras municipais e coletorias estaduais aos serviços de estatística (O) — N.º 15, pág 545.

Estatística maranhense (A) — N.º 14, pág 293

GALÉ, José Gonzalez

Sexo, do ponto de vista estatístico (O) — N.º 13, pág 11

GAMA, Lélio I.

Introdução à teoria dos conjuntos — N.º 15, pág 459.

GOMES DA SILVA, Tomaz

Ceará e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (O) — N.º 14, pág 301

GONÇALVES, Carolino

Ligeiras notas sôbre a estatística no Rio Grande do Norte — N.º 14, pág 307

GOUVEIA, Gabriel Augusto de

Cabeça de Velho (Quadro) — N.º 14, entre as págs 192 e 193

GUALBERTO, Vírgilio

Estatística em Santa Catarina (A) — N.º 14, pág 392

LARA, João de Mesquita

Levantamento estatístico — N.º 15, pág 513

Serviços municipais de estatística e o I B G E (Os) — N.º 14, pág 415.

LEITE DE CASTRO, Christovam

Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (O) — N.º 14, pág 225

LIMA, Raul

Administração federal nos Estados Unidos (A), Gustavo Lessa — N.º 13, pág 151.

LOURENÇO FILHO

Cultura Brasileira (A) (Introdução ao estudo da Cultura no Brasil), Fernando de Azevedo — N.º 16, pág. 731.

LOURENÇO, João de

Indicações sôbre a política econômico-financeira em situação de conjuntura — N° 16, pág 613.

Quadro geral das atividades do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, sob o regime de centralização pelo I B G E — N° 14, pág 201

MACEDO SOARES, José Carlos de

Obra de prospecção nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (A) — N° 14, pág 179.

MAGALHÃES JÚNIOR, Sérgio Nunes de

Estatística no Distrito Federal — N° 14, pág 369

MATOS, Lobivar

Estatística em Mato Grosso (A) — N° 14, pág 411

MEDEIROS, Frederico de

Ritmo evolutivo da estatística em Goiaz (O) — N° 14, pág 405

MELO, Jansen de

Atuação do Serviço Federal de Bio-Estatística nas esferas estatística e sanitária (A) — N° 14, pág 231.

MELO, Segismundo

Estatística do Café (A) — N° 14, pág 254

MEM DE SÁ

Estatística sulriograndense sob o regime do I B G E (A) — N° 14, pág 397.

MONTELO, Jessé

Resolução das equações integrais de Volterra pelo método das aproximações sucessivas — N° 16, pág. 661.

MONTENEGRO, Tulo Hostílio

Impressões da Comissão Rondon, Cel Amílcar A Botelho de Magalhães — N° 13, pág 152.

Pelos Sertões do Brasil, Cel Amílcar A Botelho de Magalhães — N.° 13, pág 152

Rondon, o Bandeirante do século XX, Bandeira Duarte — N° 13, pág 152.

MORAIS, O Alexander de

Iniciação Estatística — Representação tabular e gráfica — N° 13, pág 103; N.° 15, pág 511; N° 16, pág 683.

"Números índices", suas aplicações na estatística brasileira e sugestões atinentes à sua padronização continental — N° 16, pág. 641.

Recenseamento de 1940 do ponto de vista da técnica censitária (O) — N.° 14, pág. 257.

MORTARA, Giorgio

Estatísticas necessárias ao estudo e orientaçãço da economia brasileira — N° 16, pág 653.

Estudos de demografia interamericana — I Tábua de mortalidade e de sobrevivência para a Colômbia (1939-41) — II Ajustamento da tábua de sobrevivência para a Colômbia (1939-41), segundo a fórmula de Gompertz-Makeham — N° 15, pág 531; III. Tábua de mortalidade e de sobrevivência para o México (1929-33); IV. Tábua de mortalidade e de sobrevivência para a cidade de Lima (1933-35) — N.° 16, pág 687.

Nota acêrca do aproveitamento do Censo Demográfico para a determinação da frequência das variações de estado civil em função da idade — N° 15, pág. 435.

Nota sôbre as possibilidades de aproveitamento dos resultados do Censo Demográfico para a determinação da fecundidade total da mulher brasileira — N° 13, pág. 79.

PASSOS, R. Nobre

Síntese histórica da criação e organização do D G.E. do Acre — N° 14, pág. 279.

PELANDA, Ernesto

Diretoria de Estatística Educacional do Rio Grande do Sul (A) — N° 14, pág 403

PENTEADO, Helena Rocha

Moderna teoria matemática da correlação entre duas variáveis (A) — N° 13, pág 37

PIMENTEL, Paulo

Desenvolvimento da estatística em Pernambuco após a criação do I B G.E — N.° 14, pág. 317.

RABELO, Armando Duarte

Estado do Espírito Santo e a Estatística (O) — N° 14, pág 354.

RODRIGUES, Mliton da Silva

Sistemas de atributos — N° 13, pág 3

SCHLEDER, Lauro

Estatística no Paraná de 1936 a 1943 (A) — N.° 14, pág 387

SERRÃO, Alberto

Integração das equações diferenciais do ponto de vista da teoria dos grupos contínuos (A) — N° 15, pág 439.

STEELE, Francisco

Estatística na terra fluminense (A) — N° 14, pág 361

TEIXEIRA DE FREITAS, M. A.

Cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira (Os) — N.° 15, pág 515

Órgão de estatística do Ministério da Educação e Saúde, antes e depois do I B.G E. (O) — N° 14, pág 235

Problema do Município no Brasil atual (O) — N° 16, pág 699.

Serviços de estatística do Estado de Minas Gerais (Os) — N.° 13, pág. 107.

UCHOA, Júlio Benevides

Evolução da estatística no Amazonas — N° 14, pág 283

VASCONCELOS, Adelino de Sousa

Departamento Estadual de Estatística do Pará e sua evolução (O) — N° 14, pág. 289.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
(Repartições Centrais em 31-XII-1943)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores
DIRETOR — *HEITOR BRACET*

Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda
DIRETOR — *JOÃO DE LOURENÇO*

Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura
DIRETOR — *A. R DE CERQUEIRA LIMA*

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
DIRETOR — *OSVALDO GOMES DA COSTA MIRANDA*

Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Ministério da Educação e Saúde
DIRETOR — *M. A. TEIXEIRA DE FREITAS*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

Território do Acre — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor - *R Nobre Passos*

Amazonas — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Júlio Benevides Uchoa*

Pará . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Adelino de Vasconcelos*

Maranhão . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Djalma Fortuna*

Piauí . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *João Castos*

Ceará . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Tomaz Gomes da Silva*

Rio G. do Norte . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Anfilóquio Câmara*

Paraíba . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Sisenando Costa*

Pernambuco . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Paulo Acioli Pimentel*

Alagoas . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Manuel Diegues Júnior*

Sergipe . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *João Carlos de Almeida*

Baía . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Afrânio de Carvalho*

Minas Gerais . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Hildebrando Clark*

Espírito Santo . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Tulio Hostílio Montenegro*

Rio de Janeiro . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Francisco Steele*

Distrito Federal — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor - *Sérgio Nunes de Magalhães Júnior*

São Paulo . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Djalma Forjaz*

Paraná . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Lauro Schleder*

Santa Catarina . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Virgílio Gualberto*

Rio G. do Sul . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Mem de Sá*

Mato Grosso . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Wilson Getúlio*

Goiaz . . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Antônio Juruena Di Guimarães*

Nota — Colaboram com essas repartições 1 574 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Criada em 5 de Abril de 1940, em sucessão à entidade fundada, sob a mesma denominação, em 16 de Dezembro de 1931

OBJETIVOS

a) Ampliar e fortalecer as relações existentes entre os estatísticos brasileiros, desenvolvendo-lhes o espírito de classe e unindo-os por laços de solidariedade e cooperação; *b*) focalizar e esclarecer, pela discussão e trabalho em comum, as questões compreendidas nos limites da estatística e das suas aplicações; *c*) difundir as finalidades dos levantamentos estatísticos, bem como a sua necessidade e utilidade, e promover o estudo da estatística em geral; *d*) valorizar, no domínio internacional, a obra da estatística e dos estatísticos do Brasil.

Para alcançar êsses objetivos, compete à S.B E.: *a*) promover e convocar periòdicamente, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as Conferências Nacionais de Estatística; *b*) organizar, de forma que estimule e oriente o trabalho pessoal, cursos de estatística e suas aplicações; *c*) pleitear a inclusão do ensino elementar da Estatística nos programas da instrução primária, secundária e profissional; *d*) apresentar, aos órgãos superiores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sugestões referentes ao aperfeiçoamento da estatística nacional, bem como pleitear junto ao Poder Público a adoção das medidas necessárias à realização das suas finalidades; *e*) realizar sessões, conferências, congressos, exposições, viagens e investigações, com o fim de divulgação ou aperfeiçoamento do método estatístico e de suas aplicações; *f*) manter intercâmbio cultural com as associações congêneres de outros países.

CATEGORIAS DE SÓCIOS

Duas são as categorias de sócios: coletivos e individuais. São sócios coletivos as instituições filiadas ao I.B.G.E. e as associações, companhias ou sociedades admitidas na forma dos Estatutos. Os sócios individuais podem ser: *a*) honorários; *b*) beneméritos; *c*) benfeitores; *d*) correspondentes; *e*) efetivos; *f*) fundadores. As contribuições dos sócios individuais, quando efetivos ou fundadores, são de Cr$ 3,00 mensalmente; os sócios coletivos estão obrigados a contribuir com a anuidade de Cr$ 120,00.

A REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, órgão oficial da S B.E., é remetida gratuitamente aos membros de seu quadro social

DIRETORIA

Eleita em Abril de 1940 e reeleita pela Assembléia Geral em Julho de 1942

Presidente — JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

1.º Vice-Presidente — LÉO DE AFFONSECA — 2.º Vice-Presidente — VALENTIM BOUÇAS

Secretário Geral — BENEDITO SILVA

1.º Secretário — JOÃO DE MESQUITA LARA — 2.º Secretário — FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES

1.º Tesoureiro — LUIZ FARIA BRAGA — 2.º Tesoureiro — VIRGÍLIO COSTA

Comissão Fiscal — MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, ALBERTO MARTINS e FRANCISCO STEELE

Comissão de Redação — BENEDITO SILVA, JOÃO DE LOURENÇO, LOURENÇO FILHO e WALDEMAR LOPES

Tôda a correspondência destinada à S B E deve ser remetida — A/C da Secretaria Geral do I B.G.E. — Praça Mauá, 7, 11.º andar — Distrito Federal.

4 083 Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística